

PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL: AVALIAÇÃO DO VALOR ECONÓMICO E SOCIAL

Catarina Valença Gonçalves
José Maria Lobo de Carvalho
José Tavares

FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP



PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL: AVALIAÇÃO DO VALOR ECONÓMICO E SOCIAL

Catarina Valença Gonçalves
José Maria Lobo de Carvalho
José Tavares

FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

Título: Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social

Autores: GONÇALVES, Catarina Valença; CARVALHO, José Maria Lobo de; TAVARES, José

Design: Júlia Faria Guimarães | Spira – revitalização patrimonial

Edição: Fundação Millennium bcp

Dezembro 2020

Impressão: Berci – soluções gráficas

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-98859-1-2

**PATRIMÓNIO
CULTURAL
EM PORTUGAL:**
AVALIAÇÃO
DO VALOR
ECONÓMICO
E SOCIAL

A totalidade do presente estudo foi escrito respeitando a Ortografia pré-Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
ENQUADRAMENTO	15
I. A Oportunidade	17
II. O Estudo	21
I PARTE: ABORDAGEM CONCEPTUAL	25
CAPÍTULO I – O SISTEMA PORTUGUÊS: CONTEXTO E POLÍTICAS	27
I.1 O Sector Patrimonial em Portugal	27
I.1.1 Introdução	27
I.1.2 Evolução de conceitos	28
I.1.3 Legislação	30
I.1.4 Protecção do património - inventariação e classificação	31
I.1.5 Evolução do universo patrimonial	36
I.2 Políticas Patrimoniais (1974-2019)	41
I.2.1 DGEMN e IPPC (1974-1992)	42
I.2.2 IPPAR e IPA (1992-2006)	43
I.2.3 IGESPAR e IMC (2006-2011)	43
I.2.4 DGPC e actualidade (2011-2019)	44
I.2.5 Financiamento	45
I.2.6 Informação	50
I.2.7 Economia	51
I.3 Sector Público e Sector Privado	55
I.3.1 Tipo de propriedade	55
I.3.2 Outros modelos de gestão	57
I.3.3 A acção pública	59
I.3.4 A acção privada	61
I.4 Conclusões Preliminares	62
CAPÍTULO II – OUTROS SISTEMAS, OUTRAS POLÍTICAS	64
II.1 Outros Sistemas Nacionais	66

II.1.1	As Associações de Defesa do Património	66
II.1.2	As Associações de Municípios	69
II.1.3	As Empresas de Animação Turística	76
II.1.4	O novo tipo de associações de direito privado sem fins lucrativos	77
II.1.5	O Estado empresarial	85
II.2	Outros Sistemas e Políticas Internacionais	89
II.2.1	Os Pôles d'Économie du Patrimoine	91
II.2.2	O National Trust	95
II.3	Conclusões Preliminares	98
II PARTE: ABORDAGEM ANALÍTICA		101
CAPÍTULO III – RETRATO ECONÓMICO E SOCIAL		103
III.1	Cultura, Património e Desenvolvimento	103
III.2	O Património Classificado: um Retrato Estatístico	105
III.2.1	Património classificado: número absoluto e relativo à população	106
III.2.2	Património classificado e população por faixa etária	118
III.2.3	Património classificado e população por nível educacional	122
III.2.4	Património classificado: massa salarial e salários	126
III.2.5	Património classificado e natureza da propriedade	130
III.2.6	Património classificado e níveis de protecção	138
III.2.7	Património classificado e relevância social	144
III.3	Conclusões Preliminares	151
CAPÍTULO IV – AVALIAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL		153
IV.1	Avaliação do Valor Económico e Social do Património Classificado	153
IV.1.1	Estimativa do potencial de visitantes	156
IV.1.1.1	Estimativa base	159
IV.1.1.2	Efeitos de procura	160
IV.1.1.3	Efeitos de oferta	164
IV.2	Potencial Económico e Social	165
IV.2.1	Estimativa dos determinantes de dormidas e emprego	178
IV.3	Conclusões Preliminares	180

III PARTE: RECOMENDAÇÕES	183
CAPÍTULO V – RECOMENDAÇÕES	185
V.1 Conclusões Económicas e Sociais	185
V.2 Recomendações Policy Oriented	188
V.2.1 Dimensão estratégica	188
V.2.1.1 Garantia de fruição	188
V.2.1.2 Gestão de proximidade	190
V.2.1.3 Educação patrimonial e formação	191
V.2.1.4 Apontar para o interior	193
V.2.1.5 Qualificação da oferta	194
V.2.2 Dimensão institucional	195
V.2.2.1 <i>Accountability</i>	195
V.2.2.2 Reorganização e qualificação técnica	196
V.2.3 Dimensão financeira	197
V.2.3.1 OE interministerial e Fundos	198
V.2.3.2 Sociedade civil	198
V.2.3.3 Princípio da solidariedade	200
V.2.3.4 Retorno para os territórios envolventes	201
V.2.3.5 Concessão	202
V.3 Resumo das Medidas de Acção propostas	202
CONCLUSÕES	207
ANEXOS	215
A. LISTAS	217
B. APÊNDICE DE DADOS	222
BIBLIOGRAFIA	245

PREFÁCIO

PREFÁCIO

A Fundação Millennium bcp tem, subjacente à sua actividade, o exercício de responsabilidade social institucional, configurada como acção participativa no desenvolvimento da Sociedade e de partilha de valores com a Comunidade. A Cultura é o eixo prioritário da sua acção, assumindo uma forte intervenção em projectos de preservação e recuperação de património classificado, bem como na dinamização de um elevado número de actividades relacionadas com a divulgação de património artístico e arquitectónico.

O Património Cultural constitui um elemento essencial para a construção de uma identidade colectiva, sendo, simultaneamente, o representante dessa mesma identidade, o *documento histórico* onde se pode ler grande parte da nossa ancestralidade comum, nas suas várias dimensões: cultural, social, artística, económica, científica, espiritual.... É uma herança do passado de enorme valor, tanto material como simbólico, que, em prol da cultura e do desenvolvimento, temos a responsabilidade e o dever de transmitir às gerações futuras. É por isso, essencial garantir a sua salvaguarda e preservação.

Esta já longa e sólida experiência da Fundação no sector do património cultural, pôs em evidência a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de fundo que contribuísse para o desenho de políticas concertadas e de longo prazo, atendendo ao evidente potencial económico e social destes bens culturais harmoniosamente espalhado pelo país.

Contribuir de forma decisiva para a realização desse necessário trabalho estratégico, através do apoio exclusivo ao Estudo "Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social" agora aqui apresentado, constituiu assim um passo lógico para a Fundação: quer por ter ido ao encontro da sua missão; quer por capitalizar o conhecimento adquirido na sua consistente actuação no sector; quer por fim – e talvez ainda mais determinante – por contribuir de forma inequívoca para um futuro mais sustentável do legado patrimonial excepcional que herdámos dos nossos antepassados.

Embaixador António Monteiro
Presidente da Fundação Millennium bcp

ENQUADRAMENTO

I. A OPORTUNIDADE

Existem, no presente, números sobre o património cultural em Portugal que, mesmo se dispersos e isolados, têm um valor por si mesmos: Portugal detém hoje cerca de 38.000 bens patrimoniais imóveis inventariados, dos quais 4.575 estão classificados. Por outro lado, verifica-se que a quantidade e a qualidade do património cultural distribuem-se de forma harmoniosa por todas as regiões do país.

Sabemos, também, que cada estrangeiro em Portugal visita, em média, 1 monumento, museu ou afim durante a sua estadia¹, sendo o património cultural, amiúde, a principal motivação da sua visita a Portugal². A grande maioria dos visitantes a monumentos e pontos patrimoniais fá-lo, contudo, em territórios do litoral, nomeadamente, Lisboa, Sintra e Porto.

Simultaneamente, Portugal apresenta uma das mais baixas taxas europeias de visitantes nacionais a monumentos, museus ou afins³, assim como uma capacidade formativa na área e uma política nacional de educação no sector verdadeiramente incipientes face, sobretudo, à quantidade, importância e distribuição geográfica destes bens patrimoniais.

Por outro lado ainda, o património cultural representa, no presente, a maior fatia do orçamento do Estado para o sector da Cultura. Esta importância deve-se, por um lado, ao seu papel insubstituível enquanto instrumento de afirmação da identidade e da cultura do país e, por outro, ao facto de Portugal ser depositário de um passado histórico excepcional que se reflecte, naturalmente, num património notável e de grande valor e diversidade.

Historicamente, a intervenção em património cultural fez-se na forma da sua defesa e salvaguarda física e esta coube sempre ao Estado Central. Porém,

¹ Baseado em dados recolhidos no Observatório do Património, a par de outros dados avulsos de vários equipamentos culturais. A ausência de estatística na área da Cultura de uma forma geral e do património cultural em Portugal é um dos grandes óbices à definição de políticas consistentes neste sector (O Observatório do Património é um projecto estatístico na área do património cultural, desenvolvido a partir de 2016, que pretende desenvolver informação de ordem quantitativa para complementar a informação existente, muitas vezes dispersa e incompleta, no sentido de apoiar a decisão pública e privada no sector. Trata-se de um projecto privado e publicamente disponível em www.observatoriodopatrimonio.pt).

² Ver Estratégia Nacional para o Turismo 2027.

³ Ver Eurobarómetro Especial 466 “Os Europeus e o Património Cultural”, Comissão Europeia, Setembro-Outubro de 2017.

fruto de um alargamento conceptual (e civilizacional) que ampliou o conceito de património e, conseqüentemente, o universo de referência a proteger, esta responsabilidade tornou-se um pesado fardo económico e institucional. O mecenato cultural, que poderia surgir como uma forma de ultrapassar contingências financeiras ocasionais ou crónicas, continua a ser pontual em Portugal, fruto de uma fraca tradição de participação cívica, a par de uma legislação complexa e de um sistema fiscal pouco inovador nesta matéria.

De forma progressivamente mais alargada, o Estado procurou diferentes modelos institucionais para assegurar a preservação deste património. Depois do final dos anos 90, esse modelo passou quase sempre pelo reconhecimento da dimensão económica decorrente do seu potencial de *usufruto*: a partir desse momento, mesmo que motivado sobretudo por razões economicistas, o Estado inaugurou esta nova linha de actuação, para além da manutenção da conservação física dos monumentos.

A integração desta dimensão de usufruto abriu portas a outros actores, desligados de preocupações ou responsabilidades de intervenções físicas nos monumentos, e detendo uma natureza eminentemente privada, com ou sem fins lucrativos, com a particularidade de actuarem a uma escala muito circunscrita, decorrente do tema ou da geografia do património valorizado. De igual forma, e resultante da conjugação de diversas dinâmicas, o papel dos actores de natureza pública – locais e regionais – surgiu reforçado. Por fim, abriu-se portas a um novo sector empresarial do Estado com especiais competências para a divulgação e promoção do usufruto, sem termos chegado, por ora, ao modelo de concessão a entidades privadas dos serviços comerciais e de visitação do património – modelo esse já implementado noutros países europeus desde há mais de duas décadas a esta parte.

A intervenção e a valorização do recurso patrimonial alteraram-se, assim, de forma significativa nos últimos 20 anos, fruto de uma conjugação de políticas públicas e de oportunidades de negócio, o todo claramente orientado e alimentado pelo turismo cultural eminentemente de origem estrangeira.

Ora, esta constatação, a par dos números referidos de início, apontam para a existência daquilo que chamamos de “dupla falha” no aproveitamento económico e social deste recurso endógeno estratégico, resultante de problemas a montante de carácter estrutural: por um lado, a falha ao nível da quantidade e qualidade dos recursos dispersos no país e a concentração do público visitante eminentemente em Lisboa, Porto e Sintra; por outro, a falha entre a quantidade e a pertinência destes recursos, visitados em mais de 70% por estrangeiros⁴, e os potenciais quase 10 milhões de utilizadores nacionais ainda hoje não mobilizados para o usufruto do que é afinal o seu património cultural.

Assim, este Estudo vem oferecer uma análise profunda às causas desta dupla falha, apresentando, primeiramente, uma leitura diacrónica da evolução do sector do património cultural no último meio-século, analisando as múltiplas alterações de tutela, de estrutura e as consequências das mesmas na eficácia da gestão patrimonial; elaborando, de seguida, uma inédita abordagem a modelos de gestão alternativos à escala nacional e referência, também, a exemplos internacionais, procurando contribuir para o alargamento de perspectivas sobre a actuação neste domínio; e, por fim, desenvolvendo um exercício empírico que coloca o universo do património cultural classificado em relação com as características sociais, económicas e demográficas do município em que se encontra, bem como do resto do país. Combinando abordagens qualitativa e quantitativa, a nível nacional e com atenção às especificidades das regiões do interior e das ilhas, o trabalho quantifica, pela primeira vez, o valor económico e social do património cultural à escala do património classificado e avalia o potencial de visitantes, receitas e emprego, caso consequentes políticas públicas fossem promovidas neste sector.

De facto, à data de hoje, não existindo ainda em Portugal uma análise aturada das várias dimensões do sistema patrimonial português (educacional, social e económica), nem uma quantificação crítica do parque patrimonial, encontramos desprovidos de importantes instrumentos de conceptualização e orientação capazes de sugerir a melhor forma de valorizar económica e socialmente o património cultural português. Apesar disso, perpassa, em todos os documentos

⁴ Confira-se a recente estatística do OPAC – Observatório Português das Actividades Culturais sobre esta matéria (Neves, 2020).

estratégicos de âmbito nacional (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, Programa Nacional para a Coesão Territorial, Programa de Valorização do Interior, Estratégia de Desenvolvimento Comum Transfronteiriço, Programa Nacional de Reformas, Estratégia Portugal 2030, Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030), entre outros, a referência ao património cultural como um recurso endógeno a ter em conta nas acções e políticas públicas.

Os estudos existentes e desenvolvidos nos últimos anos e que afloram o tema do património cultural, integram-no no espectro mais largo do sector cultural e criativo (O Sector Cultural e Criativo em Portugal, Augusto Mateus & Associados, 2010); da internacionalização da Cultura (A Cultura e a Criatividade na Internacionalização da Economia Portuguesa, Augusto Mateus & Associados, 2013); do impacto económico de eventos culturais como Guimarães 2012 (Impactos Económicos e Sociais de Guimarães Capital Europeia da Cultura, Universidade do Minho, 2013) ou de equipamentos âncora como é o caso de Serralves (Impacto Económico da Fundação de Serralves, Porto Business School, 2013). Já em 2018, foi lançado um outro estudo sobre o sector, bem como um programa de política pública, ambos relevantes e sintomáticos do crescente reconhecimento da importância do tema: o *Estudo sobre a Internacionalização do Sector Cultural e Criativo de Évora* (SPI, 2017) e o primeiro Plano Nacional das Artes referem ambos o património cultural como dimensão incontornável de actuação, evidenciando a relevância regional do Sector Cultural e Criativo, mas também a cada vez mais evidente preocupação pública relativamente à educação no campo das Artes.

Contudo, assim como a referência à importância do património cultural nos documentos estratégicos atrás apontados é sempre de natureza intuitiva, sem recurso a dados concretos associados, nenhum dos estudos referidos tem o seu foco no património cultural. Esta continuada ausência de fundamentação e de foco de análise limita grandemente a problematização do efectivo contributo do património cultural para o desenvolvimento harmonioso do país. Ora, o Estudo aqui apresentado procura justamente ultrapassar essa lacuna informativa, analisar a dupla falha atrás referida e propor uma solução, mesmo que de natureza polimórfica, para a problemática identificada.

II. O ESTUDO

O presente trabalho debruça-se, primeiramente, sobre a obtenção de respostas a perguntas que estão na origem ou explicam a dupla falha anteriormente referida: tem o país noção da quantidade de monumentos que detém? Da qualidade dos mesmos? De como se distribuem efectivamente pelo país? De quantos estão abertos e do número de visitantes registados? Dos empregos directos gerados a partir desse activo? Sabemos quantos mais monumentos devem ser abertos ao público, porquê, onde e em que moldes? Que receitas e números de visitantes gerariam se estivessem de facto acessíveis? Qual a importância do público nacional na sustentabilidade económica e social deste recurso e qual a melhor forma de inverter o actual nível de consumo por parte deste público? Directamente decorrente deste último ponto, que recursos humanos temos nós disponíveis para acompanhar esta hipotética evolução do sector: como são formados, onde estão e quantos são?

O Estudo promove uma abordagem conceptual e analítica. Na primeira parte do trabalho, procura descrever o sistema do património cultural de Portugal em tempo de Democracia, com especial destaque para as políticas públicas dos últimos 46 anos, bem como para as transformações aportadas por experiências de longo prazo no terreno, em territórios considerados “periféricos”, durante as últimas duas décadas. Uma especial atenção foi dada aos modelos de gestão patrimonial existentes, à data de hoje, em Portugal, sendo igualmente trazidas à reflexão outras políticas públicas e modelos de gestão de referência internacionais e que podem contribuir para o desenho de uma nova e estratégica gestão do património cultural no país.

Na segunda parte do Estudo, é apresentada, em primeiro lugar, uma caracterização do “parque” do património cultural construído de Portugal aos dias de hoje, de acordo com as seguintes premissas operativas: considera-se como universo patrimonial para efeitos de análise o património imóvel e classificado (4.575 bens imóveis classificados num total de 38.015 bens culturais imóveis classificados e inventariados); por outro lado, a abrangência territorial do Estudo é o conjunto dos 308 concelhos (278 em Portugal Continental, 11 na Região

Autónoma da Madeira e 19 na Região Autónoma dos Açores), numa abordagem integradora que permite comparações coerentes entre municípios.

Construindo uma análise econométrica com o objectivo de obter estimativas coerentes do número de visitantes potenciais, o método desenrola-se em várias etapas:

- primeiramente, a enumeração e caracterização do conjunto do património cultural a abordar, ou seja, o património classificado tal como definido, ao momento do Estudo, na sua localização, tipo de protecção, tipo de propriedade e relevância social – de acordo com um indicador desenvolvido para o efeito. A partir da localização no espaço de todo o património classificado, cruza-se a informação relativa ao património com os indicadores sociodemográficos que caracterizam os municípios de Portugal continental e Ilhas, aferindo a distribuição do número, assim como de um conjunto de indicadores relativos às características intrínsecas do património classificado, tais como o nível de protecção a que estão sujeitos e o tipo de propriedade que enquadra a sua gestão. Desenvolve-se, em simultâneo, indicadores que atestam a relevância social e o potencial valor simbólico a nível nacional, a partir da recolha de informação sobre a exposição dos alunos do ensino básico a referências sobre esse mesmo património.
- num segundo passo, a recolha, para o maior número possível de pontos de património classificado, de informação fidedigna sobre o número efectivo de visitantes. Para isso, adicionou-se aos dados já disponíveis, informação recolhida através de um inquérito estruturado, dirigido às Autarquias, solicitando informação acerca dos bens patrimoniais mais relevantes a nível concelhio.
- em terceiro lugar, a estimação, com recurso a métodos estatísticos apropriados que cruzam a informação recolhida para esse conjunto de património classificado com informação sobre número de visitantes, da relação entre as características de cada ponto e o número de visitantes efectivamente observados. Com esse propósito, salienta-se em particular como as condições genéricas da oferta e as condições da procura se associam ao número de visitantes.

- por fim, e tomando como base os coeficientes obtidos para o conjunto inicial de bens patrimoniais, foi estimado o número de visitantes potenciais para cada um dos mais de 4.500 elementos de património classificado identificados no território nacional. Estima-se assim, pela primeira vez e de uma forma metodologicamente consistente, o potencial de visitantes passível de ser gerado caso a gestão de todo o património classificado acompanhasse as práticas do conjunto seleccionado de património para o qual foi possível obter dados fidedignos. Esse valor de visitantes foi associado a um valor potencial de receitas de bilhética e de empregos directos nos monumentos, assim como de dormidas e empregos potencialmente gerados na hotelaria decorrentes de uma melhor gestão do património classificado.

Num último momento, foi feita a análise crítica à totalidade dos dados reunidos, apresentando recomendações estratégicas *policy oriented* para o património cultural em Portugal num horizonte de 25 anos e que se querem contributivas de um património cultural reconhecido como um activo estratégico do desenvolvimento económico e social sustentado do país, com implicações profundas ao nível de políticas educacionais / formativas, fixação de população no interior, fomento à criação de empresas, política de fundos comunitários, política orçamental, estratégias de trabalho cooperativas do ponto de vista territorial, entre outras dimensões relevantes.

Desenvolvido entre 2018 e 2019, o Estudo toma os anos de 2015-2017 como referência para dados relativos a visitantes de património e estimativas de natureza económica recolhida em fontes diversas, e o ano de 2019 para a identificação de realidades de natureza administrativa ou para o número de pontos patrimoniais existente. Também por razões do período de análise, a situação extraordinária da pandemia não surge reflectida na análise quantitativa dos indicadores. Contudo, as suas já sentidas consequências no património cultural corroboram a análise e as recomendações postuladas.

O presente trabalho resulta de uma ideia e é coordenado por Catarina Valença Gonçalves. A autoria do mesmo coube igualmente a José Maria Lobo de Carva-

lho e José Tavares. Na elaboração de diversas dimensões do presente trabalho, os autores contaram ainda com a fundamental colaboração de Gaspar Crespi, Tiago Bernardino, Henrique Pitta Barros, Margarida Duarte e João Pereira dos Santos.

Os autores desejam agradecer à Fundação Millennium bcp que, sem hesitações, acolheu a ideia proposta e apoiou-a na totalidade, dando todos os meios necessários à realização do presente trabalho. Os autores agradecem ainda a todos os profissionais e instituições que, de alguma forma, quer através de respostas a inquéritos, quer através de entrevistas, quer através de sugestões diversas, enriqueceram o resultado final. Agradecemos ainda a todos quantos se prestaram a reler o trabalho, Ana Barbosa, Fernando Gonçalves, José Carlos Nunes, José Santos, Miguel Rêgo, Pedro Vaz e Rosário Correia Machado. E, por fim, a Paolo Costa pela revisão do texto e a Júlia Faria Guimarães - designer da Spira - pela infundável paciência.

Como qualquer projecto de investigação, o presente Estudo está, à data da sua publicação, forçosamente datado: a expectativa dos autores é que essa datação seja um incentivo à imperiosidade de dar continuidade e aprofundamento à metodologia aqui desenhada, assim como à permanente actualização de elementos quantitativos e qualitativos sobre o património cultural português.

I PARTE:

**ABORDAGEM
CONCEPTUAL**

CAPÍTULO I

O SISTEMA PORTUGUÊS: CONTEXTO E POLÍTICAS

I.1 O Sector Patrimonial em Portugal

I.1.1 Introdução

O legado histórico de Portugal, nação com quase nove séculos de existência independente, traduz-se hoje numa herança patrimonial diversificada, de significativo valor artístico, cultural e natural: entre manifestações materiais e intangíveis, o património cultural português é constituído por um universo heterogéneo e abrangente, que responde a uma longa evolução dos conceitos patrimoniais e se assume como força motriz da identidade e cultura nacionais e factor fundamental do desenvolvimento económico e social.

A par de um longo e progressivo reconhecimento dos valores culturais da nação – do estudo à protecção e à divulgação – que, em cada época, foram apreciados de forma distinta, mas sempre cumulativa, o conjunto dos bens culturais que hoje representa o universo patrimonial do país, constitui também um elemento distintivo local ou regional e um importante factor de atractividade dos territórios.

Além de evidentes veículos educacionais, símbolos da História, do génio artístico e dos costumes de um povo, os bens culturais nacionais são também importantes recursos do país. Não obstante a conotação material que a palavra “recurso” muitas vezes assume, a herança patrimonial (enquanto conjunto de bens culturais distintos na sua natureza e dispersos na sua geografia) constitui efectivamente um importante recurso nacional, em múltiplas vertentes: histórico, artístico, científico, ecológico e económico. Acresce que, do ponto de vista económico, os bens culturais são (regra geral) bens heterogéneos (únicos) e intransmissíveis (fixos), cujo valor de mercado não é concretizável e cuja natureza geográfica constitui um factor distintivo. Isto é, encontram-se dispersos de forma aleatória pelo território e fazem parte de uma herança não deslocalizável: constituem, portanto, importantes recursos endógenos¹, tanto de âmbito local, como nacional.

¹ O conceito de ‘recurso endógeno’, isto é, aquele que emerge ou tem origem no interior do próprio território, aplica-se ao património natural ou cultural de uma região, como elemento distintivo, identitário e um activo estratégico para o seu desenvolvimento económico e social. Foi neste sentido que, durante a vigência Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-13, surgiu o programa PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) enquanto estratégia de valorização económica de base territorial dirigido especificamente para espaços de baixa densidade e que apoiou projectos patrimoniais como as Aldeias do Xisto ou as Aldeias Históricas de Portugal.

Contudo, o universo patrimonial é pleno de subtis diferenças conceptuais, umas vezes de ordem técnica, outras de natureza ideológica, pelo que a generalização do termo é sempre arriscada: de que se trata quando falamos de património cultural? Construído ou natural? Móvel ou imóvel? Material ou intangível? Nacional ou Mundial? Hoje, são tantos e tão intrincados os conceitos patrimoniais que importa ser preciso na natureza e na geografia da questão. Por outro lado, desde pelo menos a segunda metade do século XIX, a evolução internacional dos conceitos foi precedida pela evolução das próprias políticas de protecção dos bens culturais, numa complexa sucessão de leis e de instituições, com responsabilidades e tutelas distintas.

Sem pretensão de exaustividade mas antes de síntese, o primeiro capítulo deste trabalho pretende enquadrar histórica e conceptualmente o universo patrimonial português, no sentido de permitir uma visão global sobre o sector, levantar as suas principais necessidades e contribuir para a definição de linhas futuras de actuação estratégica.

I.1.2 Evolução de conceitos

Segundo Françoise Choay (1992), o conceito de Património é uma criação europeia. Surge no continente europeu, em virtude de um longo passado histórico, rico mas conturbado, que permitiu a acumulação de uma enorme herança cultural, materializada em obras de artes, edifícios e cidades, mas também em tradições, línguas e costumes. Desde a Antiguidade Clássica até aos séculos XIX e XX, é incontornável o papel da Europa na construção e consolidação deste modelo identitário e na sua estruturação teórica, filosófica, administrativa e técnica. Algumas das primeiras leis de protecção do património europeu datam do século XV (Bulas papais), XVI (Inglaterra) ou XVII (Suécia). E Portugal tem, neste capítulo, um alvará notável e pioneiro mandado publicar por D. João V em 1721, na sequência da criação da Academia Real de História Portuguesa, no ano anterior. Porém, como nos explicam Rivera (1996) ou Jokiletho (1997), é apenas nas décadas seguintes à Revolução Francesa, sobretudo a partir de 1830, que se consolida a consciência pública da importância de preservar a herança material dos nossos antepassados enquanto símbolos da nação.

Os momentos de grande destruição na história da Europa foram, paradoxalmente, também os momentos de charneira na defesa do seu património cultural: os excessos resultaram em perdas que motivaram a sua protecção. Se, no rescaldo da Revolução Francesa, surgem as primeiras leis e instituições para a protecção do património francês, na sequência da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, o financiamento das políticas patrimoniais em Inglaterra surge da venda de material de guerra obsoleto. Entre o final do século XVIII e a segunda metade do século XX, a história do património cultural europeu (e, em grande medida, a do património a nível mundial) acompanhou os principais acontecimentos políticos e sociais, numa evolução de conceitos teóricos, técnicos e legais que constituem hoje o essencial do corpo de conhecimento nesta área.

Neste longo percurso, o conceito de património cultural foi alvo de inúmeras interpretações, influenciadas pelas próprias mudanças na sociedade e que se traduziram numa crescente complexidade do universo patrimonial. Do ponto de vista conceptual, o património cultural é hoje o conceito mais abrangente, integrando o património material – que inclui o património imóvel e móvel – e o património imaterial. Por sua vez, o património móvel compreende o conjunto de obras de arte (pintura, escultura, mobiliário...) e o património imóvel compreende o património arquitectónico, arqueológico e paisagístico. Adicionalmente, existe ainda o património que resulta da combinação da obra do Homem e da Natureza². Como referido, o presente Estudo é focado no património construído e classificado uma vez que se trata do universo patrimonial com maior nível de informação e abrangência territorial.

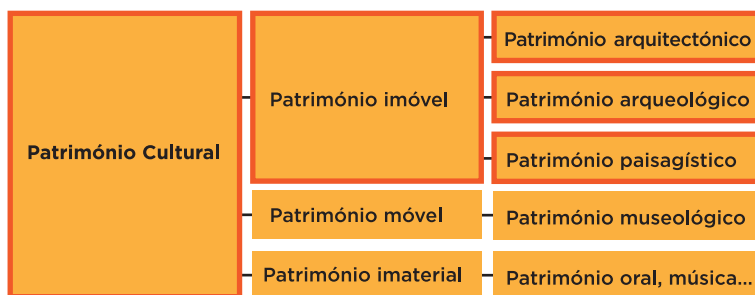


Figura 1

Distintos universos dentro do conceito abrangente de Património Cultural, estando assinalados os campos de referência deste Estudo

² À luz deste conceito, relativamente recente, surgiu uma nova categoria de classificação do Património Mundial (UNESCO), o de Paisagem Cultural da Humanidade, de que Sintra, em Portugal, foi a primeira classificação na Europa (1995) e a segunda a nível mundial.

1.1.3 Legislação

Em Portugal, o enquadramento legal de referência para todo o universo do património cultural³ é dado pela *Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural* - Lei 107/2001, de 8 de Setembro. Esta lei é complementada por várias outras, de natureza sectorial ou institucional⁴, entre as quais, o *Procedimento de Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural*, bem como o *Regime Jurídico das Zonas de Protecção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda* - Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro e o *Regime Jurídico dos Estudos, Projectos, Relatórios, Obras ou Intervenções sobre Bens Culturais Móveis e Imóveis Classificados ou em vias de Classificação de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal* - Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho.

A par do enquadramento legal a nível nacional, existem várias directrizes emitidas por entidades como o ICOMOS, o Conselho de Europa ou a UNESCO, materializadas sob a forma de Cartas, Convenções ou Recomendações internacionais e que constituem guias de referência para a prática profissional. Apesar de se tratar de recomendações para o sector patrimonial, muitas vezes de carácter ético e filosófico, e não formalizarem um contributo puramente legislativo, por diversas vezes, estas normas influenciaram a legislação nacional portuguesa – caso da *Carta de Florença sobre Jardins Históricos* (1981) ou da *Carta de Washington sobre Cidades Históricas* (1987). Algumas destas convenções foram inclusive redigidas em território português, como a *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada* (1995) e a *Convenção de Faro* (2005).

Adicionalmente, no campo do financiamento das políticas culturais, importa destacar o *Estatuto do Mecenato*, criado nos anos 1980 e actualmente regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 74/1999, de 16 de Março, destinado a promover o investimento de privados em vários sectores – entre os quais, o sector da Cultura – com benefícios de natureza fiscal. Os *Benefícios Fiscais*, já presentes anteriormente na legislação portuguesa, foram modificados através da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que clarifica e actualiza as especificidades para o mecenato cultural.

³ Refira-se que se encontra actualmente em discussão a criação de uma Lei de Bases para o Património Natural.

⁴ Adicionalmente, existem outros decretos de lei com relevância para o sector, especificamente focados na área da arqueologia, da museologia, do património móvel, subaquático ou do património imaterial.

Por outro lado, verifica-se, ao longo dos últimos anos, um esforço adicional por parte da legislação portuguesa para incentivar o investimento no património cultural, ainda que indirectamente. Neste âmbito, a concessão de vistos de residência para cidadãos estrangeiros através da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho e do Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, deu origem a um aumento extraordinário do investimento estrangeiro em Portugal, sobretudo orientado para o mercado imobiliário, originando um desenvolvimento do sector da reabilitação urbana nos centros históricos de Lisboa e Porto. A legislação previa a atribuição de vistos de residência mediante a aquisição e reabilitação de bens imóveis de valor superior a 350 mil euros, com mais de 30 anos ou localizados em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Refira-se que, no campo da Cultura, a legislação previa ainda a atribuição de um visto de residência mediante a transferência de capitais (superior a 250 mil euros), para “apoio à produção artística, recuperação ou manutenção do património cultural nacional”, a entidades essencialmente de utilidade pública. Infelizmente, os resultados deste último programa foram decepcionantes e a atribuição de vistos de residência revestiu-se de alguma polémica política na sequência de irregularidades na concessão dos chamados *Vistos Gold*, tendo a legislação sofrido várias alterações, a última já no ano de 2018.

Paralelamente, devem ser ainda evidenciadas iniciativas como a da Direcção Geral das Artes no Apoio às Artes Visuais (arquitectura, artes plásticas, design, fotografia, novos media) e Artes Performativas (circo contemporâneo e artes de rua, dança, música, teatro) - através do Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de Agosto, bem como a publicação da Portaria n.º 22/2017, de 12 de janeiro, que possibilitou a consignação de 0,5% do IRS dos contribuintes a entidades culturais inscritas para o efeito. Em Abril de 2019, o número de entidades culturais passíveis de beneficiar desta consignação de 0,5% do IRS, ascendeu a um total de 307 entidades (GEPAC, 2019).

I.1.4 Protecção do património - inventariação e classificação

Em território nacional, a herança patrimonial entendida como o património cultural do país é, segundo a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, constituída

pelo universo de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, bem como “os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”, entendendo-se por interesse cultural relevante, o seu valor “histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico”, reflectindo “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”.

Este universo é ainda legalmente extensível “aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos”. O património cultural nacional consiste, deste modo, num vasto e variado universo de bens materiais e imateriais, cuja salvaguarda e valorização compete ao Estado assegurar, de acordo com a mesma Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Segundo o nº 1 do artigo 16º, a protecção legal dos bens culturais assenta na “inventariação” (identificação e estudo dos valores culturais) e na “classificação” (procedimento administrativo de salvaguarda legal), constituindo um sistema duplo de protecções complementares, mas diferentes no modo, na forma e na força legal⁵. A partir do inventário sistemático dos bens culturais, é possível seleccionar aqueles bens que merecem protecção legal explícita, isto é, apoiar o processo de decisão de classificação, motivo pelo qual o inventário deve ser encarado como um eficiente meio de protecção do património cultural e não apenas como uma mera ferramenta técnica de trabalho (Lobo de Carvalho, 2007): conhecer é proteger.

O universo de bens culturais que constitui a herança patrimonial da nação é, portanto, constituído pelo conjunto dos bens inventariados e dos bens classificados. Este último grupo divide-se em diferentes graus de protecção legal - Interesse Nacional, Interesse Público ou Interesse Municipal - de acordo com a importância cultural e relevância geográfica dos bens. Na primeira categoria, incluem-se os Monumentos Nacionais, e as duas últimas categorias subdividem-

⁵ De acordo com o Artigo 19º, da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, a classificação é “o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural”. A inventariação consiste no “levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação”.

-se em Conjuntos, Imóveis, Monumentos e Sítios. No caso particular das Regiões Autónomas da Madeira (RAM) e dos Açores (RAA), existem as designações específicas de Monumento Regional, Monumento de Valor Cultural Regional e Conjunto de Valor Regional. Na prática, a protecção legal funciona através de uma restrição parcial aos direitos reais sobre um bem cultural público ou privado (transacção, alteração, ampliação, demolição), ficando sujeitos ao parecer prévio das entidades de tutela a nível municipal (Câmaras), regional (Direcções Regionais de Cultura) ou nacional (Direcção Geral do Património Cultural). Adicionalmente, são impostas zonas de protecção em redor dos bens protegidos (reconhecendo a importância do contexto) e, em certos casos, disponibilizados benefícios fiscais.

Em Agosto de 2019⁶, existiam em Portugal 4.575 bens imóveis classificados, tendo como referência os imóveis classificados constantes na base de dados da DGPC para Portugal Continental (PC) e a informação disponibilizada pelas DRC da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores. Para os imóveis inventariados, considerou-se como referência a base de dados do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA), apresentando um total de 33.440 bens imóveis inventariados. No total, o universo patrimonial português, em 2019, ascende a 38.015 bens culturais imóveis classificados e inventariados.

Portugal 2019	PC	RAM	RAA	Total
Imóveis classificados	4.103	179	303	4.575
Imóveis inventariados	32.283	447	710	33.440

Figura 2

Universo de bens imóveis classificados e inventariados em Portugal

Fonte: Observatório do Património, 2019.

⁶ Dependendo da disponibilidade e qualidade dos dados disponíveis, o Estudo recorre também a dados de outros anos no período 2017-2019.

No contexto da classificação do património, existe ainda a categoria do Património Mundial ou da Humanidade. Este sistema de classificação, dividido em categorias (monumento, centro histórico, paisagem cultural e bens em série) é gerido pela UNESCO. Na sua lista, incluem-se actualmente 17 bens culturais localizados em Portugal. Existem ainda 8 manifestações imateriais classificadas e 26 bens culturais classificados como Património Mundial de Origem Portuguesa⁷ distribuídos por quinze países e três continentes.

Património Mundial 2019	PC	RAM	RAA	Total
Bens culturais	14	1	2	17
Manifestações imateriais	8	0	0	8

Figura 3

Bens culturais portugueses ou de origem portuguesa classificados como Património Mundial

Fonte: Comissão Nacional da UNESCO, 2019.

A inventariação, por seu lado, tem assumido um papel cada vez mais relevante na salvaguarda do património cultural, em virtude de uma maior aposta no sistema de gestão de informação sobre o património a partir da década de 1990, de novos critérios metodológicos e científicos de levantamento e registo e, por fim, de um significativo investimento em infraestruturas e equipamento de arquivo. Destaca-se, em particular, o *Sistema de Informação do Património Arquitectónico* (SIPA) instalado no Forte de Sacavém e desenvolvido a partir de 1992 no âmbito do projecto de Inventário e Divulgação da antiga Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), desde 2015 integrado na estrutura da DGPC (Decreto-Lei nº 102/2015).

⁷ Em anexo, apresenta-se a listagem completa dos bens culturais portugueses ou de origem portuguesa classificados como Património Mundial. Adicionalmente, a Lista Indicativa de Bens Portugueses a Património Mundial inclui mais 22 bens imóveis (Comissão Nacional da UNESCO, 2019).

A necessidade de articular as diversas fontes de informação existentes dificultou, durante vários anos, a inteira compreensão do universo patrimonial português. Hoje, a integração das diferentes bases de dados sectoriais é um dos desafios da gestão patrimonial, resultado de uma complexa genealogia institucional, com sucessivas fusões e separações de tutelas por várias instituições e ministérios.

Assim, surgiram distintos projectos – como o inventário do património arquitectónico e paisagístico (SIPA) acima referido, o Inventário do Património Imóvel dos Açores (IAC), a base de dados georreferenciada do património classificado (Ulysses), o inventário dos bens móveis (MatrizNet), do património imaterial (MatrizPCI) e das colecções dos Museus e Palácios Nacionais (MatrizPix), ou o levantamento dos sítios arqueológicos (Endovélico) – que hoje importa reunir e articular.

Existem ainda outros recursos como o *Portal do Arqueólogo* (com um inventário do património arqueológico), o *Atlas do Património Cultural* (ferramenta de georreferenciação, com Zonas Gerais e Especiais de Protecção e com restrições específicas à construção) e a *Lisboa Interactiva* (projecto desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa). A este esforço de inventariação e classificação do património nacional, acresce o projecto internacional *Google Arts*, com um cada vez maior número de bens culturais nacionais disponíveis online.

A harmonização de indicadores estatísticos é um problema constante entre instituições nacionais e internacionais⁸. Assim, a articulação da classificação com a inventariação tem sido um dos principais desafios para o sector do património cultural, uma vez que a própria base de dados de bens classificados da DGPC não é, por enquanto, totalmente compatível com o sistema SIPA⁹. Esta situação deve-se sobretudo à existência de incoerências ao nível dos elementos físicos e urbanos que se encontram de facto sob protecção, uma vez que a metodologia e, sobretudo, a organização da informação tem sido (há largos anos) diferente de instituição para instituição (DGEMN, DGPC, INE, Regiões Autónomas, etc.).

⁸ Destaque-se, a este respeito, o projecto *Compendium of Cultural Policies and Trends* iniciado pelo Conselho de Europa em 1998 (www.culturalpolicies.net) com o objectivo de reunir e harmonizar os diferentes indicadores estatísticos nacionais dos diferentes estados-membros, a fim de permitir a partilha de recursos, conhecimento e tendências das respectivas políticas culturais.

⁹ Até 2007 - ano da extinção da DGEMN - existiam três fontes de informação sobre o património português: a base de dados do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), o Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN e os dados estatísticos nacionais do INE. Da sua comparação, resultava frequentemente uma dificuldade prática em definir consensualmente o universo de imóveis classificados e inventariados em Portugal, devido a diferentes formas de organização da informação.

1.1.5 Evolução do universo patrimonial

O universo patrimonial está em permanente mutação. Ao património criado ontem, junta-se o património criado hoje, numa sucessiva adição de valores patrimoniais¹⁰. O parque histórico classificado cresce em virtude da redefinição das fronteiras do valor patrimonial e da criação de novo património, ampliando as responsabilidades colectivas. Apesar da destruição causada pelo terramoto de 1755, os eventos históricos da primeira metade do século XIX português marcariam significativamente a dimensão, condição e a estrutura da propriedade do parque histórico edificado português: a destruição associada às Invasões Napoleónicas (1807, 1809 e 1811), o abandono provocado pela partida da Família Real e da Corte para o Brasil (1807-21), a subida ao trono de D. Miguel (1827) e as Guerras Liberais que se seguiram (1828-34), assim como a expropriação dos bens conventuais na sequência da extinção das Ordens Militares e Religiosas (1834).

Na segunda metade do século XX, porém, deu-se um significativo passo em prol da salvaguarda do património nacional com a fundação da Associação dos Arquitectos Civis em 1863 - posteriormente designada de Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1872 - e a quem coube dar início ao processo de classificação dos monumentos nacionais. Dez anos mais tarde, em 1882, foi estabelecida a Comissão dos Monumentos Nacionais que viria a prosseguir com a classificação de Monumentos Nacionais a partir de 1906, com uma lista finalmente aprovada em 1910.

No início do século XX, deu-se um outro acontecimento marcante para o sector, a Lei da Separação do Estado das Igrejas (1911) que, tal como a extinção das Ordens Militares e Religiosas, ditou a passagem de inúmeros bens imóveis para a esfera pública para acolher serviços no campo da Saúde, da Educação, da Justiça ou do Exército, bem como a perda de inúmeros bens culturais móveis e imóveis, como acontecera após 1834. Este processo evitou as elevadas despesas necessárias à construção de novas infraestruturas de raiz e permitiu uma função útil para os imóveis abandonados, mas acabou por se revelar um fardo

¹⁰ Assim, por exemplo, o Centro Cultural de Belém foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 2002, apenas 10 anos após terminada a sua construção, e a sede da Fundação Calouste Gulbenkian foi classificada como "obra de arte total" incluindo jardins, como Monumento Nacional em 2010, por ocasião dos seus 50 anos. Pelo contrário, o Palácio de Belém, construção original do século XVI e actual sede da Presidência da República, apenas foi classificado como Monumento Nacional em 2007. Neste caso, a sucessiva adição de valores culturais, nomeadamente as intervenções contemporâneas da segunda metade do século XX, foi decisiva para a sua valorização patrimonial.

significativo para o Estado português, face às futuras responsabilidades de conservação e manutenção assim assumidas.

É neste contexto que surge, em 1920, a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN) para dirigir “todos os serviços de arquitectura e construção civil do Estado”, para gerir os fundos destinados a intervenções em edifícios públicos e para conservar e restaurar os monumentos nacionais (Decreto nº 7038/1920). Este período de grande instabilidade política e social (a Primeira República portuguesa) é frequentemente associado, um pouco por toda a Europa, a uma problemática de natureza política do património, explicada pela carência de uma estrutura de gestão consolidada, bem como pelos limitados meios financeiros disponíveis, não obstante as compensações de guerra decorrentes da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial e que alimentaram algumas obras de conservação do património nacional.

Em 1929, a AGEMN foi substituída pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), um serviço central com a responsabilidade pelas “obras dos edifícios e monumentos nacionais [...] onde funcionem serviços públicos” (Decreto nº 16791/1929), tendo o poder para intervir na grande maioria do património imobiliário estatal. Esta fase ficou marcada pela valorização do parque patrimonial português e pela criação de estruturas patrimoniais de relevo por motivo de comemorações como os Centenários da Nacionalidade e da Independência de Portugal (1940) e o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960). Esse uso do património cultural como um instrumento de enaltecimento do sentimento nacionalista e patriótico característico do Estado Novo, acabou por contribuir para a sua revitalização e dinamização. Não obstante a atenção particular aos monumentos históricos da nação – sobretudo àqueles ligados à origem da nacionalidade –, o universo de imóveis classificados também aumentou, tanto em número, como em diversidade de épocas de construção, em distribuição territorial e tipologia arquitectónica.

Já no que diz respeito à protecção legal do património construído, Portugal iniciou-se tardiamente neste processo se comparado com outros países europeus, desenvolvendo estes procedimentos sobretudo a partir do terceiro quartel do século XIX: na sequência de anteriores comissões de Monumentos Nacionais

de 1870 e de 1875, uma nova Comissão de Monumentos Nacionais nomeada em 1891 teve como função “coligir as notícias do estado em que se achem os monumentos nacionais e para levantar as plantas dos edifícios públicos e desses monumentos”. No entanto, é já em 1880 (Portaria de 10 de Dezembro) que se inicia efectivamente o trabalho de inventariação dos monumentos portugueses, na sequência do pedido feito pelo Governo à Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos para a elaboração de uma listagem de imóveis a classificar. Este trabalho constituiria (Jorge, 1993: 28) a “base dos critérios de classificação dos imóveis que deveriam ser considerados monumentos nacionais, definidos em 1901 (Decreto de 30 de Dezembro) e com uma primeira lista publicada em 1907 (Decreto de 10 de Janeiro)”.

Com a República, dá-se o arranque efectivo dos processos de classificação, com um ritmo que manter-se-á estável ao longo das primeiras décadas do século XX, registando cerca de 450 imóveis classificados em 1910 e perto de 600 no início da década de 1930. Porém, com a classificação de mais de 300 pelourinhos realizada pela Academia Nacional de Belas-Artes, o universo classificado eleva-se abruptamente para cerca de 1.000 bens culturais protegidos em 1933. O ritmo manter-se-á novamente estável até ao início da década de 1960, altura em que o universo patrimonial protegido ascendia a aproximadamente 1.450 imóveis classificados, divididos pelas categorias de MN (cerca de 45%) e IIP (cerca de 55% do total). Após 1975, dá-se novo incremento do ritmo de classificações que ultrapassam, no final da década, os 2.000 imóveis classificados. Ao longo dos vinte anos seguintes, as classificações prosseguem a um ritmo significativo, sendo perto de 2.700 os bens culturais classificados em meados da década de 1990. O último quartel do século XX corresponde assim a um aumento de mais de dois quintos do total do parque patrimonial protegido em Portugal, demonstrando a prioridade política dada ao património por parte de vários governos, após a Revolução de 1974.

Em 1993, o inventário do Património Architectónico e Arqueológico classificado, publicado em três volumes (IPPAR), apresentava um total de 2.592 imóveis em Portugal Continental apenas. Em 2005, a base de dados do IPPAR ascendia já a 3.223 imóveis classificados (incluindo já o património paisagístico, mas ainda sem incluir as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), evidenciando um

crescimento de 20% do parque patrimonial classificado em apenas 12 anos (o que equivale a um ritmo anual de 53 classificações). Já na última década, entre 2009 e 2018, apesar da abrangência territorial ampliada com a inclusão das Regiões Autónomas, o parque de património classificado sofreu um aumento de 786 bens, correspondente a um crescimento de 18%. Este aumento traduz-se, assim, numa média de 78 bens classificados por ano, o que, apesar de não representar um valor elevado, comprova a extensão desta tendência¹¹ na política do património cultural.

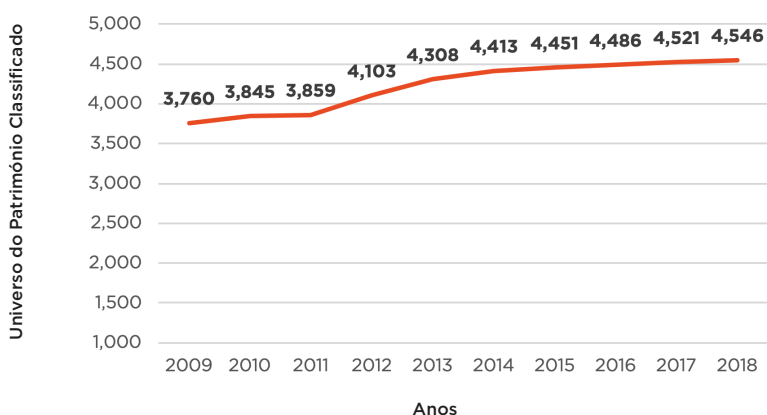


Figura 4

Evolução do universo de bens imóveis classificados em Portugal na última década (2009-18)

Fonte: Observatório do Património e INE, 2019.

Segundo as Estatísticas da Cultura (INE, 2011), cerca de 46% dos bens classificados são Imóveis de Interesse Público, destacando-se ainda 18% correspondentes a 806 bens imóveis classificados como Monumentos Nacionais – a classificação de grau mais elevado a nível nacional. Num terceiro nível, surgem os Monumentos de Interesse Público e os Imóveis de Interesse Municipal, com um peso de 11% e 10%, respectivamente, no universo global. Relativamente aos conjuntos e sítios, tanto de interesse público como municipal, representam uma fracção limitada. De referir, ainda, a relevância da Região Autónoma da Madeira e dos Açores pelo rico valor patrimonial, mas também pela ampla divergência de nomenclaturas.

¹¹ Esta comparação é feita tendo por base dados de fontes distintas: os dados de 1993 e 2005 provêm do IPPAR, enquanto os dados de 2010 a 2018 provêm da DGPC, através das Estatísticas da Cultura (INE, 2011). Não obstante as diferenças de fonte, universo e abrangência geográfica, consideram-se os dados válidos para a extrapolação de tendências.

Categoria de protecção legal (2018)	PC	RAM	RAA	Total
Património Mundial	18	4	1	23
Monumento Nacional	858	2	8	868
Monumento de Interesse Público	507		8	515
Imóvel de Interesse Público	2.192	135	32	2.359
Conjunto de Interesse Público	61			61
Conjunto Classificado de Interesse Público		2		2
Conjunto Arquitetónico de Valor Regional			1	1
Conjunto Protegido		1		1
Sítio Classificado	1			1
Sítio de Interesse Público	70			70
Valor Regional			5	5
Valor Cultural Regional			10	10
Monumento de Interesse Municipal	92			92
Interesse Municipal	511	44	26	581
Imóvel de Interesse Municipal	8		7	15
Conjunto de Interesse Municipal	14	1	1	16
Sítio de Interesse Municipal	11			11
Valor Local			52	52
Valor Cultural Local			13	13
TOTAL	4.343	189	164	4.696 (*)
Outros				
Em Estudo	249			249
Em vias de classificação	563			563
Valor Concelhio	0			0
Zona Especial de Protecção	352			352
TOTAL	1.164			1.164

Figura 5

Universo de bens imóveis classificados em Portugal Continental e Regiões Autónomas, por categoria de protecção em 2018.

Fonte: Observatório do Património, 2019.

(*) Número resultante de duplas classificações de alguns elementos patrimoniais.

I.2 Políticas Patrimoniais (1974-2019)

O desenvolvimento económico do período pós-II Guerra Mundial e a consequente melhoria das condições de vida das famílias, permitiu novos hábitos de consumo e de lazer ao longo das décadas de 1950 e 1960. A par de um significativo desenvolvimento do turismo mundial, criaram-se novos hábitos de consumo cultural, nomeadamente, a visita a atracções como centros históricos e monumentos¹². Surgiram também, nesse anos, os primeiros estudos na área da Economia da Cultura e que tentavam perceber os hábitos culturais em diversos sectores (sobretudo nas artes de representação), bem como o valor económico dos mesmos, com o intuito de capacitar as políticas públicas num campo de actuação então emergente como era o da Cultura. Em particular, a partir de 1975 – Ano Europeu do Património Arquitectónico – o sector do património cultural torna-se objecto de maior atenção por parte de vários governos europeus, reconhecendo a sua autonomia sectorial dentro das políticas culturais.

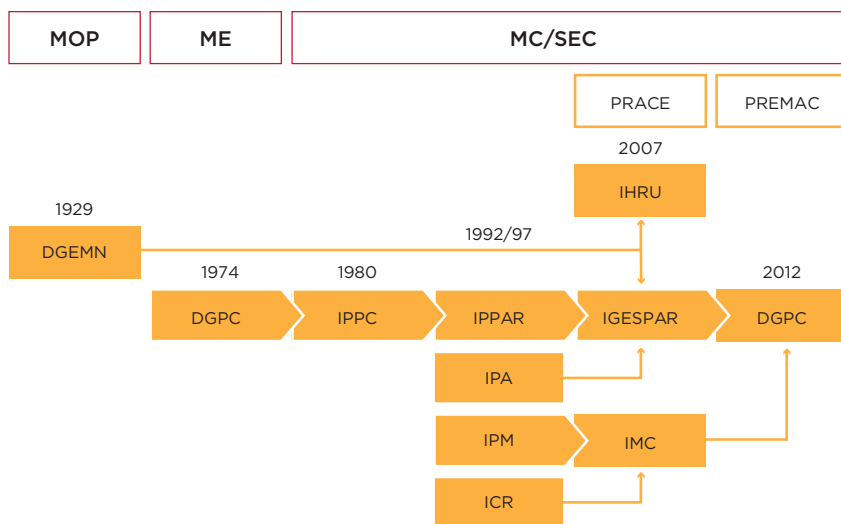


Figura 6
Organização institucional do sector patrimonial em Portugal (1974-2012)

Não obstante o seu crescente protagonismo, o sector do património cultural era ainda de difícil arrumação política dentro dos executivos governamentais: em alguns países, surge pela primeira vez um Ministério da Cultura na orgânica da Administração Central, e no qual o património parece encontrar o seu lugar

¹² Registe-se, a este propósito, a realização em Portugal do I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, no qual foi enaltecido o trabalho da DGEMN na conservação dos monumentos nacionais, descritos como 'arma turística' nessa 'industria sem chaminé' que é o turismo.

natural entre outros ramos da Cultura; porém, noutros países, é colocado na área do Ambiente (outro sector emergente) ou ainda junto dos Meios de Comunicação e do Desporto. Em Portugal, foi primeiramente incluído na esfera das Obras Públicas, onde permaneceu durante todo período do Estado Novo, passando parcial e temporariamente para a pasta da Educação (no início da década de 1970), até chegar à pasta da Cultura, no início da década de 1980. A partir desse momento e durante mais de um quarto de século, o património permaneceu um sector dividido entre duas tutelas ministeriais: Obras Públicas e Cultura. Nesta última, foi objecto de sucessivas desagregações institucionais por subsectores (arqueologia, monumentos, museus, etc.), até à total reorganização do sistema patrimonial, em 2012, numa única tutela e sob uma mesma instituição: a actual DGPC.

1.2.1 DGEMN e IPPC (1974-1992)

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929 e extinta em 2007, foi, durante anos, umas das mais antigas estruturas da Administração Central do Estado e um estandarte na defesa do património construído, sobretudo durante a vigência do Estado Novo (1933-1974). Foi também a principal instituição patrimonial do país, com quatro direcções regionais (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora), centrando a sua actuação em inúmeros monumentos por todo o território nacional.

Contudo, após a revolução de 1974, altera-se, com o contexto político, a própria configuração da administração pública decorrente dos novos desafios da sociedade portuguesa: a DGEMN perde progressivamente o seu protagonismo no âmbito de uma nova organização do sector patrimonial, em particular, a partir de 1980, com a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) na esfera da Secretaria de Estado da Cultura. Em teoria, o IPPC exercia as suas funções em estreita colaboração com a DGEMN, mas os limites de actuação de cada entidade permaneciam, em algumas áreas, pouco claros. Por outro lado, o IPPC surgiu como uma instituição demasiado abrangente, agregadora da quase totalidade do sector cultural, daqui decorrendo a posterior criação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), em 1992, e a distribuição de algumas das suas competências por novas instituições entretanto criadas.

1.2.2 IPPAR e IPA (1992-2006)

Cinco anos após a criação do IPPAR, prosseguiu-se com o processo de reorganização interna, atribuindo-se a gestão do património arqueológico ao novo Instituto Português de Arqueologia (IPA), mantendo o IPPAR a mesma designação mas somente com o pelouro do património arquitectónico.

O IPPAR tinha, entre outras atribuições, a salvaguarda e a valorização de bens imóveis integrantes do património cultural, com uma acção extensível a zonas de protecção, à inventariação e investigação, à avaliação de intervenções no património e à gestão do património imóvel e móvel afecto à instituição (Decreto-Lei nº 120/1997). Ao IPA, foi delegado um amplo rol de incumbências, ainda que sempre focadas no património arqueológico: de forma geral, o IPA deveria actuar ao nível da aprovação e acompanhamento de trabalhos arqueológicos e outros estudos na área, da classificação de bens arqueológicos, da protecção do parque arqueológico, da constituição de uma rede de depósitos e da divulgação do tema “arqueologia” na sociedade (Decreto-Lei nº 117/1997).

Apesar da fragmentação institucional do sector, a década de 1990 ficou ainda marcada pelo novo fulgor da DGEMN, devido à renovação do seu corpo técnico e ao trabalho desenvolvido no âmbito do Inventário do Património Arquitectónico. A DGEMN foi ainda obrigada a aumentar o seu campo de actuação, com uma vertente mais activa na instalação de serviços públicos (Edifícios), na valorização do património arquitectónico (Monumentos) e no acompanhamento e avaliação das intervenções sobre o património (Decreto-Lei nº 193/1993).

1.2.3 IGESPAR e IMC (2006-2011)

Estas três entidades – DGEMN, IPPAR e IPA – assumiram, durante década e meia, a responsabilidade pelo património arquitectónico e arqueológico nacional, período marcado por alguma sobreposição de responsabilidades, facto que levou a uma nova e profunda transformação do sector no ano de 2006. Esta reforma estrutural, através do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), coincidiu com a extinção da DGEMN e com a distribuição das suas competências pelo IPPAR, pelas Direcções Regionais de

Cultura¹³, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e por outras entidades até então directamente apoiadas pela DGEMN.

Paralelamente, o IPPAR e o IPA foram substituídos pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.) que manteve “as competências normativas (inventário, classificação e conservação) e a tutela dos bens imóveis inscritos na lista do Património Mundial”. A vontade de agregar poderes e diminuir a extensão da estrutura estatal convergiu ainda na fusão das competências do Instituto Português de Museus (IPM) e do Instituto Português de Conservação e Restauro (ICR) num novo Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (IMC). Ao nível da Administração Central, o PRACE coordenou também a divisão da tutela patrimonial entre o Ministério da Cultura e os Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território.

1.2.4 DGPC e actualidade (2011-2019)

O modelo estabelecido pelo PRACE manteve-se até 2011 quando, em nova reestruturação sectorial, surge a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) resultante da fusão entre o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR) e o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (IMC). Esta concentração de funções numa nova estrutura agregadora do sector, tornou a DGPC na actual instituição patrimonial de referência. Segundo o Decreto-Lei n.º 115/2012, são seus principais atributos:

- “Propor a classificação e inventariação de bens imóveis de interesse nacional e de interesse público de relevância arquitectónica e arqueológica e, quando for o caso, estabelecer zonas especiais de protecção;
- Elaborar [...] planos, programas e projectos para a execução de obras e intervenções [...] em imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados nas respectivas zonas de protecção;
- Assegurar [...] a gestão e valorização do património cultural arquitectónico e arqueológico [...];

¹³ Que passam a assumir a responsabilidade na gestão dos vários monumentos antes sob a tutela do IPPAR.

- Promover e assegurar o inventário geral do património cultural [...];
- Pronunciar-se sobre o impacto de planos ou grandes projectos e obras, tanto públicos, como privados.”

Complementarmente, a estrutura da DGPC integra os Serviços Centrais do Departamento de Bens Culturais; do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação; do Departamento de Estudos, Projectos, Obras e Fiscalização e do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo. A sua estrutura integra ainda 18 serviços dependentes principais (museus, mosteiros e palácios), onde se encontram alguns dos mais importantes monumentos e atracções culturais do país.

Desta forma, a nível nacional, a actual estrutura nuclear para a tomada de decisões na gestão do património cultural divide-se pelo Ministério da Cultura, pela DGPC, pelas DRC¹⁴ e pelas estruturas consultivas municipais, existindo ainda uma Comissão Nacional da UNESCO na esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado, a descentralização de responsabilidades tem conduzido a um maior protagonismo da Administração Local, nomeadamente, porque a tutela de diversos serviços dependentes da antiga DGEMN foi igualmente transferida para a Administração Local.

Contudo, a necessária reflexão estratégica sobre os desafios futuros que o sector enfrenta continua por fazer, não obstante a sua profunda reorganização na última década.

1.2.5 Financiamento

Ao longo do último meio século, o sector cultural teve um protagonismo político reduzido em Portugal e raramente subiu de Secretaria de Estado a Ministério¹⁵. Não é de estranhar, portanto, que nunca se tenha obtido o tão almejado 1% do

¹⁴ As quatro Direcções Regionais da Cultura têm assumido uma crescente preponderância na gestão do património cultural. Porém, na respectiva distribuição territorial, o número de equipamentos culturais afectos e o orçamento disponível são muito distintos entre Direcções.

¹⁵ A pasta da Cultura tem sido alvo de sucessivas alterações, em função dos diferentes governos. Em 2016, por exemplo, o governo criou um Ministério da Cultura com a tutela da comunicação social, incluindo a RTP, com um grande peso dentro do orçamento global. Refira-se que, durante o Governo PSD/CDS-PP, a Secretaria de Estado da Cultura encontrava-se sob a dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

Orçamento do Estado dedicado à Cultura. Neste contexto, embora o património cultural tenha beneficiado da maior fatia do investimento público na área da Cultura, a verdade é que tal se deve a uma realidade estrutural que importa atender – a sua efectiva existência e distribuição territorial –, mais do que a uma política considerada estrategicamente prioritária. Ao longo das últimas décadas, esta responsabilidade pública tem sido desempenhada com orçamentos mínimos, apenas compensados pela disponibilização dos primeiros Fundos Estruturais Europeus (1985), do QCA I (1989-1993) e do QCA II (1994-1999), que permitiram a candidatura a financiamento comunitário de projectos de conservação do património cultural.

Dentro do sector patrimonial, existe a ideia generalizada de que este opera, desde há largos anos, de forma ineficaz e subfinanciada devido à falta crónica de recursos humanos e financeiros. Esta ideia é apenas parcialmente correcta: alguns estudos realizados no início da década de 2000 concluíram, pelo contrário, que Portugal apresentava um dos maiores investimentos no sector patrimonial ao nível europeu.

De facto, quando comparado com países como Espanha, França, Itália, Inglaterra, Holanda e Bélgica (estes últimos, com maiores semelhanças territoriais e populacionais), Portugal apresentava, em 2003, uma densidade patrimonial (número de bens culturais/mil habitantes) significativamente menor do que aqueles países. Pelo contrário, do ponto de vista económico, ao observar a despesa pública no Património e na Cultura para o ano de 2007, Portugal apresentava o segundo maior investimento em relação ao seu PIB entre os países analisados, apenas atrás da Holanda (Lobo de Carvalho, 2007). Estudos anteriores sobre o património espanhol haviam chegado a conclusões semelhantes (Hierro e Bustamante, 2001 e Hierro e Fernandez, 2004).

De acordo com o estudo elaborado por Hierro e Fernandez (2004), Portugal apresentou, em 2001, uma despesa pública (Administração Central do Estado (ACE) apenas) significativamente superior à da Espanha, França e Itália, com uma contribuição per capita semelhante em termos absolutos, mas correspondendo ao dobro do esforço público (0,13%) em termos de percentagem do PIB nacional. Por outro lado, é também o país com maior peso da Adminis-

tração Central do Estado (0,45%) na despesa pública em património cultural. Importa, contudo, assinalar que o objecto daquele estudo englobava o património arquitectónico, arqueológico, paisagístico, arquivístico, museológico e as bibliotecas – um universo significativamente mais alargado do que aquele aqui em causa (património construído, ou seja arquitectónico, arqueológico e paisagístico).

Caso se considerasse apenas o património construído, os dados dos referidos autores permitem estimar um gasto público (ACE) correspondente a 0,07% do PIB nacional, para 2001. Este valor foi corrigido para o ano de 2003, sendo acrescentado, também, o investimento das regiões, províncias, comunidades autónomas e da Administração Local (Lobo de Carvalho, 2007), representando Portugal o segundo maior investimento público europeu no património construído (0,08% do PIB) quando comparado com Espanha (0,04%), Inglaterra (0,06%), França (0,05%), Holanda (0,11%) e Bélgica (0,04%).

Importa, no entanto, ter presente que grande parte deste investimento foi consolidado por via indirecta, destacando-se maioritariamente o papel do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) no período analisado. Ou seja, se em termos gerais, o valor total do investimento no sector patrimonial em Portugal parece ser igual ou superior a outros países europeus, a diferença substancial reside no reduzido peso da dotação orçamental pública das instituições patrimoniais (sobretudo da Administração Central), comparativamente com o contributo dos fundos comunitários e privados.

O orçamento do Ministério da Cultura tem sido muito influenciado pelo contexto político e económico do país, assumindo-se aliás como um dos primeiros sectores a sofrer cortes na despesa em momentos de menor crescimento económico, como se verificou durante a crise económica de 2010-2014. A partir de 2015, na sequência do fim do programa de resgate financeiro internacional (FMI, 2011-2014), a recuperação da economia nacional conduziu a uma maior dotação do Programa Orçamental da Cultura. Desta forma, desde 2016 – ano em que a Cultura passa a ter um Programa Orçamental independente –, tem-se assistido a um contínuo crescimento da despesa total consolidada do Programa da Cultura no Orçamento do Estado, atingindo, em 2019, a marca dos 500 milhões

de euros¹⁶. No entanto, dentro do Programa da Cultura, importa perceber que 50,3% dos fundos foram direccionados para a RTP, ou seja, para a comunicação social. No mesmo ano, a DGPC beneficiou de apenas 50,1 milhões de euros, enquanto as Direcções Regionais da Cultura (Alentejo, Algarve, Centro e Norte) captaram cerca de 30,4¹⁷ milhões de euros no seu conjunto, assumindo um peso de cerca de 10% e 6,1% no orçamento global, respectivamente (República Portuguesa, 2018).

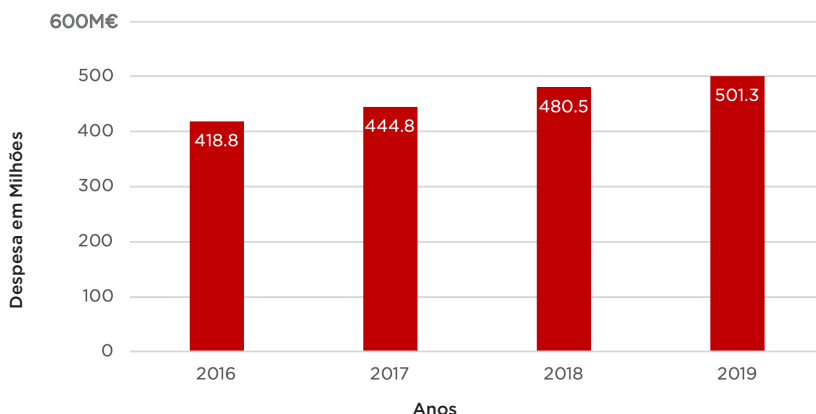


Figura 7

Despesa total consolidada do Programa Orçamental da Cultura, entre 2016 e 2019

Fonte: Observatório do Património. Extraído do Programa Orçamental da Cultura, integrado no Orçamento do Estado da República Portuguesa (2016, 2017, 2018, 2019).

Por outro lado, no registo das despesas da Administração Central com os serviços culturais, o investimento na Cultura após a crise de 2010-14 nunca mais foi o mesmo: de 2010 (o pico de investimento nos últimos dez anos) a 2012, o investimento sofreu uma forte redução, na ordem dos 70%, cifrando-se em cerca de 107 milhões de euros nesse ano. A partir de 2012, as despesas com serviços culturais verificaram um crescimento progressivo, mas bastante ténue, até 2016. Em 2017, esta tendência inverteu-se, caindo o total de despesas culturais para 143 milhões de euros.

¹⁶ Por comparação, refira-se que a Administração Local despendeu um total de 450,1 milhões de euros em actividades culturais e criativas, 20,9% dos quais (94,2 milhões de euros) no domínio do Património Cultural (INE, 2017).

¹⁷ Entre estas, a DRC Norte é aquela que assume maior protagonismo, tendo obtido um total de 15,3 milhões de euros em 2018 (República Portuguesa, 2019).

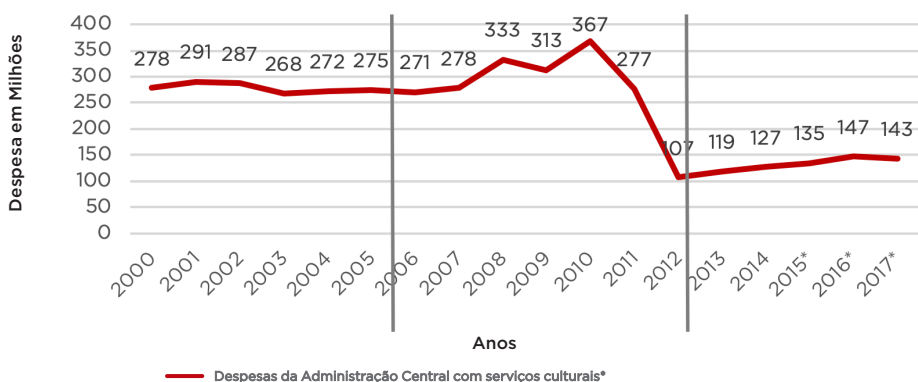


Figura 8

Despesas da Administração Central com serviços culturais, entre 2000 e 2017 (em milhões de euros)

*Total de despesas correntes e de capital. Considera a Conta Geral do Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central.

Fonte: Observatório do Património. Extraído do documento “Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional” (ICS/ FLUP/ CIES/ GEPAC, 2014) e das Estatísticas da Cultura do INE (2008-2017).

O abrandamento do investimento da Administração Central tem sido compensado por um crescente investimento da Administração Local: em 2017, a despesa da Administração Central com serviços culturais ascendeu a 143 milhões de euros, representando 0,2% do investimento global (cerca de 67 mil milhões de euros). Por outro lado, a Administração Local despendeu cerca de 450 milhões de euros em actividades culturais e criativas, o que representa cerca de 5,6% do orçamento global (8 mil milhões de euros). Dentro das despesas da Administração Local, o domínio do património cultural canalizou aproximadamente 94 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 21% das despesas com as actividades culturais e criativas. Na base deste investimento estará o facto de o património ser associado, cada vez mais, principalmente nos grandes centros urbanos, ao crescimento turístico e à capacidade de atrair visitantes ou eventos mas também de atrair novo investimento noutros domínios.

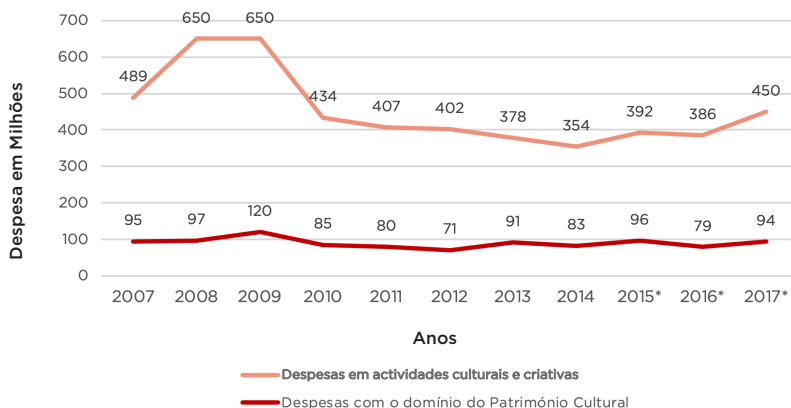


Figura 9

Despesas da Administração Local com actividades culturais e criativas e com o domínio do património cultural, entre 2007 e 2017 (em milhões de euros)

* Total de despesas correntes e de capital. Considera a Conta Geral do Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central.

Fonte: Observatório do Património. Extraído das Estatísticas da Cultura do INE (2008-2017).

1.2.6 Informação

O crescente reconhecimento da importância do sector do património cultural, nas últimas duas décadas, tem dado lugar a um crescente esforço para quantificar a sua real dimensão e impacto a nível nacional. Para além das bases de dados sectoriais já anteriormente referidas, a caracterização estatística do sector patrimonial nacional tem sido assumida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), através da publicação anual “Estatísticas da Cultura”¹⁸.

Em 2015, o INE e o GEPAC (Ministério da Cultura) - outra das entidades com um papel determinante na informação sobre o sector - uniram esforços para lançar a Conta Satélite da Cultura (CSC), referente ao triénio 2010-2012. Segundo o próprio documento, a CSC “visa corresponder ao interesse manifestado, em vários momentos e por várias entidades, nomeadamente pela Secretaria de Estado da Cultura, em dispor de uma avaliação exaustiva e detalhada da dimensão económica da cultura em Portugal” (INE, 2015).

¹⁸ O primeiro documento desta natureza foi “Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 2000”, editado em 2002, que passou a caracterizar separadamente o sector cultural com a publicação “Estatísticas da Cultura - 2008”, editado em 2009. Entre 2008 e 2010, o GEPAC lançou três publicações anuais, intituladas “Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura”.

Assim, tal como a Espanha, a Finlândia, a Polónia e a República Checa, Portugal passou a ter uma Conta Satélite da Cultura independente, que disponibilizou publicamente informação inovadora sobre o sector cultural e incentivou novos temas de investigação, até então pouco explorados. Um dos principais interesses da CSC prende-se com a análise do domínio do Património Cultural, um dos 10 domínios integrados no sector cultural, segundo os critérios estatísticos europeus.

Uma vez que a subdivisão da Cultura por áreas foi adaptada do ESSnet-CULTURE¹⁹, interessa salientar que o domínio do património cultural é referente ao conjunto de actividades englobadas pelos “museus, locais históricos, áreas arqueológicas e património imaterial” (ESSnet-Culture, 2012).

No entanto, apesar da pertinência destas ferramentas, existe ainda um longo caminho a percorrer nesta área, particularmente com o objectivo de desagregar a informação, de compilar fontes dispersas e de articular os diversos domínios territoriais. A relevância destas iniciativas reside no maior conhecimento do sector, na sua valorização, mas também na contribuição para uma maior transparência institucional, uma vez que a produção e divulgação de dados estatísticos numa base anual tem sido frequentemente negligenciada pelas várias entidades culturais¹⁹.

1.2.7 Economia

Ao analisar os dados da CSC – provavelmente, o estudo mais completo até agora realizado sobre o sector – constata-se que, no triénio de 2010 a 2012, a Cultura representou cerca de 2% do emprego da economia nacional e 1,7% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado. No que ao património cultural diz respeito, destaca-se desde logo o seu peso diminuto em termos de Unidades de Actividade Económica (UAE, representando 0,9% dentro do sector cultural), o que traduz a reduzida iniciativa de empresas privadas, o efeito da crise económica e a maior competitividade dos demais domínios culturais.

¹⁹ O projecto ESSnet “Culture” é coordenado pelo Eurostat e constituído por diversas organizações estatísticas europeias que trabalham em rede para desenvolver novas metodologias de trabalho que sejam úteis a todos os seus membros, nomeadamente, na produção de estatísticas culturais comparáveis num curto espaço de tempo.

¹⁹ Esta dificuldade em obter dados regulares e comparáveis deu origem ao projecto do Observatório do Património em 2015, com o lançamento da publicação “Património em Números 2016” (Observatório do Património, 2017), um retrato estatístico do património cultural em Portugal.

Domínios	UAE		Emprego		VAB (M€)	
<i>Património cultural</i>	578	0,9%	5.042	5,7%	145,7	5,5%
Arquivos	64	0,1%	1.138	1,3%	26,7	1,0%
Bibliotecas	44	0,1%	2.515	2,8%	55,8	2,1%
Livros e publicações	9.179	13,8%	32.454	36,6%	884,3	33,2%
Artes visuais	6.494	9,8%	5.944	6,7%	133,9	5,0%
Artes do espectáculo	20.453	30,9%	10.262	11,6%	215,7	8,1%
Audiovisual e multimédia	3.407	5,1%	10.399	11,7%	602,1	22,6%
Arquitectura	8.866	13,4%	4.472	5,0%	120,5	4,5%
Publicidade	7.637	11,5%	6.685	7,5%	240,3	9,0%
Interdisciplinar	9.554	14,4%	9.837	11,1%	241,9	9,1%
Cultura	66.276		88.749		2.666,9	
Economia nacional			4.485.982		153.310,1	
Cultura / Economia nacional			2,0%		1,7%	

Figura 10

Principais indicadores da Conta Satélite da Cultura (2010-2012)

Fonte: Observatório do Património. Extraído da Conta Satélite da Cultura (INE, 2015).

Porém, em termos de empregos a tempo inteiro e do VAB gerado, o domínio do património cultural assumiu uma performance relevante, na ordem dos 5,7% e dos 5,5% respectivamente, dentro da Cultura. Ainda assim, a distância para os demais domínios é considerável, o que se explica também pelo facto da CSC agregar domínios de âmbito bastante diverso e com maior visibilidade. É, todavia, possível afirmar que o património cultural tem assumido uma crescente influência, uma vez que o próprio sector se tem reinventado, procurando novas formas de articular as apelativas tendências tecnológicas e firar partido do favorável contexto turístico. Aliás, neste sentido, importa salientar a importância determinante do património cultural para o crescimento turístico dos últimos anos em Portugal, principalmente nos grandes centros urbanos: segundo dados do Observatório do Património, em 2018, estima-se que as 200 atrações culturais mais visitadas a nível nacional tenham contribuído para um total de cerca de 26 milhões de visitas.

Este crescente conhecimento e compreensão do potencial económico do sector patrimonial e cultural tem sido positivo no sentido de promover novas vias de financiamento, particularmente para a reabilitação de estruturas degradadas. Neste caso, destacam-se as linhas de financiamento promovidas pela DGPC, Turismo de Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa²¹, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Comissão Europeia, e ainda programas mais abrangentes como a Europa Criativa, os EEA Grants e os incentivos enquadrados no Portugal 2020, entre outros. Adicionalmente, embora de âmbito muito restrito, o Ministério da Cultura disponibiliza financiamento para apoio a projectos culturais, através do Fundo de Fomento Cultural e do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural²².

Paralelamente, os apoios privados atribuídos por entidades-mecenas de referência – como é o caso da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Millennium bcp – foram igualmente cruciais para a dinamização do sector patrimonial, pese embora a recente alteração do enfoque por parte de algumas instituições em novos sectores como o da Responsabilidade Social ou o do Ambiente. Outros importantes mecenas das artes perderam relevância (caso do BES) ou criaram os seus próprios projectos e instituições culturais (caso da Fundação EDP como o MAAT - Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia).

Sem prejuízo do papel fundamental de algumas destas entidades, o mecenato cultural em Portugal tem assumido sempre uma dimensão limitada e residual devido a factores legais (burocracia intricada), económicos (ausência de comparticipação pública do tipo *match-funding*) ou culturais (falta de tradição mecenática de empresas e de indivíduos). Por outro lado, o mecenato cultural é grandemente influenciado pela realidade económica, como demonstrado num estudo da We Consultants e do GEPAC (2014): em 2012, por exemplo, a Despesa Fiscal referente a “Dedução à Coleta de Donativos” diminuiu fortemente para cerca de 2,6 milhões de euros em sede de IRS (face a 8,5 milhões em 2011, representando um decréscimo de 69%). Em relação às entidades tuteladas pela Secretaria de Estado da Cultura, nesse mes-

²¹ Desde 2017, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa disponibiliza financiamento para a recuperação do património histórico das misericórdias portuguesas, através do Fundo Rainha Dona Leonor.

²² Segundo o Orçamento de Estado proposto em 2019, estes fundos representavam um total de 32,1 milhões de euros – 31,7 dos quais relativos ao Fundo de Fomento Cultural – um valor superior ao atribuído a todas as DRC's e à DGArtes.

mo ano, o total de donativos recebidos ascendeu a 1,120 M€ (menos 59% face a 2,960 M€, em 2010 e menos 35% face a 1,879 M€, em 2011), sendo os apoios ao património cultural em particular de 539 mil euros (52,3% do total). Em média, entre 2010 e 2012, o valor médio anual dos donativos oficialmente contabilizados como mecenato cultural ascendeu a cerca de 2 milhões de euros apenas: um número certamente inferior ao valor total do mecenato real mas que, devido aos critérios legais de classificação dos donativos como mecenato cultural muito restritivos, torna-se difícil de apurar, somando-se a dificuldade de perceber qual o destino exacto destes apoios, devidamente desagregados.

Fruto de contextos próprios, alguns dos grandes investimentos públicos na última década decorreram de apoios circunstanciais, como foi o caso do financiamento do novo Museu dos Coches em Belém, na sequência de medidas financeiras compensatórias do Casino de Lisboa ou a conclusão da ala Oeste do Palácio da Ajuda com o financiamento da Taxa Turística da cidade de Lisboa²³.

Esta progressiva valorização do sector do património cultural está ainda patente no crescimento do número de feiras e eventos especializados, dos quais se destacam as Jornadas Europeias do Património (DGPC, 1991), as Jornadas de Primavera ICOM (ICOM Portugal, 2003), a Feira do Património / Bial Ibérica do Património Cultural (Spira/JCyL, 2013), a Feira do Livro dos Museus, Monumentos e Palácios (DGPC, 2015), as Jornadas para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), o Festival Aproxima-te! (Spira, 2016) e a Festa do Património (DGPC, 2017). Paralelamente, surgiram inúmeros prémios internacionais de grande relevância: o European Union Prize for Cultural Heritage / Europa Nostra Awards, os World Travel Awards, o Museums + Heritage Awards, os Premios AR&PA e o Piranesi Prix de Roma, entre outros. A nível nacional, salientam-se os Prémios APOM, o Prémio Nuno Teotónio Pereira, o Prémio Vasco Vilalva, o Prémio João de Almada, os Prémios SOS Azulejo, o Prémio Internacionalização do Património, os Prémios Acesso Cultura e o Prémio Nacional das Indústrias Criativas.

²³ A construção do novo Museu dos Coches, inaugurado em 2015, resultou de uma contribuição de 30 milhões de euros paga ao Estado Português como contrapartida pela concessão do novo Casino de Lisboa (Decreto-Lei n.º 15/2003), inaugurado em 2006 no Parque das Nações. A construção da nova Ala Oeste do Palácio da Ajuda, actualmente em curso, resultou, por sua vez, de receitas da taxa turística da cidade de Lisboa (seis milhões de euros) e da indemnização paga ao Estado Português pelo roubo das jóias da Coroa durante uma exposição na Holanda em 2002 (quatro milhões de euros).

I.3 Sector Público e Sector Privado

I.3.1 Tipo de propriedade

A discussão sobre a eficácia dos diversos modelos de gestão e a articulação entre o sector público e privado têm constituído um dos principais desafios para a presente área de estudo. Neste sentido, torna-se fundamental analisar a evolução do tipo de propriedade do património nacional, recorrendo ao conjunto de bens inventariados na base de dados do SIPA²⁴: mesmo salvaguardando os respectivos contextos temporais (leia-se, históricos), esta avaliação permite comprovar algumas tendências importantes e actuais do sector.

Por um lado, é possível constatar que, entre 2005 e 2019, houve uma redução do peso relativo da grande maioria dos diversos tipos de propriedade, com destaque para o decréscimo sofrido na propriedade “Estatal” (menos 8%), “Municipal” (menos 7%), “Pessoa singular” (menos 9%) e “Igreja Católica” (menos 3%). A grande excepção foi estabelecida pelo tipo de propriedade “Outros (não identificados)” que alterou o seu peso relativo de 7,8% para 33%: a alienação de bens públicos e um contexto favorável de benefícios fiscais e incentivos à aquisição e reabilitação de bens imóveis históricos, entre outros, parece ter sido propício para um aumento da propriedade privada, sobretudo de investidores no mercado imobiliário organizados na forma de empresas. Por outro lado, o trabalho progressivamente mais detalhado do próprio inventário permitiu apurar com maior rigor a estrutura de propriedade do património inventariado.

Estas dinâmicas assumiram, assim, um impacto directo na balança global, com a propriedade privada a ampliar a sua preponderância, englobando 76,3% dos bens inventariados actualmente (dos quais, 26,7% correspondem à Igreja Católica), o que contrasta com os 23,7% que o sector público abrange. De facto, apesar de constituir uma realidade desfasada face aos demais países de referência europeus, este cenário comprova também a recorrente tendência de alienação do parque patrimonial de propriedade pública com o objectivo de dinamizar o património devoluto e apoiar, do ponto de vista financeiro, o Estado português.

²⁴ Modelo adaptado da dissertação “Conservação do Património - Políticas de sustentabilidade económica” (Lobo de Carvalho, 2007), para efeitos comparativos.

Por outro lado, este forte aumento do tipo de propriedade “Outros (não identificados)” permite ainda comprovar o estado de consolidação do actual sistema de inventariação que alcançou um nível de detalhe bastante aprofundado: em 2005, o universo de bens inventariados no SIPA cifrava-se num total de 19.243 bens, bastante inferior ao total de 33.436 bens registados em 2019.

Tipo	2005		2019	
	Propriedade privada	Propriedade pública	Propriedade privada	Var. Prop. Privada
Igreja Católica*	29,60%		26,69%	-3%
Pessoa singular	20,50%		11,35%	-9%
Outros (não identificados)*	7,75%		32,97%	25%
Santa Casa da Misericórdia*	—		3,18%	—
Pessoa colectiva	3,10%		1,76%	-1%
Fundações	0,35%		0,17%	0%
Sociedades	0,20%		0,12%	0%
Comunal	0,06%		0,04%	0%
Cooperativas	0,04%		0,03%	0%
Estatal		15,80%		8,16%
Municipal*		22,20%		15,27%
Regional		0,30%		0,13%
Associações		0,10%		0,13%
Total	61,60%	38,40%	76,32%	15%
				23,69%
				-15%

Figura 11

Tipo de propriedade do parque patrimonial nacional em 2005 e 2019

*Igreja Católica: Em 2019, é referente ao tipo de propriedade “Privada: Igreja Católica” e não “Igreja Católica”, por representar um universo mais representativo e fiel. Inclui 1 bem cuja propriedade pertence à Arquidiocese.

*Santa Casa da Misericórdia: Tipo de propriedade não disponível em 2005. É referente ao tipo de propriedade “Misericórdia”, em detrimento de “Privada: Santa Casa da Misericórdia” e de “Santa Casa da Misericórdia”.

*Municipal: Em 2019, diz respeito ao tipo de propriedade “Municipal” e não “Pública: municipal”, por representar um universo mais representativo e fiel.

*Outros: Inclui, em 2019, todos os bens sem nenhum tipo de propriedade e aqueles identificados com o tipo “Baldio”.

Fonte: Observatório do Património. Extraído da DGEMN (cit in. Lobo de Carvalho 2007) e da base de dados do SIPA (online).

A crise de 2010 a 2014 acabou assim por ter um papel relevante na alienação (ou concessão prolongada²⁵) do património público, culminar de uma tendência histórica, uma vez que a partir da década de 1990, um pouco por toda a Europa, se começa a discutir o insustentável fardo económico para o Estado da enorme quantidade de património na sua posse e que resultava recorrentemente na inadequada ou inexistente revitalização dos equipamentos, também devido à carência de recursos humanos especializados.

1.3.2 Outros modelos de gestão

A insustentabilidade económica das políticas patrimoniais públicas, discutida em toda a Europa, teve também repercussões em Portugal na procura de novos modelos de gestão e novas vias de articulação e cooperação com o sector privado. Numa primeira fase, em Portugal, a alteração materializou-se na criação de diversas Fundações, de direito privado mas de utilidade pública, que – excluindo os casos da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (1953), da Fundação Calouste Gulbenkian (1956) ou da Fundação Bissaya Barreto (1958) – foram maioritariamente criadas na última década do século XX e ganharam crescente protagonismo: são disso exemplo a Fundação de Serralves (1989), a Fundação das Descobertas (actual CCB, 1991) e a Fundação Arpád Szenes-Vieira da Silva (1994).

O aparente sucesso do modelo de privatização de estruturas públicas influenciou posteriormente a procura de modelos de gestão público-privados, com uma maior flexibilidade e agilidade operativa, dotados de autonomia financeira e de gestão. Foi neste contexto que, após a classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património Mundial da Humanidade (UNESCO, 1995), se criou a empresa Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., em 2000, com capitais exclusivamente públicos, mas com um modelo de gestão privado²⁶. Com duas décadas de existência, a PSML é uma das principais referências do meio patrimonial face ao enorme sucesso na valorização dos equipamentos sob a sua tutela,

²⁵ Embora a concessão não altere a propriedade e portanto não tenha expressão nos números anteriormente referidos.

²⁶ Os accionistas actuais da PSML repartem-se pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças (35%), o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (35%), o Turismo de Portugal, I.P. (15%) e a Câmara Municipal de Sintra (15%).

tendo alcançado cerca de 3,5 milhões de visitantes em 2018. O seu sucesso é ainda patente no trabalho de conservação dos seus equipamentos, uma vez que se trata de uma entidade sem fins lucrativos que, na última década, tem reinvestido integralmente os seus lucros na conservação do património à sua guarda. Refira-se ainda o facto desta instituição “não recorrer ao Orçamento do Estado, pelo que a recuperação e manutenção do património que gere são asseguradas pelas receitas de bilheteira, lojas, cafetarias e aluguer de espaços para eventos” (PSML), um modelo inovador que, a partir de 2006, provou ser virtuoso, embora não isento de críticas.

De modo semelhante, do ponto de vista da autonomia de gestão, surge uma outra instituição patrimonial na esfera da Câmara Municipal de Lisboa, a Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M. (EGEAC) - empresa municipal que sucedeu, em 2003, à EBAHL²⁷ -, e que se dedica à programação de actividades culturais e à gestão de equipamentos de referência na capital. Segundo os próprios estatutos, a EGEAC constitui uma “pessoa coletiva de direito privado sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos” e que “goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial” (CML, 2013). Com 14 serviços dependentes e num contexto turístico bastante diferente do de Sintra, a EGEAC registou em 2018, um número total de visitas próximo da PSML, na ordem dos 3,3 milhões. E, nesse mesmo ano, estas duas entidades foram responsáveis pelas duas atracções culturais mais visitadas a nível nacional: o Castelo de São Jorge (EGEAC, 2.021.242 visitantes) e o Palácio da Pena (PSML, 1.976.367 visitantes).

Importa ainda destacar, neste contexto, a emergência recente de uma instituição com crescente responsabilidade na gestão de equipamentos culturais, a Associação de Turismo de Lisboa (ATL): beneficiando das receitas da Taxa Turística da cidade, financiou, em 2017, a instalação de um elevador panorâmico na Ponte 25 de Abril (Experiência Pilar 7 - Centro Interpretativo), bem como o futuro Museu das Jóias Reais, instalado no Palácio da Ajuda (obra em curso), equipamentos que passará a gerir juntamente com o Arco da Rua Augusta inaugurado a visita turística em 2013.

²⁷ Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa (EBHAL).

1.3.3 A acção pública

Na procura em agilizar a cooperação entre o sector público e o privado, o Estado português tem levado a cabo um esforço significativo no sentido de maximizar a rentabilização do parque imobiliário acolhedor de serviços e organismos públicos e que é constituído por um amplo conjunto de imóveis inventariados e classificados. Desta forma, particularmente durante a década de 2000, o Estado implementou uma série de medidas integradas nesta missão, impulsionadas pelo Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública (RIAP). Segundo o primeiro Recenseamento levado a cabo em 2004²⁸ pelo INE e pela Direcção-Geral do Património do Ministério das Finanças, estas acções decorriam do “cenário de contenção orçamental e de máximo rigor na realização de despesas públicas” e visavam a “rentabilização, racionalização e optimização do uso dos recursos públicos” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2004).

O RIAP esteve assim na base de uma profunda estratégia de rentabilização do parque imobiliário público, sustentada pelo Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008 de 24 de Outubro. O PGPI foi um programa plurianual, definido para o quadriénio 2009-2012 e teve a função de maximizar a “eficiência na administração dos bens imóveis do Estado” e controlar a “adequação da gestão imobiliária às orientações da política económica e financeira” (Tribunal de Contas, 2011: 9). O PGPI abrangia sete eixos estratégicos de actuação: “a inventariação, a regularização jurídica dos imóveis, o regime de utilização, a programação da ocupação, a conservação e reabilitação, a gestão do domínio público e acompanhamento e controlo da execução” (Tribunal de Contas, 2011: 9). A importância deste programa assenta exactamente na carência deste tipo de informação, até então inexistente, mas também na incorporação de uma vertente estratégica, ao nível da gestão, de conservação e de venda de imóveis públicos. Para apoiar a execução do PGPI, levou-se a cabo o Programa de Inventariação para o Quadriénio 2009-2012, com o objectivo de mapear integralmente o universo de imóveis públicos. Para a divulgação deste mapeamento, criou-se ainda o Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIE), uma plataforma online, em funcionamento desde 2009.

²⁸ Houve ainda uma segunda fase deste recenseamento em 2006.

A conjugação deste cenário com estratégias para actualizar as políticas patrimoniais do Estado e dinamizar os mais relevantes pontos de contacto com o sector privado, conseguiu suprimir algumas lacunas de manutenção, utilização e valorização do significativo número de bens patrimoniais que se encontravam sob a alçada do Estado. O surgimento de novos modelos de gestão e de novas entidades contribuiu ainda para fomentar a divulgação do património cultural e para consciencializar a população para a importância de o proteger. No entanto, a condicionante financeira, agravada pelo significativo número de entidades apoiadas pelo Estado, fizeram e fazem ainda com que seja frequente a inexistência de uma política estratégica a longo prazo, destinada a preservar e dinamizar o património de posse pública. Aliás, recorrentemente, as já limitadas verbas são aplicadas na correcção de problemas urgentes de conservação e que advêm da própria falta de estratégia na gestão dos equipamentos a médio e longo prazo através de uma política de manutenção preventiva e programada. Por outro lado, esta perspectiva conduz a um investimento muito fragmentado, casuístico, pouco lógico e pouco focado na valorização e dinamização dos equipamentos, interessado somente em garantir a sobrevivência física e funcional imediata dos mesmos.

Esta falta de meios financeiros reflecte-se ainda ao nível dos recursos humanos, recorrentemente insuficientes para dar resposta a um volume tão elevado de solicitações, traduzindo-se em tempos de resposta significativos e na extensão dos procedimentos legais e burocráticos. Neste sentido, refira-se que, apesar do forte crescimento da indústria turística e imobiliária, o número de recursos humanos nos serviços públicos de tutela (ao nível da Administração Local e central) não acompanhou o aumento da procura sentida, sendo a idade média dos quadros técnicos acima dos 50 anos e a sua renovação quase inexistente.

Outro dos factores críticos na tomada de decisão por parte das entidades públicas prende-se com a falta de autonomia técnica e financeira, não só pela própria configuração da estrutura organizacional, mas também pela complexidade burocrática inerente aos processos de aprovação e revisão, a que acrescem as limitações decorrentes do Código de Contratação Pública²⁹.

²⁹ Pela primeira vez, a 25 de Maio de 2020, a Administração Central do Estado abriu concurso público internacional a candidatos fora da função pública para a direcção dos principais equipamentos culturais nacionais, assim como publicou o tão aguardado Regime Jurídico de Autonomia de Gestão dos Museus, Monumentos e Palácios (Decreto-Lei n.º 78/2019, de 5 de junho).

Dentro do sector público existem inclusive desigualdades de natureza estratégica transversais aos diferentes níveis de Administração: na Administração Central, no que à gestão patrimonial diz respeito, a valorização e o reconhecimento da importância dos agentes privados na revitalização do património e das economias locais são frequentemente menosprezados na definição das políticas patrimoniais. Já na Administração Local, as dificuldades assentam numa perspectiva operacional, dado que a elevada burocracia e volume de trabalho que se fazem sentir nas Câmaras Municipais (ao nível dos processos de licenciamento, por exemplo), acabam por ter um efeito claramente prejudicial para a sua eficácia e capacidade de resposta, sem que se verifique um reforço dos quadros técnicos ou de introdução de novos instrumentos tecnológicos de gestão autárquica (digitalização e organização dos arquivos, procedimentos simplificados online, etc.).

1.3.4 A acção privada

A Lei nº 107/2001 prevê a possibilidade da actuação de privados no sector patrimonial, em prol do interesse público e através da “colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação”. Passadas quase duas décadas, a iniciativa da gestão privada neste sector é praticamente inexistente, à excepção de algumas fundações privadas (Bissaya Barreto, Eugénio de Almeida, Medeiros e Almeida, Batalha de Aljubarrota ou EDP), casas históricas (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e Fundação da Casa de Mateus) ou algumas casas-museu (muitas vezes com o apoio dos respectivos municípios).

Iniciativas de projectos culturais emergentes da sociedade civil são raras (caso do Museu dos Descobrimentos do Porto ou de algumas exposições de grande destaque mediático)³⁰ e a concessão da gestão de equipamentos públicos a privados é ainda um tabu, sem exemplos de referência à excepção das concessões de cafetarias ou lojas. A opção tem passado, sobretudo, pela concessão de impor-

³⁰ A exposição sobre a obra de Joana Vasconcelos promovida pela Empresa Everything is New no Palácio Nacional da Ajuda, entre 23 de Março e 25 de Agosto de 2013, produziu resultados históricos, sendo a exposição mais visitada em Portugal até à respectiva data, contabilizando 235.372 visitantes. A mesma empresa promoveu mais tarde, em parceria, a exposição Os Sabóias - Reis e Mecenas (Turim, 1730-1750), entre 17 de Maio e 28 de Setembro de 2014, no Museu Nacional de Arte Antiga, mas já com números muito distintos.

tantes edifícios históricos a privados, para fins hoteleiros, nomeadamente, através da concessão das Pousadas de Portugal e do programa EVIVE - Reabilitação, Património & Turismo, actualmente em curso.

Contrariamente ao sector público, o sector privado encontra-se dotado, por norma, de um conjunto de recursos flexíveis que lhe conferem uma autonomia de actuação muito superior. No entanto, existem receios de que esta realidade possa igualmente assumir contornos prejudiciais para a protecção do património, através de políticas de utilização intensivas e discordantes com o propósito original dos equipamentos, capazes de prejudicar a sua identidade, de intervenções com falta de contexto técnico e especializado e, também, da sobrevalorização da rentabilidade económica do património, levantando questões do foro ético e moral. Estas são, a par da defesa do acesso universal ao património (e, portanto, livre de uma política de preços discriminativa), algumas das razões apontadas para que continue por explorar a participação de privados na gestão patrimonial em Portugal. Existe, portanto, um forte potencial por explorar no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias público-privadas capazes de servir o interesse do sector público, do privado e, também, do público em geral na área do património cultural.

1.4 Conclusões Preliminares

Os últimos 45 anos de políticas patrimoniais reflectem, em grande parte, o desejo do Estado em reorganizar e descentralizar os seus poderes neste sector, articulando responsabilidades por diferentes entidades, assim como entre a Administração Central e a Local. Após o ensaio de descentralização institucional na década de 1990, o sector parece hoje relativamente pacificado com a nova concentração de várias tutelas (museu, monumentos e arqueologia) numa mesma instituição. Os actuais desafios parecem colocar-se ao nível da estratégia e do financiamento do sector. Nas ultimas décadas, o sector do património cultural tem ganho maior visibilidade social, quer através de destaque nos meios de comunicação (muito por influência do turismo), quer através de novos prémios ou de grandes eventos nacionais e internacionais. Não obstante, o seu papel na economia continua diminuto. O número de empresas registadas neste sector é muito reduzido e, apesar da elevada qualificação dos seus quadros, o sector privado gera pouca receita.

O investimento público no sector da Cultura aumentou nos últimos anos, mas continua a ser reduzido face às necessidades do sector, em particular do campo patrimonial. Na verdade, induz em erro quem analise o financiamento público global para Cultura, pois mais de metade desse valor destina-se ao canal público de televisão RTP. Em compensação, o orçamento das autarquias dedicado ao sector cultural tem vindo a aumentar, representando o património cultural cerca de 21% do total. Por outro lado, o mecenato revelou resultados muito diminutos nos últimos anos e tem-se verificado mesmo uma alteração no perfil e nas prioridades dos mecenas tradicionais, quer no desenvolvimento de projectos próprios, quer na maior atenção a temas ambientais ou sociais. Acresce que os grandes projectos dos últimos anos resultaram de excepcionalidades externas e circunstanciais, lateralizando a resposta institucional tradicional.

O esforço de reorganização da administração central tem sido considerável e, através de sucessivos programas de racionalização, o sector patrimonial foi sendo transformado e otimizado. As experiências de descentralização operada na década de 1990 deram lugar a uma nova concentração de tutelas. Mas há ainda trabalho por fazer, nomeadamente, a necessidade de articular as diversas fontes de informação existentes sobre o universo patrimonial português. Em particular, importa organizar os vários tipos de inventário existentes, pois a integração das diferentes bases de dados sectoriais é resultante de uma complexa genealogia institucional, com sucessivas fusões e separações de tutelas por várias instituições e ministérios. Adicionalmente, importa proceder a uma reflexão estratégica do sector e dos desafios futuros que enfrenta, apesar de alguns ensaios já feitos, mas não concluídos³¹.

Finalmente, importa também reconhecer as novas formas de actuação pública que surgiram nas últimas duas décadas, depois da experiência das fundações dos anos 1990: as empresas de capital público e gestão privada. Estas decorrem sobretudo de contextos geográficos específicos, normalmente associados a autarquias (Sintra, Lisboa) e possuem maior autonomia de gestão, contornando a difícil teia burocrática da Administração Central.

³¹ O *Plano Estratégico da Direcção-Geral do Património Cultural 2105-2019* resultou da reflexão de um grupo interno e da consulta externa a um conjunto de especialistas nacionais, desenvolvida pela própria instituição, durante a direcção de Nuno Vassalo e Silva. Intitulado *MNAA2020, O futuro do primeiro Museu de Portugal* (MNAA, 2015) resulta de um alargado grupo de reflexão sobre a visão futura do principal museu do país, durante a direcção de António Filipe Pimentel, nomeadamente, no âmbito da sua futura ampliação e consequente posicionamento na cidade de Lisboa e a nível Europeu.

CAPÍTULO II

OUTROS SISTEMAS, OUTRAS POLÍTICAS

Uma vez caracterizada a evolução do sistema do património cultural português ao longo do período democrático eminentemente na perspectiva ou na esfera do poder público, importa agora identificar com detalhe outros agentes que foram surgindo, ao longo desse caminho, como actores da intervenção em património cultural, as suas contingências e os resultados que aportaram ao referido sistema.

De facto, sendo o património cultural um “bem colectivo”, como tão bem o demonstra Greffe¹, é por demais evidente – quer pela natureza do bem, quer pela própria sagração constitucional e legislativa² – da necessidade e da impe-

¹ Os estudos de Xavier Greffe no campo da valorização económica e social do património cultural são incontornáveis. De entre os vários conceitos criados por este autor, um dos mais significativos é o de “bem colectivo” vs “bem sob tutela”. Greffe questiona-se sobre a justificação do conceito de “bem sob tutela” como definidor de uma política de gestão patrimonial, sendo o património um bem que gera potencialmente serviços e que, para a criação desse leque de serviços, é necessária a contribuição de diversos sectores da sociedade. O conceito de “sob tutela” não traduz, deste modo, a complexidade das dimensões intervenientes aquando do delineamento da estratégia de valorização de um bem patrimonial. Essa complexidade fica diluída naquilo em que a palavra “tutela” acaba por se transformar: uma evidência indiscutível, mas não verificável da consistência da estratégia económica apresentada pela instituição tutelar, muitas vezes divorciada de factores exógenos fundamentais à correcta caracterização do valor económico de determinado património. Greffe defende antes o conceito de “bem colectivo”, colocando o património no centro de um verdadeiro “ecossistema patrimonial” – outro conceito estratégico criado por Greffe para a profícua intervenção em património – e no qual diferentes intervenientes e factores têm lugar: “Les activités culturelles, telles la mise en valeur et l’utilisation du patrimoine monumental, définissent des “systèmes”, certains succédant à d’autres dans le temps. [...] Ainsi la demande d’un certain type de patrimoine laissera-t-elle la place à la demande d’un autre type de patrimoine, voire à son transfert sur d’autres pratiques culturelles, ou inversement. Comment ces systèmes ou champs de valorisation se constituent ou disparaissent-ils? À travers le dialogue associant ceux qui “mettent en valeur”, ceux qui “dévoilent” un apport à l’aide de codes cognitifs ou économiques, ceux qui utilisent le champ ainsi constitué. On est en présence d’un champ de forces pour parler comme P. Bourdieu [...]” (Greffe, 1999: 104). O património surge, pois, como um bem gerador inesgotável de serviços uma vez que o seu interesse assenta na capacidade de despertar vários tipos de valores – estéticos, artísticos, históricos, cognitivos e, finalmente, económicos. Neste último caso, os efeitos ou as causas podem ser múltiplos: efeitos dos trabalhos de conservação e restauro empreendidos, aumento das receitas e do emprego, incentivo ao surgimento de novos comportamentos económicos graças à criação de uma imagem de marca positiva na região, e, muito singularmente, o valor comunitário do património. Esta perspectiva de “ecossistema” engloba a dimensão de mercado, mas ultrapassa-la, abrangendo as áreas da formação, da informação da utilização, dos gostos, não se restringindo, portanto, à tradicional relação procura-oferta que condiciona, em larga escala, qualquer análise económica.

² Constituição Portuguesa, Capítulo III, Direitos e deveres culturais, Artigo 73.⁸ (Educação, cultura e ciência): “1. Todos têm direito à educação e à cultura. 2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva. 3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.” Ver ainda Lei do Património Cultural (Art.º 1 Lei 107/2001).

riosidade dos cidadãos participarem no processo de salvaguarda e valorização deste recurso, para além do inalienável direito de usufruto do património por parte de cada cidadão.

O contributo, ocorrido de forma significativa nos últimos 20 anos, de uma crescente participação da sociedade civil no processo de salvaguarda e valorização do património mas com projectos pioneiros logo depois da Revolução, é uma dimensão incontornável do sistema do património cultural português, fora da esfera do Estado. Uma participação caracterizada por uma multiplicidade de intervenientes, motivada por diferentes interesses, orientada por diferentes visões e carente, ainda à data de hoje, de uma rede cooperativa estratégica que o Estado também não construiu no seio da esfera exclusivamente pública.

Independentemente desta lacuna de concertação – interpares e com o Estado –, a dinâmica civil aportou, objectivamente, transformações muito relevantes ao conhecimento, à valorização e à preservação do património cultural português, assim como à colocação em prática de modelos de gestão distintos do compreendido pela Administração Central.

De facto, a Administração Central concentrou-se, ao longo destas décadas democráticas, em prerrogativas de intervenção de natureza física no património cultural. Mais do que “partilhar” um “bem colectivo”, a política pública regeu-se por conservar um “bem sob tutela”: intervenções carregadas de valorização do que é ou deve ser “cultura”; de hierarquização da importância de regiões ou de locais do território nacional; acções, de uma forma geral, desligadas da dimensão afectiva – ou, se preferirmos, humana – inerente ao património cultural. Na sua larga maioria, foram intervenções sem participação pública quer na priorização do que intervir, quer na forma de o fazer, quer ainda na utilização possível pós-intervenção.

A sociedade civil, organizada de diversas formas, concentrou-se assim nas “imensas sobras” materiais e geográficas desta intervenção financeiramente poderosa – se comparada com a capacidade financeira da sociedade civil mobilizada para este tema –, institucionalmente valorada e desprovida da determinante dimensão cívica.

II.1 Outros Sistemas Nacionais

II.1.1 As Associações de Defesa do Património

Logo a seguir ao 25 de Abril, são as Associações de Defesa do Património que tomam a dianteira deste “fazer cultura” pelas próprias mãos, lideradas pelas pessoas que conviviam com o referido património numa base diária. Pessoas para as quais aqueles recursos culturais não eram um momento excêntrico da sua existência, um ponto numa lista de “*must see*”, nem tão pouco um tema premente da competição académica ou política, mas, sim, uma parte integrante, indissociável da sua identidade e da sua vivência quotidiana.

Preparadas para “agir” (Macedo, 2019), a generalidade destas associações³ privadas, sem fins lucrativos e criadas livremente segundo os modelos do direito privado, padeciam e padecem (ainda, na sua maioria) de uma cultura organizacional amadora que as impede – na prática e sobretudo numa “*longe durée*” como é a da actuação em património – de suprir a inexperiência da gestão de voluntariado, ficando-se por um regime de gestão voluntarista, financeiramente dependendo de quotas de associados que não são nunca suficientes para suprir os custos correntes. Consequentemente, carecem *ab initio* de capacidade concreta de actuação, não sendo menos importante a dependência política que, muitas vezes, conforma a sua actuação por parâmetros pouco consentâneos com o seu objecto de intervenção, pautando-se por um calendário muito dependente das necessidades e tempos político-partidários.

Importa, todavia, ter presente que estas associações se integram num sistema de gestão de património cultural eminentemente público, caracterizado por uma tendência estrutural de monopólio estatal e ainda não um verdadeiro serviço público de gestão de um bem colectivo. De facto, a Lei do Património de 1985 (Lei 13/85) define estas estruturas da sociedade civil como “associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural”, a Lei de 2001 (Atº 10, Lei 107/2001) acrescentando “[...] a participação efectiva dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas”. La-

³ Contabilizadas 132 Associações de Defesa do Património entre 1974 e 1997 (Macedo, 2019).

mentavelmente, na prática, o espírito da Lei não ganhou corpo e as associações não foram e não são envolvidas na definição de quaisquer linhas estratégicas de actuação em património cultural – contrariamente, note-se, ao que sucede no campo Ambiental ou Social onde as associações são consideradas efectivos “parceiros sociais”.

É, pois, necessário enquadrar a real capacidade de actuação destas estruturas cívicas criadas no pós-25 de Abril e a razão de tantas delas terem tido reduzido alcance efectivo na preservação e divulgação do património cultural. Deve-se ainda acrescentar a esta leitura contextualizadora três outros factores condicionadores do desenvolvimento destas associações e que abordaremos de forma mais detalhada, adiante: por um lado, à data do seu surgimento, a formação em património cultural, quer em termos de conteúdos, quer em termos de domínio de ferramentas de gestão dos fundadores e membros destas associações espalhadas pelo território nacional; por outro, a ausência efectiva de meios financeiros quer da parte da Administração Central, quer da parte da Administração Local, com os fundos comunitários a começarem a chegar ao terreno somente no arranque da década de 90 e, ainda assim, de acesso esdrúxulo a estruturas com estas características; por fim, a ausência de procura destes territórios periféricos (isto é, fora de Lisboa e Porto) por parte do público nacional e internacional, ainda hoje muito desconhecedores da realidade do “melhor destino do mundo”⁴.

Naturalmente, há excepções e a mais relevante é a do Campo Arqueológico de Mértola. Uma excepção decorrente da singularidade de um protagonista e da sua capacidade de transformar as circunstâncias em momentos de fortuna. De facto, são vários os aspectos disruptivos desta experiência patrimonial tão a Sul: o processo transformador inicia-se com alguém vindo de fora do território; um alguém altamente formado quer do ponto de vista académico, quer do ponto de vista ideológico e, neste caso, com uma clara visão estratégica sobre o projecto a empreender – “promover o desenvolvimento local com base na cultura”⁵; um

⁴ Portugal foi eleito o Melhor Destino do Mundo nos World Best Travel Awards em 2017, 2018 e 2019.

⁵ Ver entrevista a Cláudio Torres em Documentário Cláudio Torres – a arqueologia de uma vida, RTP 2, produção Clara Filmes, 2019.

foco na investigação e no conhecimento aprofundado previamente a qualquer processo de valorização; um entendimento entre poderes políticos locais e os actores do projecto empreendido. De igual forma, o desterro a que um território tão ermo como Mértola estava votado pela acção governativa do Portugal de então, favoreceu e continua a favorecer a possibilidade de um desenvolvimento local autónomo forte, veloz e estrategicamente direccionado⁶.

A investigação empreendida por Cláudio Torres e um conjunto de outros arqueólogos em 1978 evoluiu para a estrutura “Campo Arqueológico de Mértola” (CAM) em 1987. Os sucessivos Núcleos Museográficos de Mértola resultantes da investigação empreendida originaram a constituição da entidade de natureza municipal “Museu de Mértola”, em 2004 – um museu aberto, polinucleado e do qual a vila, com todos os seus atributos humanos e paisagísticos, é parte integrante.

Em Mértola, o *handicap* da formação que caracterizou grande parte das Associações de Defesa do Património na aurora da Democracia portuguesa foi anulado por um projecto que se afirmou primeiramente pela sua natureza científica, os constrangimentos financeiros tendo sido atendidos via fundos de Investigação & Desenvolvimento (I&D)⁷ e sempre com a participação activa da população local. Seguiram-se os sucessivos quadros comunitários aproveitados brilhantemente, tanto os fundos com escala nacional, como aqueles que respondiam a desafios europeus ou com outros países da bacia mediterrânica e com os quais Mértola tinha evidentes laços culturais. Por fim, a afirmação de Portugal como destino turístico, a chegada de um cada vez maior número de visitantes estrangeiros, a maior circulação dos próprios portugueses pelo país, a descoberta de destinos do interior como é o caso do Alentejo – esta dinâmica iniciada no final da primeira década do século XXI – encontrou uma vila viva, espaços museográficos de elevada qualidade, e trabalho de investigação democraticamente ao aberto.

⁶ Na continuidade da estrutural dificuldade de afirmação ou não afirmação dos territórios mais periféricos do país ao longo da história (Ver Mattoso, 1995; Marques, 2000; Monteiro, Ramos e Sousa, 2011).

⁷ O primeiro grande financiamento é um projecto JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) que financiará o CAM entre 1988 e 1990/1.

Foi apenas em 2004 que se deu a celebração do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Mértola e o Campo Arqueológico sobre o Museu de Mértola, tendo ficado definido uma gestão estrategicamente bicéfala: ao Município, cabe a tutela administrativa e financeira do Museu e ao CAM a direcção e a gestão científica do mesmo. A par do Município e do Campo Arqueológico, a dinamização turística do concelho é empreendida pela empresa municipal Merturis, criada em 2005, e que promoverá a partir daí, entre outras acções, o Festival Islâmico de Mértola. Actualmente, a vila de pouco mais de 1.200 habitantes, recebe cerca de 50.000 visitantes por ano.

O Campo Arqueológico de Mértola nasceu assim de um projecto assumidamente político, social, de base científica, desligado das correntes administrativas centralizadoras do Estado, e no qual a população local foi objecto e parte do processo, desde a sua génese⁸: *“Mértola Vila Museu é um projecto integrado por diversas instituições locais, tornando-se um “caso único” em Portugal, nos inícios dos anos 80 do século XX, ao nível das estratégias de desenvolvimento local, com exemplos e inovações de uma Arqueologia participada, social e cidadã [...]”* (Palma e Lopes, 2019: 55).

II.1.2 As associações de municípios

Ainda no campo das entidades associativas sem fins lucrativos e com actuação incisiva no património fora do espectro da Administração Central – tanto do ponto de vista geográfico, como de tutela –, surgem, na recta final dos anos 90, as associações de municípios e aquilo que denominamos de “projectos de desenvolvimento local de base patrimonial”. Estes projectos procuram claramente identificar e explorar recursos endógenos únicos do território, como é o caso do património cultural, e elegendo sempre um tema federador. Os limites do projecto fixam-se nos limites administrativos da associação municipal que lhes dá corpo, sendo esta natureza de associação municipal um meio de ganhar escala – tanto do ponto de vista de relevância temática, como no que diz respeito

⁸ Recorde-se que a população local foi chamada a participar nas escavações arqueológicas desde o arranque do projecto em 1978. Ver nota 5.

a meios de financiamento. Esta expansão da actuação no recurso endógeno temático para fora das fronteiras de um só município toma, usualmente, a forma de “Rota”, na qual a dimensão turística ocupa um papel preponderante.

Dois projectos criados no mesmo ano sobressaem nesta dinâmica de “projectos de desenvolvimento local de base patrimonial”, ambos geridos por associações de municípios, ambos tomando a forma de “rota turístico-cultural” e ambos em funcionamento à data de hoje, embora com origens e desenvolvimentos muito distintos.

Começamos, então, pelo projecto Rota do Românico (RR): no âmbito da execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale de Sousa (PROSOUSA), em 1998, um conjunto de entidades de natureza pública e privada – principalmente, Igreja Católica – elege o património arquitectónico de origem românica disseminado pelo Vale de Sousa como veículo de “*distinção territorial capaz de congregar e transformar a identidade cultural das suas gentes e do seu território físico.*” (Machado, 2019: 89). Iniciando-se nos seis municípios (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) integrantes da VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa (entidade pública da Administração Local), abarca hoje, e desde 2010, os outros seis municípios da NUT III – Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende), integrando 58 monumentos do estilo arquitectónico que perdurou desde a Nacionalidade até ao século XIV.

Entre 1998 e 2008, a acção da RR centrou-se na recuperação do património, na investigação científica, na consolidação de parcerias locais, nacionais e internacionais e, por fim, no desenho da estrutura de funcionamento, nomeadamente, a oferta turístico-cultural que se queria motor do projecto e que só viria a ser activada no final destes trabalhos preparatórios.

As áreas de actuação da Rota do Românico identificadas foram as da Conservação e Salvaguarda do Património (obras em monumentos; Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envoltentes aos Monumentos da RR; Plano de Gestão e Manutenção dos Monumentos da RR; Plano de Promoção da Acessibilidade da RR); Dinamização Turística e Cultural (comunicação; promoção de programas

turísticos, temáticos e gerais; dois Centros de Interpretação; Selo de Qualidade; Sistema de Monitorização); Produção e Disseminação de Conhecimento (Centro de Estudos do Românico e do Território); Serviço Educativo (com destaque para o projecto educativo regular com o 4º ano das escolas dos 12 municípios associados); Cooperação Internacional (integração no Itinerário Cultural Europeu da TRANSROMANICA, desde 2009).

À data de hoje, o projecto Rota do Românico mantém-se como uma das áreas funcionais da Associação de Municípios do Vale de Sousa, com protocolo de colaboração com os restantes seis municípios que dela não fazem parte. A gestão política é concretizada através de uma Comissão Consultiva, com reuniões mensais para apresentação, discussão e validação da estratégia de fundo e operacionalização da mesma. A gestão técnica é assegurada por 16 técnicos de diversas áreas de especialização.

O Projecto Rota do Românico contabiliza, à data de hoje, e desde 2008, mais de 130 mil visitantes registados (não incluindo todos aqueles que, de forma autónoma, percorreram os 58 monumentos da RR), sendo evidente o seu contributo em matéria de formação de recursos humanos qualificados, geração de renovada atractividade de um território outrora apenas classificado de “deprimido”, preservação do património cultural, desenvolvimento de investigação científica com publicação dos resultados da mesma para o público generalista e especializado, programa de Educação Patrimonial para o público escolar local / regional e com base na especificidade da história com a qual se cruza directamente.

A RR é um projecto de natureza pública, local e regional, assente em financiamento nacional e comunitário. Em 20 anos, o projecto tornou-se uma referência a nível nacional e internacional pela quantidade e qualidade das acções empreendidas e pela boa gestão deste financiamento de natureza pública. A consistência do projecto deve, em muito, à permanência da mesma direcção de projecto desde a sua fundação até aos dias de hoje.

Já o Projecto Rota do Fresco seguiu uma dinâmica diversa: na sequência de uma investigação levada a cabo sobre o núcleo de pintura mural de Alvito, em 1998, uma aspirante a Historiadora da Arte, oriunda da capital e sem qualquer liga-

ção ao Alentejo⁹, apresentou ao Presidente da Câmara de então, a ideia de uma “Rota do Fresco de Alvito” – um itinerário turístico-cultural pelos exemplares de pintura mural daquele município. Aceite o desafio, foi de imediato sugerido pelo referido Presidente que se alargasse aos municípios vizinhos e integrantes da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central –, o que veio a suceder 4 anos mais tarde. Assim, a partir de 2002, foram criadas diferentes rotas para cada um dos municípios da Associação – para além de Alvito, os municípios de Cuba, Portel, Vidigueira e Viana do Alentejo – e uma rota federadora da totalidade do território abrangido.

A linha mestra do projecto foi assim, desde o início, a criação e disponibilização de um itinerário temático turístico-cultural como eixo de desenvolvimento económico e social do território. Todas as acções desenvolvidas ancoravam-se neste fio condutor e procuravam densificá-lo: divulgar este núcleo de pintura mural junto do público em geral através dos 6 diferentes percursos criados; conferir um uso a muitos dos edifícios que integram a Rota e que, até ao seu surgimento, estavam votados a um abandono total ou parcial; em consequência deste último ponto, fazer um levantamento dos principais problemas de conservação das igrejas e ermidas em causa, bem como das pinturas murais, estabelecendo uma lista de prioridades de intervenção e desenvolvendo esforços para a sua efectivação; promover a região do Alentejo do ponto de vista turístico, gerando

⁹ A Rota do Fresco nasceu na sequência de uma investigação científica em História da Arte sobre o núcleo de pintura mural do concelho de Alvito empreendida em 1998, no âmbito do Prémio de Jovens Historiadores e Antropólogos promovido pela Fundação da Juventude (Gonçalves, 2000). Com 15 exemplares de pintura mural cobrindo mais de 4 centúrias (desde o século XV até ao século XIX), o concelho de Alvito guarda, em todas as suas igrejas, capelas e ermidas um importante núcleo deste tipo de manifestação pictórica, testemunhando a sua aceitação e perenidade junto de todas as classes sociais do interior Sul de Portugal. Nesta medida, e sempre em termos de História da Arte, o núcleo de pintura mural de Alvito revela-se único (Sousa, 2003). Outros aspectos caracterizam este núcleo de pintura mural, ponto de partida da Rota do Fresco: o abandono da maior parte dos edifícios religiosos nos quais se integram as pinturas em causa (devido à perda de população na região e também à quebra dos hábitos religiosos); o desconhecimento da importância patrimonial destas obras de arte; a impossibilidade do Estado, nas suas diferentes formas, de acudir à iminente ruína de muitos dos edifícios por fortíssimas limitações financeiras públicas. Assim, a investigação científica empreendida sobre o núcleo de pintura mural do concelho de Alvito, publicada posteriormente pela Câmara Municipal (Gonçalves, 1999), permitiu restituir a dimensão deste núcleo pictórico à escala regional e nacional, sensibilizar a população e o poder local para a importância deste seu património e, consequentemente, aumentar as possibilidades de intervenções de conservação e restauro nos edifícios e nas pinturas remanescentes. Acrescia que Alvito dispunha de condições climáticas, de morfologia do terreno, de acessos e de outras riquezas patrimoniais evidentes: isto é, dispunha de um conjunto de pré-requisitos inerentes que potenciavam uma divulgação de natureza turística do seu património.

mais receitas ao nível do comércio, restauração e hotelaria locais; fomentar a criação de emprego de jovens e a sua fixação na região ao desempenharem a função de guias da Rota depois de se submeterem a diversas acções de formação e avaliações periódicas. Foi também por motivo da Rota do Fresco que se editaram 3 livros sobre a pintura mural do território (Gonçalves, 1999; Sousa, 2003 e 2004), um deles – o Roteiro Rota do Fresco (Sousa, 2003) – sendo, ainda hoje, o livro de referência procurado e adquirido pelos visitantes da Rota e desde a sua origem editado em versão bilingue (língua portuguesa e inglesa).

De realçar ainda o facto da Rota do Fresco, antes de ter aberto as portas ao público, ter promovido diversas visitas gratuitas para a comunidade local, com a preocupação de tornar os “utentes” mais directos deste património os seus primeiros veladores (Grefe, 1990). Aliás, esta preocupação contínua do Projecto de sensibilizar a população local tomou diversas formas, incluindo acções orientadas para a comunidade infantil em articulação com as escolas e que granjearam sempre a adesão das crianças envolvidas (Casellas et al., 1997: 267; Pires, 2000), acompanhando a Rota, nesta área, a revolução tranquila que se operou nos serviços educativos em Portugal, a partir deste período. Ainda no que diz respeito à capacitação da população local, foram levadas a cabo mais de oito Acções de Formação de média duração com os técnicos de turismo dos municípios envolvidos e abertas a outros participantes externos às autarquias: pretendeu-se capacitar os recursos humanos que já tinham a responsabilidade de acolher o visitante e integrá-los, desde o início, numa nova dinâmica turístico-cultural que se acreditava ser duradoura, bem como identificar futuros potenciais colaboradores da Rota.

Merece particular destaque, para além de todas estas acções empreendidas, as intervenções de conservação e restauro levadas a cabo entre 2001 e 2007: toda a filosofia de recuperação do património integrado na Rota do Fresco seguiu o mote da “inexistência de verbas” ou “da impossibilidade do convencer o Estado a despender verbas naqueles bens culturais”. Assim, os esforços foram orientados, desde o início, para a rede de proximidade que continua a existir em territórios rurais, bem como para o aproveitamento da organização económica do território, ainda muito estratificada: latifundiários, famílias com ascendência aristocrata e ligação a alguns monumentos em particular, novos empresários do

mundo do enoturismo, foram assim os alvos das acções de proposta de “apadrinhamento” de pinturas murais, tendo sido possível intervencionar 3 exemplares de pinturas murais em três municípios da Rota. Numa das intervenções, concebeu-se, desde o início, uma acção faseada no tempo, dando origem a um Campo de Conservação e Restauro de Pintura Mural e a um Curso de Pintura a Fresco, procurando não somente divulgar um conhecimento das intervenções e dos procedimentos da C&R, mas também utilizar esse pretexto para atrair potenciais visitantes ao território em estadias mais prolongadas.

Para um território deprimido como o Alentejo, o retorno económico, social, de preservação de património e de imagem positiva alcançado com a Rota do Fresco foi evidente, num tempo ainda muito distante do fenómeno turístico no qual o país se tornou.

Contudo, o propósito estatutário e a natureza política da AMCAL impediam o desenvolvimento do projecto¹⁰ quer do ponto de vista de obtenção de mais financiamento – com candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente –, quer de expansão territorial da Rota, integrando outros territórios adjacentes. Tendo em conta estas sucessivas limitações de desenvolvimento, foi decisão da criadora da Rota do Fresco retirar o Projecto da Associação Municipal e integrá-lo na Spira – revitalização patrimonial, empresa privada igualmente fundada pela criadora da Rota e de igual forma sediada no concelho de Alvíto.

O novo investimento, agora privado, pretendeu embutir no Projecto Rota do Fresco os princípios da auto-sustentabilidade determinantes para o alcançar do verdadeiro desenvolvimento territorial, nomeadamente, através de uma gestão financeira exigente. A Rota originou a área de negócio de Turismo Cultural da empresa, entretanto composta por outras rotas temáticas agregadas sob a mesma marca. Em 10 anos de gestão privada, a Rota do Fresco passou dos 5 municípios e cerca de 30 edifícios originais integrados nos percursos para um total de 15 municípios e mais de 60 edifícios listados, crescimento territorial alcançado com investimento privado e candidaturas estratégicas a fundos europeus especialmente disponibilizados para os territórios classificados de “deprimidos”, como é o caso de todo o Alentejo.

¹⁰ Conforme mencionado na análise aos constrangimentos das Associações de Defesa do Património.

Na área de Touring Cultural da empresa trabalham, hoje, directamente, 4 pessoas com formação na área de História da Arte, Conservação e Restauro e Gestão, e todas elas vivendo entre Alvito e Beja, apresentando uma média de idades de 33 anos. Junta-se a este lote de recursos humanos, uma Bolsa de Intérpretes do Património composta por mais 4 elementos que, pontualmente, levam a cabo o acompanhamento das rotas temáticas da empresa. A Rota do Fresco continua a crescer em número de visitantes, mantendo-se a maioria de origem nacional.

Contudo, se é certo que a dimensão financeira de um projecto desta natureza é fulcral, os 10 anos de experiência privada também revelaram que esta orientação exclusivamente económica acaba por esvaziar a dimensão de *“projecto de desenvolvimento local de base patrimonial”*, passando a ser quase exclusivamente um produto de turismo-cultural, mesmo que contribuindo de forma inquestionável para o desenvolvimento do território. Isto é, para que um projecto como o da Rota do Fresco explore todas as suas potencialidades, incluir um propósito de acção marcado pela orientação *“sem fins lucrativos”* é determinante: acções de educação patrimonial, intercâmbios com outros projectos europeus, campanhas de conservação & restauro têm um valor *per se* mas também pela repercussão na dinâmica da população local e no envolvimento de parceiros. Por outro lado, o consumidor deste património periférico está interessado – quer seja nacional ou estrangeiro – em muito mais do que a mera visita ao monumento – que dificilmente é um *“must see”* –, valorizando antes a descoberta de um modo de estar e a partilha da cultura de um território no qual o monumento desempenha, principalmente, um papel de porta de entrada.

Foi por este motivo que, no final de 2018, o Projecto Rota do Fresco, em toda a sua dimensão de *“projecto de desenvolvimento local de base patrimonial”* foi entregue a uma associação sem fins lucrativos, continuando a empresa Spira a explorar de forma directa a dimensão turística da Rota: pretendeu-se, volvidos 20 anos da Rota do Fresco, capitalizar, nas melhores condições possíveis, a dimensão económica do projecto – garantido pela gestão de uma empresa privada – e investir parte desse benefício num trabalho exclusivamente de sensibilização patrimonial, eminentemente dirigido à população do território – assegurado por esta entidade sem fins lucrativos de base local. Novamente,

à semelhança do Campo Arqueológico de Mértola ou da Rota do Românico, também o Projecto Rota do Fresco conta com a mesma direcção desde a sua fundação até ao presente.

II.1.3 As Empresas de Animação Turística

A dimensão privada da intervenção em recursos endógenos – como também é o caso do património cultural – nasce com o surgimento das Empresas de Animação Turística (EAT) no final dos anos 90, hoje, uma importante forma de empregabilidade nacional.

Originárias do mundo do Turismo Activo (*aventura e team building* empresarial), evoluíram para empresas focadas num território, maioritariamente constituídas por membros da mesma família ou por pequeno grupo de amigos, e especializadas na activação dos recursos disponíveis. Valorizar, animar, usufruir do património cultural e natural é o seu foco. Contudo – e pela primeira vez no quadro patrimonial português – esta activação do recurso é promovida sem qualquer obrigação legal ou diligência no sentido da sua preservação ou investigação científica aplicada.

As EAT especializam-se num território em concreto e nos seus recursos endógenos – culturais e naturais –, criam novas formas de experimentar e usufruir desses mesmos recursos (os produtos turísticos), e orientam a sua actuação exclusivamente para o interesse do consumidor – nacional ou estrangeiro –, vivendo somente das receitas originadas pelas vendas das suas actividades. As EAT nascem normalmente de pessoas originárias do território seleccionado ou que passaram a habitar nesses territórios, sendo comum um grande conhecimento sobre o mesmo, bem como uma evidente paixão pelos seus atributos e modos de vida. Caracterizam-se ainda pelo seu elevado grau de empreendedorismo e de pró-actividade, alimentado em parte por um enorme gosto e vontade de partilhar esse mesmo território com outros, quaisquer que esses “outros” possam ser. A percepção destes recursos culturais e naturais com um “bem colectivo” é, efectivamente, um dado adquirido para estas entidades.

Com o “boom” do Turismo em Portugal, nos últimos 5 anos, verificou-se igualmente um crescimento exponencial das EAT, nomeadamente, daquelas que se

dizem actuanes em turismo cultural. Contudo, sabemos que estes números extraordinários das EAT neste campo de actuação respeitam, na sua larga maioria, as pequenas empresas de transportes de passageiros de “tuk tuk”, concentradas nas cidades turísticas.

De facto, para além da natureza das EAT acima referidas aportar significativas transformações ao mundo do então monocromático usufruto patrimonial – especializadas num território e nos seus recursos endógenos; orientadas para o consumidor; independentes financeiramente de subvenções –, uma outra dimensão transformadora das EAT decorre da sua localização preferencial: se excluirmos este surgimento de um número extraordinário de EAT por razão dos “tuk tuk” – que são, sobretudo, empresas de transporte turístico alternativo em contexto de cidade –, as EAT localizam-se onde os recursos naturais estão e onde o património cultural que precisa de garantia de acessibilidade física e intelectual se encontra. Isto é, na sua larga maioria, fora dos pólos turísticos.

É de facto devido ao trabalho das EAT que parte deste património excluído da lista do “must see” pode ser usufruído à data de hoje, sendo estas EAT uma importante âncora do desenvolvimento económico e social dos territórios periféricos de Portugal. Mantêm-se, todavia, como uma âncora muito sub-explorada no campo do património cultural por razões que detalharemos mais adiante e que se prendem essencialmente com a inexistência de uma estratégia pública na área da formação profissional e universitária, bem como de uma concertação Cultura / Turismo a nível regional.

II.1.4 O novo tipo de associações de direito privado sem fins lucrativos

Uma evolução interessante deste desejado equilíbrio entre auto-sustentabilidade financeira na exploração de recursos endógenos de matriz cultural e cumprimento de iniciativas de desenvolvimento local são as associações de direito privado e sem fins lucrativos compostas por entidades públicas e privadas em torno de um território ou de um recurso federador de determinado território.

Regendo-se pelos mesmos princípios das associações de defesa do património inicialmente referidas, estas associações igualmente de direito privado surgidas

já depois de 2000, procuram incorporar na sua própria estrutura a resposta ao desafio do desenvolvimento sustentável dos recursos endógenos culturais e naturais.

Assim, elegem um tema federador – um recurso endógeno do território –, agregam os municípios que perfazem o território seleccionado mas adicionam uma maioria de operadores privados – empresas de animação turística, alojamentos, transporte especializado, artesãos –, assim como integram igualmente entidades públicas com competências delegadas da Administração Central no campo do Ambiente, da Cultura e do Turismo.

A natureza colectiva destes associados permite ultrapassar um obstáculo tão evidente aquando da tentativa de afirmação das associações sem fins lucrativos – a pouca expressão numérica e quantitativa das quotas dos associados –, conseguindo mesmo que sejam estas quotas a assegurar os custos fixos permanentes da estrutura criada. Já a capacidade de investimento é obtida com a mesma estratégia das associações municipais – isto é, um contínuo de candidaturas a fundos comunitários de âmbito regional, nacional e europeu: sendo que, quanto maior é a escala do território abrangido e o número de parceiros associados, maior é a capacidade de obtenção de financiamento, nomeadamente, com a atribuição de selos distintivos no quadro das políticas de fundos comunitários, como é caso do selo PROVERE¹¹ ou do sistema de *clusters* sectoriais¹².

¹¹ O caso do PROVERE Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas de Portugal ou Entre a Serra e o Mar em torno da Rota Vicentina. Complementando a nota 1 do Capítulo 1, no contexto do QREN 2007-2013, foi lançada a iniciativa das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) enquanto “conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas num Programa de Acção, que visem a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local”. As EEC poderiam assumir diversas tipologias, entre elas, o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos - PROVERE. O PROVERE, enquanto estratégia de valorização económica de base territorial dirigido especificamente para espaços de baixa densidade, tem por objectivo fomentar a sua competitividade através da dinamização de actividades de base económica inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território. A sua formulação parte de uma visão estratégica em torno de recursos endógenos que constituem o foco temático, à volta do qual é construído um Programa de Acção que corporiza essa visão. Como modelo de intervenção, está baseado num paradigma que visa privilegiar as iniciativas dos agentes privados; promover um modelo de auto-governança; e, ainda, uma lógica de intervenção centrada na capacitação dos agentes e valorização dos recursos (adaptado de <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/provere-programa-de-valorizacao-economica-dos-recursos-endogenos>).

¹² O caso do cluster não bem-sucedido das Indústrias Culturais e Criativas a Norte mas, também, o caso de clusters sectoriais à margem do património cultural mas aos quais este se pode associar de forma estratégica – caso do Habitat Sustentável e que conta com as Aldeias do Xisto como parceiro. O “«Cluster de competitividade» [é uma] plataforma agregadora de conhecimento e de competências, constituída por parcerias e redes que integram empresas, associações empresariais, entidades públicas e instituições de suporte relevantes, nomeadamente entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação, que partilham uma visão estratégica comum, para, através da cooperação e da obtenção de economias de aglomeração, atingir níveis superiores de capacidade competitiva.” (Despacho n.º 2909/2015 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia). À data de hoje, existem 18 clusters activos.

Ainda neste campo financeiro, estas estruturas obtêm igualmente receitas provenientes das comissões sobre as vendas dos produtos turísticos dos associados, assim como sobre produtos originários do território e vendidos na forma de *merchandising* do projecto – directo ou associado – *online* e em lojas físicas.

Cerca de 30 anos depois das pioneiras associações de defesa do património, estas novas associações, igualmente de direito privado mas constituídas por um *mix* de entidades públicas com responsabilidades no território ou relativamente ao recurso seleccionado e agentes privados operantes no território ou com actividades relativamente ao recurso seleccionado, ultrapassaram os obstáculos tanto financeiros – quotas e acesso a fundos –, como de formação dos associados e dos corpos dirigentes – especialização temática, institucional e operativa – que caracterizavam as suas antecessoras. Informalmente, estas associações são efectivas parcerias público-privadas de gestão dos recursos endógenos naturais e culturais e nas quais o património cultural, na sua dimensão monumental, é parte integrante e beneficiário directo e indirecto da dinâmica económica e social. Infelizmente, o património não é, em qualquer um dos casos existentes no presente, a preocupação central de actuação.

São 2 os casos que consideramos paradigmáticos deste novo modelo de gestão visivelmente funcional, operativo e com manifestas consequências positivas no território no qual está implementado: as Aldeias do Xisto e a Rota Vicentina. Existe, paralelamente, a figura do Geoparque que, para além desta natureza associativa, aporta, pelo seu figurino de competências e missão, derivações muito oportunas para o património cultural de carácter monumental e que veremos mais adiante.

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX) iniciou-se e desenvolveu-se no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) através do Programa Operacional Regional do Centro, integrando-se na “Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior”. Esta “Acção” cobriu 21 concelhos no Centro de Portugal e ambicionava estruturar o território em redes, tirando partido do seu potencial: aldeias, cursos de água e percursos. Surgiram então 3 Redes: a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede de Praias Fluviais e a Rede Caminhos do Xisto.

Durante o desenvolvimento do PAX, entre 2000 e 2002, e em estreita sintonia entre os 21 municípios abrangidos pelo Programa, procurou-se criar uma marca no território partindo da forte identidade de um conjunto de povoações e inovando nos métodos e na forma de o requalificar: o apoio do PAX para uma dada aldeia dependia da apresentação e aprovação de um documento de caracterização e planeamento da intervenção – o Plano de Aldeia. Começando com 8 Planos, a qualidade das intervenções orientadas pelos técnicos das Câmaras Municipais, a integração da população local no processo e a comunicação adoptada, suscitou rapidamente novas adesões: no final do projecto, em 2007, 24 aldeias tinham integrado a Rede das Aldeias do Xisto.

Com o fim do apoio comunitário, pensou-se na melhor forma de dar continuidade à iniciativa, conforme desejo de todos os intervenientes: foi então criada a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. A Associação resultou numa transferência da liderança da Administração Pública para uma parceria público-privada entre municípios, associações e agentes, potenciadora de uma identidade de base regional e com um envolvimento estrutural de todos os actores do território, nomeadamente, técnicos municipais, população residente, entidades e agentes, num total, à data de hoje, de 21 municípios da Região Centro e mais de 100 operadores privados.

Durante todo o processo e no presente, o foco do projecto foi sempre as pessoas do território intervencionado: a estratégia de desenvolvimento prioritariamente alicerçada no aproveitamento turístico dos valores e dos recursos endógenos teve como objetivo último a melhoria das condições de vida das populações residentes, criando emprego e qualificando os recursos humanos de forma a permitir o surgimento de uma nova base económica.

As Aldeias do Xisto são hoje um projecto PROVERE e integram igualmente o cluster do Habitat Sustentável, tendo desenvolvido projectos muito relevantes e de âmbito europeu em matéria de Artes & Ofícios e Construção Sustentável – temas integrados nas dinâmicas do património cultural, mas não o de carácter monumental.

Trazemos aqui também o caso da Rota Vicentina, experiência mais recente (2013) mas com uma afirmação muito veloz no mercado nacional e internacional: mesmo estando ancorada num recurso endógeno natural, o facto deste recurso corresponder a um bem público gerido por uma entidade privada importa para a nossa análise de modelos de gestão na esfera patrimonial.

A Rota Vicentina nasce de uma necessidade premente sentida pelos empresários dos turismos rurais da costa sudoeste de Portugal: esgotados no período estival, encontravam-se recorrentemente sem procura durante os restantes 9 meses do ano, comprometendo assim seriamente a viabilidade económica dos seus investimentos. Caracterizados pela pró-actividade e pelo conhecimento do território onde actuam – à semelhança das Empresas de Animação Turística –, estes pequenos empresários decidiram capitalizar o recurso endógeno natural que, 365 dias por ano, permanecia disponível para todos quantos o quisessem utilizar: os trilhos pedestres costeiros que, no seu total, permitiam longas caminhadas de descoberta de paisagem, de gentes e de património mas, também, e consequentemente, obrigavam a estadias prolongadas e diversificadas ao longo da referida costa. Estes agentes criaram assim uma rede de alojamentos na forma de associação privada sem fins lucrativos (a Associação Casas Brancas) e em torno da capitalização dos referidos trilhos, então baptizados de “Rota Vicentina”. Foi a adesão imediata ao recurso natural agora rotulado, tanto por parte de visitantes internacionais, como nacionais – recurso transitado de um estado de adormecido para um estado de comunicação constante, consistente e apelativa – que motivou a autonomização do próprio recurso endógeno em si mesmo e a criação da Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina. É esta entidade que, desde 2013, assume a responsabilidade pela gestão, integração, estímulo, desenvolvimento e promoção dos trilhos pedestres da Rota Vicentina, assim como da oferta turística integrada associada ao produto turístico que a Rota Vicentina agora representa.

Desde a sua fundação, a Rota Vicentina conta com os parceiros públicos actuaes na área do Ambiente e do Turismo, outros parceiros com responsabilidades na gestão do território, e agrega, à data de hoje, mais de 200 empresas associadas, entre alojamentos, restaurantes, EAT, Operadores Turísticos, Agências de Viagens, e actores de outra natureza.

A missão da Rota Vicentina passa assim por investir na protecção ambiental do território, no desenvolvimento de um projecto de turismo sustentável e de qualidade, e numa oferta de produtos e serviços fiéis à cultura e identidade local. Paralelamente, o projecto foca-se na defesa do bem-estar e prosperidade da comunidade local, com quem trabalha em estreita colaboração.

A Rota Vicentina é, pois, um caso em tudo semelhante ao das Aldeias do Xisto, com a particularidade de preservar e explorar um bem que é público – os trilhos pedestres da Costa Vicentina –, sem mandato expresso para tal, sem delegação de competências, apenas uma tácita co-gestão entre entidades privadas e de natureza pública relativamente a um “bem colectivo”. Note-se que a associação integra todos os organismos regionais e muitos dos nacionais que têm competências sobre este recurso natural público e, igualmente, não limita o acesso de qualquer operador que não seja associado da Rota de poder circular e explorar comercialmente esse mesmo recurso público. Apropria-se assim, sem exclusão, desse bem e intervém directamente sobre ele – do ponto de vista da sua conservação, da sinalética e da divulgação – mas, também, a partir dele, sobre todo o território em seu torno, identificando-o, capacitando-o e promovendo-o.

Por fim, o caso dos Geoparques – hoje, já 5 no país¹³ -, considerados áreas de conservação de carácter supranacional e classificados em instrumentos jurídicos internacionais¹⁴. Representam uma verdadeira estratégia territorial, tanto do ponto de vista conceptual, como operativo em termos de competências, atribuições e obrigações para com os recursos endógenos naturais e culturais existentes. Resultam de uma leitura sistémica e holística desses recursos endógenos quer do ponto de vista de actores envolvidos, quer do ponto de vista de efeitos multiplicadores do mesmo, quer ainda do ponto de vista de estratégias efectivamente conducentes ao desenvolvimento sustentável.

Os Geoparques são uma designação UNESCO, criada em Novembro de 2015, relativa ao património geológico, à semelhança das designações Reservas da Biosfera ou Património da Humanidade, esta última para o património cultural

¹³ Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional (2006), Geoparque Arouca (2009), Geoparque Açores (2013), Geoparque Terra de Cavaleiros (2015) e Geoparque Estrela (2020).

¹⁴ Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), Paris, 2001.

de carácter monumental. A sua classificação obriga à definição de estratégias de desenvolvimento sustentável assentes na necessidade de proteger e promover tanto o património natural, como o património cultural e colocando-os ao serviço das populações. Hoje, os Geoparques são comumente designados como “os novos territórios do século XXI” pela sua agregação entre Educação, Ciência e Cultura e pela sua forte componente turística.

A sua perspectiva de “desenvolvimento sustentável está centrada nas comunidades locais – os geoparques são feitos com pessoas e para as pessoas – pelo que importa descodificar, tornar apelativo e compreensível todo esse potencial. Tal missão assenta no propósito de reforçar e aliar o sentido de pertença com a necessidade de preservação dos referidos valores. É neste âmbito que o pilar da educação assume um papel vital na mudança dos comportamentos e atitudes, permitindo alcançar os objectivos principais definidos pelas entidades de gestão para proteger, promover e divulgar o património natural e cultural do território. Em última análise, toda esta estratégia visa alcançar uma efectiva cidadania participativa e um compromisso intergeracional em prol da preservação da identidade de cada um destes territórios. (Sá e Silva, 2019: 138).

Note-se que o relevar da educação no alcance dos propósitos do instrumento “Geoparque” não se evidencia somente em programas de educação ambiental e cultural virados para os consumidores – sejam eles população local ou visitantes: evidencia-se, igualmente, na alteração do posicionamento do cientista dedicado às Ciências da Terra, assumindo como parte integrante da sua formação e tarefa de cientista, a promoção da geoética – isto é, a obrigação de lidar com dimensões éticas, sociais e culturais na investigação e na prática geológica, um ponto de intersecção entre as Geociências, a Sociologia e a Filosofia.

Os Geoparques são assim instrumentos que, fortemente alicerçados em parcerias com *stakeholders* locais, focam-se na promoção de um conjunto de valores e recursos identitários de um território e fazem-no procurando abarcar todos os agentes nele actuantes, independentemente da sua natureza. Todavia, como as primitivas associações de defesa do património, juntam uma forte preocupação e capacidade de investigação aplicada e de parcerias de I&D a nível internacional, contribuindo de forma decisiva para um aumento do conhecimento nestes

territórios. Por fim, a salvaguarda e a recuperação do património natural e cultural do território é uma das valências decorrente da sua natureza e articulada, na prática, com as entidades nacionais e de carácter regional com competências na matéria – neste ponto, semelhante ao trabalho levado a cabo pelas associações municipais como no caso da Rota do Românico. Contudo, apresenta a particularidade desta dimensão de intervenção em património não ser restritiva na sua natureza, contemplando o património geológico, o património cultural (quer seja de carácter monumental, quer seja a arquitectura tradicional das povoações, quer seja, ainda, imaterial) e sempre a fundamental dimensão da paisagem.

A primazia dada a actividades eminentemente de natureza pública aporta duas outras características à estrutura de funcionamento das respectivas entidades gestoras: mesmo sendo, em 4 dos 5 casos nacionais, associações de direito privado em regime de parceria público-privada, apenas um dos 3 casos apresenta, no seu corpo de associados, uma densidade de operadores privados superior às entidades de natureza pública – o Arouca Geoparque, claramente o mais consistente dos 5 casos nacionais. A predominância de uma função de salvaguarda, de sensibilização e de promoção integrada dos valores e recursos do território aligeira o foco turístico comparativamente com o caso das Aldeias do Xisto ou, sobretudo, o da Rota Vicentina. Por outro lado, esta maioria de actividades de natureza eminentemente pública transpõe a estrutura humana, de uma forma geral mais pesada do que as associações de direito privado, aproximando-se, em alguns casos, mais de um figurino de associação municipal. Mas transpõe também no campo orçamental, com a componente de quotas ou de vendas de serviços surgindo como marginal relativamente às dotações públicas de entidades locais e regionais ou à parcela proveniente de fundos comunitários.

Os Geoparques, pelo seu reconhecimento internacional, elevam o nível de exigência dos seus territórios, da sua metodologia de funcionamento e evidenciam uma visão estratégica a médio-longo prazo – o único “prazo” que pode importar na gestão do património cultural e natural¹⁵. Regem-se ainda por avaliações periódicas (a renovação da classificação é feita a cada 4 anos), tendo assim uma

¹⁵ Recorde-se que os Geoparques estão directamente envolvidos na dinamização dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 proclamada pelas Nações Unidas.

dinâmica estrutural de *accountability*. Articulam de forma integrada a dimensão natural e cultural dos recursos endógenos, trabalham em regime de parceria com os agentes do território, focam-se nas pessoas – quer as que lá vivem, promovendo dinâmicas de desenvolvimento económico e social sustentável, quer as que estão de passagem –, assim como nas componentes da preservação do património geológico, da educação ambiental e do desenvolvimento e promoção das comunidades locais por via do geoturismo.

Os Geoparques representam assim, em nosso entender, um modelo avançado de estrutura de gestão de recursos endógenos de carácter patrimonial. Pecam, eventualmente, pela relativa desvalorização da capacidade de gerar mais receitas via exploração turística: neste campo, há ensinamentos a retirar da única experiência desta natureza ao nível da Administração Central em Portugal no campo do património cultural – a Parques de Sintra - Monte da Lua S.A.

II.1.5 O Estado empresarial

As características sufocadoras da Administração Central são-no também para quem, dentro do Estado, quer efectivamente evoluir na aproximação dos cidadãos – nacionais ou estrangeiros – ao património cultural: a Parques de Sintra - Monte da Lua é o exemplo por excelência dessa tentativa de fazer de “modo diverso” dentro da Administração Central e com sucesso.

Mencionámos já a Parques de Sintra - Monte da Lua no primeiro capítulo deste trabalho: trata-se de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pertencente ao sector empresarial do Estado, apresentando um modelo de gestão centralizado e do tipo privado. É uma solução que procura extirpar todos os conditionalismos aportados pelo sistema estatal, mantendo do lado do Estado a definição da estratégia ou a validação da mesma, bem como a fiscalização de execução programática e orçamental garantindo, deste modo, uma adequação quer à ideia de serviço público, quer à boa gestão do erário de todos.

A Parques de Sintra é efectivamente um fenómeno do ponto de vista de preservação do património, atractividade criada junto de potenciais consumidores e capacidade de geração de receitas. Empresa de capitais maioritariamente públicos

fundada em 2000, tem hoje na sua estrutura accionista a Direcção Geral do Tesouro e Finanças e o ICNF em parcelas idênticas (35%) e, de seguida, a Câmara Municipal de Sintra e o Turismo Portugal com parcelas igualmente repartidas (15%). Ironicamente, o Ministério da Cultura, através da DGPC, não faz parte da estrutura accionista desta Paisagem Cultural classificada pela UNESCO desde 1996.

De notar aliás que, à semelhança dos Geoparques, a Parques de Sintra procura dar resposta às exigências da classificação da UNESCO e rege-se pelos mesmos princípios quer de universalidade do usufruto do bem, quer de gestão integrada, quer ainda de obrigatoriedade de uma estrutural *accountability*. Contudo, diversamente dos Geoparques ou de qualquer outra estrutura nacional actuante em património cultural e natural, a Parques de Sintra - Monte da Lua não recebe qualquer contributo do Orçamento do Estado, dependendo em exclusivo e de forma independente das receitas angariadas pela venda de bilhética e de outros serviços complementares (restauração, lojas e aluguer de espaços). Como todos os outros modelos de gestão analisados, recorre de forma permanente à captação de fundos nacionais, europeus e internacionais para apoiar a sua política de investimentos, assim como concorre a todos os prémios nacionais ou internacionais que possam certificar e reforçar a promoção da qualidade do trabalho empreendido pela empresa.

A Parques de Sintra é um modelo muito próximo do da figura jurídica da concessão: gere, recupera e explora o património público entregando ao Estado não somente um património intervencionado e mantido sem afectação de verbas públicas, promovendo o seu usufruto e os efeitos multiplicadores no território novamente sem afectação de erário público e paga ainda ao próprio Estado – neste caso, à DGPC e para o caso somente dos Palácios de Sintra e de Queluz integrados na empresa em 2012 – uma renda anual de valor fixo correspondente à receita líquida cobrada no ano anterior, acrescida de 10% do crescimento anual das receitas.

A Parques de Sintra conheceu esta dinâmica de sucesso com a entrada de António Lamas na sua direcção: de 2006 até à sua saída em 2017, a Parques de Sintra passou de 650.000 visitantes a 1.300.000 até 2012 e, depois da entrada do Palácio de Queluz e da Vila, para mais de 3 milhões em 2017. De igual

modo, as receitas passaram de 2 milhões para 11 milhões em 2012 e mais de 30 milhões em 2017.

O lucro gerado é reinvestido em grande parte na preservação do património cultural e natural sob a responsabilidade da Parques de Sintra, assim como na promoção de programas avulsos de educação ambiental e cultural, entre outras acções pontuais de responsabilidade social no território de Sintra. Note-se que, no quadro desta independência financeira, a Parques de Sintra é responsável pela contratação ou requisição do pessoal, assim como por qualquer endividamento para volantes de investimentos ou para fazer face a qualquer quebra da receita.

As críticas que têm sido apontadas a este modelo são essencialmente duas: por um lado, uma bilhética ostracista do público nacional que não teria capacidade económica para suportar estes valores de entrada, não cumprindo assim o princípio constitucional de promover o usufruto do património nacional por parte de todos os cidadãos; por outro, o facto de não haver redistribuição da mais-valia¹⁶ gerada para outros patrimónios públicos que não auferem das condições excepcionais de Sintra – isto é, um património cultural e natural muito diverso, de valor mundial e situado num perímetro delimitado¹⁷.

Efectivamente, a percentagem de nacionais que visita os monumentos de Sintra é de 14%. Contudo, atribuir a razão dessa não frequência somente ou principalmente ao preço da bilhética choca com os números que encontramos naquele que é o terceiro equipamento mais visitado a nível nacional – o Oceanário de Lisboa: com uma política de bilhética em tudo semelhante à da Parques de Sintra, o Oceanário regista 32% de visitantes nacionais – número aliás muito próximo do registado para os Monumentos Nacionais (Neves, 2020). Para contrariar, de qualquer modo, esta leitura enviesada, a Parques de Sintra instituiu a política de entrada gratuita a todos os municípios de Sintra aos domingos da parte da manhã não registando, nestas ocasiões, um acréscimo significativo

¹⁶ Princípio da repartição solidária da receita que, como vimos, aplica-se somente nos casos de Queluz e do Palácio da Vila e numa forma distinta dos restantes monumentos sob tutela da DGPC.

¹⁷ Condições determinantes para o sucesso deste modelo de gestão patrimonial. Retirando o atributo de “valor mundial”, este modelo é replicável, mas necessitando sempre de apoio público do ponto de vista orçamental. Veja-se o Plano Estratégico Cultural da Área de Belém igualmente desenhado por António Lamas (Lamas, 2015).

de visitantes nacionais oriundos daquele território. As causas serão assim bem mais profundas e difíceis de ultrapassar do que uma mera política de bilhética, como os resultados anteriormente citados do Eurobarómetro de 2017 deixam, aliás, bem claro.

Já a dinâmica do princípio da repartição solidária da receita como sendo o único, mais oportuno, eficiente e efectivo promotor quer de mais visitantes no património nacional, quer de melhor preservação desta herança é igualmente discutível. Ao invés da implementação deste princípio, os franceses desenvolveram, já nos anos 90, uma dinâmica novamente de âmbito territorial e intersectorial muito mais consequente: os Pôles d'Économie du Patrimoine - um modelo para além da gestão do património cultural e natural, na linha da actuação integrada do território plasmada no instrumento PROVERE. Veremos esta experiência mais adiante no quadro de políticas internacionais.

Um último apontamento para as estruturas das empresas municipais (como é caso da EGEAC) e das fundações decorrentes de municípios (como é caso da CulturSintra) ou da Administração Central ou Local (como é o caso da Fundação Côa Parque): estes modelos são um misto entre a actuação ordinária de um município relativamente ao seu património e equipamentos culturais, as associações municipais que desenvolvem projectos intermunicipais temáticos com a mesma natureza e, por fim, a fluidez de uma gestão de tipo privado (preocupações de rentabilidade financeira, agressividade comercial e facilitação de contratação de serviços) como no caso da Parques de Sintra. São modelos, sobretudo os dois primeiros, úteis e consequentes do ponto de vista do esforço em alcançar a sustentabilidade económica, financeira e de preservação do recurso em si mesmo. O desafio é maior ou quando alargamos o território para além da esfera administrativa municipal – caso do Côa -, ou quando postulamos uma imperiosidade de viver exclusivamente das receitas angariadas – o que nenhum destes 3 casos postula.

De facto, dos 3 exemplos, aquele que é relevante do ponto de vista da continuidade da nossa análise a modelos de gestão é o da Fundação Côa Parque: apesar de constituída por membros exclusivamente públicos e tendo a sua viabilidade económica assegurada por capitais de novo exclusivamente públicos,

torna-se um modelo mais evoluído do que o das associações municipais que gerem “projectos de desenvolvimento local de base patrimonial” como é o caso da Rota do Românico. A sua razão de ser exclusiva, o foco da sua actuação, a maleabilidade processual e, ainda, a possibilidade de integrar agentes privados na qualidade de membros na referida Fundação são pontos relevantes deste modelo, quando comparados com as associações ou empresas municipais. No caso concreto do Cda, apesar de reunir os critérios para um modelo de gestão patrimonial como o da Parques de Sintra - Monte da Lua (“património cultural e natural muito diverso, de valor mundial e situado num perímetro delimitado”), a incipiência ainda da atractividade do território poderia tornar anedótica a figura de sociedade anónima que pressupõe uma real e efectiva capacidade de geração de receitas próprias. Contudo, ficamos na dúvida se elevar a fasquia não seria mais produtora do que uma postura eventualmente demasiado conservadora e arriscadamente situacionista: o futuro o dirá.

II.2 Outros Sistemas e Políticas Internacionais

Na análise anteriormente empreendida, evidenciámos como existe espaço, oportunidade e capacidade de criar sistemas de gestão dos recursos endógenos de um território fora do espectro do Estado Central e fora dos limites exclusivamente públicos. Ficou aliás claro como projectos agregadores de mais recursos patrimoniais, assim como aqueles que ultrapassam as fronteiras administrativas, tutelares ou de natureza de parceiros têm mais possibilidade de se tornarem sustentáveis, dependendo de receitas de diverso tipo, geradas pelo universo aberto do projecto em si mesmo.

Interessa-nos agora analisar duas dinâmicas complementares. Por um lado, atender a políticas públicas que elegem o património como motor de desenvolvimento económico do território, reproduzindo modelos de governação similares ao das entidades anteriormente identificadas; complementarmente, retirar ilações sobre a melhor forma de canalizar dividendos gerados por determinados monumentos ou por monumentos que foram concessionados a outros fins, contribuindo, nomeadamente, para o desenvolvimento do território no qual se incluem (para além de proteger, recuperar e valorizar o património que está na sua origem). Por outro lado, interessa-nos analisar um caso muito particular

de gestão privada de um grande conjunto de património cultural, mas também natural, na expectativa de trazer alguns ensinamentos ao modelo de gestão patrimonial português, tanto em matéria de modelo de governação, como de optimização de estratégia de sustentabilidade.

De facto, parece-nos claro que qualquer visão unidireccional relativamente às várias opções de gestão patrimonial é dificilmente viável num país como Portugal, quer pelas características do país em si mesmo, quer pelas características que intuimos e verificaremos mais adiante referentes ao nosso património cultural: gestão centralizada, exclusão de parceiros que não da esfera pública, limitação de actuação de acordo com a propriedade dos bens, fronteiras territoriais administrativas, limitações de natureza do bem (material, imaterial, natural) poderão ser, eventualmente, opções confortáveis para quem as pratica há tanto tempo mas muito pouco contributivas da preservação do património e das comunidades que continuam a existir em torno destes recursos ou das comunidades que por eles manifestam interesse.

Interessa-nos, assim, perceber que mecanismos podem ser desenvolvidos para não somente garantir a melhor e mais inteligente forma de preservação destes bens, de partilha democrática do seu acesso e de satisfação na sua fruição, mas, também, de como estes bens podem tornar-se efectivos “miniclusters” territoriais.

Poderíamos pensar que, tendo em conta a incipiência ainda do desenvolvimento da gestão patrimonial em Portugal, seria relativamente precipitado debruçarmo-nos sobre uma matéria como esta. Ora, julgamos que a oportunidade reside justamente nessa incipiência e na possibilidade de, desde este início tardio, construir sistemas ambiciosos e profundamente estruturados¹⁸.

Elegemos assim dois modelos para a nossa análise: por um lado, o modelo dos Pôles d'Économie du Patrimoine desenvolvido em meados dos anos 90 em França – essa nação umbilicalmente dedicada à problematização da matéria patrimonial –; e, por outro, o modelo de gestão da organização de beneficência que é o Na-

¹⁸ A pandemia mundial vivida veio apenas reforçar esta nossa visão: este é o momento de voltarmos a olhar de forma crítica, construtiva e imaginativa para os nossos recursos endógenos, procurando promover um mais equitativo e sustentável desenvolvimento económico e social no nosso país.

tional Trust. Com o caso francês, pretendemos perceber como uma política pública intersectorial pode aproveitar e, simultaneamente, beneficiar a revitalização do património cultural, em tantos sentidos. Do caso inglês, pretendemos extrair dinâmicas de gestão monumento a monumento e dos monumentos no seu todo, com uma inspiradora visão do potencial económico e social latente nestes recursos.

II.2.1 Os Pôles d'Économie du Patrimoine

O conceito de "Pôle d'Économie du Patrimoine" (Pep) surge em 1993-1994, na sequência das políticas francesas de descentralização, e responde ao objectivo de promoção do desenvolvimento económico local baseado num recurso patrimonial, no qual o território ganha um peso acrescido.

Um Pep obedece a três directrizes: deve ser, antes de mais, um projecto de território independentemente da forma como este surge estruturado ou definido (realidade geográfica, histórica, temática, administrativa); deve eleger um património que una este território, seja esse património monumental, rural, industrial, paisagístico, etnográfico, Artes & Ofícios, etc., criando-se, a partir desta base patrimonial, uma temática forte; e, por fim, deve reunir actores da vida económica local em torno de diversos desafios, sejam eles de âmbito turístico, económico ou social.

Programa lançado pela DATAR – délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale¹⁹, em 1994 e dirigido às colectividades locais, os projectos aceites (no total, perto de 40) receberam uma ajuda financeira pública para levar cabo os estudos prévios necessários, sob a coordenação e orientação de um grupo de trabalho. Os estudos prévios deveriam definir uma estratégia comum de valorização do património do território por parte de actores privados e públicos, e sempre baseada na economia local.

Os Pep são assim uma metodologia assente na convicção da capacidade do património desempenhar um papel cultural, social, educacional, turístico e, por fim, económico no território abarcado pelo tema federador. Devem, obrigato-

¹⁹ Competências hoje integradas na Agence de la Cohésion des Territoires, parte do Ministère de la Cohésion des Territoires et des Relations avec les Collectivités Territoriales.

riamente, reunir actores da vida económica local, o Estado desempenhando o papel de facilitador e supervisor das dinâmicas criadas.

Para ilustrar o alcance desta metodologia de desenvolvimento territorial, elegemos o Pep “Porcelaine et Arts du Feu de Limoges”. Centrado num aglomerado populacional de 200.000 habitantes, com a cidade de Limoges e todas as vilas circundantes apresentando uma relação com a porcelana e com as artes do fogo, desenhou-se um Pep que procurava promover uma revitalização turística e cultural em torno deste tema federador. Neste caso concreto, juntava-se assim património cultural, equipamentos museológicos, profissionais e empresários da porcelana e das artes do fogo, entidades públicas territoriais e do sector.

Iniciado em 1999, o projecto contemplou, desde a sua origem, as competências das entidades científicas e tecnológicas do território e identificou as seguintes acções estratégicas: criação de um circuito de visita entre os espaços públicos e privados subordinados ao tema da porcelana e das artes de fogo; recuperação de um forno de porcelana; criação de uma política de qualidade e de certificação; criação de eventos; tradução das artes de fogo no mobiliário e arquitectura urbanos; criação de um local de atendimento ao público consentâneo. A totalidade dos projectos apresentados pelos vários actores do território deveriam responder a estas linhas principais, bem como deveriam procurar contribuir para uma lógica de complementaridade entre as várias iniciativas propostas. Todas as propostas poderiam ter uma natureza pública, privada ou mista, sendo valorizadas de igual modo. O tipo de apoio fornecido poderia ser de assistência técnica à sua definição, apoio financeiro para a realização de um estudo ou de co-financiamento de uma acção concreta.

Actualmente, Limoges é uma Vila Criativa reconhecida pela UNESCO; criou e integra a Rota Europeia de Cerâmica; oferece formação especializada neste sector; um programa de educação patrimonial para os mais jovens do território; desenvolvimento tecnológico associado; eventos e continua a apresentar a marca de “Ville d’Art et d’Histoire”²⁰ que alcançou igualmente por ocasião do desenvolvimento do Pep.

²⁰ Instrumento de política pública visando a promoção da mediação cultural ao nível do território, em articulação com Direcções Regionais de Cultura, representantes educativos, da juventude e os executivos locais. Assente na contratação de um mediador cultural e contando com o apoio dos equipamentos e serviços culturais do território, a “marca” visa garantir o desenvolvimento do turismo cultural, da comunicação patrimonial, da sensibilização da população local, assim como o desenvolvimento de actividades educativas de forma regular e consistente.

Como previsto desde a sua criação, a mecânica dos Pep é, hoje em dia, gerida directamente pelas colectividades locais no quadro das suas estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Partindo de um activo patrimonial com capacidade de agregação de território e de actores, envolvendo-os num mecanismo de solidariedade de acção, de engenharia financeira e de propósito comum, os Pep contribuíram para deixar bem claro quanto o património pode efectivamente ser um factor de desenvolvimento territorial e de coesão, testemunhando, também, o renascimento das identidades locais e o interesse por aquilo que as caracteriza e distingue²¹.

Ora, é intuitivo exportar este modelo para o caso da Parques de Sintra - Monte da Lua. De facto, este microcosmos patrimonial tem efectiva capacidade para se tornar um verdadeiro motor do desenvolvimento daquele território, tomando o património cultural como âncora: Conservação e Restauro ao nível da formação profissional, estabelecendo uma relação estreita e em vários sentidos com a Escola Profissional de Sintra; Programa de Educação Patrimonial à escala do município; acompanhamento e qualificação de empresas de animação turística centradas no tema do património cultural e paisagístico classificado; contaminação da dimensão patrimonial a outros campos de actuação como é o caso da produção agrícola, exemplificada com o programa de celebração do Ano Europeu do Património Cultural da Parques de Sintra Monte da Lua e dedicado ao Património Alimentar²²; entre outras diversas dinâmicas possíveis.

²¹ Aquilo que os franceses chamam de “territorialisation” e nós de “políticas públicas de base territorial” (Dias e Seixas, 2019). Um outro caso merecedor de ser analisado em profundidade e que já não o faremos aqui é o da Fundación Santa Maria La Real em Aguilar de Campóo, Palencia, Castela e Leão, Espanha. Partindo de um acto isolado de um jovem originário na pequena povoação e da sua recusa em deixar cair em completa ruína o grande mosteiro da vila no qual todas as crianças brincavam, mobilizou população, poderes, financiamentos para atingir o propósito de recuperação desse importante monumento medieval. Fê-lo, contudo, sempre com a ideia desta recuperação ser pretexto para a criação de um novo motor de desenvolvimento no despovoado interior Norte espanhol. Hoje, a Fundação é um marco na gestão patrimonial em Espanha e na Europa, empregando mais de 200 pessoas, tendo desenvolvido várias empresas para as várias áreas de negócio criadas, promovendo investigação científica de grande valor, entre muitas outras actividades, todas elas centradas no património cultural do território e tendo o Mosteiro de Santa Maria La Real como âncora. Actualmente, a Fundação integra o consórcio de empresas e instituições “Duero Douro” que procura, a uma escala ibérica, promover o desenvolvimento deste território em particular em torno dos recursos edificados (Cf. Plano Estrategico Duero, Douro 2015-2030).

²² Por ocasião do Ano Europeu do Património Cultural, a Parques de Sintra – Monte da Lua criou o programa “Somos o que Comemos – património alimentar nos parques e monumentos de Sintra” que visava, pela primeira vez, aproximar os monumentos da população local, cruzando a história da vila com a sua riqueza gastronómica através de um conjunto de workshops, tertúlias, visitas temáticas e actividades educativas, todas de carácter gratuito. Este projecto acabou por vencer o 1º lugar das iniciativas do Ano Europeu do Património Cultural no âmbito dos European Cultural Tourism Network Awards.

Mas também é intuitivo estender este modelo aos casos de exploração patrimonial com fins hoteleiros, quer seja em rede, quer seja em recursos patrimoniais que, por eles mesmos, pela sua localização ou, ainda, pela sua incidência no território, ganham escala significativa – caso das Pousadas de Portugal ou de alguns dos bens transformados por via do programa REVIVE – Reabilitação, Património e Turismo. Analise-se o território no qual estas *unidades hoteleiras de base patrimonial* se instalam; perceba-se as forças e fraquezas desse território do ponto de vista de recursos materiais, naturais, culturais, humanos e logísticos; defina-se um tema federador capaz de abarcar essa identidade particular e com oportunidade de se materializar em dimensões económicas concretas, relevantes e trabalhe-se em conjunto, entre diversos actores, para esse fim.

Os benefícios para os próprios equipamentos e recursos patrimoniais no centro da nova dinâmica são evidentes: mais visibilidade, mais *good will* por parte da população, maior grau de satisfação da experiência tida por parte dos visitantes, maior probabilidade de prolongamento da estadia média, mais gasto, etc...

Parece assim claro que a confluência de agentes diversos na gestão dos activos patrimoniais, a ancoragem territorial dos projectos empreendidos e o reconhecimento do potencial de desenvolvimento económico social do património aporta, somente, benefícios quer ao património em si mesmo, quer às comunidades locais, quer aos potenciais interessados na sua visita: políticas públicas de território baseadas em património cultural, obrigatoriedade de parcerias público-privadas, gestão de proximidade são alguns dos pressupostos de uma dinâmica virtuosa.

De facto, o cerne da problemática dos modelos de gestão patrimonial não está na natureza pública ou privada de quem explora o património, mas, sim, na garantia, através de uma consistente política pública a montante, de mecânicas de retorno pré-estabelecidas relativamente ao benefício gerado, tanto ao recurso patrimonial em si mesmo, como ao território no qual se inscreve.

O caso do National Trust é bem ilustrativo desta realidade.

II.2.2 O National Trust

O National Trust é, no nosso entender, o melhor exemplo da gestão patrimonial a nível europeu. Não o trazemos aqui para uma análise ao seu historial, ao detalhe da sua estrutura de funcionamento ou plano de acção: a mimetização do seu modelo de funcionamento é simplesmente incompatível com a realidade portuguesa, quer na caracterização do parque patrimonial, quer no posicionamento da sociedade relativamente a este bem comum. Focamo-nos antes numa componente desse modelo de funcionamento que nos parece relevante atendendo à procura de uma melhor gestão patrimonial em Portugal, seja ela empreendida pelo Estado central, pelas CIM, Autarquias, ONG, privados ou parcerias públicas-privadas diversas. Interessa-nos assim analisar um modelo de gestão de um universo de elementos patrimoniais consideráveis, quer em quantidade, quer em relevância, e que consiste na separação entre entidade sem fins lucrativos para a gestão do património e entidade comercial para a gestão dos serviços a ele associados. Focamo-nos no facto da entidade gestora do bem ser privada, mas sem fins lucrativos e da entidade comercial criada ser igualmente privada, subsidiária da primeira, mas com fins lucrativos²³.

O National Trust (NT) é a maior entidade de beneficência do Reino Unido, criada em 1895 por 3 cidadãos, no rescaldo das transformações sociais, económicas e de ordenamento do território trazidas pela Revolução Industrial. O seu propósito era o de cuidar e valorizar o património cultural e natural em Inglaterra, Wales e Irlanda do Norte, sob o mote actualizado de *“for everyone, forever”*.

Actualmente, o NT cuida efectivamente de 780 milhas de linha de costa, quase 250.000 hectares de paisagem rural, e mais de 500 propriedades históricas, incluindo casas antigas e os seus jardins (por onde iniciou a sua actuação, aliás, e mantendo os proprietários com a possibilidade de nelas continuar a viver), monumentos industriais e sítios históricos.

²³ Existe uma opção similar no caso francês, apelidada de “desdobramento” na terminologia francesa e que consiste em combinar uma estrutura pública para a coordenação da missão cultural, artística ou científica de um equipamento ou bem cultural e uma estrutura privada para a gestão das actividades comerciais e de animação cultural. Esta estrutura privada toma a forma de uma “Société d’Économie Mixte” – uma sociedade anónima composta, entre 51% e 85%, por capitais públicos e tendo de ter, pelo menos, um sócio de natureza privada na sua composição. Os casos de algumas empresas municipais na área da cultura, em Portugal, aproximam-se deste modelo mas com duas diferenças estruturantes relativamente à modalidade francesa: por um lado, o seu financiamento não decorre em exclusivo de receitas próprias providas directamente da exploração dos bens; por outro, não incluem privados na sua estrutura quer de capital, quer organizacional.

O financiamento do NT depende do apoio dos seus membros, mecenas, voluntários, fundos nacionais e internacionais, assim como das receitas geradas pelas actividades comerciais tais como o *catering*, o aluguer de casas para férias ou o retalho.

No ano de 2019, o National Trust recebeu aproximadamente 28 milhões de visitantes nas suas propriedades com ingresso pago e aproximou-se dos 6 milhões de membros individuais subscritores de uma anualidade de acesso às actividades culturais da organização. Para além de ter mais do que duplicado o número de membros desde 2000 (2,7 milhões, nessa ocasião), o NT apresenta, à data de hoje, uma elucidativa taxa de 85,4% de renovação anual de afiliação dos seus membros.

A componente da afiliação representa perto de metade das receitas geradas pela organização (cerca de 700 milhões de euros em 2019). Outros 100 milhões provêm de *fundraising*, 10% deste montante sendo obtidos pelos próprios membros em estreita relação com os locais que lhes são queridos: sorteio de rifas, venda de bolos ou realização de maratonas pelo património traduzem-se no valor referido. A actividade comercial totaliza cerca de 46 milhões de euros.

A organização é constituída por uma larga equipa que se encarrega da gestão das propriedades e da própria instituição. Paralelamente, um exército de 53.000 voluntários apoia as actividades do Trust. Trabalhando no cumprimento de uns apurados Estatutos e de um plano estratégico à escala de uma década, sempre orientados para a promoção do “*benefício colectivo para todos*”²⁴, os instrumentos de gestão e de governança da organização traduzem esta abertura para o exterior, para o outro, sendo elaborados com o propósito de serem claros para toda a equipa, mas também facilmente monitorizados.

Constituído por um *Board de Trustees* e por um *Council* operativo, é esta cúpula institucional que gere também, por Administração Delegada, as 5 empresas subsidiárias do Trust, detidas em exclusivo pela instituição, e estando activas

²⁴ “Our revised strategy emphasises the charity’s duty to deliver public benefit for everyone.” (National Trust Annual report 2019/2020).

somente 3: The National Trust (Enterprises) Limited – o braço armado para a dimensão comercial do NT – National Trust (Renewable Energy) Limited – comercializa a energia gerada em projectos de energia renovável; Historic House Hotels Limited – gere 3 hotéis concessionados pelo NT.

Qualquer uma destas Administrações Delegadas tem o mesmo papel e autonomia que a Administração de uma qualquer empresa, gerindo a companhia, avaliando riscos, monitorizando o orçamento, aprovando investimentos, bem como o relatório anual de actividade de contas. Parte das suas receitas são transferidas para o Trust.

Importa reter assim alguns exemplos da organização e estratégia do National Trust como ensinamentos passíveis de serem exportados para a realidade portuguesa. Por um lado, a fundamentação da actividade de uma entidade gestora de património cultural na partilha do bem (“Forever, for everyone”). A diária materialização desta missão, acomodada numa estratégia a 10 anos, revista aturadamente e adaptada se necessário, transcorrida metade da década. Na sequência deste princípio, uma política de *accountability* rigorosa e transversal a todos os níveis da organização. Complementarmente, a ancoragem na sociedade civil também para a realização das suas actividades (feita pelas pessoas, para as pessoas e com as pessoas), não somente através da criação de um corpo de voluntários, como da angariação de parte muito considerável das receitas mediante uma política de fidelização particularmente bem conseguida. Na mesma lógica de optimização de recursos e oportunidades, uma evidente permeabilidade entre património cultural e natural, estabelecendo um contínuo quer do ponto de vista de experiência de visitaçao, quer do ponto de vista de práticas de gestão. Ensinamentos simples que nos parecem fazer sentido implementar em Portugal ao nível da política central, com o seu desdobramento junto de outras entidades actuantes em património cultural.

Relevante igualmente são as opções de separação de tipo de gestão e de natureza de entidade gestora para um universo patrimonial composto de várias unidades, com escala e volumes de visitaçao e facturaçao significativos: importa separar as actividades que são estritamente comerciais daquelas que não o são, aportando às primeiras um modelo de gestão privado. Esta gestão deve,

contudo, ter presente dois princípios essenciais: o respeito pela missão e visão da entidade que lhe dá origem; a afectação de parte das receitas geradas à entidade que lhe dá origem.

Este modelo de gestão bicéfalo é, no fundo, aquele que alguns municípios – como é caso de Lisboa, Santa Maria da Feira ou Mértola, já levam a cabo com as suas empresas municipais. No caso concreto do NT, o interessante é verificar como uma associação sem fins lucrativos de natureza privada opta por, mesmo já sendo privada, criar empresas para gerir a dimensão comercial da sua actividade.

Novamente, e como se conclui aquando da análise ao modelo francês estudado, a questão não se coloca já na discussão da necessidade de um instrumento ágil na dimensão de serviços da operação patrimonial – por demais evidente – mas, sim, na definição do melhor formato para garantir o cumprimento dessa necessidade de gestão de tipo privado. Nesta equação, mais uma vez, devem ser tidas em conta as experiências estrangeiras, os seus contextos, as suas forças, os seus limites e as suas falhas, mas considere-se já que uma parte da actividade patrimonial cumpre melhor os seus desígnios de retorno à comunidade se adoptar este formato, esta abertura na gestão do património fora do quadro da gestão meramente pública, reforçando o princípio da integração dos actores que com ele interagem independentemente da sua natureza – condição determinante para a verdadeira criação de um ecossistema patrimonial sustentável.

Até porque, ironicamente, no caso português e no que diz respeito a políticas públicas, a concessão do património está, estranhamente, circunscrita à sua transformação em fim hoteleiro, sugerindo que, da parte do Estado, o dilema da compatibilidade entre obrigações do serviço público e as orientações da gestão privada ultrapassam-se somente anulando por completo as primeiras, como o caso das Pousadas de Portugal ou do Programa REVIVE, actualmente em curso, tão bem ilustram.

II.3 Conclusões Preliminares

Olhar para os sistemas de gestão patrimonial fora da esfera central permitiu sistematizar um conjunto de experiências bem-sucedidas de cidadãos organi-

zados na forma de associações, empresas ou de parcerias público-privadas e que assumiram a responsabilidade de cuidar, valorizar e rentabilizar um bem colectivo como um dever, mas, também, como um direito.

Em todos os casos analisados, perpassa a dimensão colectiva destas entidades gestoras, integradoras de várias expressões da sociedade civil – aspecto tão mais evidente quanto mais nos afastamos dos pólos centralizadores.

Ficou também clara a eficiência na rentabilização económica e social do recurso patrimonial e da maior capacidade da gestão privada para ultrapassar a mera competência conservacionista da intervenção em património, quer seja no modelo de parcerias público-privadas, quer seja no modelo de sector empresarial ou fundacional do Estado (alcançando outras dimensões como a educacional e a promoção de mais-valias económico-sociais directas e indirectas para o território no qual o recurso ou recursos se inscrevem).

No caso dos projectos patrimoniais de base territorial, evidenciou-se a importância da escala do tema federador: quanto maior o número de parceiros, maior a notoriedade e a capacidade de gerar atractividade; quanto mais diversa a oferta (oferta de livre consumo conjugada com oferta de experiências paga), maior a adesão; a diversidade e a dimensão do território tendo igualmente influência na sustentabilidade do projecto, favorecendo o regresso do visitante nacional inscrito numa dinâmica de turismo-cultural.

Pelo conjunto destes motivos, a integração de valências de comunicação, marketing e gestão na condução de projectos patrimoniais, a par das especialidades tradicionais relacionadas com o recurso em si mesmo, assim como um foco em I&D, sobressaem como uma evidência, estando igualmente bem presentes nas experiências analisadas fora da esfera central.

Evidenciou-se ainda como a dimensão colectiva e a gestão privada ou público-privada acarreta obrigações de salutar transparência informativa, com práticas de *accountability* plasmadas em Relatórios de Actividades anuais, partilhados com todos e para todos.

Por fim, constatou-se a presença, no caso destas entidades colectivas, e enriquecendo ou substituindo um orçamento de origem pública, de uma estratégia financeira composta por uma maior diversidade de fontes de receita, tais como quotas de associados, vendas directas ou comissões, a par de uma política particularmente activa na conquista de fundos comunitários e internacionais, *sponsoring* e mecenato destinados eminentemente a investimento no projecto.

Directamente decorrente desta última premissa, identificou-se uma procura activa de diferenciação da concorrência através da qualidade, com concurso sistemático a prémios e reconhecimentos nacionais e internacionais de diversa natureza, assim elevando permanentemente a fasquia de actuação.

Já nos casos internacionais analisados, ficou clara a possibilidade de património gerador de mais-valias consideráveis extravasar o recurso à sua guarda, assumindo-se como impulsionador de desenvolvimento económico e social do território no qual se inscreve, através do apoio à implementação de projectos de base patrimonial ou através da federação dos agentes do território em torno de um tema patrimonial – educação, área social, área económica.

Também se evidenciou a importância da agregação de recursos como modelo de gestão, nomeadamente, para permitir a aplicação do princípio de solidariedade orçamental entre bens, mas sem nunca descurar a viabilidade e a gestão autonomizada de cada recurso por si mesmo; a criação de mecanismos de fidelização cativantes e economicamente rentáveis; a atractividade junto de potenciais voluntários e mecenas – quer sejam colectivos ou de natureza individual.

Por fim, voltou a ficar claro, como condição para a determinante melhor gestão do património cultural, e para universos com quantidade e qualidade de património de dimensão considerável, a importância dos serviços de natureza comercial serem assegurados por uma entidade com gestão de tipo privado, mas sempre em consonância com a missão e com a gestão financeira do universo patrimonial em causa. A forma exacta dessa entidade é tão menos relevante quanto mais a política pública a montante for consistente com o princípio de bem colectivo que deve nortear toda a actuação em património cultural.

II PARTE:
**ABORDAGEM
ANALÍTICA**

CAPÍTULO III

RETRATO ECONÓMICO E SOCIAL

III.1 Cultura, Património e Desenvolvimento

A associação entre Cultura, património cultural e Economia é complexa, mas não necessariamente difícil. Há, primeiro, uma dificuldade de “tradução” entre as linguagens naturais da Cultura e da Economia, sendo esta percebida pelos actores da Cultura como incapaz de contribuir para a análise do imaterial, do único, do intemporal e do colectivo. Os equívocos em relação à ideia de valor, o ênfase na troca, e a própria centralidade da oferta e da procura aparentam ser totalmente contrários a uma abordagem da Cultura e do património. Mas não é sempre e necessariamente assim. Na realidade, as preocupações e os conceitos essenciais são transversais aos dois campos da análise, sendo o problema antes de “tradução” e disponibilidade para o diálogo frutuoso.¹ Em qualquer caso, a área da Cultura – por necessidade de envolver mais públicos e angariar recursos – tal como a área da Economia – pela sua abertura a novos conceitos de valor – têm feito um caminho de diálogo crescente.²

A relação entre a Cultura e desenvolvimento económico espelha-se, ao longo do tempo, na transformação sectorial da Economia, por um lado, e no aprofundamento da ideia de usufruto, por outro. A prosperidade consolida-se, num primeiro momento, pelo afastamento da predominância da actividade agrícola, associada no passado a grandes massas humanas empregues em actividades de baixa produtividade, em contextos de cariz conservador: a baixa qualidade de vida, a ausência de tempo livre e disponibilidade para explorar o novo – a não ser para a minoria de ricos e poderosos – associou, durante muito tempo, a Cultura à conquista de prestígio e à preservação da ordem social existente.

Apenas nos últimos dois séculos, pela industrialização e o desenvolvimento técnico verificado, pôde um grande número de trabalhadores, agora concentrados em meio urbano, alimentar novos movimentos sociais e reclamar a ascensão do Estado. A libertação de tempos pessoais de lazer e os meios técnicos de

¹ Veja-se Throsby (2008) para uma análise transversal do tema.

² Como sublinhado em Tavares (2014; 2019).

reprodução – entre os quais a fotografia, o cinema, a gravação de som –, fizeram chegar a Cultura a novos públicos, multiplicando ao mesmo tempo as audiências e o número dos produtos culturais. A indústria de entretenimento emergiu, a par do alargamento da educação pública e da diminuição dos custos de reprodução e difusão de produtos culturais, levando naturalmente à criação de novas oportunidades culturais. Por fim, e mais recentemente, a importância crescente dos serviços e a crescente interligação entre actividades económicas fomentou ainda mais as trocas culturais, afastando a Economia de uma abordagem Fordista da produção e apontando-a antes na direcção do conhecimento e da Cultura.

Apoiada no crescente peso dos serviços e da estabilidade da indústria como sectores mais presentes, cresceu a ênfase na “economia do conhecimento” e, mais tarde, na “economia da experiência”, passando pela especialização, inovação e multiplicação das trocas culturais.³ As economias alicerçam-se hoje em mudanças estruturais na busca de mais valor na produção e no consumo de elementos simbólicos com uma ligação umbilical ao terreno da Cultura. A explosão das actividades ligadas ao Turismo, assim como a difusão de mensagens simbólicas complexas através de meios inovadores, como a internet e os aparelhos móveis, criaram novas possibilidades de partilha de valorização do património cultural. Enquanto as economias baseadas na agricultura ofereciam matérias-primas “anónimas” para o mercado, e a indústria injectou quantidades imensas de produtos manufacturados numa sociedade de consumo de massas, a economia baseada nos serviços disponibiliza aos seus clientes produtos e mensagens cada vez mais diferenciados, a economia da experiência estando assente quase inteiramente na subtileza das experiências pessoais. Os serviços, na era da informação e do entretenimento, estão indelevelmente ligados à teia de elementos a que chamamos Cultura. O pessoal e o idiossincrático instalou-se definitivamente na esfera do valor económico. A Cultura tornou-se um relevante motor de progresso e de busca por identidade. O valor económico consolida-se cada vez mais a partir da rede complexa de significados culturais e simbólicos presentes nas trocas entre indivíduos e grupos diversos e atentos.

³ Ver Pine and Gilmore (1999).

III.2 O Património Classificado: um Retrato Estatístico

Iniciamos a nossa análise do valor económico e social do património classificado pela descrição da implantação deste património na geografia de Portugal. A nossa abordagem não exclui os benefícios evidentes de abordagens e metodologias complementares. No entanto, consideramos que este retrato estatístico da distribuição do universo de património classificado pelo território constitui um exercício prévio a qualquer avaliação do valor económico e social potencial do património classificado. Entendemo-la como preliminar a metodologias com base noutras disciplinas e ferramentas de conhecimento, incluindo as que enformam outros contributos neste mesmo Estudo.

Para traçar este retrato, começamos por compilar a base de dados do património imóvel classificado da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), tal como descrito no Apêndice de Dados. Nesta base de dados correlacionamos as características do património cultural classificado com as características socio-económicas dos municípios em que esse património está localizado. A base de dados inclui 4.696 elementos de património imóvel classificado a nível nacional (continente e ilhas). Este total de elementos classificados foi dividido, para efeitos da nossa análise e por razões de agregação de terminologias diversas entre continente e ilhas, em três níveis de protecção – alto, intermédio e baixo. Já no caso da propriedade, optámos por autonomizar a propriedade da Igreja Católica já que, mesmo podendo integrar-se na classificação de “propriedade privada”, merece, pela sua natureza e número, um tratamento autónomo. Para a obtenção dos números referidos, utilizámos as seguintes fontes: Sistema Estatístico Nacional - Contas Nacionais, Conta Satélite da Cultura, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio; Quadros de Pessoal; Sistema de Contas Integradas das Empresas; Sistema Estatístico Internacional - Eurostat; UNCTAD; OCDE.

Criámos também um indicador de “relevância” que referencia aquele património classificado a que é concedida notória visibilidade. Este indicador, da maior importância na avaliação do potencial valor económico e social do património cultural, foi por nós construído a partir da referência por escrito ou por uso de imagem referente ao património em questão nos livros das disciplinas de História e Geografia do 5º e do 6º ano, ou seja do 2º Ciclo do Ensino Básico, parte do ensino obrigatório a que todos os cidadãos são expostos. Esta Relevância

Social é, ela mesma, classificada de “Histórica” quando é nessa dimensão que se alude ao recurso patrimonial; de “Artística, Estética ou Cultural”, quando é desse modo que o referido património surge referenciado; e, finalmente, de “Imagem” quando apenas essa dimensão está presente na menção do património em causa.

Assim, num primeiro momento, concentrámo-nos no retrato estatístico, procedendo à localização propriamente dita do património classificado no território português, tendo por base os 308 municípios existentes à escala nacional, incluindo ilhas. De seguida, discriminámos o nível de protecção – alta, intermédia e baixa – e propriedade – pública, privada ou Igreja Católica. Correlacionámos essa distribuição espacial do património classificado – e todas as suas características acima referenciadas – com um conjunto de variáveis socio-económicas, retrato do município quanto a população, distribuição etária e níveis de educação. Relacionámos, por fim, a presença e o tipo de património classificado em cada município com a distribuição da população e das suas características, pelo país como um todo.

III.2.1 Património classificado: número absoluto e relativo à população

A primeira questão a que procurámos dar resposta e que enquadra todo o exercício posterior é a da distribuição do património classificado pelo território⁴. A Figura 1 concretiza esse exercício, apresentando o número absoluto e relativo à população de património classificado presente em cada município do continente e ilhas. No primeiro mapa, representando o valor absoluto, verificamos que o património classificado se encontra relativamente bem distribuído pelo território, com municípios muito dotados tanto a norte como a sul, na costa e nas zonas fronteiriças. Ou seja, a distribuição do património imóvel classificado pela geografia de Portugal é equilibrada, reflectindo com naturalidade a terri-

⁴ Com raras excepções, optamos neste trabalho por obter e trabalhar valores relativos à população e não à área, por duas razões. Em primeiro lugar, a população presente no território apresenta-se como potencial motor principal da oferta e da procura de valor sob a forma de património classificado. Em segundo, lugar, em vários pontos, trabalhamos a relação entre presença de património classificado e densidade populacional - habitantes por km² -, trabalhando assim um conceito que faz uso da noção de área mas integrada na forma muito relevante de densidade populacional.

torialização dos poderes régio, eclesiástico e municipal ao longo do tempo e os esforços históricos de povoar equilibradamente o território.

O segundo mapa, na mesma Figura 1, explora a distribuição do património classificado por mil habitantes, deixando transparecer um facto “novo” ou pouco referido: ao interior do país correspondem os valores mais elevados de património classificado relativo à população. A região costeira, mais desenvolvida economicamente e com os aglomerados populacionais mais significativos, incluindo as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, exhibe um número relativamente mais modesto de património classificado em proporção da população.

Esta maior densidade de património classificado relativo à população no interior e em zonas de baixa densidade pode depender de, pelo menos, dois factores concorrentes e com interpretações distintas. Por um lado, decorre automaticamente e de forma evidente do notório despovoamento do interior, o que leva a uma diminuição do denominador – a população. Contudo, mais património per capita no interior também reflecte, pelo menos em parte, o processo histórico de povoamento e de afirmação política e administrativa que favoreceu a presença tendencialmente uniforme de edifícios ligados ao Estado e à defesa do território, bem como edifícios pertença da Igreja Católica, sendo a distribuição da população portuguesa pelo território em todos os séculos precedentes menos dicotómica entre o Litoral e o Interior do que nos últimos 150 anos.

O que parece inequívoco e merece avaliação é como, num contexto que vê o património classificado como activo criador de riqueza e emprego, esta maior densidade de património relativo à população no interior do país pode e deve ser capitalizada como factor de coesão nacional e de convergência económica entre zonas de maior e menor densidade populacional.

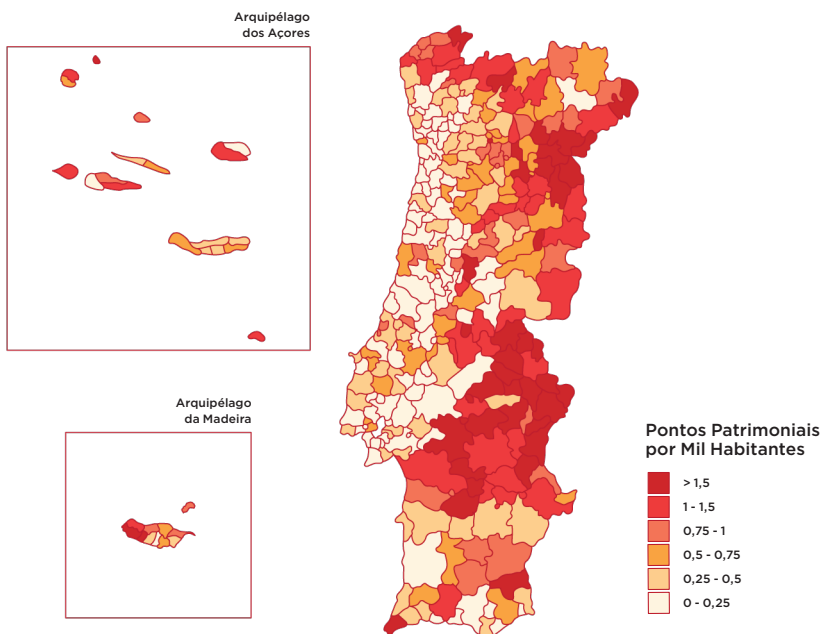
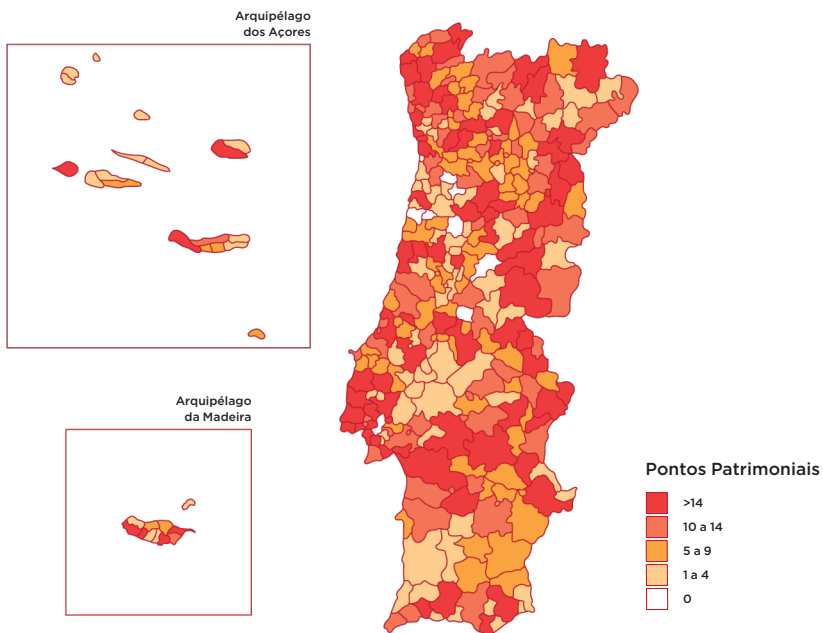


Figura 1
Património Classificado por Município
 Número absoluto e por mil habitantes

Usando os mesmos dados, ordenámos os municípios portugueses por ordem crescente do número absoluto e relativo de património classificado. A Figura 2 apresenta a distribuição da frequência dos municípios por número de imóveis classificados, de um mínimo de 0 a um máximo de 306, o que se verifica no caso de Lisboa. Cerca de 2% dos municípios não possuem qualquer património imóvel classificado e mais de ¼ dos municípios têm de 2 a 5 imóveis classificados, sendo 4 o valor mais frequente. Mais de metade dos municípios portugueses tem de 1 a 9 pontos de património classificado. Os municípios com maior presença de património são Lisboa com 306, seguida do Porto com 112, de Braga, Coimbra e Funchal.

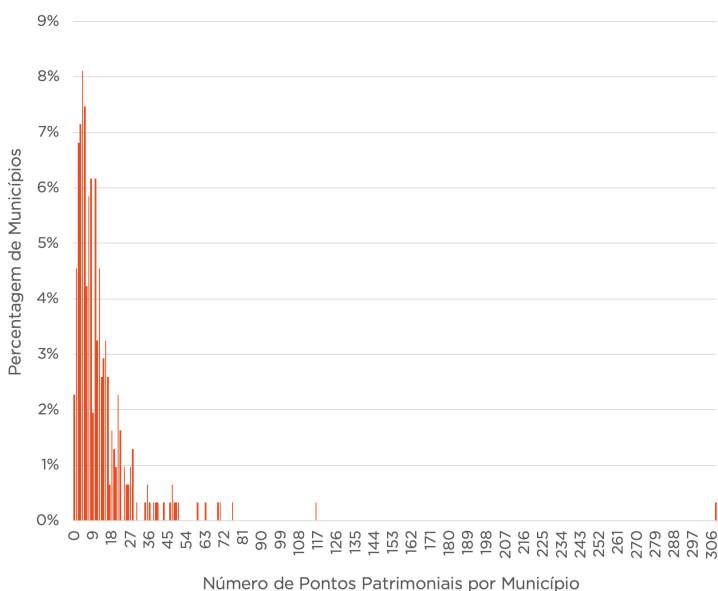


Figura 2
Património Classificado
 Número absoluto por Município

Na Figura 3, apresentamos a distribuição de frequência dos municípios quanto ao património classificado por mil habitantes, para diferentes intervalos. É notório, no primeiro painel, como cerca de metade dos municípios tem 0,3 ou menos elementos de património classificado por cada 1.000 habitantes – ou seja, menos de 3 por 10.000 habitantes. No outro extremo, cerca de 10% dos municípios tem 20 ou mais elementos de património classificado por 10.000 habitantes. A Figura 3a apresenta os mesmos dados, mas apenas para os municípios com até 3,6 pontos por 10 mil habitantes.

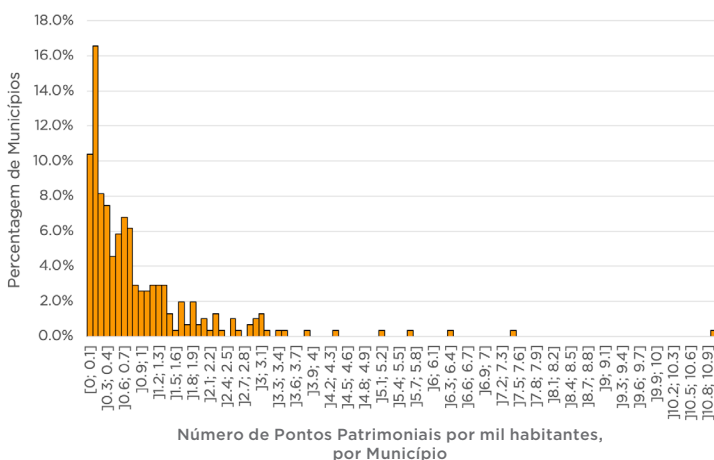


Figura 3

Património Classificado

Número por mil habitantes por Município

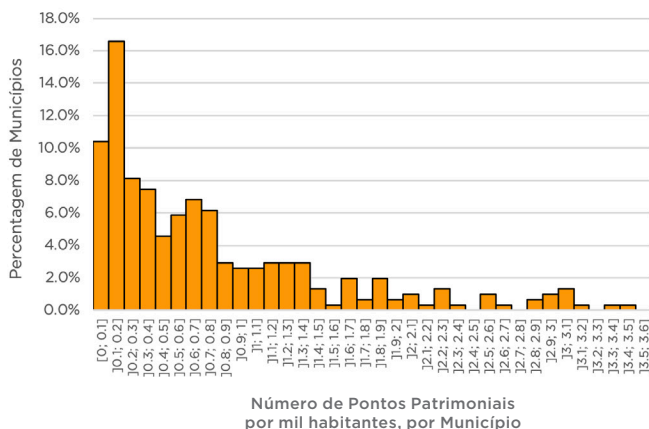


Figura 3a

Património Classificado

Número por mil habitantes por Município

Até 3,6 por mil habitantes

As Figuras 4 e 4a exibem, para cada quartil de população do município – ou seja, desde os 25% de municípios com menos habitantes até aos 25% de municípios com mais habitantes – a média de património classificado, em termos absolutos e relativo à população. Como nas figuras seguintes, damos notícia do coeficiente de correlação, valor que oscila entre -1 – quando as duas características em análise evoluem em sentidos diferentes de forma perfeitamente alinhada – até +1 – quando as duas características evoluem no mesmo sentido. Na Figura 4, tal como esperado, os municípios mais populosos exibem, em média, mais património classificado, com 23,5 de média para os mais populosos, versus 6,5 para os menos populosos. Já na Figura 4a, que diz respeito aos imóveis classificados relativo à população por município, a relação é inversa, com os municípios mais populosos a exibirem valores mais baixos. O coeficiente de correlação passa de +0,58 no caso do património classificado absoluto, para -0,26 no caso do património classificado relativo à população, espelhando a alteração radical da natureza da relação entre as variáveis.

Confirma-se assim a percepção visual que os mapas na Figura 1 nos revelaram: a maior densidade de património classificado relativamente à população residente encontra-se nos municípios menos populosos e sem grandes centros urbanos, a maioria localizada no interior do país, com destaque para o Alentejo. Esta maior densidade patrimonial no interior menos povoado é um facto que deve informar qualquer política de valorização do património.

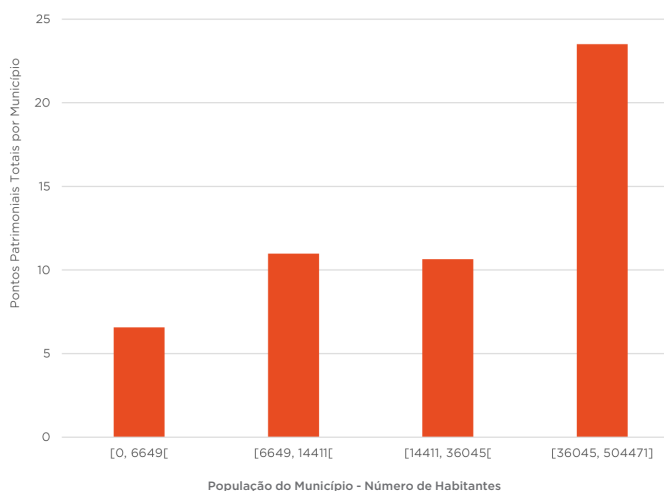


Figura 4

Património Classificado por Município e População do Município

Distribuição dos Municípios por Quartis de População

Coeficiente de Correlação: $r = 0,58$

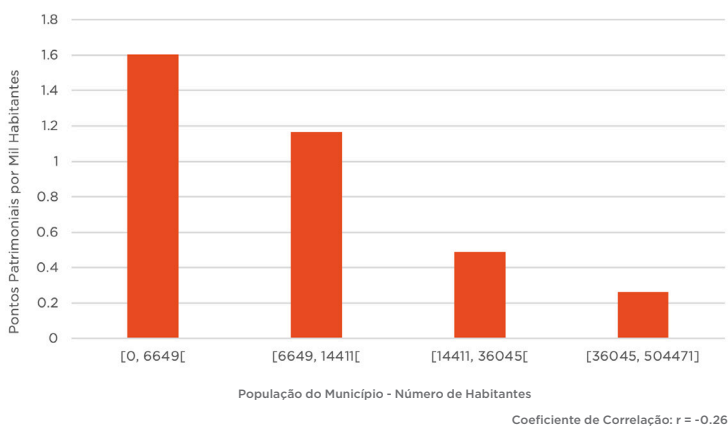


Figura 4a

Património Classificado per capita por Município e População do Município

Distribuição dos Municípios por Quartis de População

Como se relaciona então o património classificado relativo à população com os quartis de densidade populacional por município? Na Figura 5, verificamos que são os municípios com menor densidade populacional que exibem no seu território maior número de património relativo à população. Ou seja, no interior menos densamente povoado, está presente menos património em absoluto, mas mais património relativo à população, como vimos acima. No outro extremo, territórios com maior densidade populacional estão associados a um menor número de pontos de património classificado relativo à população.

Ou, dito de outra forma, existe mais património relativo à população onde esses habitantes estão mais dispersos no espaço. A associação de baixa densidade populacional com mais património por habitante sugere, do lado da oferta, as possíveis dificuldades de activação do potencial económico do património, tanto pela menor presença humana, como por essa presença ser mais dispersa. Do lado da procura, adivinham-se dificuldades específicas em obter conhecimento sobre o município e as suas atracções por parte dos habitantes do restante espaço nacional. Estes factos obrigam a pensar modelos específicos de promoção da actividade económica assente no património cultural.

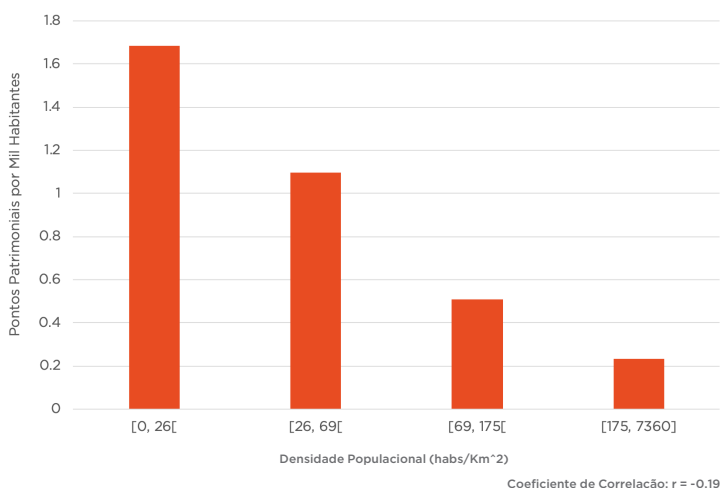


Figura 5

Patrimônio Classificado per capita do Município e Densidade do Município

Distribuição dos Municípios por Quartis de Densidade Populacional

Na Figura 6, orientamos a nossa atenção não para a população do município em causa, mas para a soma da população dos municípios que distam sucessivamente menos de 70 km do município em análise, de 70 a 150 km de seguida e mais de 150 km no final. Os dados são reveladores: os municípios com maior densidade de património relativo à população estão no quartil de municípios com menos população vizinha localizada a menos de 70 km. Por outro lado, o património relativo à população está especialmente presente para o quartil de municípios com mais população localizada a mais de 150 km de distância destes municípios: são os municípios do interior, fronteiriços alguns, com poucos habitantes e baixa densidade populacional.

Significa, assim, que os municípios relativamente ricos em património mas com pouca população – municípios do interior – a pretenderem gerar volumes consideráveis de visitantes e de actividade económica, têm de equacionar a capacidade de atrair população relativamente distante, integrando na oferta estadias atraentes de uma ou várias noites, dada a deslocação de mais de 150 km exigida. As vias de transporte terrestre passam, também por essa razão, a ser determinantes na estratégia de atracção de visitantes. Já ao contrário, os municípios com menor densidade patrimonial localizados na costa, perto de grandes

centros, podem mobilizar facilmente massas de população próximas, capazes de se deslocar em viagens curtas, de uma hora ou menos de duração. Em suma, uma grande parte do património classificado está localizado em municípios que precisam de mobilizar uma grande parte da população do continente para uma viagem de ida e volta no mesmo dia ou com estadia de uma noite mínimo, dadas as distâncias de mais de 70 e mais de 150 km entre a origem dos visitantes e o património a visitar.

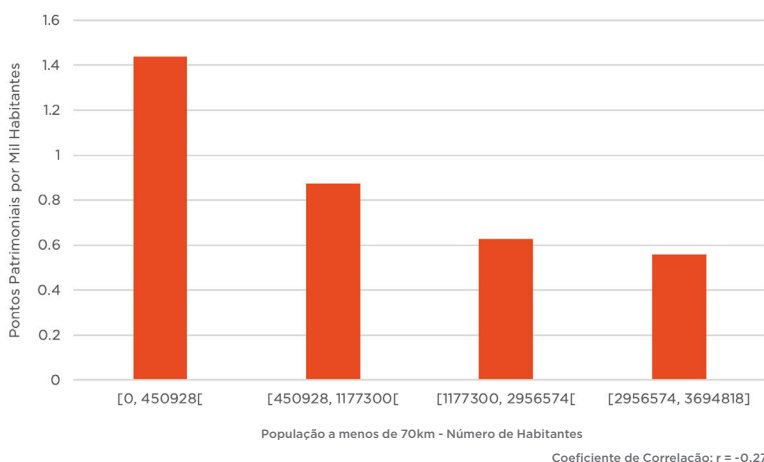


Figura 6

Património Classificado per capita por Município e População a Menos de 70 km

Distribuição dos Municípios por Quartis de População a Menos de 70 km de Distância do Município

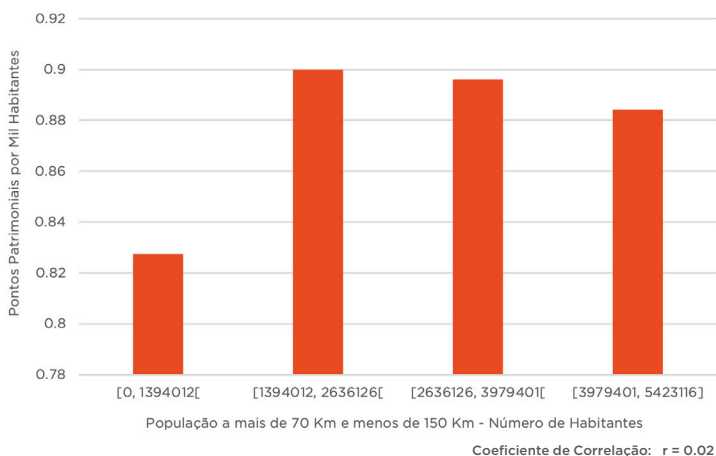


Figura 6a

Património Classificado per capita por Município e População entre 70 a 150 km

Distribuição dos Municípios por Quartis de População entre 70 e 150 km de Distância do Município

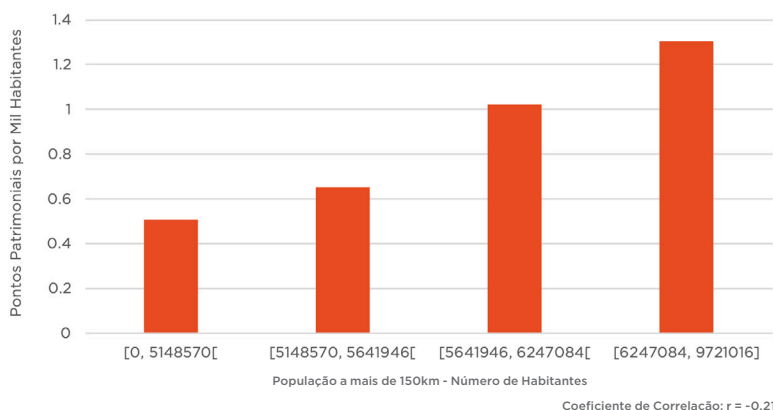


Figura 6b

Patrimônio Classificado per capita por Município e População a mais de 150 km

Distribuição dos Municípios por Quartis de População a mais de 150 km de Distância do Município

Nas Figuras 7, 7a e 7b, apresentamos os diagramas de dispersão representando o patrimônio per capita dos municípios contra a população do país que se encontra às distâncias de menos de 70 km, entre 70 e 150 km e a mais de 150 km. As correlações são, respectivamente, negativas, aproximadamente zero, e positivas, confirmando a análise da Figura 6: os municípios com mais pontos patrimoniais per capita tendem a ter menos população a menos de 70 km de distância e mais população a mais de 150 km. Dois grupos distintos se destacam: o primeiro, com mais pontos patrimoniais per capita e até 1,5 milhões de pessoas a menos de 70 km de distância, e um segundo grupo com menos pontos per capita e mais população numa proximidade até 70 km. Quanto à população localizada a mais de 70 km e menos de 150 km, como vimos, não se estabelece uma relação clara com o patrimônio por habitante no município.

É possível verificar, na Figura 7, como cerca de $\frac{1}{4}$ dos municípios tem cerca de 3 ou mais milhões de pessoas a menos de 70 km de distância; e na Figura 7a, metade têm mais de 2,5 milhões a mais de 70 km e menos de 150 km de distância; e, por fim, na Figura 7b, mais de $\frac{3}{4}$ têm mais de 5 milhões a mais de 150 km de distância. Uma natural inferência é a relevância de cada um destes segmentos da população vizinha. A atracção de uma massa considerável de visitantes não pode por isso ignorar uma estratégia de oferta diversificada para cada um desses segmentos, incluindo a facilidade e estadia do visitante e per-

noita no município. Por outro lado, estes dados confirmam uma natureza bipolar da distribuição da população portuguesa, entre dois pontos de concentração de habitantes, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Estas, note-se, distam entre si em mais de 150 km, o que explica o elevado valor de população a mais de 150 km de distância do município, qualquer que seja o município do continente considerado, uma vez que Lisboa e Porto estão relativamente distantes de uma parte considerável de muitos dos municípios do continente. Por outro lado, é de salientar que municípios na região Centro, como Coimbra, beneficiam de uma quantidade assinalável de potenciais visitantes localizados entre 70 e 150 km, a norte, e a mais de 150 km, em Lisboa e a sul. Para estes municípios, é condição sine qua non de sucesso equacionar como “distância” se reflecte em “apetência” por visitas. O mesmo se passa com os municípios do Algarve, a mais de 150 km de concentrações significativas de população, sendo que, neste caso, outros atractivos para a visita, embora de natureza sazonal, podem ser capitalizados para promover o património local.

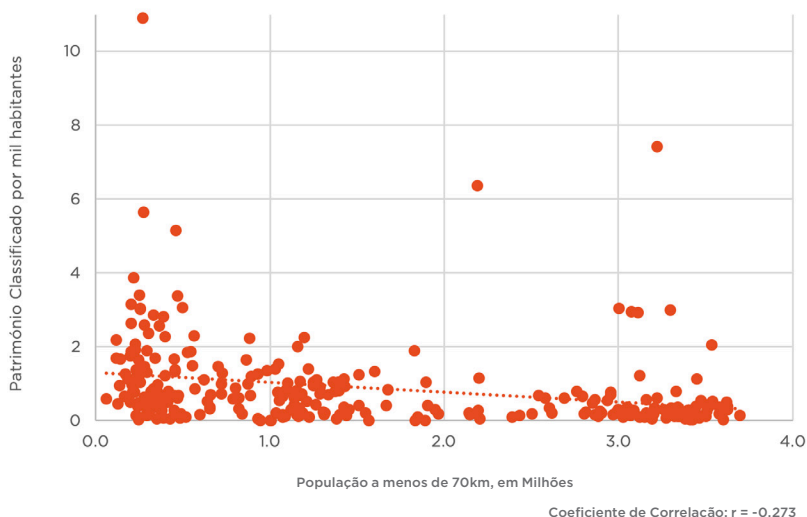


Figura 7

Património Classificado per capita e População a menos de 70 km de Distância do Município

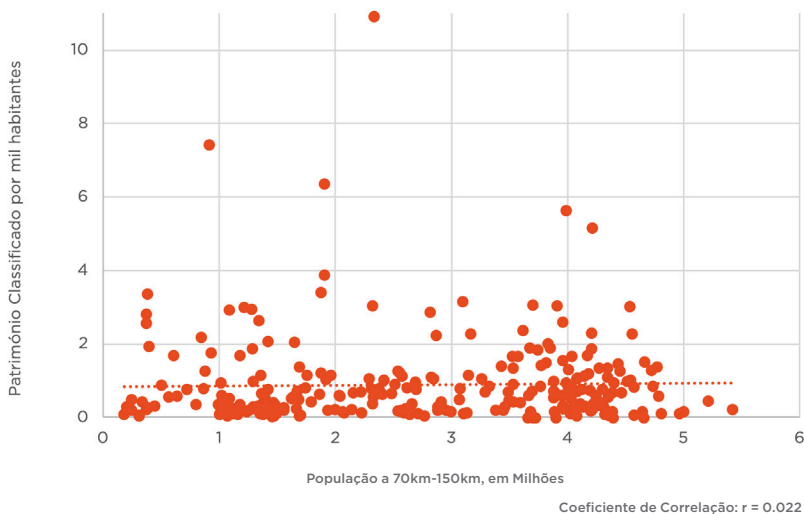


Figura 7a

Patrimônio Classificado per capita e população entre 70 e 150 km de Distância do Município

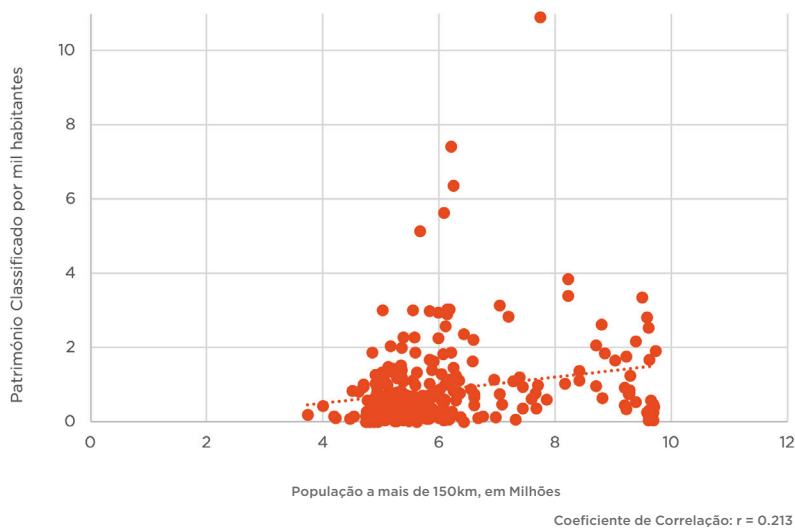


Figura 7b

Patrimônio Classificado per capita e população a mais de 150 km de Distância do Município

III.2.2 Património classificado e população por faixa etária

Um aspecto determinante em qualquer estratégia de atracção de visitantes é a sua diferenciação por faixa etária, desde os mais jovens – em geral dependentes de familiares ou do meio escolar para se deslocarem; aos jovens – autónomos e gregários; à população activa – com restrições de tempo mas disponibilidade de recursos; e à população idosa – com grande disponibilidade de tempo, recursos moderados, e algumas limitações, por exemplo, de mobilidade. Os padrões de usufruto do património diferem entre grupos etários também por estarem associados a diferentes níveis educacionais ou de rendimento, entre outras diferenças relevantes de natureza socio-económica. A educação é um factor crucial numa sociedade com baixos índices educacionais no contexto europeu e, por isso e necessariamente, grandes diferenças educacionais entre gerações.

O que verificamos nas Figuras 8 a 8b referente ao património classificado per capita, por município e por faixa etária da população do município, é que: a mais população presente no município (qualquer que seja a faixa etária considerada) corresponde menos património classificado per capita. Os valores de correlação, negativos, estão entre -0,22 e os -0,28. Os valores dos quartis, ordenados por quantidade de população no município na faixa etária considerada, são extremamente próximos. Ou seja, a associação negativa entre população residente e densidade de património classificado é de natureza semelhante para os quatro grupos etários estudados: dos 0 aos 14 anos, entre os 15 e os 24, dos 25 aos 64, e de 65 em diante.

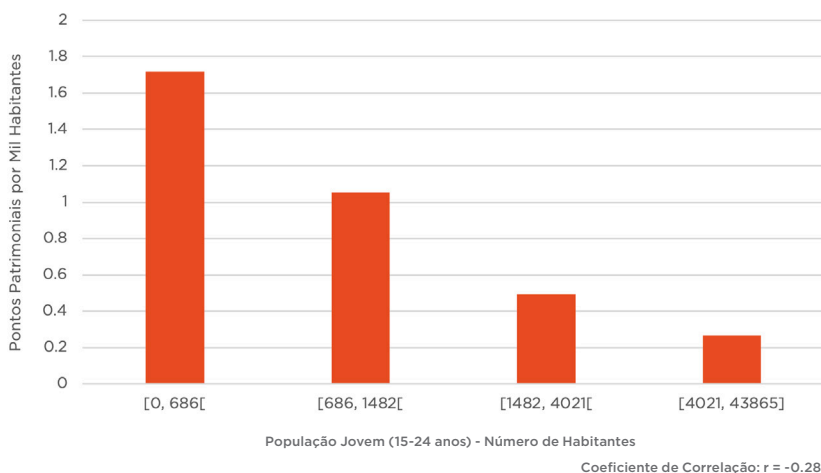


Figura 8

Património Classificado per capita por Município e População do Município dos 15 aos 24 anos

Distribuição dos Municípios por Quartis de População de 15 a 24 Anos

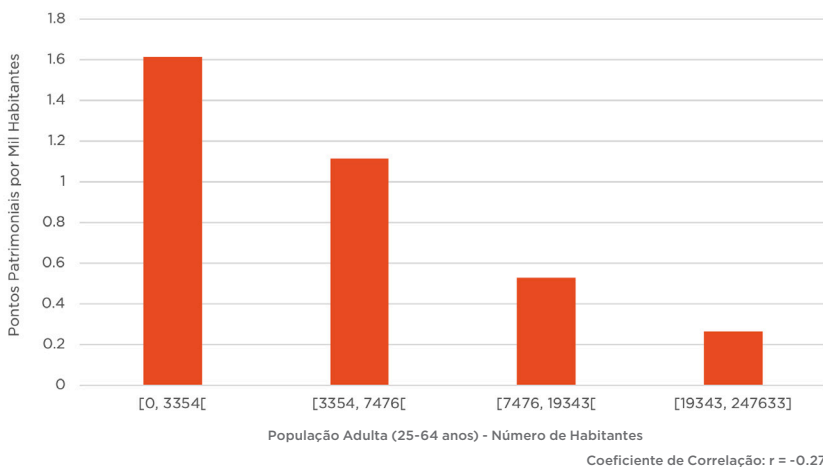


Figura 8a

Patrimônio Classificado per capita por Município e População do Município dos 25 aos 64 anos

Distribuição dos Municípios por Quartis de População de 25 a 64 Anos

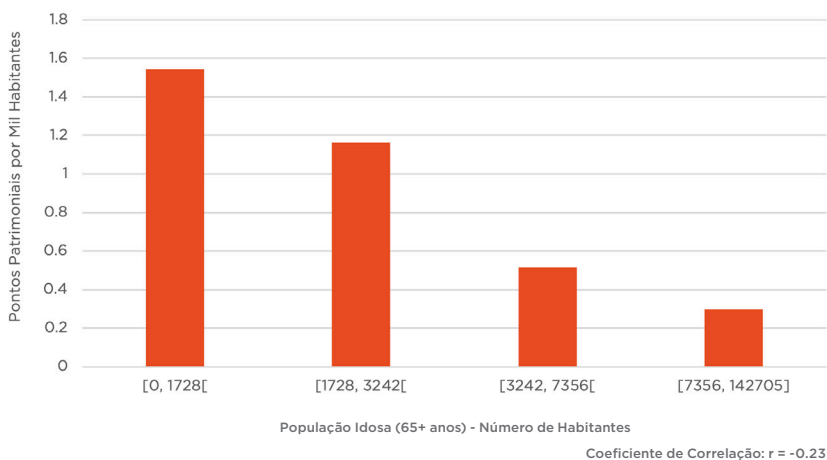


Figura 8b

Patrimônio Classificado per capita por Município e População do Município com 65 anos ou mais

Distribuição dos Municípios por Quartis de População com Mais de 64 Anos

Nas Figuras 9 a 9b, apresentamos o valor de património classificado per capita para os quartis do Índice de Proximidade – um indicador que sintetiza a proximidade do município a toda a restante população do continente. Este Índice é, para cada município, a soma da população de cada outro município do continente, dividido pela distância entre esse outro município e o município em análise. Ou seja, o Índice aumenta com o rácio entre a população de cada município e a sua distância ao município em análise de forma que, quanto mais próximo estiver este último da população dos outros municípios, maior o Índice.⁵ Quanto menor o Índice de Proximidade, mais distante está, em média, o município em análise de todos os outros municípios. Assim, quanto maior o Índice de Proximidade, mais próximo o município está, em média, da população do país como um todo ou relativamente aos diversos grupos etários.

Verificamos que os municípios com mais património classificado per capita possuem Índices de Proximidade mais baixos para todos os grupos etários. Simplificando, em média, há mais património por habitante em municípios pouco povoados e longe das aglomerações populacionais significativas. Assim, há mais património por habitante onde há menos pessoas e em municípios que estão mais longe da população do continente, como um todo. Este facto confirma que, qualquer que seja o grupo etário, uma boa exploração do potencial económico do património classificado implica a mobilização e a movimentação de cidadãos de pontos relativamente distantes, logo, a necessidade de trabalhar em conjunto entre municípios próximos uns dos outros, por forma a ganhar escala na oferta nas suas várias dimensões, assim como desenhar políticas pró-activas de escoamento de tráfego turístico concentrado em pólos particulares.

⁵ Em relação aos totais de população até 70 km, entre 70 e 150 km e a mais de 150 km do município em análise, o Índice de Proximidade tem a vantagem de considerar toda a distribuição da população dos municípios portugueses e resumir essa distribuição num valor que é específico para cada município em análise.

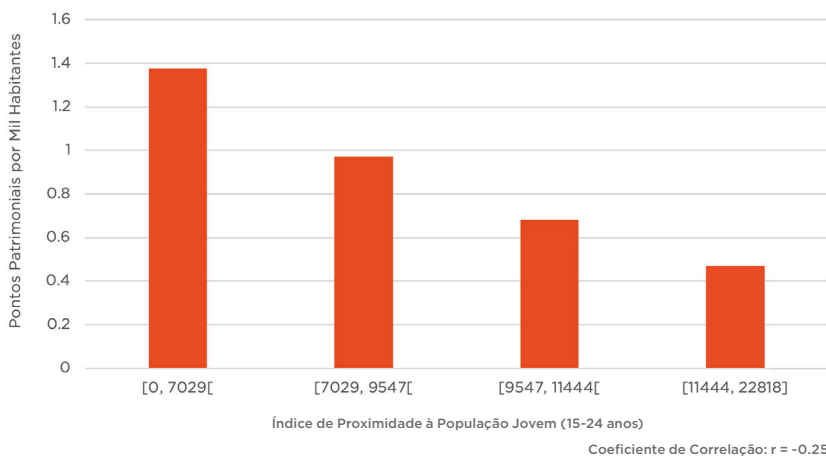


Figura 9

Patrimônio Classificado per capita por Município e População dos 15 aos 24 anos

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População dos 15 aos 24 Anos

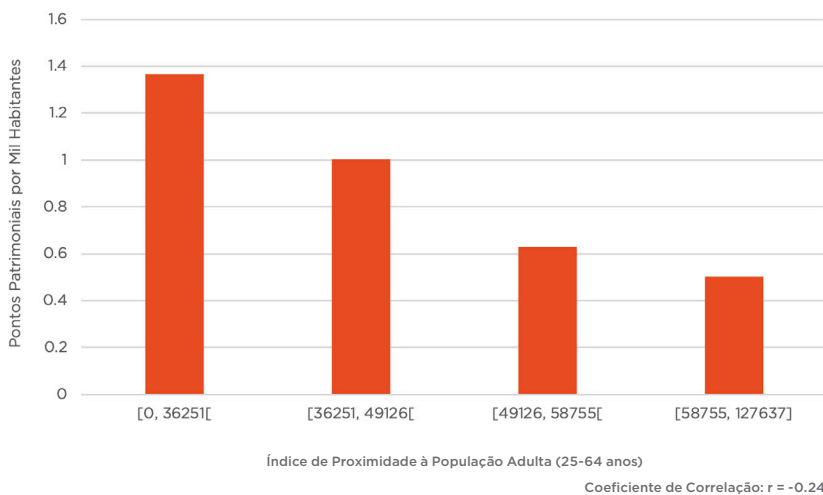


Figura 9a

Patrimônio Classificado per capita por Município e População dos 25 aos 64 anos

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População dos 25 aos 64 Anos

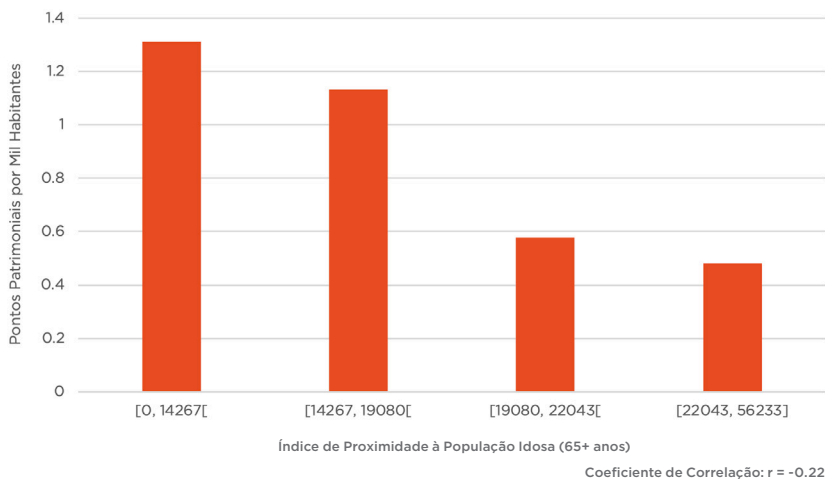


Figura 9b

Património Classificado per capita por Município e População com 65 anos ou mais

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População com mais de 64 Anos

II.2.3 Património classificado e população por nível educacional

As Figuras 10 e 11 ilustram a relação entre património classificado per capita e a população que completou cada um dos sucessivos níveis educacionais – ensino básico, ensino secundário e ensino superior. Tal como para os grupos etários, independentemente do nível educacional máximo considerado, os municípios com mais património per capita são menos povoados e estão também mais distantes das populações com o nível educacional considerado. Conclui-se que, para os territórios onde o património por habitante é um activo importante, e qualquer que seja o nível educacional do visitante, será necessário ter poder de atrair visitantes que estão relativamente distantes.

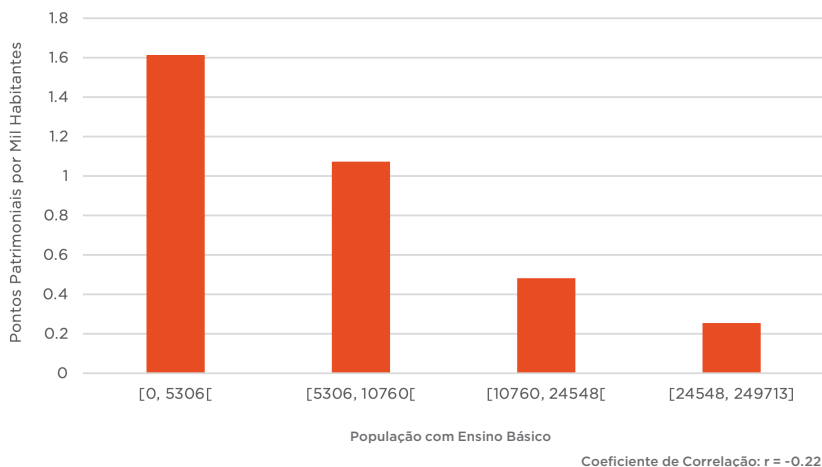


Figura 10

Patrimônio Classificado per capita por Município e População com o Ensino Básico

Distribuição dos Municípios por Quartis de total de População com Ensino Básico

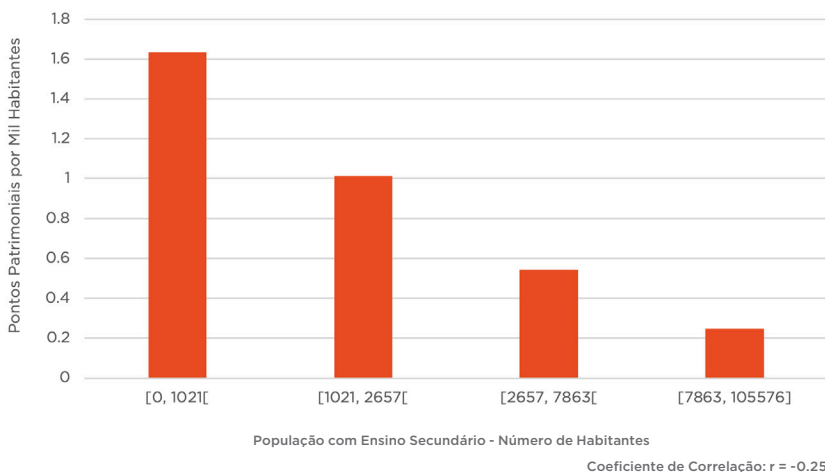


Figura 10a

Patrimônio Classificado per capita por Município e População com o Ensino Secundário

Distribuição dos Municípios por Quartis de total de População com Ensino Secundário

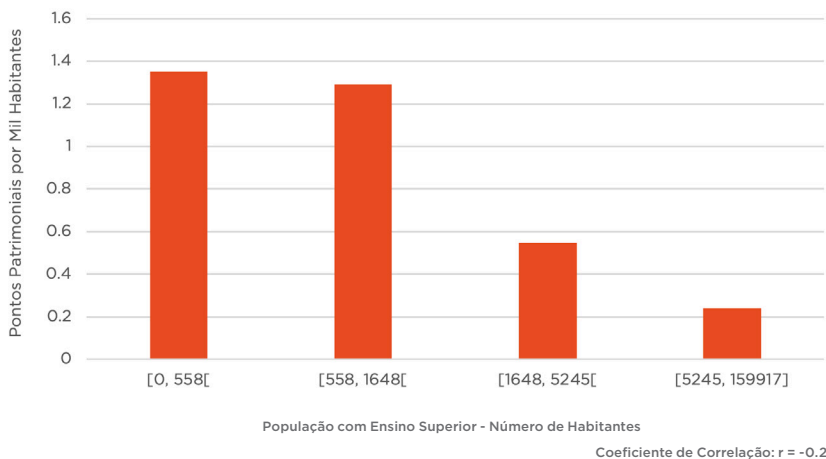


Figura 10b

Património Classificado per capita por Município e População com o Ensino Superior

Distribuição dos Municípios por Quartis de total de População com Ensino Superior

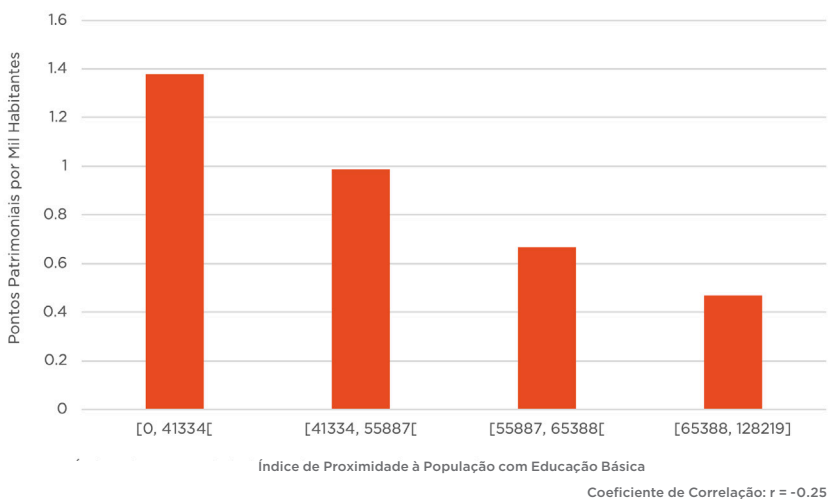


Figura 11

Património Classificado per capita por Município e População com o Ensino Básico

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População com o Ensino Básico

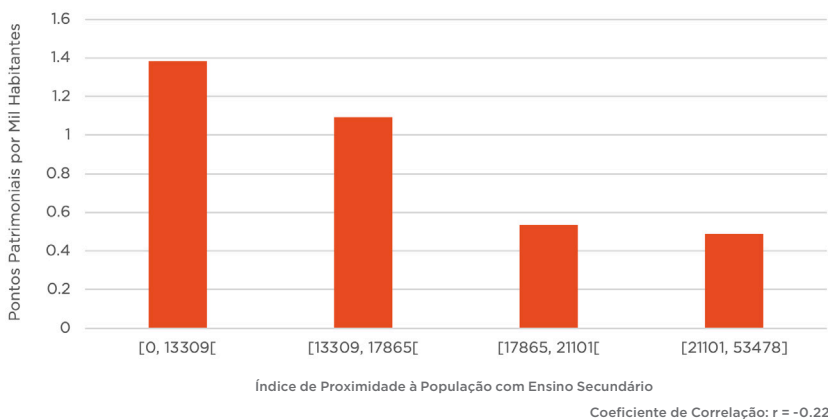


Figura 11a

Património Classificado per capita por Município e População com o Ensino Secundário

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População com o Ensino Secundário

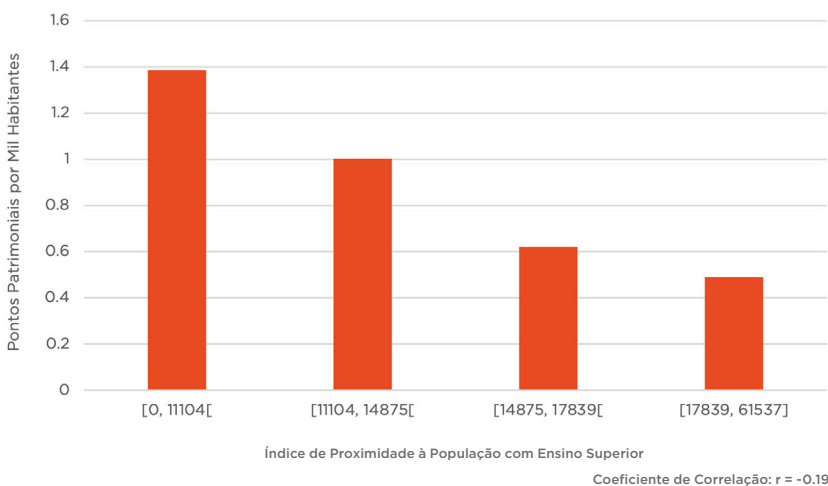


Figura 11b

Património Classificado per capita por Município e População com o Ensino Superior

Distribuição dos Municípios por Quartis do Índice de Proximidade da População com o Ensino Superior

II.2.4 Património classificado: massa salarial e salários

Um descritivo-chave para a promoção da actividade económica em torno do património classificado é a sua relação com a distribuição da massa salarial no território. A massa salarial é um dos melhores indicadores da capacidade económica de um município quando está em causa a capacidade dos seus habitantes se deslocarem na prática turística. Também o salário médio – o indicador correspondente à divisão da massa salarial pelos habitantes do município é um indicador chave. Enquanto a massa salarial total sugere o montante total dos recursos passíveis de ser mobilizado para a valorização do património pelo lado da oferta ou para despesas na sua visitaçao do lado da procura, já o salário médio indica a disponibilidade de recursos por indivíduo – um indicador positivamente associado à preferência pelo consumo de bens e serviços, nomeadamente, os de natureza cultural.

A Figura 12 apresenta a distribuição por quartis de massa salarial da média de património classificado per capita. A municípios com menor volume de massa salarial e, portanto, menos recursos, corresponde uma maior densidade de património. A Figura 13 realiza o mesmo exercício para o salário médio e, também aqui, uma maior densidade de património classificado está localizado em municípios com um salário médio mais baixo.

Estes dois factos têm implicações chave para a valorização do património classificado e atracção de visitantes: se os municípios com mais pontos patrimoniais têm menos recursos e estão mais afastados dos cidadãos com mais recursos, isso implica naturalmente constrangimentos, respectivamente do lado da qualificação da oferta e da activação da procura. Torna-se imperativo uma estratégia de coesão territorial ao nível intermunicipal de forma a ultrapassar as dificuldades na atracção de visitantes por parte dos municípios que são efectivamente repositórios de uma maior riqueza patrimonial relativo à população mas que carecem quer de recursos económicos próprios para activar esses bens, quer de capacidade de suprir o *handicap* “distância” dos potenciais consumidores.

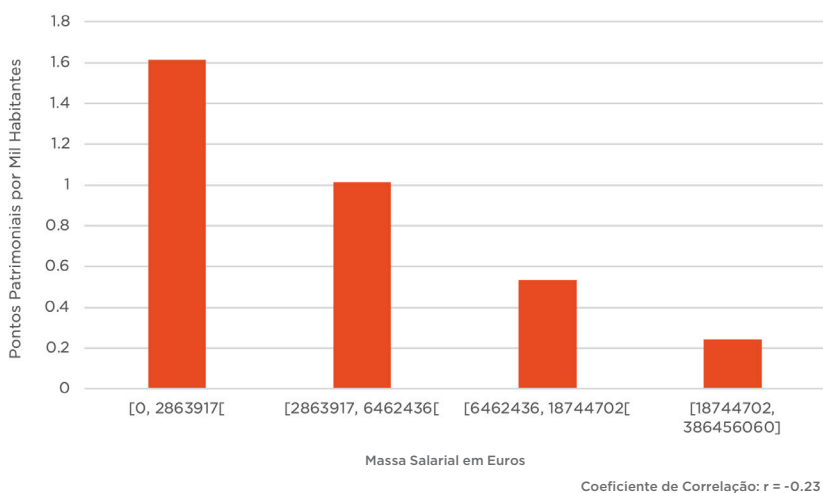


Figura 12
Património Classificado per capita por Município e Massa Salarial
 Distribuição dos Municípios por Quartis de Massa Salarial do Município

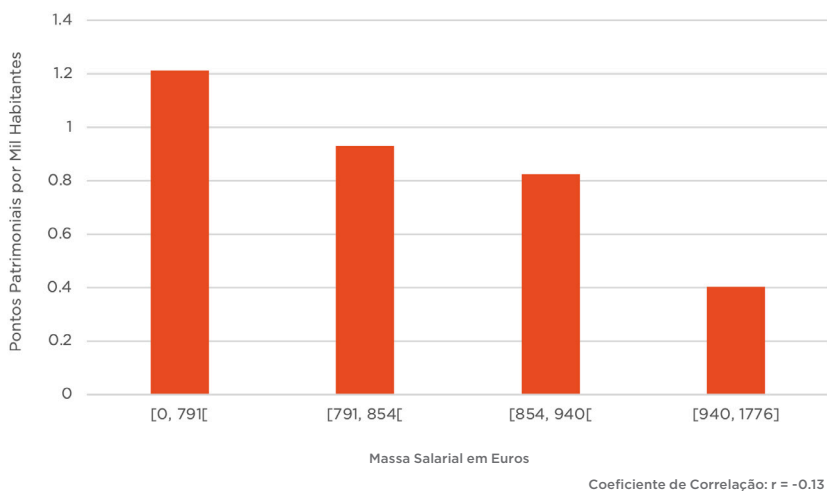


Figura 13
Património Classificado per capita por Município
 Distribuição dos Municípios por Quartis de Salário Médio no Município

Aqui chegados, e com os dados disponíveis para a distribuição do património pelo território português, é possível calcular indicadores sintéticos que avaliam a desigualdade da distribuição do património no território em comparação com factores como a massa salarial.

A Figura 14 apresenta a curva sumária de desigualdade, denominada curva de Lorenz, para o património classificado e para a massa salarial total, por município. A curva de Lorenz relaciona a percentagem acumulada de uma variável, representada no eixo dos “xx” – no nosso caso, o número de municípios –, com a percentagem acumulada de outras variáveis, representadas no eixo dos “yy” – neste caso, o património classificado e a massa salarial, respectivamente a cinzento e a azul. Esta curva começa a ordenar, no eixo dos “xx”, os municípios a partir daquele que detém menos património até ao que detém mais património, registando, no eixo dos “yy”, o valor do património acumulado pelos municípios sucessivamente adicionados. Uma recta com inclinação de 45°, que incluímos na figura com a legenda “Linha de Igualdade”, corresponderia à situação de perfeita igualdade no caso do património classificado ou a massa salarial estarem perfeita e igualmente distribuídos por todos os municípios. Quanto mais a curva de Lorenz se afasta dessa diagonal e aumenta em concavidade para uma variável em particular, maior o nível de desigualdade na distribuição dessa variável.

Apresentamos também, nestas figuras, o valor do índice de Gini, o indicador quantitativo de desigualdade que se expressa entre os limites 0 – correspondente à Linha de Igualdade – e 1 – no caso de uma distribuição absolutamente desigual em que todo o património estaria concentrado num só município. O valor do Gini para a curva de Lorenz do património classificado é menor em cerca de 0,19 do que o valor do Gini para a massa salarial. Como se pode verificar, a distribuição do património classificado por município é claramente menos desigual do que a distribuição da massa salarial. Ficamos assim a saber que, a uma distribuição desigual da população pelo território, corresponde uma distribuição da massa salarial ainda mais desigual, já que a municípios mais despovoados correspondem, em geral, salários médios mais baixos. Fica assim claro como o “activo” património, se adequadamente explorado, detém um potencial significativo para corrigir parte da desigualdade dos recursos económicos entre municípios, uma vez que é um activo bem distribuído no território.

A Figura 15 conduz ao mesmo exercício, tendo como referência a superfície dos municípios. Também aqui a distribuição do património classificado se apresenta mais igualitária do que a distribuição da massa salarial.

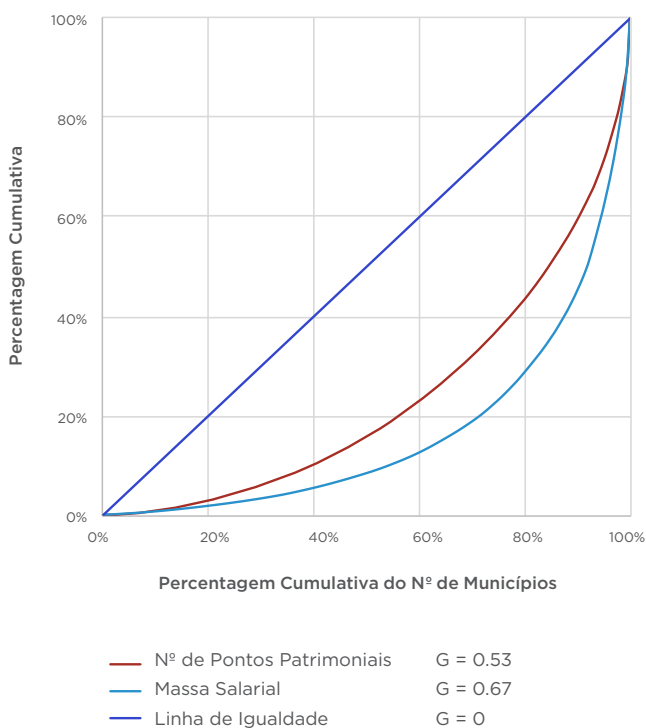


Figura 14
Curva de Lorenz
Património Classificado e Massa Salarial por Município

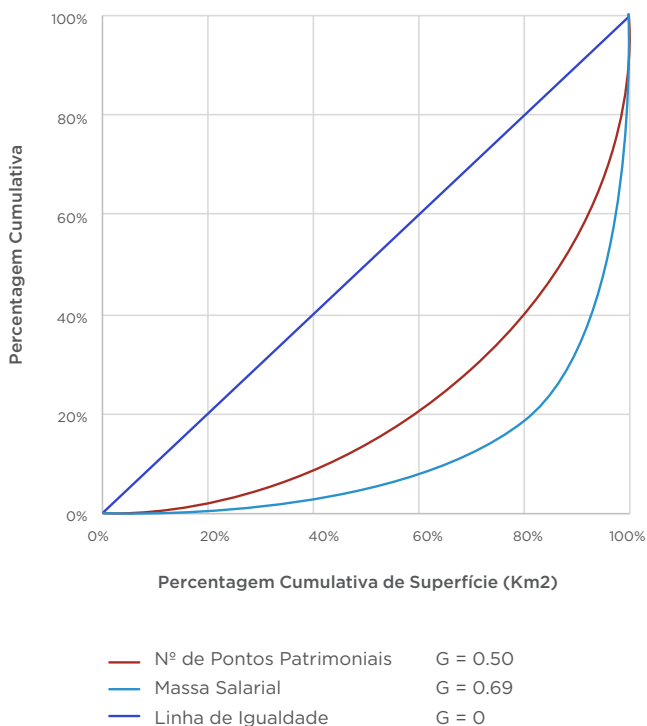


Figura 15
Curva de Lorenz

Património Classificado e Massa Salarial por Superfície

II.2.5 Património classificado e natureza da propriedade

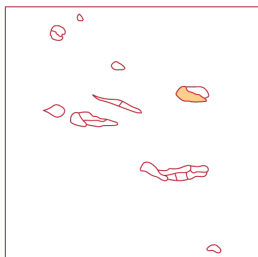
Nesta secção, apresentamos a distribuição geográfica do património classificado quanto ao tipo de propriedade. Como referido na introdução a este capítulo, dividimos o património classificado em propriedade pública, privada ou propriedade da Igreja Católica.

Os mapas da Figura 16 representam a densidade de património classificado para cada tipo de propriedade. Constatamos que o património propriedade da Igreja Católica tem uma distribuição mais equilibrada pelo território, reflectindo provavelmente a necessária presença harmoniosa de templos e edifícios religiosos associada ao povoamento e à fixação histórica da população. A distribuição de património de propriedade pública reflecte fortemente os centros do poder político, presente ou passado, seja Lisboa, Guimarães ou Coimbra. Já no caso da propriedade privada, o factor proeminente de localização parece ser os centros com evidente dinamismo económico. Naturalmente, vários municípios destacam-se por deterem, em simultâneo, um elevado número de património classificado qualquer que seja a natureza da propriedade.

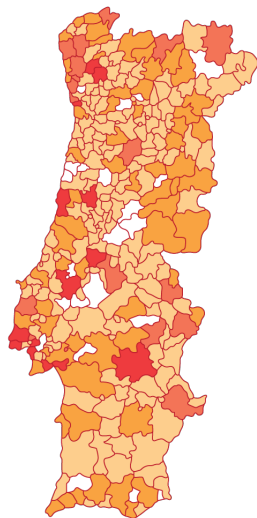
Estes dados indicam, igualmente, a porosidade do património detido pela Igreja Católica, relativamente mais presente em municípios mais interiores e com dinâmica económica menos acentuada. Uma estratégia de valorização desses recursos passaria pelo envolvimento activo da Igreja Católica em estratégias de cooperação com actores de natureza privada e pública. Por outro lado, a coincidência de património público e privado nos centros de poder económico e político sugere a mais-valia de estratégias complementares e transversais entre os sectores público e o privado. A cooperação entre os vários sectores, sujeitos a diferentes incentivos e constrangimentos, será exigente mas parece, para muitos dos territórios, absolutamente inevitável.

Pontos Patrimoniais com Propriedade Pública

Arquipélago dos Açores



Arquipélago da Madeira

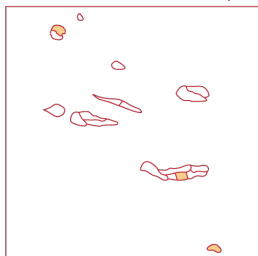


Arquipélago dos Açores



Pontos Patrimoniais com Propriedade Privada

Arquipélago dos Açores



Arquipélago da Madeira



Pontos Patrimoniais com Propriedade da Igreja

Arquipélago da Madeira

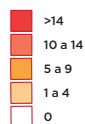
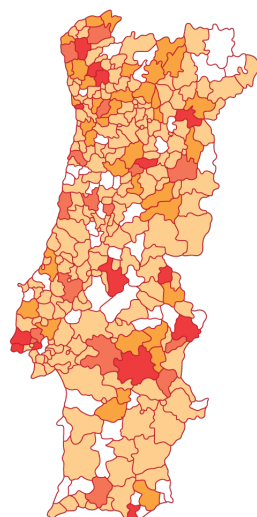


Figura 16

Património per capita, por tipo de propriedade

As Figuras 17 confirmam a grande correlação entre património classificado e património propriedade pública e privada, especialmente propriedade privada. Já a presença de património propriedade da Igreja, embora com correlação positiva, apresenta um valor bastante mais baixo. Um valor de correlação positiva indica que uma e outra variáveis tendem a estar mais presentes nos mesmos municípios. Um valor mais baixo sugere que essa relação não é tão intensa como no caso da correlação do património de propriedade pública ou privada com o património como um todo.

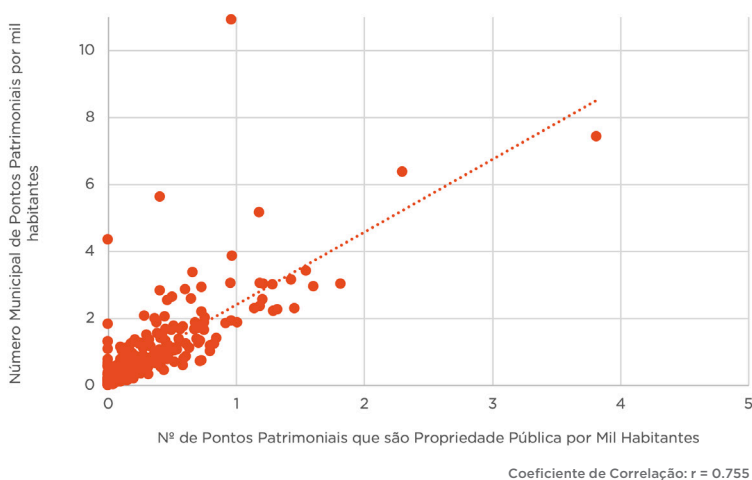


Figura 17

Património per capita versus Património Propriedade Pública per capita

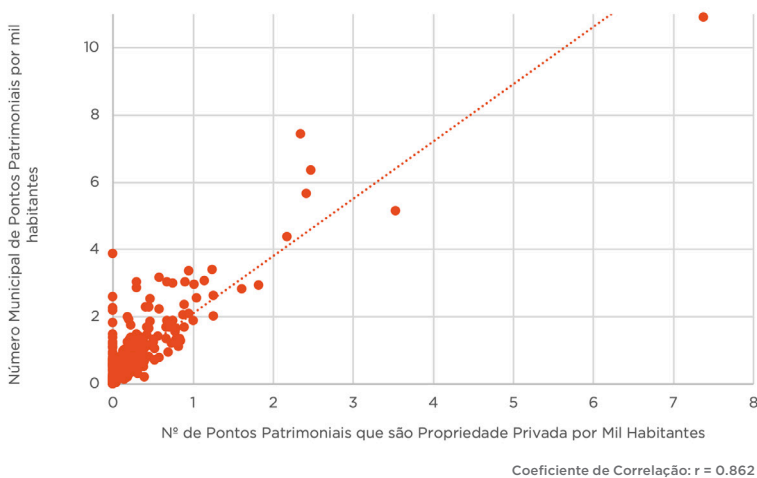


Figura 17a

Património per capita versus Património Propriedade Privada per capita

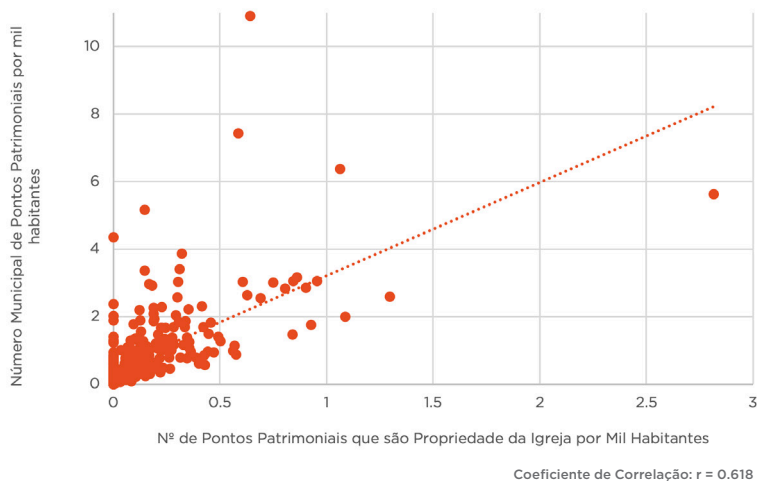


Figura 17b

Património per capita versus Património Propriedade da Igreja Católica per capita

Os histogramas das Figuras 18 representam a percentagem de municípios com presença de património classificado, discriminada por tipo de propriedade. Confirma-se uma distribuição mais igualitária da propriedade da Igreja, com mais de 40% dos municípios com 1 ou 2 pontos patrimoniais detidos pela Igreja, e 29% com 0. Enquanto 14% dos municípios têm 7 ou mais pontos patrimoniais privados, cerca de 20% têm 7 pontos ou mais de propriedade pública.

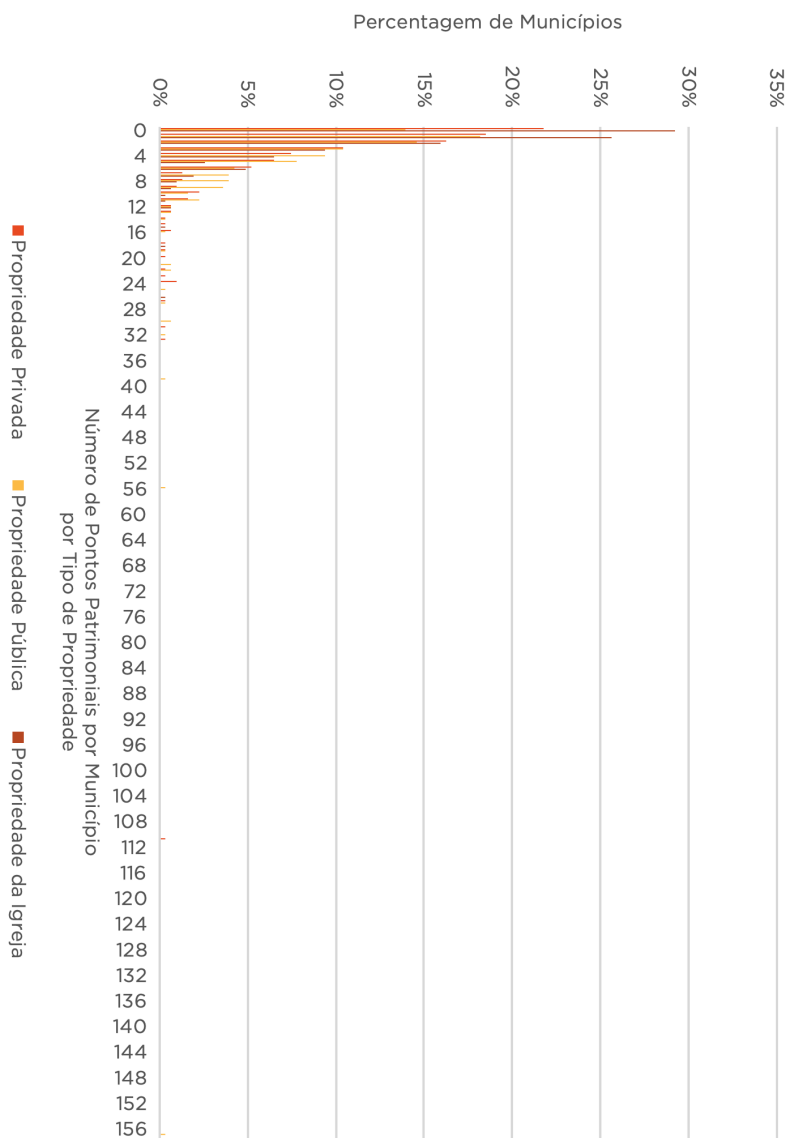


Figura 18

Pontos Patrimoniais per capita por tipo de propriedade

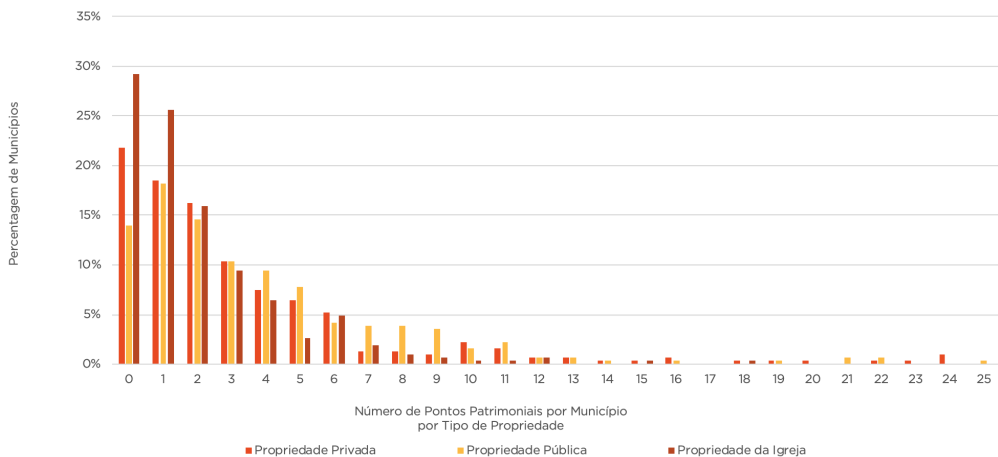


Figura 18a
Pontos Patrimoniais per capita por tipo de propriedade - Até 25 pontos

Por fim, na Figura 19, resumimos a dispersão relativa do património cultural classificado, nos seus vários tipos, através da curva de Lorenz e do índice de Gini. No eixo “yy”, representamos a distribuição acumulada do património de propriedade pública, privada e da Igreja Católica, assim como do património classificado como um todo e a massa salarial. Se analisarmos a parte superior da distribuição, ou seja, os municípios com maior volume de património, qualquer que seja o tipo de proprietário do património, a sua distribuição pelo território é mais equitativa do que a distribuição da massa salarial, a começar pelo património da Igreja e a terminar no património de propriedade privada. Quanto aos municípios com menos património classificado – no gráfico, à esquerda e em baixo – verifica-se que cada um dos três tipos de propriedade está distribuído menos equitativamente do que a massa salarial, reflectindo a ocorrência de municípios sem património de um tipo de propriedade específica, embora o conjunto do património esteja mais equitativamente distribuído do que a massa salarial. De notar o número de municípios sem qualquer património classificado propriedade da Igreja Católica ou do sector privado. Já para o conjunto da distribuição, o património de propriedade privada apresenta um índice de Gini que sugere um nível de desigualdade próximo da distribuição da massa salarial, respectivamente 0,64 e 0,67. O facto da distribuição do património como um

todo ser mais igualitária do que qualquer distribuição dos três tipos de propriedade de património classificado considerados individualmente torna evidente a vantagem de coordenar a oferta entre diferentes proprietários em territórios com pouco património propriedade de cada uma das tipologias. Ou seja, o universo de património classificado está mais bem distribuído pelo território do que cada um dos três tipos de propriedade, sugerindo que em vários territórios com pouco património de um tipo de propriedade tende a estar presente património dos outros dois tipos. Em territórios com pouca massa crítica para gerir o património classificado, as vantagens da cooperação e da partilha de recursos tornam-se evidentes.

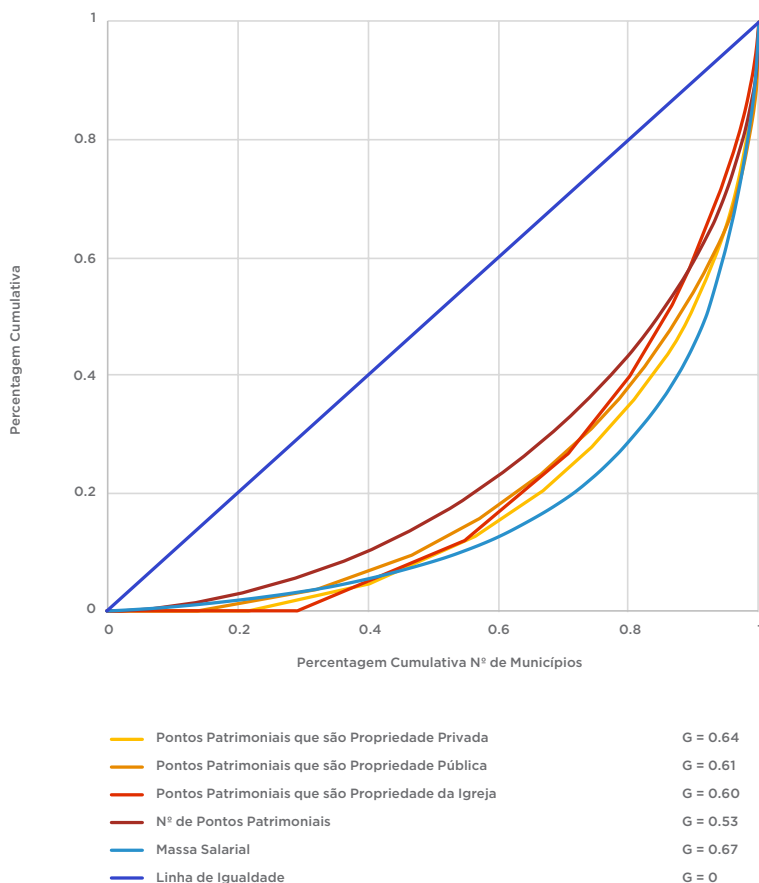


Figura 19

Curva de Lorenz

Património Classificado por Tipo de Propriedade e Massa Salarial

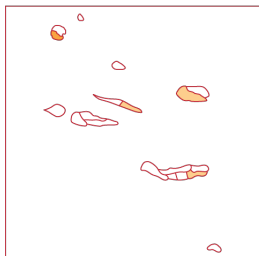
II.2.6 Património classificado e níveis de protecção

Cada património classificado em concreto está associado a um nível de protecção que reflecte a sua relevância. Neste Estudo, e como referido logo na Introdução a este capítulo, os diferentes graus de protecção foram traduzidos para uma escala simplificada, de três níveis: protecção alta, intermédia e baixa. A correspondência entre as classificações adoptadas e o seu reflexo a nível nacional, regional e municipal é explicitada no Apêndice de Dados.

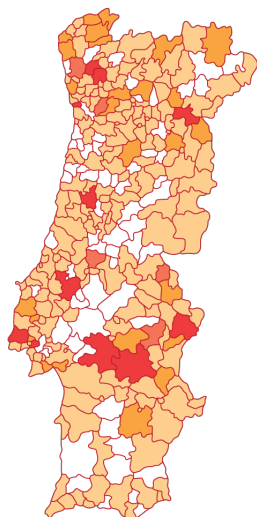
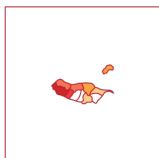
A Figura 20 apresenta o património cultural classificado por mil habitantes, por município, para cada um dos níveis de protecção. Os tons mais escuros correspondem a uma maior presença de pontos de património classificado por habitante. Torna-se evidente que alguns (poucos) municípios concentram uma grande fatia do património com nível de protecção máxima: Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Sintra, Lisboa, Évora, Elvas, Montemor-o-Novo e Vila Nova de Foz Côa. Já para a protecção intermédia, embora os municípios acima também surjam com elevada concentração, muitos outros municípios se lhes juntam, sendo que o nível de protecção intermédio é aquele que está associado a uma distribuição mais equilibrada pelo território. Se recordarmos que este património também concentra o número mais elevado de pontos patrimoniais classificados, torna-se evidente como uma boa estratégia de valorização do património passa por considerar apropriadamente o tipo de património com protecção intermédia. Já ao nível da protecção de nível baixo, a distribuição pelo território é relativamente desigual. No caso dos municípios de Lisboa e Porto, é assinalável a presença significativa de património associado a cada um dos três níveis de protecção.

**Pontos Patrimoniais com
Nível de Protecção Alta**

Arquipélago
dos Açores

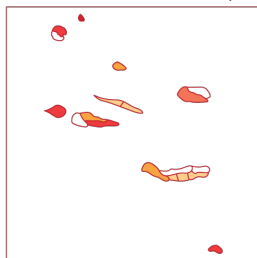


Arquipélago
da Madeira

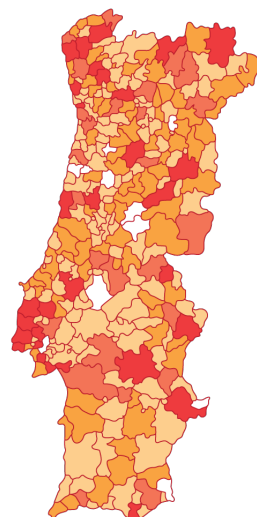


**Pontos Patrimoniais com
Nível de Protecção Intermédia**

Arquipélago
dos Açores

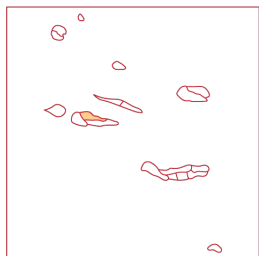


Arquipélago
da Madeira



**Pontos Patrimoniais com
Nível de Protecção Baixa**

Arquipélago
dos Açores



Arquipélago
da Madeira

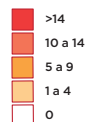
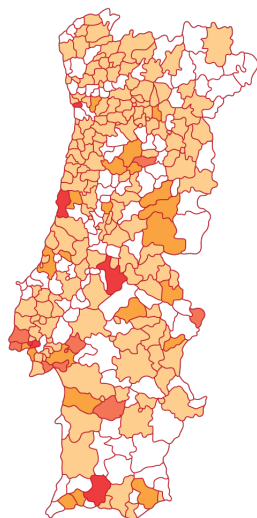


Figura 20
Património por tipo de protecção, por mil habitantes

A Figura 21 apresenta o histograma da distribuição dos municípios quanto ao número de património classificado para os três diferentes níveis de protecção, concentrando-se nos municípios que beneficiam de até 20 pontos patrimoniais classificados, sendo a sua leitura reveladora: tanto para o nível de protecção alto como para o baixo, os grupos de municípios mais representados são aqueles com 0 ou 1 ocorrência, enquanto que, para o nível de protecção intermédio, mais de 50% dos municípios apresentam 4 ou mais ocorrências.

A Figura 22 revela uma correlação entre o património classificado com protecção intermédia e o total de património de 0,91, bastante superior à correlação com os níveis de protecção extremos – nas Figuras 22a e 22b. Estes dados confirmam a ideia de que o património com protecção intermédia é o “activo” mais disseminado e mais bem distribuído pelo território, importando assim perceber a sua relevância para a dinamização das diferentes economias locais. Em particular, a activação deste património pode contribuir para o escoamento do turismo de massas que se concentra no património classificado com alto grau de protecção, localizado nos centros mais populosos, com problemas de congestão evidentes.

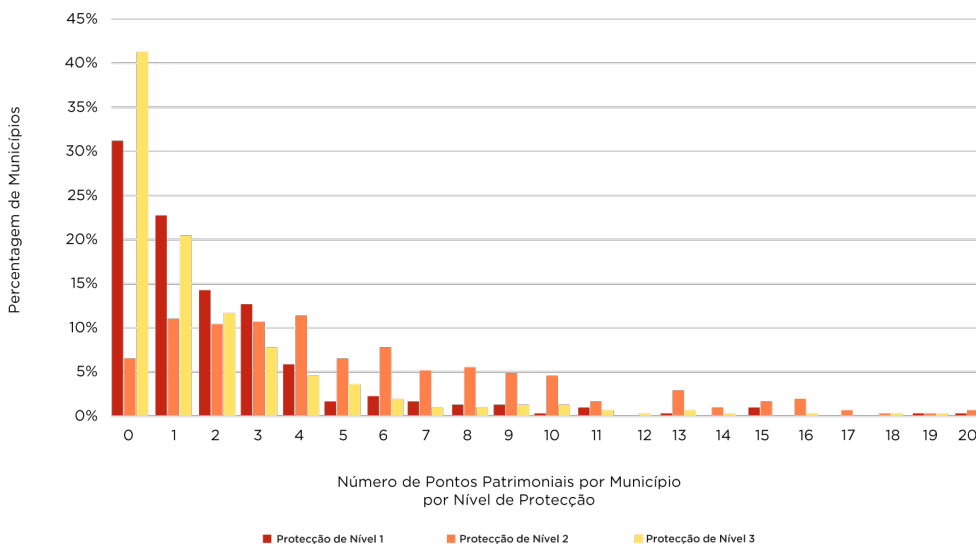


Figura 21
Número de Pontos Patrimoniais, por nível de protecção

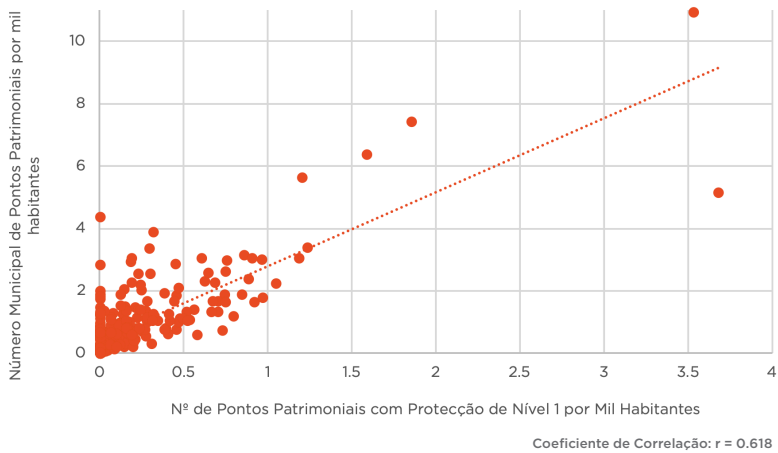


Figura 22

Correlação entre Património por Mil Habitantes e Património por Mil Habitantes para Nível de Protecção Alta

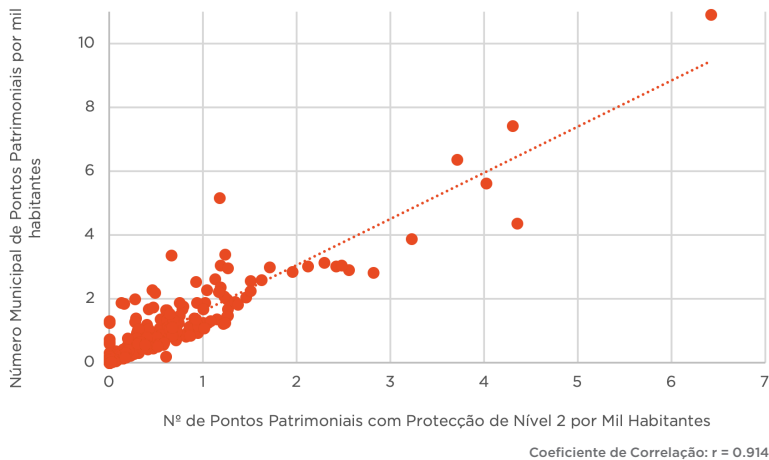


Figura 22a

Correlação entre Património por Mil Habitantes e Património por Mil Habitantes para Nível de Protecção Intermédia

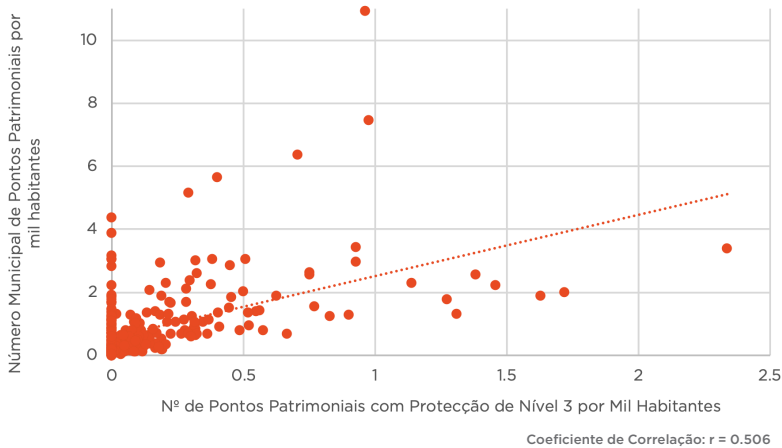


Figura 22b

Correlação entre Património por Mil Habitantes e Património por Mil Habitantes para Nível de Protecção Baixa

A desigualdade na distribuição do património pelo território para os diferentes níveis de protecção também pode ser ilustrada pela Curva de Lorenz, como se vê na Figura 23. Aí verificamos como o nível de protecção intermédia apresenta um nível de desigualdade na distribuição semelhante ao total de património classificado, ou seja, menor do que a desigualdade de distribuição da massa salarial. Já os níveis de protecção alta e baixa estão mais desigualmente distribuídos do que a massa salarial. Há mesmo um grande número de municípios sem património classificado de protecção elevada e baixa, facto que pode resultar da forma não absolutamente sistemática como a classificação do património decorreu, ao longo do tempo, no espaço nacional.

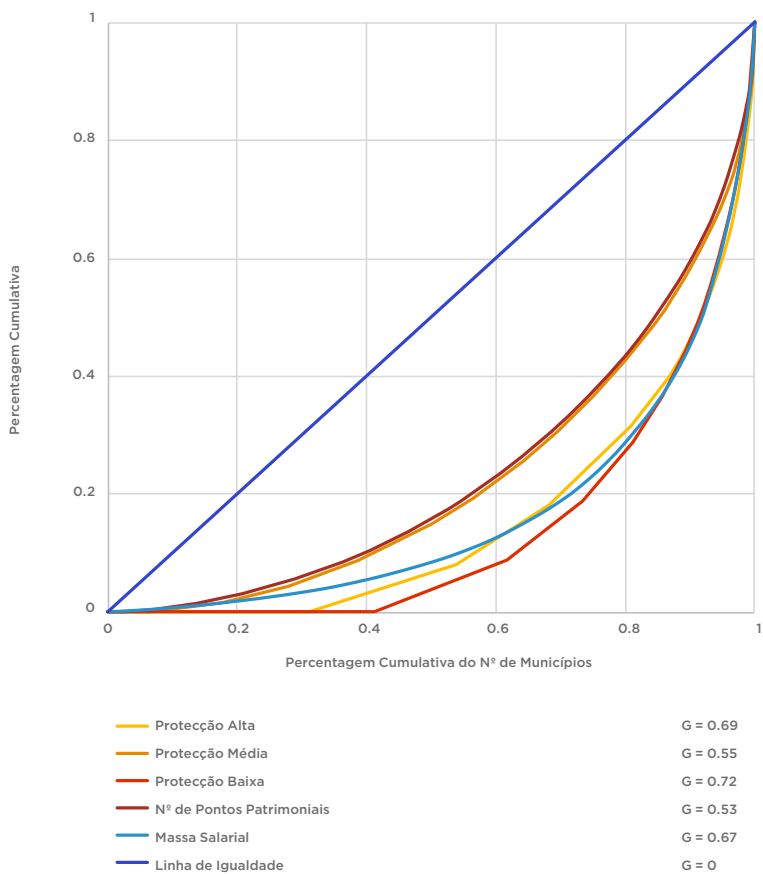


Figura 23

Curva de Lorenz

Património Classificado por Município por Nível de Protecção e Massa Salarial

II.2.7 Património classificado e relevância social

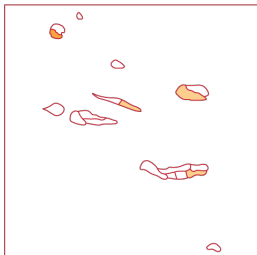
Para avaliar a relevância pública e a visibilidade do património classificado, procedemos à construção de uma variável que denominámos de “Relevância Social” e baseada num exame cuidadoso dos conteúdos dos manuais escolares⁶ das disciplinas de História e Geografia do 5.º e do 6.º ano, ou seja do 2.º Ciclo do Ensino Básico. Neles, registámos as referências ao património classificado seguindo três critérios: associação a episódios e eventos históricos; associação a um valor cultural, artístico e estético assinalável; utilização de uma imagem.

Estes três tipos de ocorrência foram sumariados em variáveis que denominámos de “Relevância Social Histórica”, “Relevância Social Cultural, Artística e Estética” e “Relevância Social por Imagem”. O património classificado associado a qualquer um destes três tipos de relevância social é pouco numeroso e está naturalmente ligado a acontecimentos da História de Portugal. Nos mapas da Figura 24, assinalamos estas diferentes ocorrências: apesar de relativamente dispersas pelo território, estão especialmente presentes em municípios mais próximos de centros urbanos significativos.

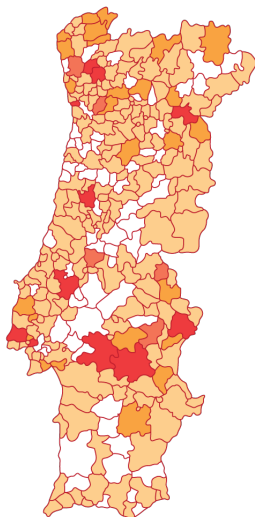
⁶ Nomeadamente, os manuais *Conhecer Portugal - 5.º Ano*, por António Gil Campos, António Luís Catarino e Fátima Fortunato, editado em 2016 pela Areal Editores, e *História e Geografia de Portugal - 6.º ano*, por Fátima Costa, Cláudia Pinto Ribeiro e António Marques, editado pela Porto Editora.

Pontos Patrimoniais com Relevância Social Histórica

Arquipélago dos Açores

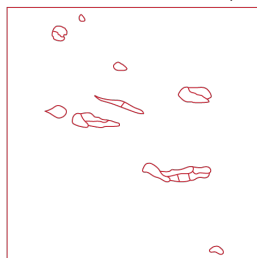


Arquipélago da Madeira

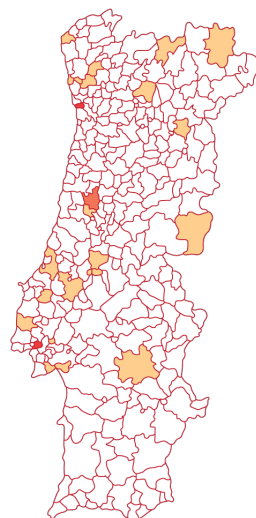


Pontos Patrimoniais com Relevância Social Cultural

Arquipélago dos Açores

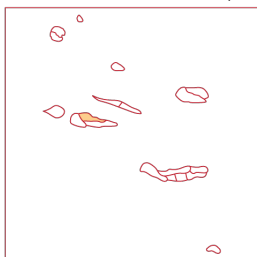


Arquipélago da Madeira



Pontos Patrimoniais com Relevância Social por Imagem

Arquipélago dos Açores



Arquipélago da Madeira

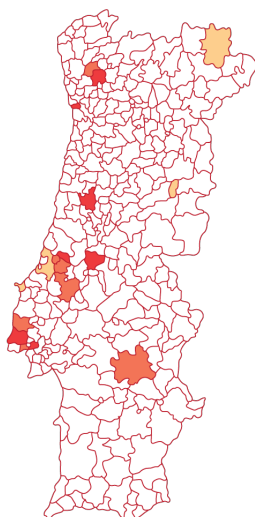


Figura 24
Património per capita, por Tipo de Relevância Social

As Figuras 25 apresentam a frequência de municípios com 0, 1, 2 ou mais pontos com qualquer um dos três tipos de Relevância Social: mais de 90% dos municípios não regista qualquer ocorrência de Relevância Social Histórica ou Cultural e 80% não detém património ao qual tenha sido dada Relevância Social por Imagem.

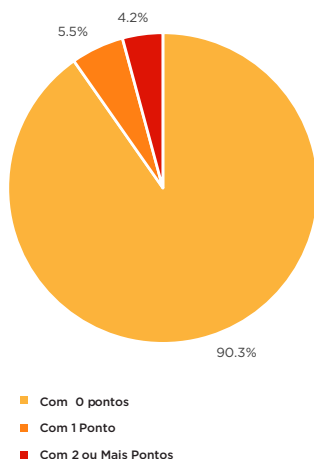


Figura 25
Distribuição dos Municípios por Relevância Social Histórica

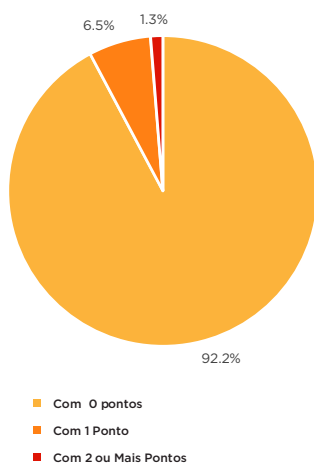


Figura 25a
Distribuição dos Municípios por Relevância Social Cultural, Artística e Estética

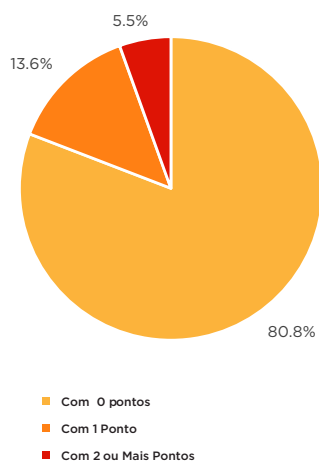


Figura 25b
Distribuição dos Municípios por Relevância Social por Imagem

As Figuras 26 apresentam a correlação entre património classificado e património classificado com Relevância Social, tal como definido acima. Essa correlação é positiva mas baixa: tal decorre do grande número de municípios sem qualquer ocorrência. A correlação positiva aponta para que os municípios mais ricos em património por habitante sejam também aqueles onde mais frequentemente se encontram exemplos de património aos quais é atribuída Relevância Social.

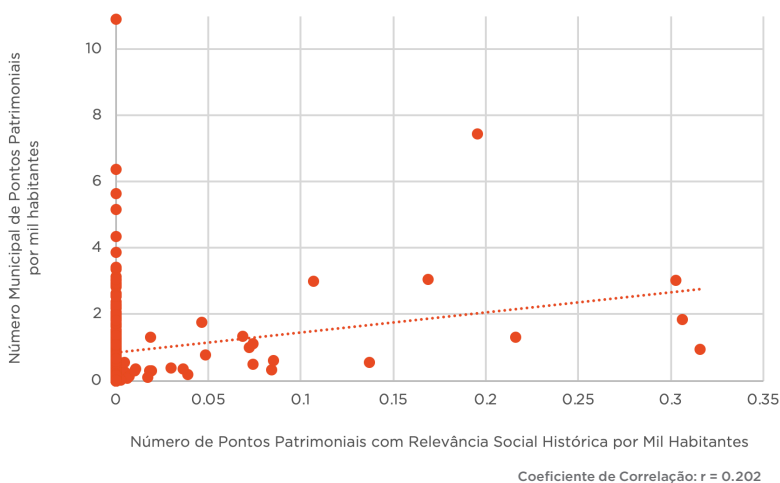


Figura 26
Correlação entre Património por Mil Habitantes e Património por Mil Habitantes para Nível de Protecção Baixa

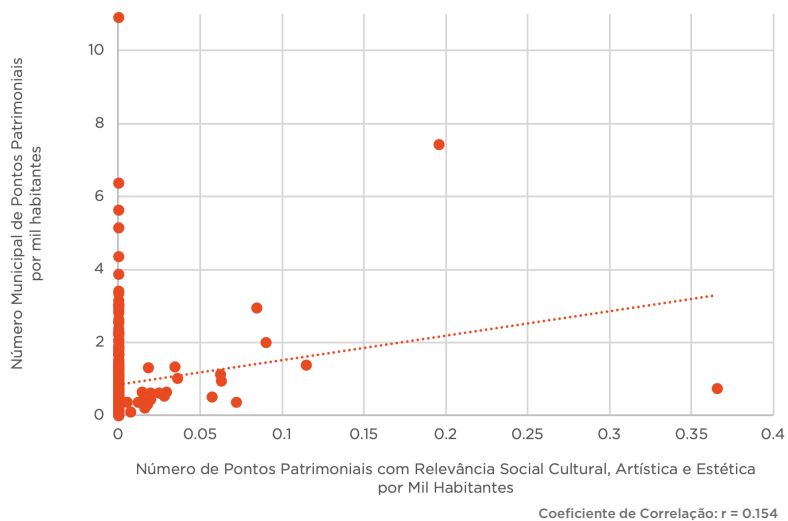


Figura 26a

Património Classificado per capita e Património Classificado com Relevância Social Cultural, Artística e Estética

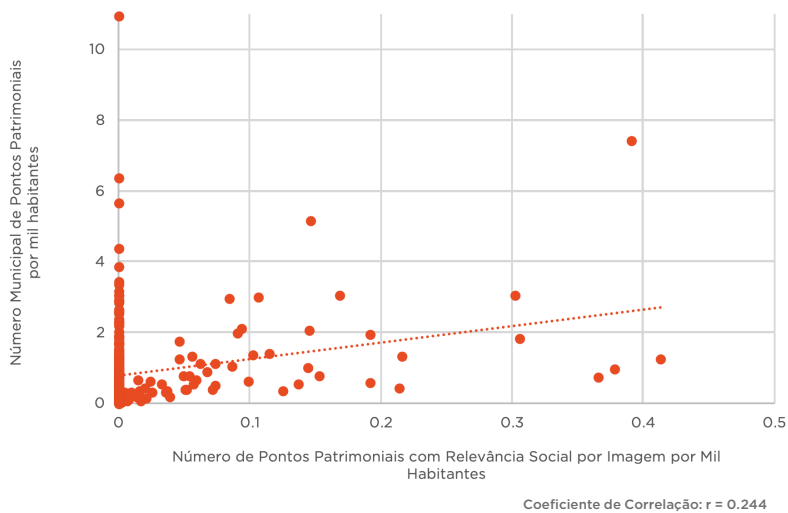


Figura 26b

Património Classificado per capita e Património Classificado com Relevância Social por Imagem

As Figuras 27 associam o número de registos por tipo de Relevância Social e o património classificado per capita. Verificamos que os municípios com 2 registos de Relevância Social Histórica ou Relevância Social Cultural, Artística e Estética têm, em média, maior número de património classificado por habitante. Tal não é o caso da Relevância Social por Imagem que não está associada a maior ou menor densidade de património por habitante. Assim, há uma série de municípios com 2 pontos patrimoniais com Relevância Social Histórica ou Relevância Social Cultural, Artística e Estética que são, como vimos atrás, municípios com menor número de habitantes. Esta correlação sugere a oportunidade de usar a exposição pública de algum património classificado para atrair visitantes para municípios com um portefólio patrimonial relativamente rico. É interessante verificar como os municípios com 3 ou mais pontos de património classificado socialmente relevantes estão associados a uma menor densidade de património por habitante.

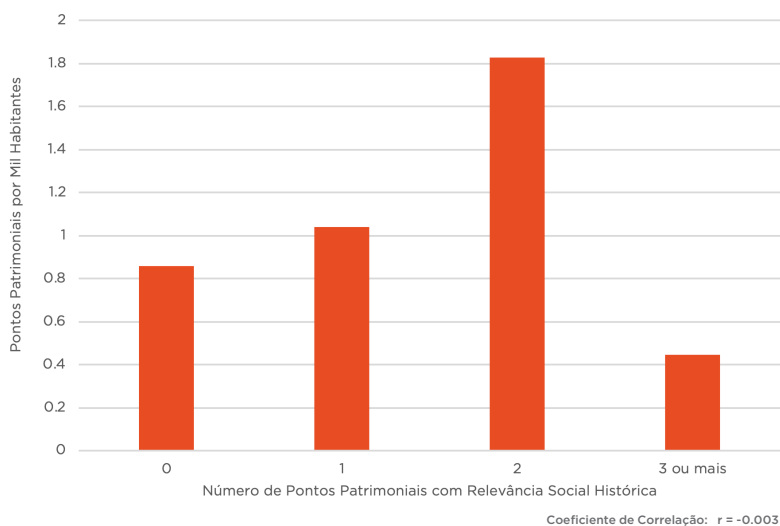


Figura 27

Património Classificado per capita por Município e Relevância Social Histórica

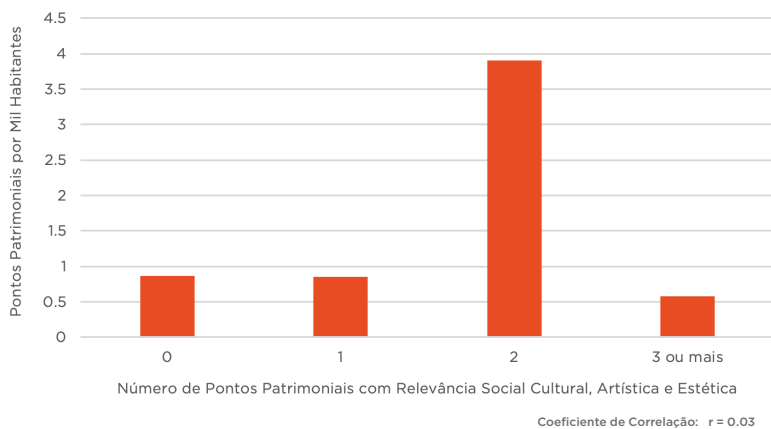


Figura 27a

Património Classificado per capita por Município e Relevância Social Cultural, Artística e Estética

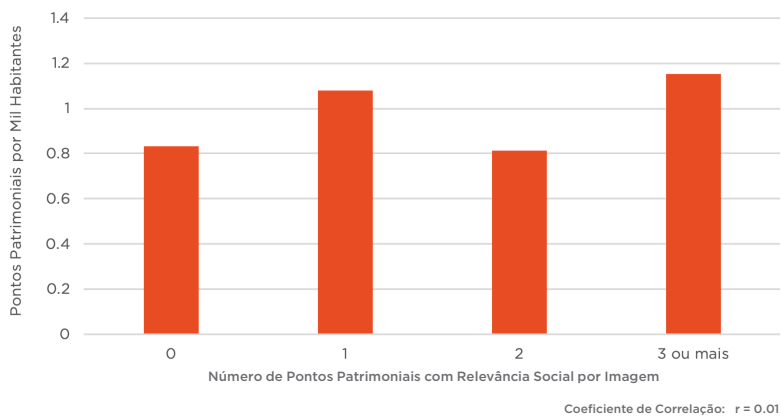


Figura 27b

Património Classificado per capita por Município e Relevância Social por Imagem

III.3 Conclusões Preliminares

Os dados aqui reunidos permitem-nos concluir, em primeiro lugar, a natureza da geografia nacional leva a que parcelas equilibradas da população do continente se dividam entre as categorias de “a menos de 70”, “entre 70 e 150”, e “a mais de 150 km” de distância da maioria de municípios. Este facto sugere a necessidade de pensar ofertas complementares, capazes de atrair visitantes de um dia ou com uma ou mais pernoitas. Esta distribuição da população é relativamente invariável quando analisada em termos de idade e de nível educacional, o que favorece a criação de uma oferta de experiências diversificada no que respeita à visita ao património classificado, tanto em termos de conteúdo, como em termos de público-alvo.

O património classificado está distribuído de forma mais igualitária na geografia nacional do que a distribuição da massa salarial, sugerindo o seu potencial como activo estratégico gerador de coesão. Embora presente para todo o tipo de propriedade, é o património classificado detido pela Igreja que está distribuído de forma mais igualitária, o património detido por privados situando-se no extremo oposto. O património classificado como um todo está mais bem distribuído pelo território do que o património por tipo de propriedade, o que implica a necessidade dos diferentes proprietários e gestores de património trabalharem em conjunto.

O património classificado com nível de protecção intermédio é, em conjunto com o total de património, o mais bem distribuído pelo território. Este facto, bem como o número de pontos patrimoniais com este nível de classificação, sugere o seu papel primordial como activo local de desenvolvimento: revela-se imperioso conseguir a correspondente visibilidade tanto nos meios de comunicação e informação (turistas), como nas escolas (público interno e garantia de futuro). De facto, a relevância histórica, assim como a relevância cultural, artística e estética – tal como surge reflectida nos manuais de história e geografia – é relativamente pouco frequente e este e outros meios precisam de ser trabalhados de forma mais inovadora. Apesar disso, precisamente por razões históricas, vários pontos a que é dada relevância nos manuais escolares situam-se precisamente em municípios do interior e com baixa densidade populacional, o que sugere oportunidades por capitalizar.

A maior densidade de património classificado relativamente à população residente encontra-se em municípios pouco populosos e longe de grandes centros urbanos, a maioria localizada no interior do país, com destaque para o Alentejo. Este primeiro facto inequívoco acarreta implicações para a política do património: o património pode e deve ser capitalizado como factor de coesão nacional e de convergência económica entre zonas de maior e menor dinamismo económico.

Numa visão do património classificado como activo criador de riqueza e emprego, a maior densidade de património relativo à população no interior do país encontra obstáculos que a política do património deve abordar decididamente. Do lado da oferta, identificamos dificuldades de activação do potencial económico do património, tanto pela menor presença humana, pela sua mais baixa qualificação, como ainda por essa presença ser mais dispersa e com acesso mais dificultado a recursos financeiros e outros. Do lado da procura, para os territórios de baixa densidade, é de salientar o reduzido número absoluto de património classificado disperso pelo território, a que se soma a escassez de núcleos populacionais significativos na proximidade imediata, assim como o mais difícil reconhecimento nos meios de difusão de informação e educação.

Estas vulnerabilidades da oferta e da procura sugerem a cooperação activa e o trabalho em rede entre os diferentes tipos de proprietários de património classificado – Estado, privados e Igreja – como forma de qualificar a oferta e fomentar a procura por visitas a este património. Por outro lado, para que municípios relativamente ricos em património mas com pouca população possam gerar volumes consideráveis de visitantes e de actividade económica, implicando capacidade de atrair população relativamente distante, a Cultura e o Turismo têm de trabalhar de forma articulada para provir boas soluções de alojamento e de restauração, complementares a estadias mais prolongadas.

CAPÍTULO IV

AValiação Económica e Social

IV.1 Avaliação do Valor Económico e Social do Património Classificado

No capítulo anterior, apresentámos a distribuição do universo de património classificado português pelo território, de acordo com as suas diferentes características. Um retrato que nos permitiu revelar o contexto e algumas das condicionantes da valorização económica e social do património. Neste capítulo, procuramos estimar o potencial de visitantes do património classificado¹ existente em cada município, assim como os empregos e receitas associados.

A metodologia utilizada foi a de associar ao património classificado para o qual possuímos informação completa e fidedigna quanto a número de visitantes efectivos, um conjunto de características desse património e do município em que se encontra localizado. A relação estimada entre o número de visitantes do património e essas características permite-nos perceber que características em concreto do património classificado e do município em que está inserido estão positiva ou negativamente associadas à atracção de visitantes. Num segundo momento, extrapolamos a relação estimada para obter uma estimativa do potencial de visitantes de todos os pontos de património classificado em cada município. Este segundo passo aplica-se ao universo do património classificado, independentemente de estar ou não aberto a visitantes à data. O que se pretende é obter uma estimativa do número de visitantes potenciais, se cada ponto de património classificado fosse gerido e explorado a um nível equivalente ao conjunto do património para o qual detemos dados completos.

Os dados de visitantes foram obtidos a partir de duas fontes: por um lado, através de um inquérito minucioso e personalizado aos municípios – e que descrevemos em detalhe no Apêndice de Dados do presente Estudo; por outro lado, recorreremos ao retrato do património classificado elaborado pelo Observatório do Património².

¹ Embora considerando a heterogeneidade tipológica, funcional e de propriedade, esta análise pressupõe que todos os bens imóveis classificados são potencialmente visitáveis.

² Conforme referido no Capítulo I, o Observatório do Património é um projecto estatístico na área do património cultural, desenvolvido a partir de 2016, que pretende desenvolver informação de ordem quantitativa para complementar a informação existente, muitas vezes dispersa e incompleta, no sentido de apoiar a decisão pública e privada no sector. Trata-se de um projecto privado e publicamente disponível em www.observatoriopatrimonio.pt.

Sobre cada um destes elementos patrimoniais reunimos, além dos dados de visitantes, informação a três níveis:

- as características do património quanto a propriedade, nível de protecção e visibilidade social, medida por um indicador por nós compilado;
- os factores que caracterizam a “oferta”: as características gerais do território em que se insere cada património classificado – litoral, fronteira, ilhas e acesso por autoestrada; os *spillovers* com outros motivos de atracção no município – museus e outro património classificado; e as despesas municipais em Cultura e em Património;
- os factores de “procura”: a proximidade à restante população do país, em termos de volume, idade e nível de educação, assim como a respectiva massa salarial.

É esta caracterização detalhada que nos permite extrapolar, com base nos coeficientes estimados, o número de visitantes para cada elemento do património classificado do continente e ilhas. De seguida, é possível estimar o potencial de visitantes total por município. Por fim, e com base em hipóteses simples de trabalho, retiramos desse número de visitantes total por município, estimativas para as receitas directas de visitas, bem como para o número de empregos potencialmente gerados por estes activos culturais.

É importante perceber a premissa-chave deste exercício de extrapolação. A amostra inicial relativamente à qual detemos informação concreta sobre o número de visitantes é provavelmente enviesada no sentido de incluir o património classificado mais icónico e que atrai mais visitantes, assim como o que tem mais amparo institucional e é melhor administrado. A obtenção de estimativas do impacto das características e determinantes da procura e da oferta no número de visitantes, porque realizado para esta amostra privilegiada, leva a que a posterior extrapolação para o universo do património classificado assuma, à partida, um nível de gestão e de atractividade similar. Ou seja, as estimativas são niveladas “por cima”. Contudo, esse é precisamente o exercício que se pretende: sem podermos, à falta de informação detalhada sobre os processos de gestão e de administração de cada ponto patrimonial, conhecer os determinantes específicos de todos os mais de 4.500 pontos, estamos a estimar o que aconteceria se os processos se alinhassem pelos casos mais relevantes e bem sucedidos. Quando procedemos à extrapolação do

valor estimado dos visitantes para os empregos directos e as receitas de entradas, usamos muito simplesmente o rácio de cada uma destas duas variáveis em relação aos visitantes da amostra inicial. Estamos, assim, a assumir que a relação entre visitantes, empregos directos e receitas de entradas seria a mesma tanto para a amostra inicial, como para o universo do património classificado.

O método para obter estas estimativas é o dos mínimos quadrados ordinários – método econométrico que explora a forma com as variáveis explicativas, tomadas em conjunto – no nosso caso, as determinantes da atractividade de visitantes – se associam ao valor da variável explicada – no nosso caso, o número de visitantes. Este método minimiza o desvio entre o valor estimado e o valor observado de visitantes, evitando os grandes desvios. Para cada variável explicativa – no nosso caso, por exemplo, o nível de protecção e a localização no território – obtemos um coeficiente que sugere como e quanto um aumento no valor dessa variável explicativa se traduz nos valores da variável explicada – aumento ou diminuição dos visitantes. Este processo considera simultaneamente a co-variação entre todas as variáveis explicativas entre si, e de cada uma com a explicada. Por fim, a cada coeficiente estimado associado a cada variável explicativa, de sinal positivo ou negativo e com determinado valor, está associado um grau de confiança com que podemos afirmar que existe realmente uma associação entre a característica do património e a variável a explicar – por exemplo, os visitantes. Por outras palavras, o coeficiente é chamado “estatisticamente significativo” se se puder confiar, com um grau de precisão razoável, que é diferente de 0. No caso do coeficiente não poder ser estimado com um grau de confiança apropriado, denominamo-lo de “estatisticamente não significativo”, o que normalmente reflecte ou uma insuficiência dos dados, ou uma indefinição do sinal do coeficiente associado à variável explicativa, ou seja, não se poder afirmar com um grau de certeza razoável que o impacto é positivo ou negativo.

Além do cálculo do número de visitantes, a que associamos directamente receitas de entradas e emprego directo gerado, realizámos um segundo exercício estatístico para estimar o efeito económico e social indirecto do património classificado. Fazemo-lo analisando a forma como o património classificado presente num município está associado ao número de dormidas em unidades hoteleiras, por um lado, e como gera empregos no sector do alojamento, por outro.

As estimativas obtidas em cada um dos exercícios permite-nos, pela primeira vez, para o caso do património classificado em Portugal, obter respostas para duas questões fundamentais: qual o número potencial de visitantes, receitas e empregos directos que cada município pode esperar da exploração cuidada do património classificado existente; e qual o valor potencial das receitas e empregos indirectos gerados no sector da hotelaria pela mesma exploração do património existente? Um resultado adicional é a obtenção da distribuição dos valores de visitantes, receitas e empregos pelo território nacional, município a município, quer em números absolutos, quer por habitante por município.

IV.1.1 Estimativa do potencial de visitantes

Nesta secção, usamos dados referentes às características de cada património classificado em concreto – designados factores de oferta –, e as características do contexto geográfico e económico-social envolvente – designados factores de procura –, e determinamos qual a associação entre esses factores e o número de visitantes de cada ponto de património classificado. Ou seja, a variável a explicar são os visitantes de cada ponto de património classificado para o qual temos dados de visitantes, como explicado acima. Como retrata a Figura 28, a nossa análise explora como as características intrínsecas do património classificado, os efeitos da oferta e da procura se associam com o número de visitantes do património classificado. As estimativas obtidas permitem-nos avaliar como cada característica do património e do seu contexto influencia positiva ou negativamente o número de visitantes, assim como a robustez dessa influência.

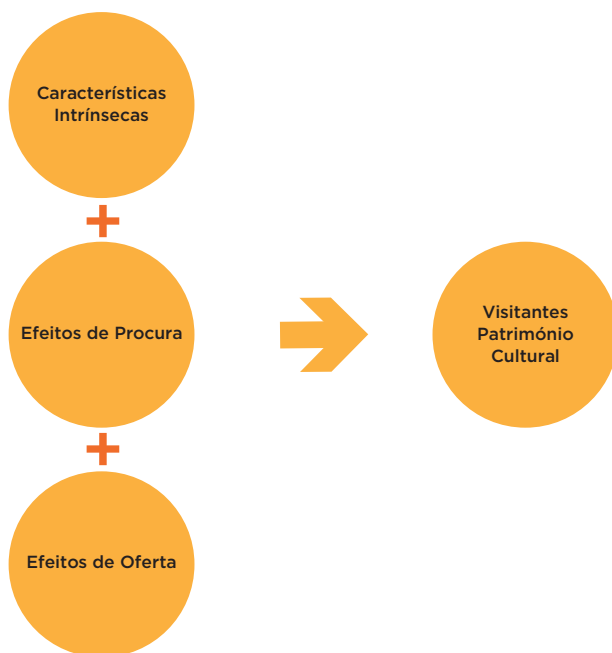


Figura 28
Estimativa do potencial de Visitantes

Nesta secção, estimamos o potencial de visitantes de cada um dos pontos do universo de património classificado. As estimativas obtidas permitir-nos-ão, de seguida, estimar o potencial de visitantes do património de cada município, obtido por soma dos visitantes potenciais estimados para cada um dos pontos patrimoniais. Partindo das estimativas apresentadas na secção anterior, calculamos o valor de visitantes potenciais por ano. Como referido anteriormente, é natural assumir que a amostra base – dados reunidos pelo Observatório do Património e através do Inquérito por nós conduzido – reúne informação sobre património classificado cuja gestão terá uma vocação para atrair visitantes mais intensa do que a média do universo do património classificado, grande parte do qual não regista visitantes ou encontra-se mesmo, no presente, sem condições de ser visitado. A estimativa que obtemos por extrapolação das estimativas da amostra base permite-nos avaliar o potencial de visitantes do restante património caso a sua gestão se aproximasse do padrão presente na amostra de base. Assim, sendo os números que se seguem valores estimados, a sua concretização depende

da efectivação de políticas locais e nacionais de valorização do património, em especial, da adopção de práticas de gestão adequadas e dirigidas ao fomento do usufruto do bem. As nossas estimativas permitem também avaliar o potencial relativo de cada município no que diz respeito à valorização económica do património, mas as acções estratégicas a nível local ou a coordenação de acções entre municípios pode, certamente, aumentar o potencial estimado. O que fica claro é o facto das estimativas presentes nos oferecerem, pela primeira vez, um mapa conceptual coerente da distribuição do potencial de visitantes pelo território português, assim como os empregos e receitas directa e indirectamente gerados pelo património cultural.

As estimativas tiveram por base a equação abaixo, em que se analisa a relação simultânea do conjunto de factores discutidos acima com os visitantes de cada ponto de património classificado:

Logaritmo Natural (Visitantes 2015) = **Constante** + τ . **Tipo de Propriedade** + ρ . **Nível de Protecção** + μ . **Relevância** + β . **População por Idade** + γ . **População por Nível Educativo** + δ . **Massa Salarial** + η . **Localização Relativa** + σ . **Spillovers Culturais** + ε . **Despesas do Município**

Nesta equação, os símbolos gregos são os coeficientes a estimar e em negrito surgem os conjuntos de variáveis discutidos nas secções anteriores. Consideramos o logaritmo do número de visitantes para atenuar o efeito inusitado que o pouco património classificado capaz de atrair um número incharacteristicamente elevado de visitantes – chamados de “outliers” – teria sobre a estimativa.

A escolha do ano de 2015 como ano de referência para o exercício de extrapolação tem por base limitações de ordem prática e justificações de ordem conceptual. À data da realização do exercício, os dados demográficos e socio-económicos disponíveis a nível de concelho referiam-se ao ano de 2015. Além disso, a informação mais abundante acerca do número de visitantes a elementos concretos do património classificado referia-se a esse mesmo ano. Quanto às razões de ordem conceptual, o ano de 2015 foi um ano de relativa normalidade nos fluxos de turismo, já na saída do período de crise das dívidas soberanas. Nesse sentido, se tomássemos os anos entre 2016 e 2019 como referência, as

nossas estimativas poderiam ser vistas como conservadoras. Ao contrário, dada a actual crise pandémica e as possíveis sequelas futuras para os fluxos turísticos, essas mesmas estimativas ganham uma sólida aura de realismo.

IV.1.1.1 Estimativa base

Começamos por apresentar os coeficientes para a “Estimativa Base”, ou seja, as características intrínsecas do património, especificamente, o seu grau de protecção, a propriedade e a sua relevância – tal como medida pelos indicadores de Relevância Social. O gráfico da Figura 29 apresenta os coeficientes estimados, a sua grandeza e sinal da associação com o número dos visitantes. As estimativas de impacto apresentadas no gráfico devem ser interpretadas como efeitos adicionais em relação às características não explicitadas, ou seja, quantos mais visitantes atrai um ponto de património classificado por comparação com o que consideramos a referência natural: o património de propriedade pública com o mais baixo grau de protecção e sem relevância social assinalada. Como referido acima, os coeficientes são obtidos através da estimação pelo método dos mínimos quadrados ordinários. A variável dependente é expressa em logaritmos, de forma que a interpretação do valor dos coeficientes – lidos no eixo vertical – deve ser feita em termos percentuais: barras a cheio indicam que o valor do coeficiente é significativo – estatisticamente diferente de zero, para um intervalo de confiança de 95%; as barras não preenchidas sinalizam coeficientes que não são estimados com a mesma exactidão.

Verificamos que o património propriedade da Igreja Católica e privado tende a atrair menos visitantes do que o património de propriedade pública com características observáveis semelhantes. O efeito é de queda de visitantes para metade para o caso da Igreja Católica e menos 25% no caso da propriedade privada. Por outro lado, a Relevância Social Cultural, Estética ou Artística está associada a um aumento significativo no número de visitantes, de cerca de 125%, ou seja, mais de duas vezes o número de visitantes. A Relevância Social Histórica e a Relevância Social por Imagem estão associadas a aumentos de visitantes de 20% e diminuição de cerca de 10%.

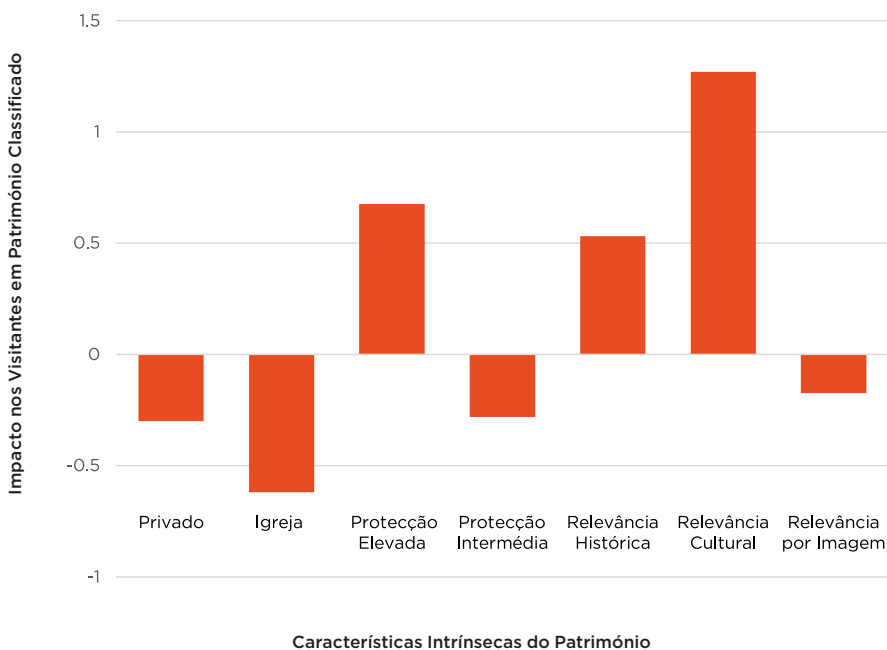


Figura 29

Efeitos sobre Visitas Estimadas
Estimativa Base - Pontos Percentuais

IV.1.1.2 Efeitos de procura

Apresentamos agora as estimativas dos efeitos de procura e oferta sobre o número de visitantes de património classificado. Os efeitos da procura capturam a relação entre as características socio-demográficas da população do concelho e dos concelhos vizinhos com o número de visitantes do património classificado. Dividimos os efeitos da procura em termos do número de habitantes quanto ao nível de educação e idade, e a correspondente massa salarial, definidos para o município onde o património se encontra, assim como para os municípios vizinhos. As estimativas aqui apresentadas levam em consideração os efeitos-base calculados na subsecção anterior, ou seja, os efeitos das variáveis na Figura 29 estão também incorporadas na estimativa da Figura 30.

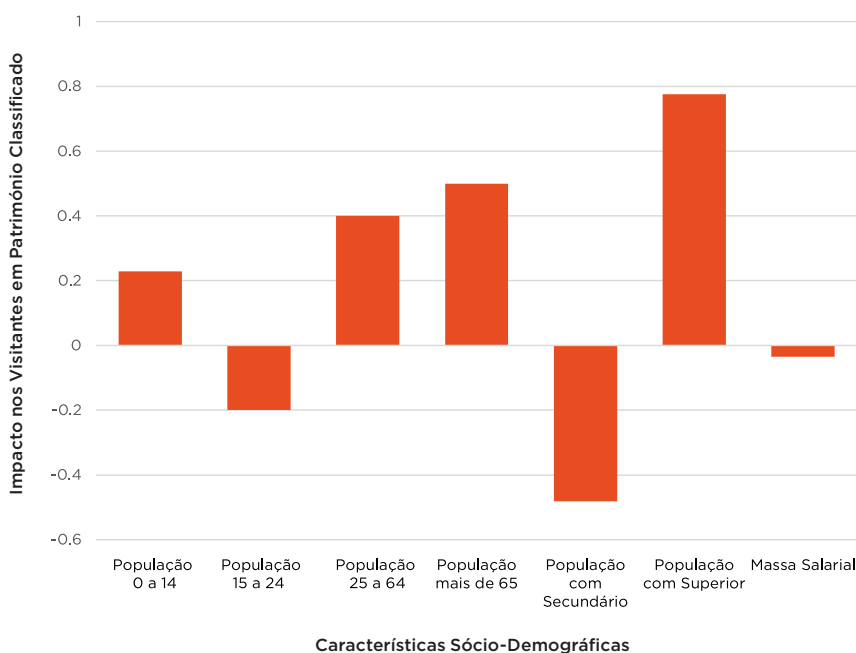


Figura 30
Efeitos da Procura Sobre Visitas Estimadas
Pontos Percentuais

As estimativas apresentadas devem ser interpretadas como o impacto no número de visitantes associado à presença de mais um habitante no município com o nível de ensino ou a idade assinalados, ou o efeito de um aumento da massa salarial. Verificamos que um aumento de 10.000 pessoas com ensino superior completo está associada a um aumento de visitantes de 80%, enquanto o mesmo aumento em população apenas com o secundário leva a uma diminuição das visitas em cerca de 50%. O aumento da população idosa, adulta e muito jovem, por esta ordem, está associado a aumentos nas visitas, enquanto o aumento da população com idades entre 15 e 24 anos está associado a descidas no número de visitas.

Passando à análise dos efeitos de procura associados aos municípios vizinhos, dividimos a análise em três partes, consoante o grau de vizinhança: os município vizinhos a distância inferior a 70 km, entre 70 e 150 km, e a mais de 150 km. As distâncias inferiores a 70 km são reduzidas e facilitam visitas curtas, sem pernoita, enquanto as distâncias entre 70 e 150 km já sugerem visitas de um ou

dois dias – por exemplo, um fim-de-semana – e surgem facilitadas caso esteja associada a pernoita. Já para distâncias superiores a 150 km, a pernoita de uma ou mais noites é a opção natural³.

O conjunto de Figuras 31 apresenta os resultados para os três patamares de distância entre o município onde se encontra o património classificado e os restantes municípios do continente. Concluímos que um maior número de idosos residentes em municípios a menos de 150 km do património classificado está associado a menos visitas, mas idosos residentes a mais de 150 km está associado a mais visitas. Neste caso da população residente em municípios mais distantes, é o número de jovens de 0 a 14 anos que tem a associação mais positiva com as visitas: por cada 10.000 jovens, o número de visitantes de um ponto patrimonial aumenta 1,5%. A população apenas com o secundário completo e localizada a menos de 70 km do património está associada a mais visitas, enquanto o contrário se passa com a população a mais de 150 km com o ensino secundário ou superior.

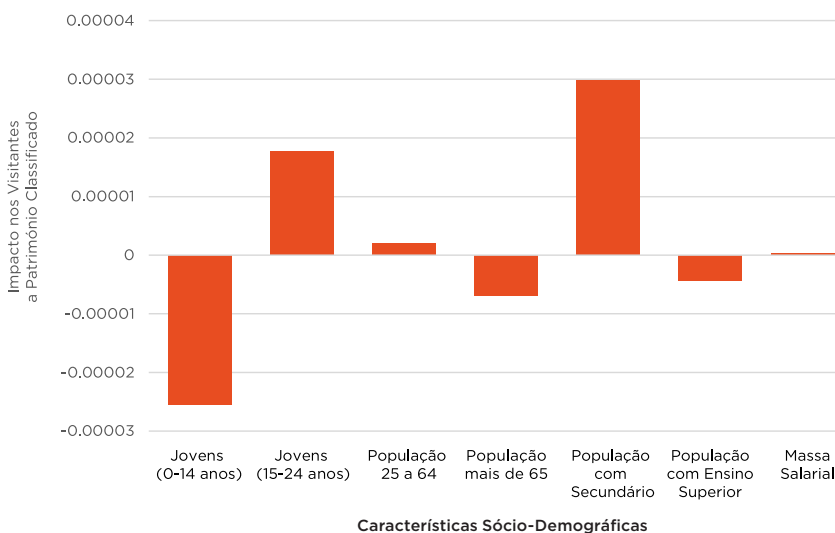


Figura 31
Municípios a uma distância inferior a 70 km

³ Dado o reduzido número de municípios insulares e a impossibilidade de uma definição equivalente das distâncias uma vez que implicam viagem aérea, os municípios insulares não foram incluídos nesta dimensão da análise. A sua natureza distintiva será analisada mais adiante.

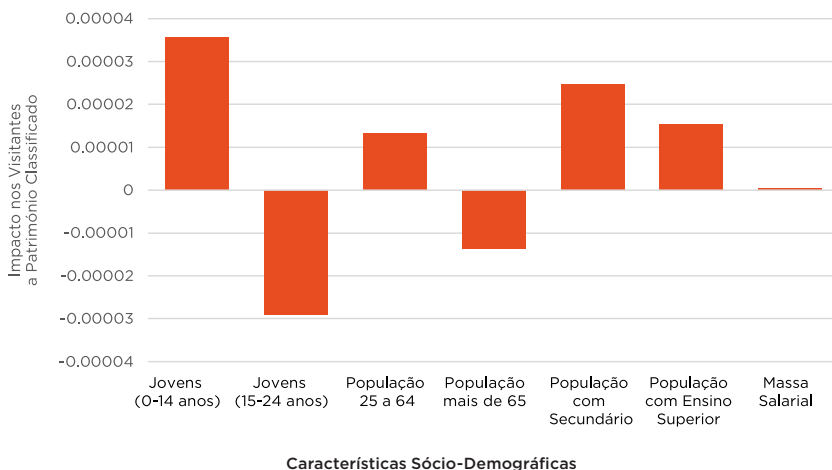


Figura 31a
Municípios a uma distância entre 70 e 150 km

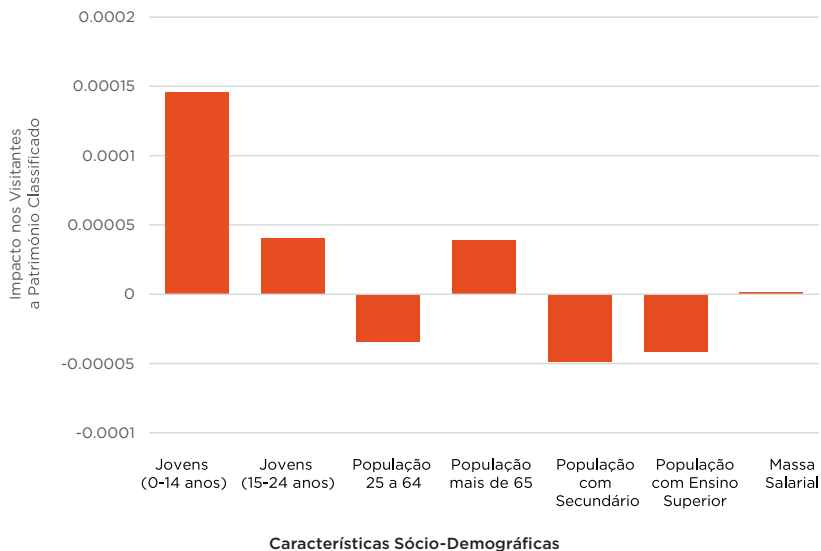


Figura 31b
Municípios a uma distância entre 70 e 150 km

IV.1.1.3 Efeitos de oferta

Passando agora aos efeitos da oferta, avaliamos como a localização relativa do município – no litoral, na fronteira ou nas regiões autónomas –, com acessos directos por autoestrada, os *spillovers* de natureza local – presença de museus ou de mais património classificado no município –, e as despesas culturais do município têm impacto na oferta. Como anteriormente, o município de referência em relação ao qual estes efeitos são calculados não tem nenhuma das características de localização assinaladas. Os resultados da Figura 32 mostram que a localização relativa do património classificado tem uma importância determinante na atracção de visitantes. O património localizado em municípios do litoral atrai, em média, 125% mais visitantes do que o município de referência, enquanto um município localizado na fronteira com Espanha recebe cerca de 80% mais visitantes do que o município de referência. Para o património localizado nas Regiões Autónomas, o efeito da localização é ainda mais intenso, correspondendo a um aumento no número de visitantes de cerca de 170% quando comparado com o município de referência. A clareza destes resultados valida, implicitamente, a nossa abordagem “geográfica” à procura e oferta de visitantes do património classificado. O acesso por auto-estrada também está associado a mais visitantes, mas de forma menos intensa do que os outros indicadores geográficos.

Já quanto a efeitos de *spillovers*, eles estão presentes entre património classificado, com cerca de 5,6% de aumento dos visitantes por cada 5 pontos patrimoniais, mas são negativos em cerca de 3% por cada museu existente no município, sugerindo, respectivamente, efeitos de complementaridade e de substituição entre equipamentos culturais. As despesas municipais na área da Cultura – que não em património – potenciam o maior número de visitantes: por cada milhão de euros de aumento de despesa em Cultura num município, estimamos que os visitantes do património classificado aumentam 10,8 por cento, enquanto que as despesas do município em património propriamente dito parecem estar associadas a uma diminuição similar no número de visitantes. Um possível princípio de explicação poderá ser a natureza destas despesas não estar direccionada para acções dinamizadoras do número de visitantes – usufruto – ao contrário de acções como a promoção de eventos culturais complementares que arrastam visitantes ao concelho e ao contacto com o seu património classificado.

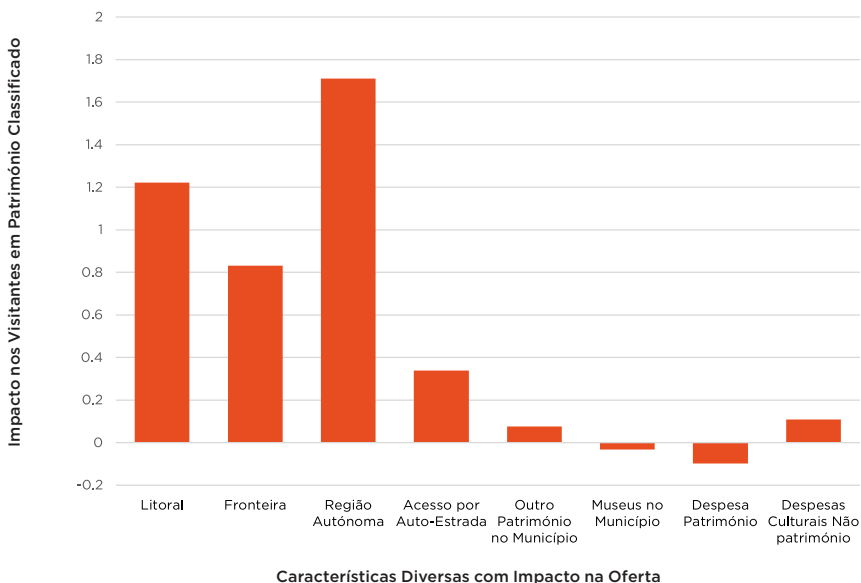


Figura 32

Efeitos da Oferta Sobre Visitas Estimadas
Pontos Percentuais

IV.2 Potencial Económico e Social

Nas figuras 33, apresentamos a estimativa do potencial de visitantes, por município, para os municípios com mais de 1 milhão e entre 100.000 e 1 milhão de visitas estimadas. O primeiro valor a realçar é o do total potencial de visitantes no património classificado para o país como um todo: 56 milhões de pessoas. Este número é significativo uma vez que se refere apenas a visitas motivadas pelo património classificado. De notar que essas visitas dizem respeito a visitantes nacionais (incluindo visitas escolares) assim como estrangeiros, e associados a diferentes modalidades de visita, implicando desde deslocações de algumas horas até à pernoita por várias noites. Sendo esta a estimativa de um valor potencial, alguns municípios podem estar mais perto desse potencial do que outros. Tal pode ser o caso de alguns dos maiores municípios, como Lisboa e Porto, que já beneficiam de um grande número de visitantes ao seu património classificado. Todavia, para a maioria dos municípios, por dificuldade de acesso ou dificuldade de exploração do património existente, o número de visitantes aqui estimado corresponde a valores que representam um objectivo ambicioso e potencialmente transformador da sua realidade económico-social.

Para 5 municípios em concreto, o valor estimado de visitantes ao património classificado é superior a 1 milhão de pessoas. São esses municípios, por ordem decrescente, Lisboa com 26 milhões, Porto com cerca de 4, Coimbra com 3,5 e Cascais e Sintra, com 1,5 e 1 milhão, respectivamente. É de notar que, em vários casos, o número de visitantes é neste momento superior ao que estimamos aqui: são casos de circunstâncias específicas que, por boa gestão ou outros factores não directamente observáveis ou mensuráveis, criam um número bastante considerável de visitantes⁴. Contudo, para a maioria dos mais de 4.000 pontos patrimoniais considerados, esse não é o caso. É precisamente para o património classificado “dormente” ou não suficientemente valorizado que o nosso exercício se dirige. O gráfico abaixo apresenta as estimativas de visitantes estimados, por município, por ordem decrescente.

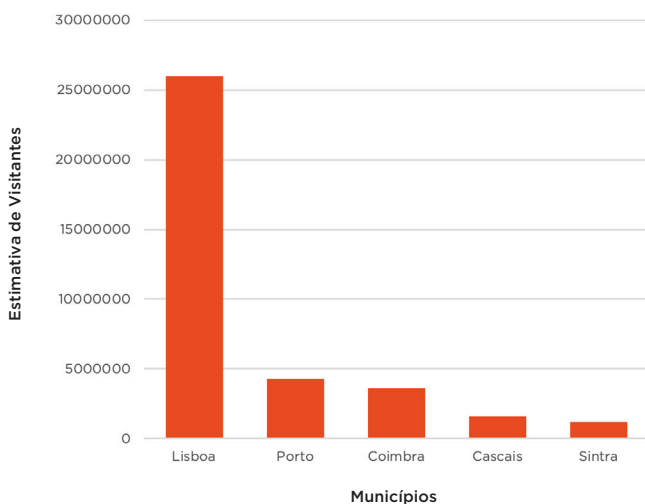


Figura 33

**Estimativa de Visitantes por Município
Mais de 1 Milhão de Visitantes**

⁴ Os coeficientes estimados na amostra base, que considera quase todos estes casos excepcionais, resultam de uma média para a amostra base, sendo que estes pontos são aqueles cujos visitantes estimados estão abaixo dos visitantes efectivos, com o contrário a acontecer com outra parte da amostra base.

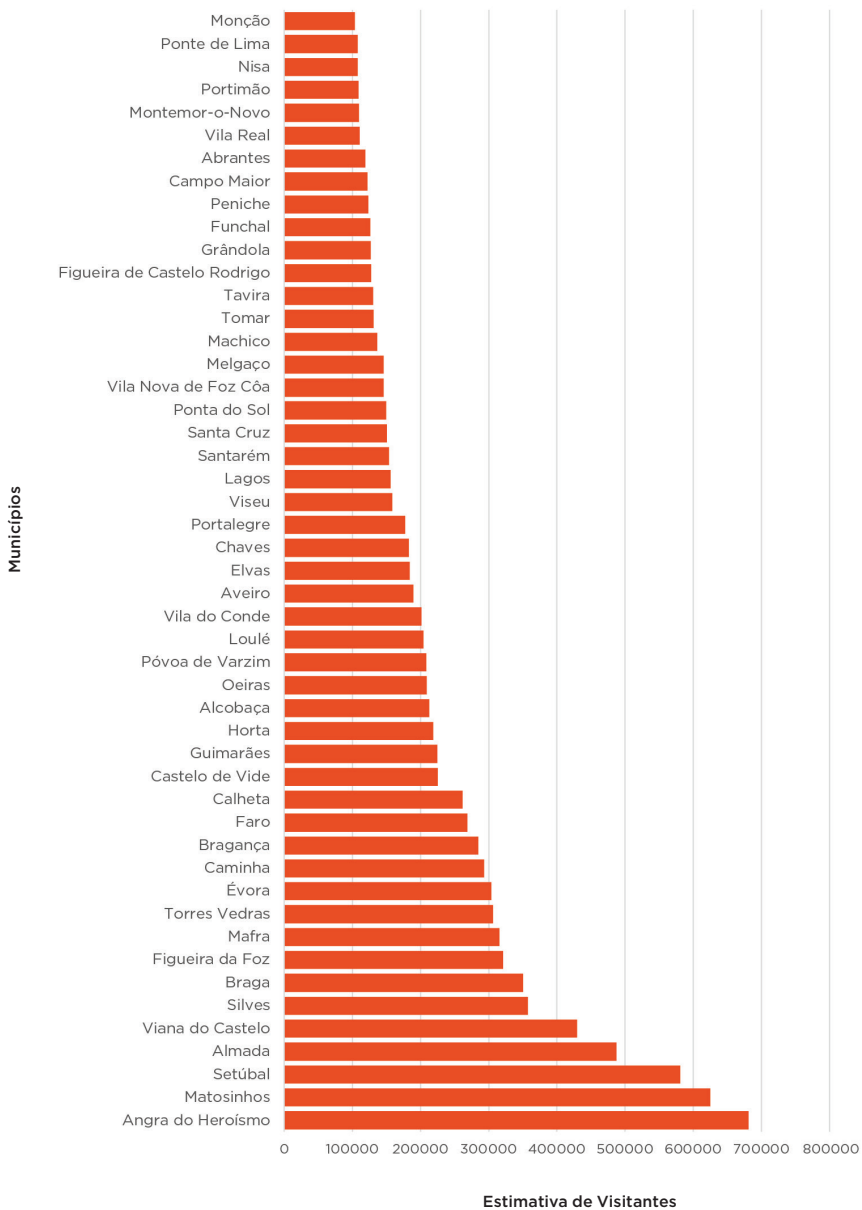


Figura 33a

**Estimativa de Visitantes por Município
Entre 100 000 e 1 Milhão de Visitantes**

Uma outra análise, com significado radicalmente diferente, versa não sobre o total de visitantes potenciais, mas sobre o número de visitantes potenciais por habitante. Este indicador dá-nos uma ideia do potencial económico da exploração adequada do património classificado na forma mais relevante para os habitantes do município, isto é, visitantes por habitante. Um valor mais alto de visitantes potenciais per capita corresponde a um maior impacto sobre o rendimento de cada habitante do concelho. Quando analisamos o número de visitantes potenciais relativo à população, a ordem dos municípios altera-se substancialmente e embora Lisboa passe a segundo município com maior número de visitantes potenciais relativo à população, com 51 visitantes por habitante, ao município de Castelo de Vide corresponde o maior valor, 72. A lista de municípios que beneficiam deste número considerável de visitas relativas à população inclui agora vários municípios que não são imediatamente associados a fluxos turísticos decorrentes da visitação ao património.

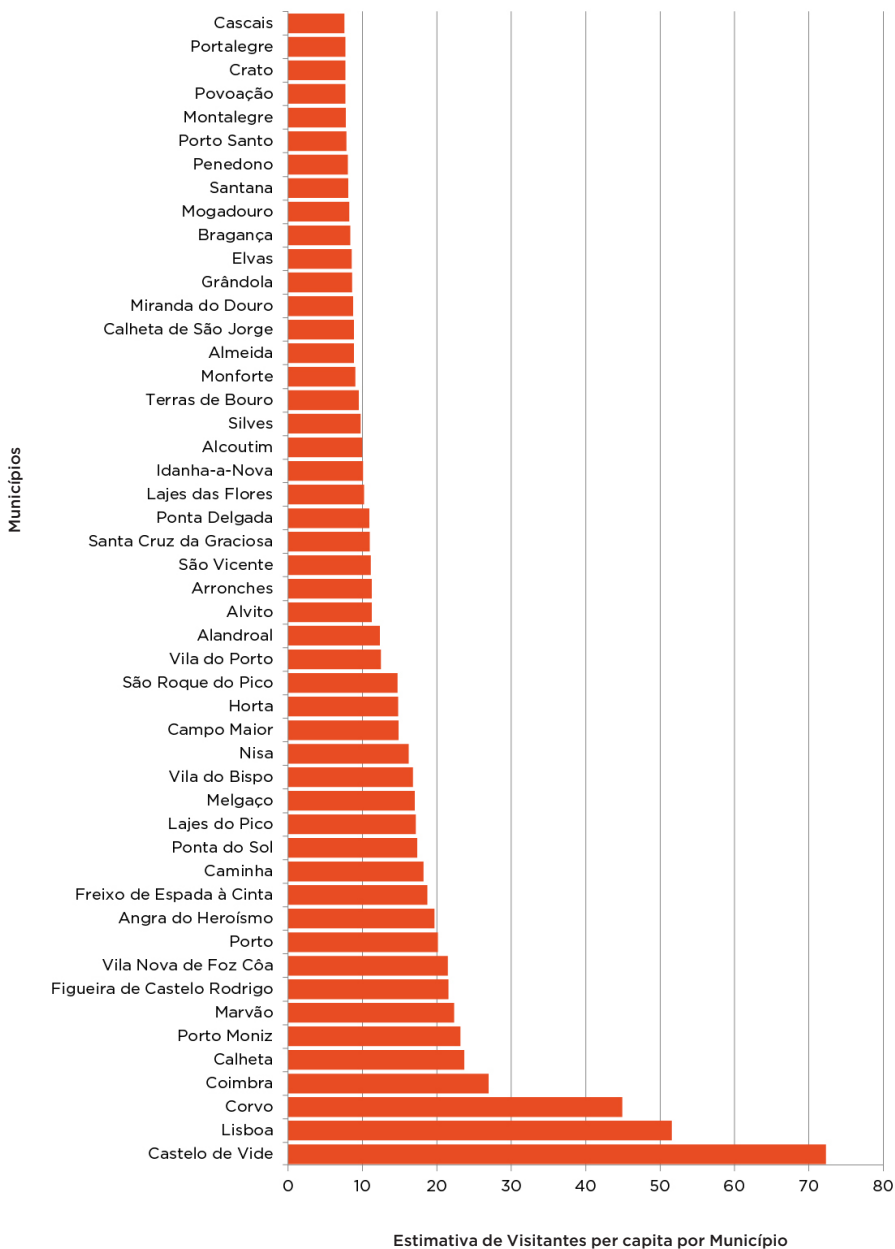


Figura 34

**Estimativa de Visitantes per capita por município
(Municípios com Valores Superiores a 8)**

Os mapas na Figura 35 representam o número potencial de visitantes, assim como o seu valor relativo à população. É interessante notar a distribuição relativamente equilibrada do número de visitantes e de visitantes relativo à população pelo território: apesar das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, assim como outros municípios com grande expressão de património classificado, se encontrarem bem representados em ambas as métricas, o interior e a zona de fronteira, especialmente no caso dos visitantes relativo à população, surgem com forte expressão, reforçando a ideia de que a valorização do património pode ser motor de equidade e coesão territorial.

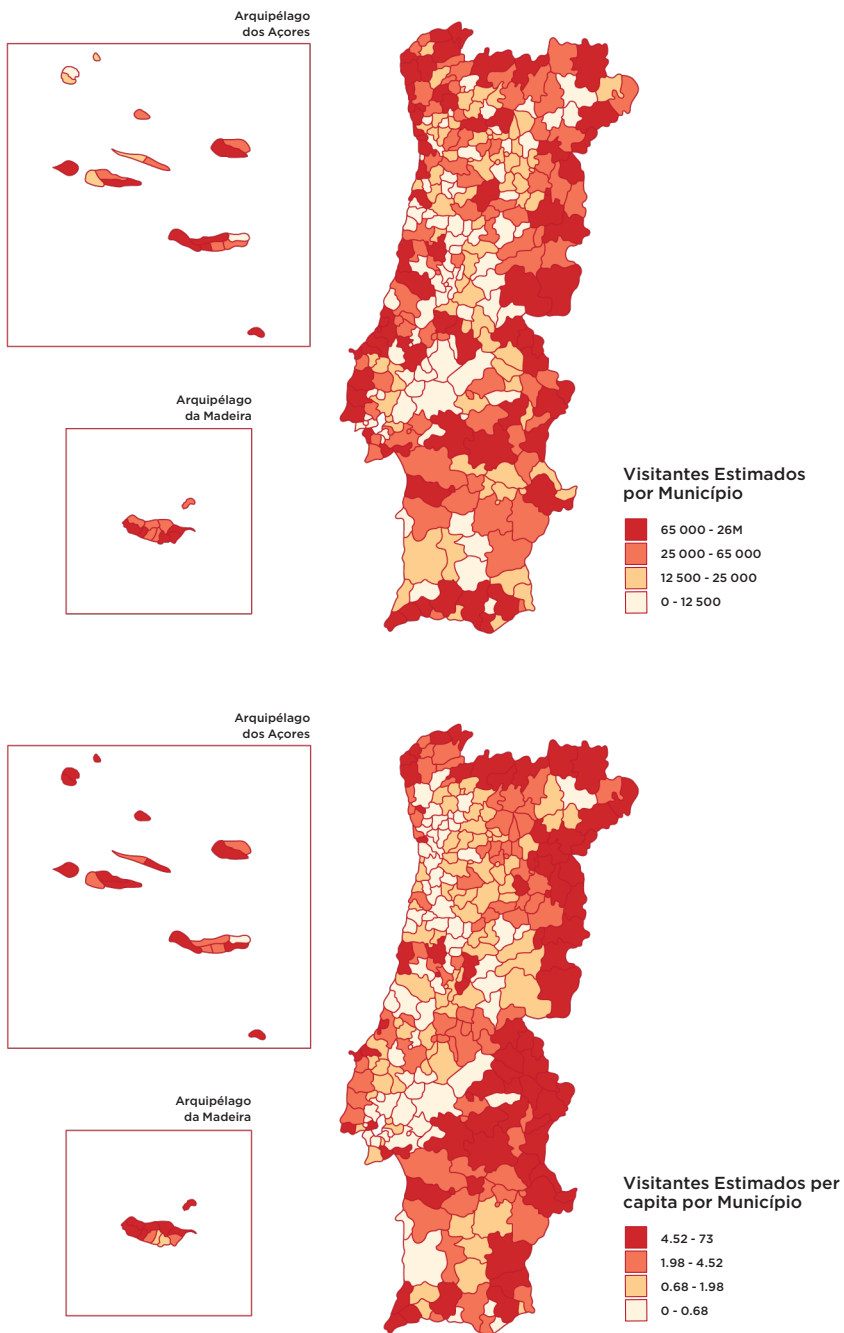


Figura 35
Estimativa de Visitantes ao Património Classificado

Na Figura 36, analisamos o valor estimado de visitantes com o valor de visitantes relativo à população. O gráfico de correlação não inclui, por razões de apresentação, os 5 municípios com mais visitantes estimados. É clara a associação positiva entre as duas variáveis tal que, de forma geral, a mais visitantes correspondem mais visitantes relativos à população.

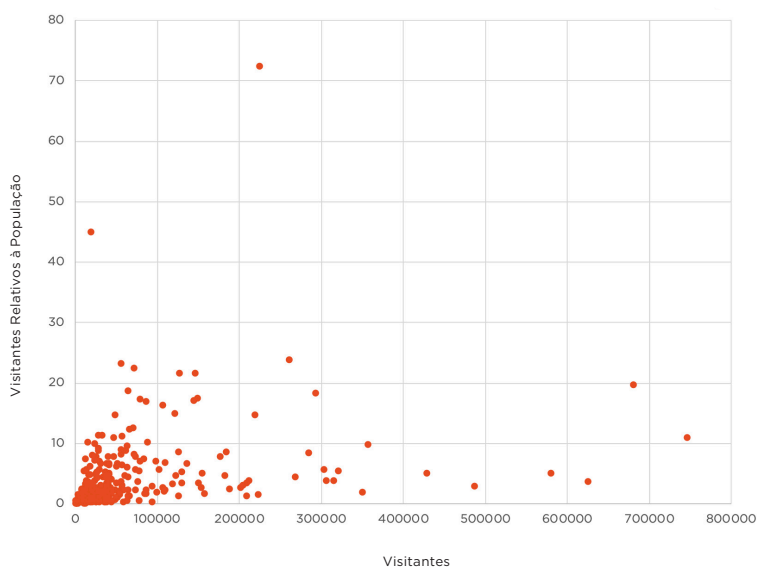


Figura 36
Visitantes vs Visitantes relativos à População
(Excluindo os 5 Concelhos Mais Visitados)

As Figuras 37 relacionam os visitantes estimados per capita por município, com a população, com o património classificado e com o património classificado per capita. Em todos os gráficos, a associação positiva é evidente.

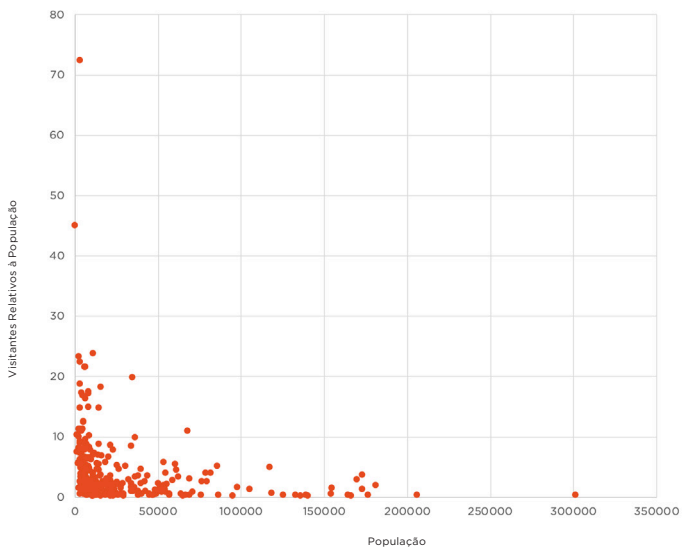


Figura 37

População vs Visitantes per capita
(Excluindo 5 Concelhos Mais Populosos)

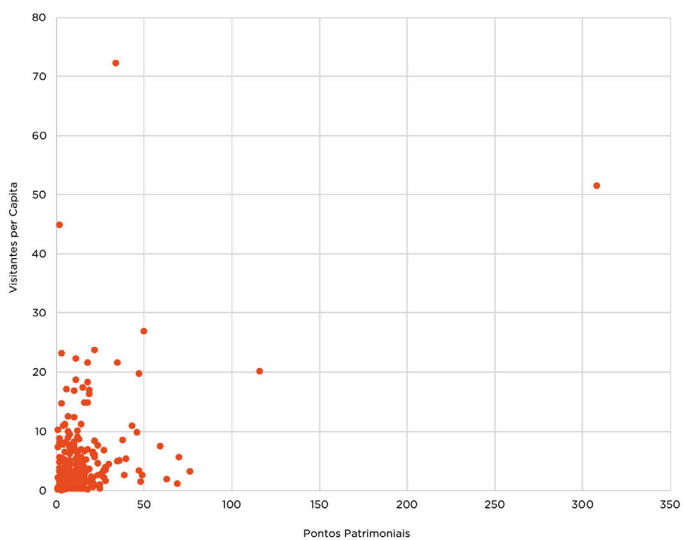


Figura 37a

Património e Visitantes per capita

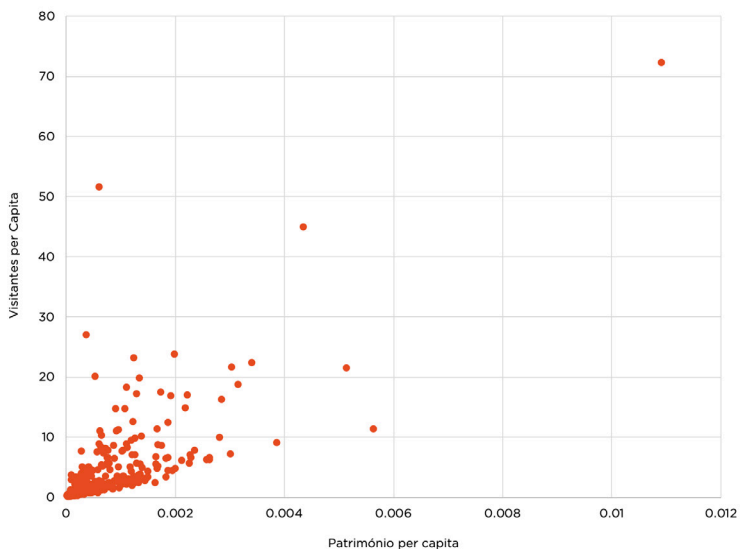


Figura 37b

Património per capita e Visitantes per capita

Na Figura 38, associamos a estimativa do número de visitantes a património classificado em cada município com a Massa Salarial desse mesmo município. Uma vez mais, a associação é positiva, demonstrando que são os municípios com maior actividade económica que podem atrair potencialmente mais visitantes.

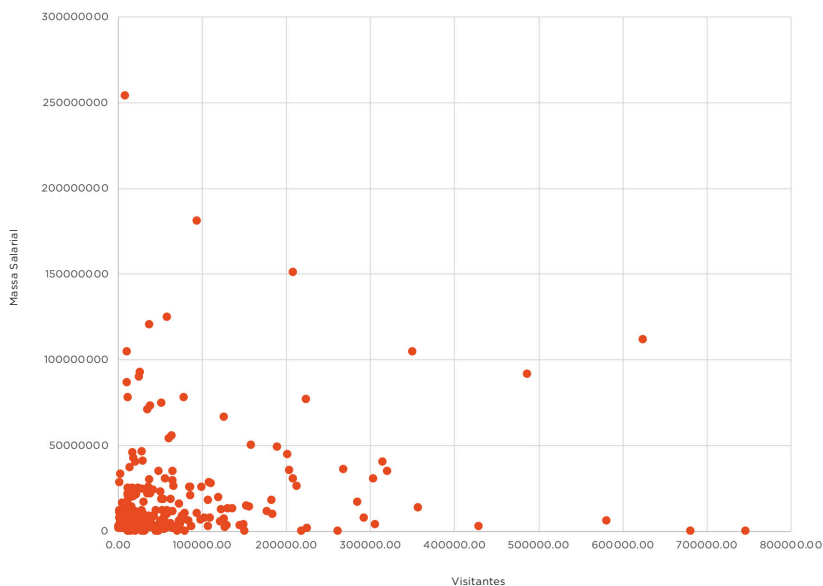


Figura 38

Visitantes vs Massa Salarial

(Excluindo 5 Municípios Mais Visitados)

Se dividirmos, na Figura 39, os municípios em quatro quartis, por valor crescente de Visitantes per capita, verificamos que a distribuição da população dos municípios respectivos, quanto a idade e nível de educação sugere que os municípios com mais Visitantes per capita potenciais parecem ter uma percentagem de idosos mais elevada, assim como uma maior percentagem de cidadãos com educação superior.

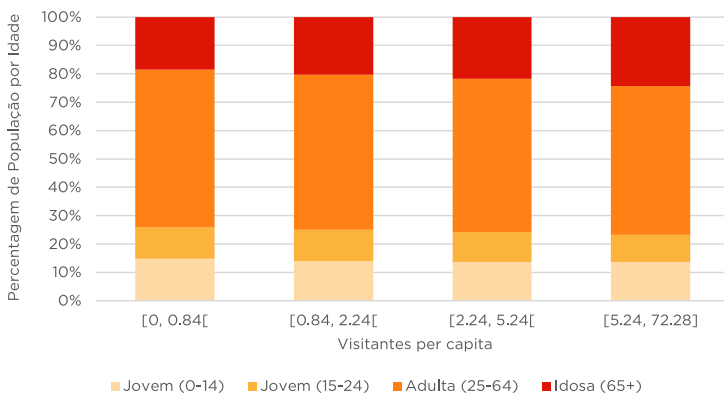


Figura 39

Visitantes per capita vs População por Idade

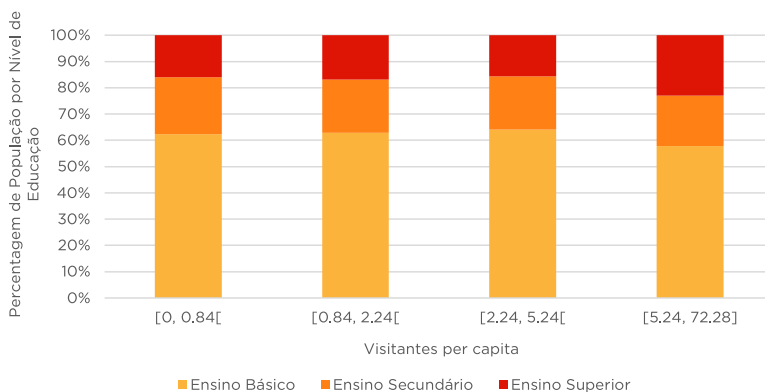


Figura 39a

Visitantes per capita vs População por Nível de Educação

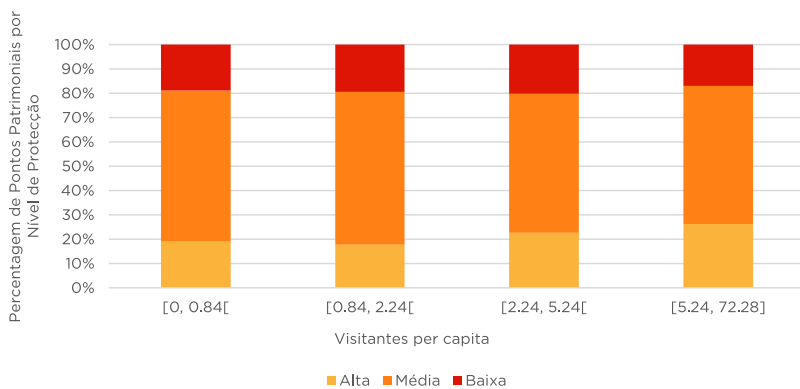


Figura 39b
Visitantes per capita vs Nível de Protecção

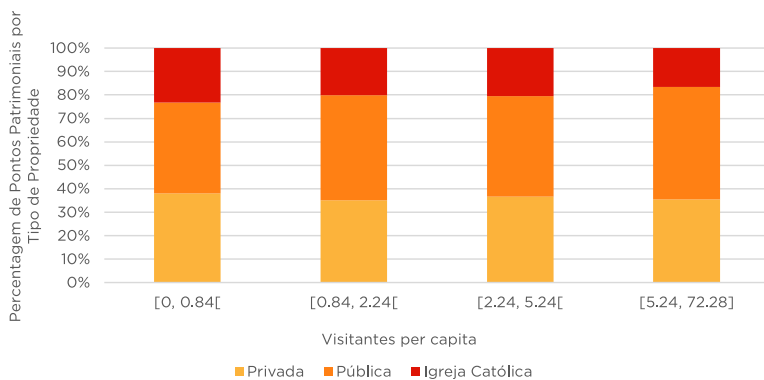


Figura 39c
Visitantes per capita vs Propriedade

Usando os dados da amostra de base, ponderamos o valor de ingresso de 4€ como o valor razoável para este património classificado aberto ao público e com bilhética funcional. Da mesma forma, estimamos que, em média, um ponto patrimonial emprega 1 trabalhador a tempo inteiro por cada 25.000 visitantes. Assumindo que o património classificado analisado se consiga associar ao mesmo tipo de bilhética e criação de emprego, estimamos que o património cultural classificado possa gerar, em termos potenciais, aproximadamente 224 milhões em receita directa (apenas bilhética) – e cerca de 2.200 postos de trabalho directos permanentes (apenas bilhética, novamente), sendo que, dos 308 municípios, cerca de 170 têm visitantes estimados anuais superiores a 25.000.

Naturalmente, se não é realista assumir que todo o património classificado possa exibir a dinâmica em termos de bilhética e de criação de emprego demonstrada pela nossa amostra de base, também é verdade que estamos a falar apenas de efeitos directos de bilhética e emprego associado, sendo que existem efeitos indirectos que importa considerar: é para eles que nos voltamos agora, em particular, o número de dormidas e o emprego em hospedagem associado a visitas ao património.

IV.2.1 Estimativa dos determinantes de dormidas e emprego

Nesta última secção, procedemos a duas análises distintas: a primeira, tenta compreender como o património classificado, a sua propriedade, a Relevância Social e nível de protecção afectam o emprego no sector do turismo, na vertente de pessoas empregadas em unidades hoteleiras⁵; em segundo lugar, analisamos como o património classificado atrai visitantes e turistas de média e longa duração, medida pelo número de dormidas em unidades hoteleiras. A unidade de observação para os dois exercícios são os municípios.

A Figura 40 consubstancia a primeira análise: cada elemento adicional de património classificado num concelho está associado a um aumento de cerca de 3% de emprego em turismo, tudo o resto constante – o que é, efectivamente, um valor significativo. A propriedade do património classificado também é relevante:

⁵ Foram consideradas as dormidas em estabelecimentos hoteleiros, incluindo unidades de alojamento local.

o património administrado pelo sector privado não tem, em média, impacto no emprego do turismo. Ao invés de cada ponto patrimonial adicional de propriedade pública que aumenta, em média, 6% ao emprego; ou o património propriedade da Igreja Católica que acrescenta, em média, cerca de 8,5% ao emprego em turismo em cada município. Quando nos debruçamos sobre a Relevância Social do património, é a Relevância Artística, Cultural e Estética que tem impacto no emprego, está associado a um emprego médio em turismo superior em cerca de 63%. Por fim, analisando o tipo de protecção do património, verificamos que o grau de protecção intermédio e baixo aumentam o emprego em turismo em 2,96% e 6,5%, respectivamente.

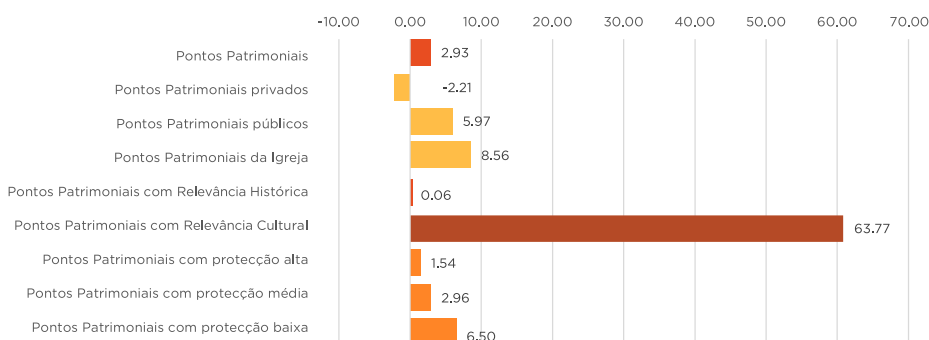


Figura 40
Emprego em Turismo – Impacto Percentual

Já o gráfico da Figura 41 apresenta os resultados da análise para o número de dormidas em unidades hoteleiras, no concelho: um elemento adicional de património classificado no concelho está associado, em média, a mais 3,4% de dormidas em unidades hoteleiras. Quanto ao tipo de propriedade, o património propriedade pública e da Igreja Católica está associado a um aumento de dormidas de cerca de 5,42% e 13,72%, respectivamente. A Relevância Artística, Cultural e Estética está associada a um nível de dormidas superior em cerca de 82%. Por fim, mais pontos patrimoniais com um nível de protecção intermédio ou baixo aumentam as dormidas em 3,41% e 11,19%, respectivamente.

Em resumo, em termos de emprego em turismo ou número de dormidas, o património classificado está associado a um maior dinamismo do sector turístico a nível municipal, sendo esta associação mais forte para as dormidas do que para o emprego no caso do património público e da Igreja Católica, de nível de protecção intermédia e baixa, e com Relevância Social Artística, Cultural e Estética.

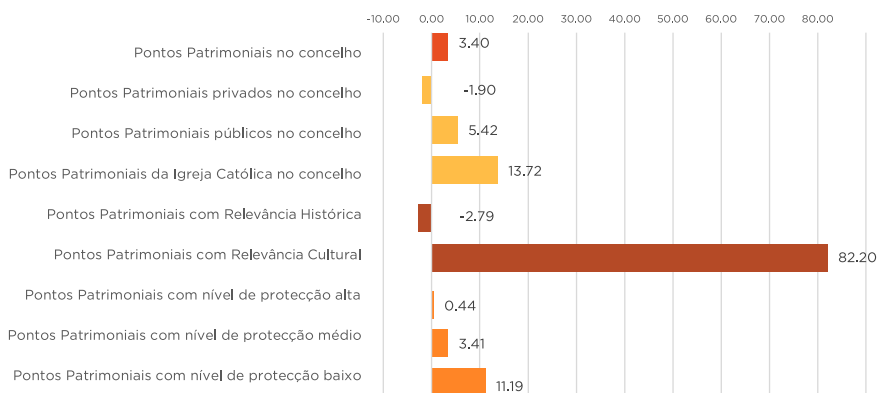


Figura 41

Dormidas em Unidade Hoteleira: Impacto Percentual

IV.3 Conclusões Preliminares

A análise do valor económico e social do património classificado empreendida nesta secção permite-nos adiantar um conjunto de conclusões significativas. As nossas estimativas confirmam a importância das características intrínsecas do património classificado na atracção de visitantes, nomeadamente: o tipo de propriedade – com o património classificado do Estado a gerar mais visitantes; o nível de protecção – com atractibilidade semelhante para diferentes níveis de protecção; e a sua Relevância Social – com a Relevância Cultural, Artística e Estética surgindo como a mais importante. As características da oferta e da procura têm impacto diverso no número de visitantes, exigindo o estudo de públicos diferenciados, por idade e por nível educacional, e localizado a diferentes distâncias do município onde se encontra o património. É de salientar como o património classificado no litoral, em municípios fronteiros com Espanha e nas ilhas atraem, tudo o resto igual, mais visitantes. O acesso ao município por auto-estrada também é significativo na atractibilidade do património classificado.

Estimamos que a totalidade do património classificado em Portugal pode gerar cerca de 56 milhões de visitas por ano, associado a receitas de bilhética anuais de cerca de 224 milhões de euros. Os cinco municípios cujo potencial estimado de visitantes é superior a 1 milhão de visitas por ano são Lisboa, Porto, Coimbra, Cascais e Sintra. Nestes municípios, há património classificado que ultrapassa já o valor estimado de visitantes, enquanto outro se encontra aquém. É de salientar o valor estimado de 26 milhões de visitas anuais ao património em Lisboa. Há ainda mais de 50 municípios que estimamos poderem atrair mais de cem mil visitantes por ano ao seu património classificado, traduzindo-se em mais de 300 visitantes por dia – um número muito significativo para muitos deles. Já a estimativa do número de visitantes ao património classificado por habitante produz uma ordenação bastante diferente, com Castelo de Vide a poder gerar 72 visitantes por habitante, seguido de Lisboa, com 52. Entre os dez concelhos capazes de gerar mais visitantes por habitante estão também Lisboa e Coimbra, mas também Corvo, Calheta, Porto Moniz, Marvão, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa. Há 32 municípios capazes de gerar mais de 10 visitantes por habitante, por ano, e 89 mais de 5.

Já no que diz respeito a efeitos indirectos, nomeadamente, no emprego em turismo em unidades de alojamento, verifica-se um efeito de *spillover* positivo associados a pontos patrimoniais públicos e da Igreja num município, assim como pontos patrimoniais com Relevância Social de qualquer tipo. De sublinhar que os pontos patrimoniais de nível de protecção intermédia ou baixa geram, de forma significativa, empregos em turismo e dormidas em unidades hoteleira.

Em suma, o valor económico e social do património classificado é confirmado quanto ao volume potencial de visitantes que pode gerar, as receitas associadas, assim como os efeitos directos e indirectos no emprego e nas dormidas. A situação de cada concelho é bastante variada mas o valor económico e social do património classificado por habitante é muito relevante para vários concelhos pequenos, com baixa densidade populacional, da zona fronteiriça e das ilhas. O nosso exercício de estimação confirma a possibilidade da promoção do valor económico e social do património ser fortemente geradora de coesão económica e social entre litoral e interior, zonas urbanas e municípios com baixa densidade, continente e ilhas.



III PARTE:

RECOMENDAÇÕES

CAPÍTULO V

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

As recomendações trazidas a este Estudo procuram resolver a “dupla falha” no aproveitamento económico e social deste recurso endógeno estratégico apontada na introdução do presente trabalho, falha essa que evidencia problemas a montante de carácter estrutural: por um lado, a falha ao nível da quantidade e qualidade dos recursos dispersos no país e a concentração do público visitante eminentemente em Lisboa, Porto e Sintra; por outro, a falha entre a quantidade e a pertinência destes recursos, visitados em mais de 70% por estrangeiros, e os potenciais quase 10 milhões de utilizadores nacionais ainda hoje não mobilizados para o usufruto do que é afinal o seu património cultural.

A sistematização da solução polimórfica e à escala de uma geração proposta na forma destas recomendações *policy oriented* assenta na leitura diacrónica da evolução do sector no último meio-século, analisando as múltiplas alterações de tutela, de estrutura e as consequências das mesmas na eficácia da gestão patrimonial; na análise ao desenvolvimento de modelos e abordagens alternativos promovidos pela sociedade civil; tem ainda em conta os modelos de gestão estabilizados noutros países e os ensinamentos que deles podemos retirar como aplicáveis, com as adaptações necessárias, ao caso português; e, por fim, contempla o exercício empírico que coloca o universo do património classificado em relação com as características sociais, económicas e demográficas do município em que se encontra, bem como do resto do país, quantificando, pela primeira vez, o valor económico e social do património cultural classificado, a nível nacional.

Neste último ponto, importa recuperar as principais conclusões.

V.1 Conclusões Económicas e Sociais

A análise econométrica aplicada às distintas capacidades de atracção de visitantes do património de propriedade pública, privada e da Igreja sugere a necessidade de partilhar mecanismos de acessibilidade e estratégias de fomento dos visitantes, a nível municipal e intermunicipal.

A eficácia da protecção de nível elevado na atracção de visitantes confirma a importância de trabalhar de forma articulada as restantes formas de protecção patrimonial, em particular, a de nível intermédio – a mais bem distribuída pelo país e por isso, também, aquela com maior impacto de potencial.

A nossa análise do destaque dado a certos pontos patrimoniais nos manuais escolares sugere ainda a importância da relevância social na activação de visitantes, seja ela de natureza “histórica” ou “cultural, artística e estética”, evidenciando como é determinante a mediação do significado do património cultural, sugerindo o alcance possível de novas formas de informação e difusão do que é efectivamente a realidade qualitativa e quantitativa deste recurso.

Complementarmente, a relação entre as visitas ao património classificado e as várias camadas etárias da população, sugere a necessidade de estratégias diferenciadas, com especial destaque para o trabalho a desenvolver junto das crianças até aos 14 anos e, ainda mais importante, dos jovens dos 15 aos 24 anos. A diferença de grau educacional releva a necessidade de trabalhar públicos diferentes de forma diferenciada, especialmente se se pretende atrair a ainda grande massa de população sem estudos superiores que caracteriza o nosso país.

Dito de outra forma, a Educação Patrimonial pode desempenhar um papel determinante no reconhecimento deste recurso por parte da população nacional, seja ela mais jovem – via curricula escolares, nomeadamente – ou tenha ela menos estudos – via educação informal. Trata-se de atrair um novo, necessário e particularmente sustentável público para o usufruto do património cultural.

As estimativas levadas a cabo sugerem a importância de localizações específicas como pólos de atracção de visitantes para o património: o litoral – como se esperava, pela sua densidade populacional –, mas também as regiões fronteiriças e as ilhas. Este efeito mobilizador de visitantes – mais significativo, por exemplo, que o acesso por auto-estrada – demonstra a possibilidade de um trabalho mais profundo em novos vectores de atractibilidade. A relevância da fronteira deixa clara a dimensão estratégica do interior – palavra que deve deixar de ser sinónimo de periferia, atendendo à sua centralidade ibérica.

As economias de aglomeração, presentes entre pontos de património classificado próximos e que promovem a visitação mútua, bem como a substituíbilidade verificada com os museus, são evidência, por um lado, da necessidade de estruturação da oferta centrada no património cultural monumental e, por outro, de mais intermediação no acesso ao conhecimento, mimetizando a abordagem mais efectiva já aplicada nos museus. Este é um dado importante e que deve enformar a política pública de investimento em património e museus: mais do que construir ou criar novos equipamentos museológicos, há todo um trabalho por levar a cabo de integração e qualificação da visita ao bem patrimonial – eventualmente, uma iniciativa menos faustosa, mas mais consequente.

Também a relevância das despesas municipais em Cultura, que não em património, sugere a necessidade de apurar políticas locais de investimento: as pessoas são mais sensíveis a dinâmicas directamente dirigidas à fruição do que à mera conservação física do bem em si mesmo.

Para a análise da projecção quantitativa, partimos de uma amostra de 249 pontos de património classificado abertos ao público que, no seu todo, geraram cerca de 16,6 milhões de visitantes em 2015. Este conjunto de dados, limitados face à dificuldade de obtenção dos dados em si mesma – testemunho do muito caminho a percorrer no conhecimento da realidade do património –, permitiram-nos trabalhar de forma consistente e agregada o restante conjunto do património classificado português na sua relação com a capacidade de atrair visitantes.

As estimativas de visitantes potenciais para a totalidade do património classificado alcançam assim um total de 56 milhões de visitantes, o que vem confirmar este recurso como um activo estratégico importante. Um número considerável de municípios pode, segundo as estimativas, gerar mais de uma centena de milhar de visitas a património classificado, em alguns casos, em municípios com significativo património pouco aproveitado. Por outro lado, o património cultural classificado pode gerar 1 emprego a tempo inteiro por cada 25.000 visitantes / ano por ponto patrimonial; aumentar em 3% os empregos directos em hotelaria por município; e aumentar em 3,4% as dormidas por município. A bilhética do universo dos pontos patrimoniais classificados considerados geraria cerca de

224 milhões de euros de receita, assumindo um bilhete de entrada com o valor médio de 4 euros.

Confirma-se, deste modo, a importância deste activo para vários municípios do interior, com baixa densidade populacional, evidenciando a incontornável cooperação e trabalho em rede para conseguir materializar esses visitantes potenciais. De facto, do lado da oferta, as características do património obrigam a uma estratégia concertada de activação do potencial económico; do lado da procura, a escala e a exploração de segmentos diferenciados poderá ultrapassar a dificuldade de alcançar a relevância e visibilidade necessárias para que os potenciais visitantes saibam, antes de mais, que existe património a visitar – assim consigam as políticas e as acções tirar o melhor proveito tanto dos factores intrínsecos que caracterizam o património em si mesmo, como dos elementos dinamizadores da oferta e da procura.

É justamente sobre essas possíveis políticas que nos debruçamos agora.

V.2 Recomendações *Policy Oriented*

O conjunto destes elementos sustenta um conjunto de recomendações *policy oriented* de três tipos: estratégicas, institucionais e financeiras.

V.2.1 Dimensão estratégica

No campo estratégico, urge reconhecer por parte de todos, e do Estado em particular, o património cultural como um “bem colectivo estratégico de desenvolvimento económico e social sustentado do país”, nenhuma das palavras deste axioma sendo despiciendas. Este novo paradigma de análise e de actuação relativamente ao património cultural materializa-se num conjunto de políticas de diferente origem e natureza, desenhadas de forma complementar, capazes de capitalizar todas as valências deste recurso endógeno com vista ao seu máximo usufruto e valorização.

V.2.1.1 Garantia de fruição

Defendemos assim a assunção do direito à fruição e do direito à participação na gestão de um bem que é, por natureza, colectivo, como nova matriz da política

pública neste sector.¹ Este princípio da fruição deve condicionar a natureza das acções a empreender, devendo ressaltar-se o facto da intervenção meramente física no património não contribuir de forma tão directa para o seu mais alargado conhecimento por parte de todos, como a análise econométrica deixou claro. Não significa isto, naturalmente, que não se deva atender à preservação do património mas, sim, que se deve promovê-la contemplando, em todas as fases da intervenção, a inclusão de uma dimensão alargada de usufruto da mesma – da intervenção –, bem como se deve abrir ao exterior institucional a equação sobre o eventual novo destino a dar ao bem e à melhor forma de geri-lo.

O Estado deve assim, com mais ou menos incidência conforme os casos, colocar-se num papel de “entidade que assegura a adequada disponibilização do bem”, integrando, na definição da sua estratégia, a sociedade como um todo, sejam os seus membros de natureza pública ou privada.

Este novo posicionamento do papel do Estado na gestão do património classificado ou daquele que, não o sendo, é alvo de uma intervenção onde o Estado é parte activa, permite o alargamento geográfico do seu campo de acção. De facto, como a análise económica e social do património levada a cabo evidenciou e os modelos de gestão não decorrentes do Estado central demonstraram, o Estado não tem que executar, gerir e intervencionar directamente todo o património classificado do país, mas deve, sim, desenhar, acolher e promover propostas de gestão destes bens originárias nos agentes activos do território no qual o património se localiza, e independentemente da natureza destes agentes². A evolução constatada no Capítulo II deste trabalho relativamente às estruturas de gestão de bens patrimoniais a nível local / regional e todo o desenvolvimento já empreendido noutros países europeus neste domínio – como são os casos

¹ “Há assim uma necessidade de reforçar as políticas de gestão, salvaguarda e valorização do património, seguindo os princípios da Estratégia para o Século XXI e da Convenção de Faro, que visam dinamizar novas formas de governança do património cultural assentes na responsabilidade partilhada, no desenvolvimento sustentável e no acesso democrático à cultura” (Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPO 2019, p. 137). A Convenção de Faro do Conselho da Europa sobre o valor do património cultural para a sociedade contribuiu para deslocar o foco do património em si mesmo para a relação estabelecida pelas comunidades com este recurso (Convenção de Faro, 2005).

² “[...] há cada vez mais cidadãos informados e com vontade de se envolverem na concepção de estratégias, nos processos de decisão ou no desenho e desenvolvimento de acções públicas. [...] A tendência futura sugere um maior envolvimento das organizações e da sociedade civil nos processos de decisão. Neste contexto, o sector público e os processos de governança assumirão importantes papéis na facilitação” (PNPO, p.21).

analisados da França e do Reino Unido – assegura-nos que os modelos estão testados e podem ser implementados com confiança – sempre respeitando as particularidades dos bens e dos territórios em si mesmos.

As linhas de financiamento disponibilizadas para o património cultural devem assim contemplar, de forma obrigatória, os dois princípios basilares deste paradigma de “bem colectivo estratégico de desenvolvimento económico e social sustentado do país”: intervenção focada na dimensão de um usufruto aberto à sociedade; modelo de gestão assente nas forças vivas do território, no formato público-privado quando possível e necessário.

V.2.1.2 Gestão de proximidade

Atendendo à natureza inamovível do recurso patrimonial e à sua particular distribuição por regiões, conforme plasmada nos vários mapas trazidos a este Estudo, a deslocalização da sua gestão para uma nova política de “gestão de proximidade assente em parcerias público-privadas”³ traria evidentes benefícios tanto para o património em si mesmo, como para a comunidade que dele pode beneficiar mais directamente. Importa, assim, por um lado, capacitar associações locais, empresas de animação turística, empresas de gestão do património, em directa associação com as autarquias e outros proprietários destes bens, permitindo uma gestão cooperativa; por outro, revela-se determinante promover a cooperação entre diferentes proprietários, com vantagens na angariação de financiamentos mais volumosos e melhor estruturados, ao mesmo tempo que melhor considera a viabilidade económica da iniciativa promovida; por fim, obriga-se à cooperação intermunicipal com a estruturação de produtos de turismo-cultural ou de projectos de I&D capazes de activar simultaneamente vários pontos de património classificado, agregando recursos e gerando novas competências, fundamental em territórios de baixa densidade.⁴

³ “A Política de Coesão destaca, em matéria de Governança Territorial, a necessidade de existirem sistemas de gestão partilhada, baseados em parcerias e instrumentos territoriais que não têm de estar obrigatoriamente associados a um determinado enquadramento institucional. Esses sistemas de gestão partilhada podem definir novas configurações e extravar limites administrativos e implicar abordagens institucionais mais flexíveis” (PNPOT, p.54).

⁴ “A constituição, consolidação e funcionamento de redes colaborativas de âmbito nacional, regional e local, enquanto instrumentos da acção colectiva, implicam a adopção de uma nova perspectiva de relacionamento intersectorial e interinstitucional, bem como uma adequada capacidade de governação territorial. Será, assim, necessária a adopção de processos de aprendizagem institucional contínua, a aceitação de maiores níveis de responsabilização institucional (accountability), a dotação das instituições com competências e recursos adequados e o alargamento da participação através do envolvimento de novos actores” (PNPOT p.181). Neste campo, importa ter em atenção a reforma administrativa em curso ao nível quer da transferência de competências do Estado central para os municípios, quer da transferência de competências na área da Cultura das Direcções Regionais para as Comissões de Coordenação Regional. Perguntamo-nos: quais as consequências esperadas deste processo, como se vai processar, quem vai pilotar esta reforma?

Dirão os mais cépticos que este modelo de “gestão de proximidade assente em parcerias público-privadas” não é realista para grande parte do país: o interior onde o património surge como uma âncora estratégica de desenvolvimento carece de formação especializada e de massa crítica de uma forma geral, e nas áreas da Cultura em particular. Ora, não somente a conclusões do Estudo apontam exactamente no sentido inverso, isto é, entre territórios com pouca massa crítica para gerir o património cultural, a cooperação e a partilha de recursos é uma obrigatoriedade como, novamente, é aqui que o Estado tem um papel insubstituível a desempenhar⁵.

V.2.1.3 Educação patrimonial e formação

Como vimos na análise econométrica, a referência ao património classificado nos livros de História e Geografia, eficaz na promoção de visitas, é incipiente quando se atende à diversidade e riqueza deste legado cultural. Urge assim criar um verdadeiro Programa de Educação Patrimonial (PEduP), passível de ser articulado com o Plano Nacional das Artes (PNA), actualmente em funcionamento. A criação e implementação de um Programa de Educação Patrimonial permitiria, por um lado, garantir um universo de potenciais consumidores futuros do património cultural, e independente de dinâmicas turísticas sujeitas ou não a cataclismos como aquele que vivemos em 2020; mas, também, permitiria trabalhar o património de proximidade, aproveitando as recentes alterações de autonomia curricular e da maior intervenção por parte das autarquias nas escolas. O Programa em causa deve contemplar ainda uma fundamental dimensão de formação de professores, procurando contribuir de forma directa para a qualificação profissional local.

Mas, se um Programa de Educação Patrimonial se revela uma peça fundamental na dinamização de visitas escolares, formação de professores e criação de novos públicos a médio a longo prazo, deve também incluir forçosamente a formação profissional, transversal a esse imenso interior do país. É neste nível de formação que a actuação do Estado se traduz num directo e evidente contributo para um desenvolvimento económico e social mais harmonioso em torno da activação do recurso endógeno que é o património cultural. De facto, não tendo muitos destes

⁵ “Num contexto de profundas desigualdades territoriais, económicas e sociais, é fundamental o desenvolvimento de abordagens integradas do território que permitam potenciar o uso e o aproveitamento dos recursos territoriais, procurando igualmente promover processos inclusivos e integradores de natureza multiescalar” (PNPOT, p.40).

territórios do interior ensino secundário, recorre-se à formação profissional como forma de garantir o ensino obrigatório a estes jovens. A formação disponibilizada centra-se, de uma forma geral, em áreas como a hotelaria, a restauração, informática, assistência social e, apenas em seis casos, a nível nacional, no património cultural⁶. Deste modo, o já reduzido número de jovens que existe nestes territórios não tem acesso a formação apropriada para trabalhar os activos estratégicos existentes na sua própria aldeia, vila, cidade, resultando muitas vezes estas outras formações como reforço da partida destes territórios⁷.

É, pois, fundamental criar, reforçar ou implementar oferta formativa que permita o surgimento de Técnicos do Património Cultural em várias vertentes como a mediação, o turismo, a conservação & restauro, mas, também, as Artes & Ofícios – expressão que, paulatinamente, ganha uma nova aura de modernidade neste mundo sedento de simplicidade e ecologia⁸. Urge alterar, assim, o Catálogo Nacional de Qualificações⁹, promovendo de forma criativa estas opções curriculares junto dos mais jovens, bem como trabalhando de perto com as Escolas Profissionais existentes e a sua estrutura de docentes – neste momento muito distantes destas temáticas.

A introdução de uma formação desta natureza nestes territórios permitiria apear serviços públicos e organismos privados aí existentes, mas também entidades como empresas de animação turística e afins de profissionais de nível técnico, fundamentais na operação neste campo. Há que oferecer aos jovens alternativas de formação assentes nos recursos endógenos do seu território, bem como vias profissionais gratificantes no sector da Cultura¹⁰.

⁶ Casos da Escola Profissional de Conservação & Restauro de Sintra, da Escola Profissional de Arqueologia de Marco de Canaveses e do Instituto das Artes e da Imagem em Vila Nova da Gaia, com formação diversa. Considere-se ainda o Curso em Turismo Cultural e Recreativo do Colégio de São Gonçalo em Amarante, bem como o Curso de Técnico de Museografia e Gestão do Património do Agrupamento de Escolas Monte da Lua, em Sintra e do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, em Cascais.

⁷ *“Atualmente, no território nacional inscrevem-se formas de injustiça espacial que incorporam processos de exclusão social, conjugados com desequilíbrios na qualidade e no acesso aos serviços e às infraestruturas. Na última década, sobretudo durante a crise pós-2008, emergiu uma paisagem de menor valor, segregação e fragmentação territorial. A aplicação do conceito de desenvolvimento harmonioso, seguindo a missão da política de coesão, considera fundamental proporcionar a todos os europeus, independentemente do local onde residem, a oportunidade de serem incluídos e de poderem fazer escolhas livremente”* (PNPOT, p.42).

⁸ Reconhecido na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030: “[...] reactivação inovadora do artesanato e dos materiais tradicionais combinados com preocupações ecológicas” (Silva, 2020: 120).

⁹ O Catálogo Nacional de Qualificações já prevê a existência de formação no campo da conservação & restauro, da gestão patrimonial, do turismo cultural e, por fim, das Artes & Ofícios. Contudo, é necessário não somente uma reformulação dos currículos dos atuais cursos, mas, sobretudo, é necessário que eles estejam efectivamente disponíveis e à escala nacional.

¹⁰ *“Il faut analyser le territoire, et le traduire pour ses habitants comme pour les touristes avec culture et finesse. Pours ses habitants d’abord. Le patrimoine don’t on parle est d’abord le leur. Il faut qu’ils en soient possédés et non dépossédés”* (Rautenberg, 2001: 24).

Do ponto de vista da formação, seja ela ao nível do ensino básico ou secundário, recomenda-se assim uma estreita articulação entre os agentes públicos e privados no campo educativo, da Cultura e do Turismo, abarcando a escala nacional, regional e local. Recorde-se que a abordagem ao património cultural de forma concertada entre diferentes sectores e entre diferentes níveis de responsabilidade de actuação sobressaía, na análise económica e social empreendida no Estudo, como um imperativo para permitir a activação do potencial de desenvolvimento encerrado neste recurso endógeno: a estratégica capacitação da população mais jovem dos territórios do interior é um passo determinante para o ganho da massa crítica necessária à viabilidade da gestão cooperativa do património cultural atrás apontada¹¹.

V.2.1.4 Apontar para o interior

Uma outra evidência resultante do Estudo é o facto de Porto e Lisboa surgirem como os potenciais emissores fundamentais de visitantes para os territórios do interior ricos em património cultural. Igualmente muito relevante para este propósito são as povoações do outro lado da fronteira¹² e, se trabalhado nesse sentido, o Algarve no período de época alta, reposicionando assim o imenso interior no centro destes quatro pólos emissores. Apenas uma política pública¹³ de promoção do escoamento deste tráfego turístico centrado nestes pólos emissores pode permitir cumprir esse propósito.

¹¹ *"Promover níveis acrescidos de inclusão implicará igualmente mais inovação social, a qual será particularmente decisiva no que respeita ao desenvolvimento de novos modelos mais colaborativos e partilhados de prestação, acesso e utilização de serviços, assim como ao usufruto de bens públicos e colectivos, que ganham cada vez maior relevância na promoção da qualidade de vida dos cidadãos e na resiliência e criatividade das comunidades locais"* (PNPOT, p.42).

¹² Ver, a este propósito, a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT) de 8 de Outubro de 2020 assinada entre Portugal e Espanha e que procura recuperar a centralidade dos territórios fronteiriços com uma visão estratégica de âmbito territorial. Contemplando 5 eixos de acção, destacamos o Eixo "Ambiente, Energia, Centros Urbanos e Cultura" no qual se prevê uma gestão conjunta de áreas transfronteiriças classificadas, bem como o estímulo à partilha de mais programas culturais e projectos turísticos de natureza; assim como destacamos o Eixo "Educação Saúde e Serviços Sociais" no qual está contemplado a formação profissional de forma clara, nomeadamente, com a criação de uma rede de escolas fronteiriças bilingues.

¹³ *"Os factores de mudança sociodemográfica evidenciam que Portugal terá, em 2030, menos população e uma estrutura demográfica mais envelhecida, com uma menor presença de população jovem e activa, o que se repercutirá nas estruturas familiares, sociais e económicas, mas também territoriais. Perspectiva-se o aumento das disparidades territoriais, continuando as metrópoles e as principais cidades a congregar os maiores quantitativos populacionais e as áreas rurais mais periféricas a registar perdas. É fundamental encontrar estratégias e instrumentos que contrariem os desequilíbrios e as disparidades territoriais"* (PNPOT, p.16). Ou ainda *"É urgente desconstruir uma falsa percepção de interioridade que desvirtua o potencial destes territórios. É urgente afirmar pela positiva o interior do país, impondo-se políticas públicas orientadas para este fim"* (PNCT, p.3).

De facto, uma das ilações do estudo económico levado a cabo é a da importância da permeabilidade dos diferentes sectores da política pública no que diz respeito à activação do potencial económico e social do património cultural – como vimos no caso da Formação. Seria assim determinante a definição de uma política concertada entre Turismo e Cultura na forma de um Plano Nacional de Turismo Cultural e Paisagístico (PNTurCP) onde os recursos patrimoniais – tanto do campo da cultura (material e imaterial), como do campo da natureza – fossem mapeados, analisados e classificados de acordo também com o seu potencial de gerar valor para o território. Os programas de financiamento subsequentes devem ser isso mesmo – subsequentes –, permitindo a materialização das linhas e produtos prioritários previamente definidos e evitando tanto o desperdício de oportunidades no escoamento de fluxos, como a sobreposição de produtos turísticos estruturados (rotas temáticas, nomeadamente)¹⁴.

V.2.1.5 Qualificação da oferta

Uma outra consequência directa desta abordagem estratégica ao sector do Turismo e da Cultura tendo como ponto de união o património cultural e paisagístico, é a da qualificação da oferta apresentada: a certificação da oferta é uma condição relevante não somente para o reforço da sua atractividade, mas também para a boa gestão dos recursos seleccionados. Caberia assim a uma parceria entre Turismo e Cultura a “certificação dos produtos de turismo-cultural”, delegando esta competência à escala regional num acordo funcional entre Entidades Regionais de Turismo e Direcções Regionais de Cultura e podendo os produtos em causa ser originários de iniciativa pública, privada ou mista. A sua certificação por estas entidades de base regional garantirá a estes mesmos organismos um conhecimento actualizado sobre a oferta existente no terreno e, pela sua maior proximidade com o património a explorar, uma efectiva capacidade de avaliação e monitorização.

¹⁴ O importante Programa Valorizar – Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino lançado em 2016 pelo Turismo de Portugal criou a oportunidade de apresentar projectos de estruturação de produto assente nos recursos endógenos. Contudo, na ausência de um Plano como aquele que aqui propomos, verificaram-se sobreposições de iniciativas e de territórios passíveis de serem evitadas caso existisse uma visão estratégica de âmbito nacional no campo operacional dos produtos de Turismo Cultural e Paisagístico. Aliás, a este propósito, o PNCT já previa um desenho macro dos produtos de turismo-cultural nacionais: “Roteiros Culturais – Identificação, promoção e valorização das rotas e itinerários já existentes e incentivo a novas possibilidades, bem como promoção integrada de rotas e roteiros turístico-culturais e de lazer que tenham como referência áreas do interior”. Acção inscrita no Eixo 3, Medida 18 e a ser levada a cabo pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Economia (PNCT, p.81).

Uma outra consequência desta “certificação dos produtos de turismo-cultural” será a incomparavelmente melhor capacidade de resposta concertada aos fenómenos recentes de congestão turística nos principais monumentos portugueses, tornando possível projectar formas de escoamento do tráfego turístico dos grandes pólos emissores para o interior de Portugal – condição *sine qua non* para a correcta activação do potencial de desenvolvimento económico e social encerrado no património de tantos concelhos do interior. Neste sentido, o estudo da capacidade de carga dos principais monumentos portugueses, ou de todos aqueles com um significativo número de visitantes para a sua natureza e dimensão, deveria ser alargado ao património classificado nacional, com o propósito de gerir também as condições do lado da procura, em articulação com os restantes agentes locais e nacionais (transportes, operadores, turismo, etc.).

V.2.2 Dimensão Institucional

Da assunção do paradigma proposto, resulta evidente a necessidade de uma gestão pública mais justa e capaz. Ao Estado cabe um papel estratégico e normativo, plasmado numa incontornável Estratégia Nacional para o Património Cultural (ENPC) que extravase o simples plano de intervenções e inclua as dimensões da gestão e valorização dos bens, articulação com autarquias e sociedade civil, num planeamento a 10 anos.

V.2.2.1 Accountability

Igualmente ao Estado (Administração Central e Local) deve competir a fiscalização e monitorização do cumprimento das normas propostas, dando ele, antes de todos os outros, o exemplo desse cumprimento e da sua obrigatoria partilha através da construção, harmonização e apresentação pública regular dos principais indicadores (desagregados) de gestão e de usufruto do património cultural nacional.

De uma forma mais geral, o Estado deve aplicar uma política de *accountability* plasmada em Relatórios de Actividades anuais quer dos organismos públicos em si mesmos, quer dos projectos com escala à responsabilidade do Estado ou nos quais o Estado participe¹⁵.

V.2.2.2 Reorganização e qualificação técnica

Cabendo à DGPC, em particular, o cumprimento destas prerrogativas, este organismo deve ele próprio e atendendo a todas as insuficiências e incoerências registadas e gravadas ao longo destes 46 anos de actuação no sector, desenvolver um “Plano Operacional Integrado” transversal aos diversos serviços e equipamentos, assente numa visão de médio-longo prazo. Recordando os cerca de 825 funcionários empregados por este organismo e a média de idade de 55 anos, torna-se imperativo uma maior capacitação técnica dos seus quadros, um reforço e rejuvenescimento com a entrada de novos elementos e uma necessária melhor distribuição territorial dos mesmos – atendendo ao princípio da gestão de proximidade apregoado – com possível mobilidade para as autarquias ou Direcções Regionais de Cultura, capacitando-as dos recursos humanos nesta especialidade de que raramente dispõem em quantidade e qualidade suficientes.

Recomendaríamos, também, por este motivo, uma imperiosa maior articulação entre o sector público e privado, nomeadamente, ao nível da gestão de equipamentos, da formação técnica dos quadros e da prestação de serviços públicos ao exterior. De facto, deveria começar aqui, no campo evidente da melhor gestão dos recursos humanos, a assunção do paradigma do “bem colectivo”, integrando todos quantos detivessem conhecimento e vontade para actuar em património cultural independentemente do seu estatuto individual, colectivo, público, privado, com ou sem fins lucrativos – como aliás decorre da Constituição e da Lei do Património.¹⁶

Para materializar esta proposta de re-organização da abordagem do Estado ao património cultural, não se defende uma nova fusão, separação, ou criação de nova entidade neste sector: mais do que “deitar fora e fazer de novo”

¹⁵ A este respeito, veja-se o caso da estratégia de financiamento das intervenções em património cultural no âmbito do Portugal 2020: o critério prevalecente era o do contributo do recurso patrimonial para o aumento da performance turística do território. Ora, quem está a monitorar o enorme conjunto de projectos levados a cabo com esta fundamentação? Como podemos nós confirmar os resultados alcançados em matéria de contributo para um efectivo aumento do número de visitantes, volume de receitas, diversificação do programa de actividades, iniciativas de ligação à comunidade, etc? Este volume de investimento contribuiu efectivamente para a activação económica e social desse património ou tratou-se apenas de uma regeneração de natureza física?

¹⁶ “[...] será essencial dinamizar novas plataformas de colaboração capazes de sustentar e facilitar os novos processos de desenvolvimento envolvendo uma maior diversidade de agentes. Destacamos, entre outros, a criação de estratégias territoriais partilhadas, processos de governança colaborativa, comunicação orientada para o envolvimento de diferentes públicos, adopção de processos de aprendizagem institucional contínua, maiores níveis de responsabilização institucional (accountability) e modelos de oferta de serviços alternativos (multifunções e público-privados, entre outros)” (PNPOT, p.54).

importa, seguindo o próprio princípio da intervenção em património, preservar o que temos de bom actualmente na estrutura existente e focarmo-nos em colmatar as lacunas verificadas. Defende-se antes a re-organização do papel do Estado através da criação, dentro da DGPC, de uma ágil “Unidade de Fruição Patrimonial” – recuperando o termo feliz consagrado na Constituição Portuguesa – transversal aos vários departamentos e encarregue da concretização da dimensão estratégica atrás apontada, em estreita sintonia com outros sectores da actuação governamental, bem como com os actores privados da dinâmica patrimonial.

Esta re-organização deve e tem de ser acompanhada de uma generalizada exigência de formação específica no campo da gestão patrimonial (considerando valências de comunicação, marketing, *fundraising* e gestão de equipas), quer para induzir, como para acolher o reflexo directo no número de visitantes do bem explorado. A necessária revolução nos conhecimentos sobre boas práticas de gestão do património cultural far-se-á pela via da emigração e imigração académica; pela via da formação pós-graduada nas escolas de economia, turismo e gestão do território; e, por fim, pela via dos concursos abrangentes de profissionais sem relação com o funcionalismo público e de origem internacional, tal como recentemente organizados para cargos directivos no sector patrimonial. Somente num segundo momento, em menos de uma década espera-se, chegarão estas prerrogativas de gestão ao nível de licenciatura, ainda vítima das características endógenas da academia portuguesa, sobretudo na área das ciências sociais.

V.2.3 Dimensão Financeira

Finalmente, propomos que a dimensão financeira acompanhe o paradigma do “bem colectivo”, ou seja, procure que todos contribuam de diversas formas para a concretização desta abordagem.

V.2.3.1 OE interministerial e fundos

O financiamento do sector público deve provir assim, em parte, do Orçamento de Estado (OE) que, para além da assunção de uma percentagem da estrutura

mínima do sector, deve canalizar a sua capacidade de investimento para acções promotoras da maior participação de todos na dinâmica patrimonial: uma confluência ministerial (Educação / Ciência / Cultura / Economia), inter-administração pública com a inclusão das Comunidades Intermunicipais e das Autarquias e, por fim, integrando o sector privado com um papel activo. Isto é, parte do financiamento para acções no património deve provir de um OE interministerial e padroeiro de projectos transversais tanto em termos territoriais, como em termos de campo de actuação, como ainda em termos de actores das dinâmicas propostas, aplicando-se a estas iniciativas todos os princípios da boa gestão atrás elencados: trabalho em rede, *accountability*, foco na fruição, agregação de actores de diversa natureza.

Naturalmente, ainda neste campo do investimento, os fundos comunitários e internacionais de diversa origem são parte incontornável: o acesso a diferentes “campeonatos” de fundos depende directamente da qualificação da equipa proponente, sublinhando-se, aqui também, a relevância do reforço e diversificação da qualificação dos profissionais actuando no sector.

V.2.3.2 Sociedade civil

Uma outra dimensão a realçar, e ainda incipiente no nosso país, são os mecanismos de financiamento provenientes da sociedade civil. Neste campo, identificamos três formatos: mecenato cultural, jogos de sorte e campanhas colectivas de recolha de fundos (*fundraising*).

O mecenato, como vimos na primeira parte do Estudo, tem uma expressão reduzida no nosso país. Cremos que esta resulta de um estrutural anulamento das responsabilidades sociais para com este “bem colectivo” – efectivamente percebido quer por quem sobre ele detém responsabilidades públicas, quer por quem é o seu legítimo proprietário, como um bem antes comodamente “sob tutela” –, do que de benefícios fiscais pouco apelativos: não há mecenato porque o bem sobre o qual recairia esse apoio não é percebido como sendo efectivamente pertença e responsabilidade de todos, como o Eurobarómetro “Os Europeus e o Património Cultural” de 2017 anteriormente citado deixou bem claro. É essencialmente uma ausência de cultura de responsabilidade social que está a montante da escassez de mecenato no sector cultural e no campo

do património cultural em particular. O excesso de burocracia e a falta de condições fiscais suficientemente atractivas não contribuem, naturalmente, para a ultrapassagem desta condicionante.

Directamente relacionado com este ponto, não temos, em Portugal, histórico de campanhas de *fundraising* colectivo, isto é, acções que se dirigem não a um potencial mecenas em particular, mas sim à sociedade no seu todo. O caso recente da campanha do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) “Vamos pôr o Sequeira no Lugar Certo” é um exemplo paradigmático do que pode e do que deve ser feito para envolver a sociedade civil na preservação e desfrute do património cultural. Também é um exemplo paradigmático da ausência das grandes empresas nacionais no apoio à iniciativa, tendo cabido a uma fundação estrangeira o garante do objectivo proposto, corroborando a carência de sentido de responsabilidade social no campo do património cultural atrás referido. Contudo, o mais relevante da campanha em causa foi a evidência do cidadão estar disposto a participar do seu bolso, mesmo à sua pequena escala, numa acção colectiva em torno de um bem comum de natureza cultural. Essa confirmação deve ser aproveitada de forma estratégica por parte do Estado – já o devia ter sido –, cavalgando essa circunstância para estabelecer definitivamente uma relação de proximidade com os verdadeiros detentores do património. Trata-se no fundo de criar esta relação – “todos contam para o património cultural” – e de materializá-la em acções com retorno financeiro, sejam elas participação monetária, em géneros ou em trabalho de voluntariado. Determinante é que o público saiba com total objectividade para aquilo que está a contribuir: a adesão dos cidadãos teria sido outra se a campanha do MNAA tivesse sido abstracta, relativista, sem uma obra, um prazo e um montante concretos.

É nesse sentido que recomendamos a revisão do modo de funcionamento da “Lotaria do Património” prevista no orçamento proposto pelo actual Governo da República: a participação dos cidadãos na esfera do património cultural não pode ser senão precisa, concreta, objectiva e mobilizadora desse reduto poderoso que é o sentimento de pertença e de identidade. Anular estas dimensões assentando no facilitismo que é aportado pela dinâmica de jogo de sorte e de azar – nos quais os portugueses são pródigos – desbaratará essa oportunidade de estabelecimento de uma relação directa com quem, mesmo que por moti-

vos outros – o ganho de um prémio de lotaria – efectivamente dá e contribui financeiramente para o património cultural. Neste campo, basta olhar para os nossos vizinhos franceses e ingleses com as suas várias fórmulas de lotaria para perceber e escolher uma opção que capitalize esta oportunidade única de ter o cidadão a contribuir financeiramente e de forma voluntária para o património cultural.

V.2.3.3 Princípio da solidariedade

Por fim, vejamos o princípio da solidariedade prevalecte na gestão exclusivamente pública do património cultural, considerando-se que deve ser mantido, mas enquadrado numa estratégia financeira efectiva. O OE deve assegurar a estrutura de gestão do património cultural que está a seu cargo mas deve fazê-lo numa percentagem mínima realista, complementada por um sistema de angariação de receitas alternativas – sejam ela receitas directas (bilheteira, lojas, restauração...), venda de serviços, patrocínios, *fundraising* ou parcerias estratégicas. Os poucos recursos patrimoniais que geram lucro devem contribuir para o ecossistema patrimonial do país no seu todo numa percentagem reduzida, mas passível de ser aumentada (não diminuída) conforme as evidências da eficiência da gestão e do impacto sistémico desses mesmos lucros, assim como do mérito das acções previstas para acolher essa referida disponibilidade financeira. Isto é, todos devem ter a preocupação de procurar fora do OE mecanismos de financiamento e todos quantos geram lucros consideráveis, quer por melhor gestão, quer por condições mais vantajosas para obter melhores resultados – pela sua localização, classificação, relevância –, devem contribuir para o equilíbrio e nivelamento das oportunidades para o conjunto do património à guarda do Estado. Contudo, esse contributo não deve ser insensível à eficiência da aplicabilidade de lucros passados, nem tão pouco deve retirar, antes premiar, o direito desse bem particularmente lucrativo de prosseguir a sua estratégia de gestão: esta deve, sim, ser avaliada e monitorizada para permitir um julgamento do melhor interesse público aquando da aplicação desses recursos financeiros.

V.2.3.4 Retorno para os territórios envolventes

Complementarmente a este princípio da solidariedade e a esta avaliação regular da performance de gestão de um bem por parte do Estado, devem ser criados mecanismos de política pública que promovam o retorno ao território dos

benefícios gerados pelo recurso patrimonial. Esta dinâmica é válida tanto para património que gera lucros através da valência primordial de alcançar o maior número possível de visitantes (caso da Parques de Sintra - Monte da Lua), como para o património que alterou o fim para o qual o património foi criado – como é o caso das concessões para fins hoteleiros.

De facto, e como este Estudo deixa bem claro, a localização do recurso é nevrálgica na sua oportunidade de gerar benefícios económicos. Ora, deve então essa localização particular beneficiar desses dividendos através de uma política activa e institucionalizada. Uma política novamente estratégica e de proximidade que permita o desenho de projectos integradores das forças vivas e dos restantes recursos daquele território preciso, coadunando-se com outras dimensões da sua linha de desenvolvimento, como o modelo dos Pôles d'Économie du Patrimoine apresentado anteriormente deixou bem claro.

Significa assim que a estratégia financeira dos recursos patrimoniais do Estado, quando geradores de lucro ou quando concessionados a entidades privadas, deve contemplar um re-investimento nos recursos culturais – entendidos num sentido lato – do território no qual se inserem. Parece-nos que esta dinâmica alternativa de financiamento, mais uma vez, exterior ao OE, é justa, relevante e oportuna, não fazendo mais do que exportar para o campo do património cultural a figura das “medidas compensatórias” existentes já há muito na legislação ambiental¹⁷.

Naturalmente, é ainda uma dinâmica que reforça os pontos anteriormente analisados no que diz respeito à importância da gestão em rede, de sistemas cooperativos, de gestão de proximidade, de escala, de integração de forças vivas, de contributo à capacitação de profissionais, de programas de sensibilização patrimonial. Também permite que o Estado surja como estratega, facilitador, supervisor do bem que tem à sua guarda, deixando à sociedade civil organizada de diferentes formas, a materialização das acções concretas.

¹⁷ Qualquer intervenção sobre um recurso ambiental é percebida como uma acção sobre um bem comum: ao retirar o seu natural usufruto aos cidadãos, independentemente das mais-valias indirectas que a mesma possa gerar, o responsável pela intervenção deve assegurar a devida e directa compensação à sociedade. Veja-se, como um exemplo entre tantos, o caso da construção da Barragem de Alqueva e a aquisição, preservação, valorização e exploração por parte da EDIA S. A. da Herdade da Coitadinha, hoje Parque de Natureza de Noudar.

V.2.3.5 Concessão

Por último, a concessão de património cultural como linha estratégica da política patrimonial numa perspectiva de gestão financeira: o Estado deve abrir a privados – organizados sob diferentes formas – a possibilidade de gerir património cultural. Já o faz ao nível da exploração hoteleira e não há razão para não estender essa possibilidade a fins muito mais consentâneos com a natureza do bem em si mesmo e o seu justo usufruto pelos cidadãos. É apenas um preconceito do sector cultural e um atavismo político que continua a impedir que assim seja.

Propõe-se um mecanismo semelhante ao do programa REVIVE – Reabilitação, Património e Turismo, mas à escala do património de nível intermédio – aquele que está mais bem distribuído por todo o país – fomentando a criatividade, a capacidade de micro-investimento, e a vontade de responsabilização por parte de comunidades locais afectivamente ligadas a esses recursos. Um mecanismo não centrado numa intervenção como garantia de retorno financeiro para uma entidade em particular, mas sim promotor de uma fruição conectada com o direito constitucional e democrático de livre acesso por todos. Tantas iniciativas recentes, a nível europeu, ilustram essa dinâmica que não é mais do que o aproveitamento para o campo patrimonial de fenómenos de individualização de causas, de mobilização e de comunicação colectivas e à escala global.¹⁸

V.3 Resumo das Medidas de Acção propostas

Compilemos então as medidas de acção decorrentes das recomendações estratégicas, institucionais e financeiras apresentadas, materialização da solução polimórfica e à escala de uma geração trazidas ao sector do património cultural por parte deste Estudo.

i. Paradigma

- O Património Cultural é um “bem colectivo estratégico de desenvolvimento económico e social sustentado do país”. A adopção deste paradigma acarreta a consequente assunção do direito à fruição e do direito

¹⁸ Para além dos casos mencionados no Capítulo II, veja-se o entusiástico exemplo dos franceses “Dartagnans – Mousquetaire du Patrimoine” (<https://dartagnans.fr/fr/home/index>).

à participação cívica na gestão deste bem como nova matriz da política pública neste sector.

ii. Papel do Estado

- Novo posicionamento do papel do Estado com sendo a “entidade que tem como missão promover a disponibilização do bem”, desenhando, mas também acolhendo propostas de gestão destes recursos e integrando neste processo os agentes activos no território no qual o património se localiza, independentemente da natureza desses mesmos agentes.

iii. Política

- Desenho e implementação de uma Estratégica Nacional do Património Cultural (ENPC);
- Nova política de “gestão de proximidade assente em parcerias público-privadas”: gestão cooperativa entre entidades de diferente natureza; cooperação entre diferentes proprietários; cooperação intermunicipal;
- Assunção de um modelo de gestão dos bens patrimoniais assente numa base retributiva para os territórios envolventes e para as economias locais.

iv. Território

- Desenho e implementação de um Plano Nacional de Turismo Cultural e Paisagístico (PNTurCP);
- Activação do potencial económico e social do património cultural espalhado pelo território, com particular atenção a todo o interior do país e na qual se inclui medidas de política pública de promoção do escoamento do tráfego turístico centrado nos 4 pólos emissores ou potencialmente emissores de turistas (Lisboa, Porto, linha de fronteira, Algarve na época alta) para o interior.

v. Oferta

- Certificação dos produtos de turismo cultural e paisagístico, delegando esta competência à escala regional num acordo funcional entre Entidades Regionais de Turismo e Direcções Regionais de Cultura.

vi. Educação Patrimonial e Formação Profissional

- Desenho e implementação de um Programa de Educação Patrimonial (PEduP) e inclusão do desenvolvimento de formação especializada e continuada para professores;
- Alteração do Catálogo Nacional de Qualificações na Formação de nível IV centrada no património cultural e com especial atenção à temática das Artes & Ofícios, em estreita articulação com as Escolas Profissionais existentes no território.

vii. Financiamento

- O OE assegura a estrutura de gestão do património cultural que está a seu cargo numa percentagem mínima realista, complementada por um sistema de incentivo à procura de receitas alternativas para fins de investimento;
- A dimensão de investimento deve decorrer de:
 - › OE interministerial (Educação / Ciência / Cultura / Economia) e padroeiro de projectos transversais tanto em termos territoriais, como em termos de campo de actuação, como ainda em termos de actores das dinâmicas propostas;
 - › Fundos comunitários e internacionais;
 - › Princípio da solidariedade: pressupondo um orçamento para cada bem ou agregação de bens, os poucos recursos patrimoniais que geram lucro devem contribuir para o ecossistema patrimonial do país no seu todo numa percentagem dos lucros nunca inferior a um mínimo previamente estipulado, mas passível de ser aumentada conforme a avaliação das evidências do grau de eficiência da gestão desses mesmos lucros, assim como do mérito das acções previstas para acolher essa referida disponibilidade financeira;
 - › Aquando da gestão concessionada (a privados, sector empresarial do Estado ou entidades decorrentes dos municípios), introdução de mecanismos de política pública que promovam medidas compensatórias diversas para benefício do(s) território(s) onde o(s) recursos se situa(m) e nas áreas directa ou indirectamente associadas ao pa-

património cultural (educação, conservação & restauro, investigação aplicada, gestão);

- › Concessão de património cultural como linha estratégica da política patrimonial numa perspectiva de gestão financeira: mecanismo semelhante ao REVIVE à escala do património de nível intermédio, promotor de uma fruição conectada com o território e com o direito democrático de livre acesso por todos;
- › Contributo financeiro da sociedade civil: incentivo ao mecenato, criação de jogos de sorte e desenvolvimento de campanhas de *fundraising*, nestes dois últimos casos, sempre com o objectivo perfeitamente identificado (o quê, como, quem, onde, porquê, quanto e quando).

viii. Dimensão institucional

- Ao nível da DGPC, “Plano Operacional Integrado” ao longo dos diversos serviços e equipamentos, assente numa visão a 10 anos;
- Criação de uma ágil “Unidade de Fruição Patrimonial” na DGPC, transversal aos vários departamentos e encarregue de operacionalizar a dimensão “fruição” do referido Plano Operacional Integrado;
- Reforço, rejuvenescimento e melhor distribuição territorial do número de funcionários da DGPC: promoção da mobilidade entre equipamentos e entre organismos centrais e regionais do Estado, bem como para a Administração Local;
- Reforço da formação específica dos recursos humanos da DGPC, nomeadamente, em gestão, comunicação, marketing, *fundraising* e gestão de equipas, aplicada ao património cultural;
- Maior articulação e complementaridade com os recursos humanos especializados existentes no sector privado, nomeadamente, ao nível da gestão de equipamentos e da prestação de serviços públicos ao exterior.



CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Até ao presente Estudo, não existia ainda em Portugal uma análise aturada das várias dimensões do sistema patrimonial português (educacional, social e económica), nem uma quantificação crítica do parque patrimonial, encontrando-nos desprovidos de importantes instrumentos de conceptualização e orientação capazes de sugerir a melhor forma de valorizar económica e socialmente este recurso endógeno. Apesar disso, vimos como perpassa, em todos os documentos estratégicos de âmbito nacional (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, Programa Nacional para a Coesão Territorial / Programa de Valorização do Interior, Estratégia de Desenvolvimento Comum Transfronteiriço, Programa Nacional de Reformas, Estratégia Portugal 2030, Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, entre outros¹), uma sistemática referência intuitiva ao património cultural como um recurso endógeno a ter em conta nas acções e políticas públicas².

De facto, a realidade actual do aproveitamento económico e social deste recurso endógeno sintetiza-se naquilo que intitulámos de “dupla falha”, resultante de problemas a montante de carácter estrutural: por um lado, a falha ao nível da quantidade e qualidade dos recursos dispersos no país e a concentração do público visitante eminentemente em Lisboa, Porto e Sintra; por outro, a falha entre a quantidade e a pertinência destes recursos, visitados em mais de 70% por estrangeiros, e os potenciais quase 10 milhões de utilizadores nacionais ainda hoje não mobilizados para o usufruto do que é afinal o seu património cultural. Assim, este Estudo veio oferecer uma análise profunda às causas desta dupla falha, apresentando, primeiramente, uma leitura diacrónica da evolução do sector no último meio-século, analisando as múltiplas alterações de tutela, de estrutura e as consequências das mesmas na eficácia da gestão patrimonial; elaborando, de seguida, uma inédita abordagem a modelos de gestão alternativos à escala nacional, referindo, também, exemplos internacionais, procurando contribuir

¹ Nota apenas para o facto do Plano de Recuperação e Resiliência “Recuperar Portugal 2021-2026” não ter uma entrada directa quer para Cultura, quer para Turismo.

² De igual modo, pelo facto de percepcionarmos o património cultural como um activo directamente conducente à maior coesão territorial e equidade social, encontramos perfeita sintonia entre as recomendações aqui propostas e fundamentadas nos diversos elementos trazidos a este Estudo e os vários documentos estratégicos anteriormente desenhados para o país.

para o alargamento de perspectivas sobre a actuação neste domínio; e, por fim, desenvolvendo um exercício empírico que colocou o universo do património cultural classificado em relação com as características sociais, económicas e demográficas do município em que se encontra, bem como do resto do país.

Combinando abordagens qualitativa e quantitativa, a nível nacional e com atenção às especificidades das regiões do interior e das ilhas, o trabalho quantificou, pela primeira vez, o valor económico e social do património cultural à escala do património classificado e avaliou o potencial de visitantes, receitas e emprego, município a município, caso consequentes políticas públicas fossem promovidas neste sector.

Ora, a projecção do potencial valor económico e social do património cultural à escala dos 4.575 bens imóveis classificados distribuídos pelo continente e ilhas, permitiu estimar um total de 56 milhões de visitantes potenciais, com um número considerável de municípios a gerar mais de uma centena de milhar de visitas em património claramente sub-aproveitado. Estes visitantes traduzir-se-iam numa receita anual de cerca de 224 milhões de euros apenas em bilhética, originando, numa estimativa conservadora, a nível nacional, 1 emprego a tempo inteiro por cada 25.000 visitantes / ano, aumentando em 3% os empregos directos em hotelaria e em 3,4% o número de dormidas. Estas estimativas representam o dobro dos visitantes actuais nos cerca de 250 pontos patrimoniais classificados abertos ao público, bem como o triplo das receitas de bilhética.

A identificação da problemática do património cultural, bem como o potencial de desenvolvimento caso as suas falhas fossem ultrapassadas, levou-nos a desenhar uma solução polimórfica, na forma de recomendações *policy oriented*, com um horizonte de desenvolvimento, implementação e ganho de benefícios à escala de uma geração.

Apresentou-se assim o património cultural à luz do novo paradigma de “bem colectivo estratégico de desenvolvimento económico e social sustentado do país”, devendo ser inscrito na agenda estratégica nacional; evidenciaram-se as mais-valias da sua integração nas políticas de ordenamento do território e de afirmação económica e social, à semelhança da floresta e do mar; a imperiosidade de uma política intersectorial e interministerial (Educação / Ciência / Cultura /

Economia) para a correcta potenciação deste activo estratégico; de um novo posicionamento do papel do Estado como a entidade que tem como missão promover a disponibilização do bem, nomeadamente, possibilitando a cooperação intermunicipal e de envolvimento da sociedade civil independentemente das diferentes formas como esta se expressa e organiza (gestão de proximidade assente em parcerias público-privadas); sugeriu-se o desenvolvimento de novos documentos estratégicos orientadores tanto no campo do Turismo Cultural e Paisagístico (PNTurCP), como no da Educação Patrimonial e Formação (PEduP e alteração do Catálogo Nacional de Qualificações); desenhou-se uma engenharia financeira agregadora e responsabilizadora da sociedade civil, assegurando sempre a primazia da natureza do bem – colectivo, por natureza (princípio de solidariedade financeira entre monumentos, base retributiva para os territórios envolventes e para as economias locais, figura das “medidas compensatórias” existentes na legislação do Ambiente, parcerias público-privadas, figura da concessão, participação uninominal da sociedade civil); e, por fim, a criação de uma Estratégia Nacional do Património Cultural (ENPC) e de um Plano Operacional Integrado para a entidade pública central na actuação deste sector (DGPC), com a proposta de criação de uma ágil Unidade de Fruição Patrimonial transversal a todo aquele organismo.

Como qualquer projecto de investigação, o presente Estudo está, à data da sua publicação, forçosamente datado: a expectativa é que essa datação seja um incentivo à imperiosidade de dar continuidade e aprofundamento à metodologia aqui desenhada, assim como à permanente actualização de elementos quantitativos e qualitativos sobre o património cultural português. A título de orientação, são elencados os vários temas que merecem a continuidade da investigação e da reflexão:

- o contributo do património cultural para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente, nos ensinamentos referentes a adaptabilidade, resiliência e sustentabilidade;
- a diplomacia cultural assente no património de expressão portuguesa, ultrapassando o horizonte apenas dos PALOP e Brasil;
- a inscrição selectiva do património cultural nos *clusters* de competitividade já existentes;

- o efeito multiplicador do património cultural no quadro do Sector Cultural e Criativo;
- o papel do Estado na promoção da permeabilidade entre sector universitário e mercado empresarial no campo do património cultural;
- o estímulo da relação entre ensino politécnico e valorização do tecido económico e social do território no qual se encontra, surgindo o património cultural como ferramenta de desenvolvimento;
- a imperativa união entre património cultural e património paisagístico, também em matéria de políticas públicas;
- o contributo das Artes & Ofícios para a valorização dos produtos exportados e da marca Portugal (internacionalização da Cultura);
- valorização dos seniores quer no quadro da experiência em património cultural, quer no âmbito da estratégia de capacitação do interior com base no património cultural, quer ainda no quadro de políticas de saúde e bem-estar;
- a criação de mais valor no produto patrimonial com serviços de alto valor acrescentado, nomeadamente, alargamento dos *slots* de horários de visitas; introdução do *yield management*;
- a capitalização da necessidade de transformação digital como pretexto de cativação dos jovens para o património cultural quer na forma da organização da transformação (envolvendo escolas profissionais, ensino politécnico e ensino superior), quer na monitorização dos avanços produzidos (escolas de ensino básico como voluntários do processo);
- o estudo de políticas de bilhética e de receitas complementares: maleabilidade e virtualidade do acto de compra, fidelização, contributo voluntário e gratuidade; lojas, restauração, aluguer de espaços e venda de direitos de imagem;
- a política de estímulo à preservação do património por parte de proprietários privados com a criação de fundos especificamente para este fim e atendendo ao princípio das medidas compensatórias (fundo público vs mais fruição pública);
- a análise aos modelos de concessão e à opção “venda” de bens;
- a promoção de modelos preventivos na conservação do património construído, aqui entendidos como estratégias de conservação programada dos bens (manutenção), mas também, de resposta a situação de emergências (riscos), nomeadamente, o risco sísmico.

A capitalização de todas as valências deste recurso endógeno com vista ao seu máximo usufruto e valorização depende da assunção efectiva do direito à fruição e do direito à participação na gestão de um bem que é, por natureza, colectivo. O foco da actuação pública deve ser o da devolução à população desse direito inalienável, assim como o da distribuição harmoniosa do potencial de desenvolvimento económico e social que permanece em expectativa neste activo estratégico.

ANEXOS

A. LISTAS

I. Lista de Património Mundial em Portugal

Património Mundial em Portugal

Designação	Ano
Angra do Heroísmo nos Açores	1983
Jerónimos e Torre de Belém	1983
Mosteiro da Batalha	1983
Convento de Cristo	1983
Centro Histórico de Évora	1986
Mosteiro de Alcobaça	1989
Paisagem Cultural de Sintra	1995
Centro Histórico do Porto	1996
Côa e Siega Verde	1998/2010
Floresta Laurissilva na Madeira	1999
Centro Histórico de Guimarães	2001
Alto Douro Vinhateiro	2001
Paisagem Vinha da Ilha do Pico	2004
Elvas e suas Fortificações	2012
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia	2013
Real Edifício de Mafra - Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada	2019
Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga	2019

II. Lista de Património Mundial de Influência Portuguesa

Património Mundial de Influência Portuguesa

Designação	País	Ano
Missões Jesuítas dos Guaranis	Argentina, Brasil	1983
Qal'at Al-Bahrain (Antigo Porto e Capital de Dilmun)	Barém	2005
Centro Histórico de Ouro Preto	Brasil	1980
Centro Histórico de Olinda	Brasil	1982
Centro Histórico de São Salvador	Brasil	1985
Santuário do Bom Jesus de Congonhas	Brasil	1985
Centro Histórico de São Luís	Brasil	1997

Centro Histórico de Diamantina	Brasil	1999
Centro Histórico de Goiás	Brasil	2001
Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão	Brasil	2010
Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre as montanhas e o mar	Brasil	2012
Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande	Cabo Verde	2009
Centro Histórico de Macau	China, Região Administrativa Especial de Macau	2005
Fasil Ghebbi, Região de Gondar	Etiópia	1979
Forte Jesus, Mombaça	Quênia	2011
Ilha Kunta Kinteh e Áreas Relacionadas	Gâmbia	2003
Fortes e Castelos de Volta, de Accra e Seus Arredores, e das Regiões Central e Oeste	Gana	1979
Igrejas e Conventos de Goa	Índia	1986
Malaca e George Town, Cidades Históricas do Estreito de Malaca	Malásia	2008
Cidade Portuguesa de Mazagão	Marrocos	2004
Ilha de Moçambique	Moçambique	1991
Missões Jesuítas da Santíssima Trindade do Paraná e Jesus de Tavarangue	Paraguai	1993
Ilha de Goreia	Senegal	1978
Cidade Velha de Galle e suas Fortificações	Sri Lanka	1988
Ruínas de Kilwa Kisiwani e de Songo Mnara	Tanzânia	1981
Bairro Histórico da Cidade de Colónia do Sacramento	Uruguai	1995

III. Lista de Património Mundial Imaterial em Portugal

Património Mundial Imaterial em Portugal

Designação	Ano
Fado, música popular urbana portuguesa	2011
Dieta Mediterrânica	2013
Cante Alentejano, cantar polifónico do Alentejo, Sul de Portugal	2014
Falcoaria, um património humano vivo	2016
Produção de figurado em barro de Estremoz	2017
Manufatura de chocalhos	2015
Processo de manufatura da olaria preta de Bisalhães	2016

IV. Lista Indicativa portuguesa a Património Mundial

Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial

Designação	Ano
Centro Histórico de Guimarães e Zona de Couros (extensão)	2017
Lisboa Histórica, Cidade Global	2017
Mértola	2017
Montado, Paisagem Cultural	2017
Rota de Magalhães. Primeira à volta do Mundo	2017
Vila Viçosa, Vila ducal renascentista	2017
Ilhas Selvagens	2017
Fortalezas Abaluartadas da Raia	2017
Aqueduto das Águas Livres	2017
Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela	2017
Complexo Industrial Romano de Salga e Conserva de Peixe em Tróia	2017
Conjunto de Obras Arquitectónicas de Alvaro Siza em Portugal	2017
Costa Sudoeste	2017
Lisboa Pombalina	2017
Deserto dos Carmelitas Descalços e Conjunto Edificado do Palace-Hotel no Bussaco	2017
Edifício-sede e Parque da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa	2017
Levadas da Madeira	2017
Dorsal Médio-Atlântica	2017
Lugares de Globalização	2017

V. Lista de Prémios Internacionais no campo do Património Cultural

Prémios Internacionais	Entidade promotora	1º ano
Prémio Museu Europeu do Ano EMYA (European Museum of the Year Award)	European Museum Forum/ Council of Europe	1977
Prémio Internacional “Genio Protector de la Colonia Augusta Emerita”	Amigos del Museo de Arte Romano/ Fundación de Estudios Romanos	1994
World Travel Awards - ex. Melhor Empresa do Mundo em Conservação	World Travel Awards™	1994
Premios AR&PA	Junta de Castilla y León	2000

European Union Prize for Cultural Heritage / Europa Nostra Awards	Europa Nostra/ Creative Europe	2002
Museums + Heritage Awards- The International Award	Museums + Heritage Show	2003
Prémios Vaccea	Centro de Estudios Vacceos 'Federico Wattenberg' - Universidad de Valladolid	2008
European Garden Awards - Melhor Desenvolvimento de um Parque ou Jardim Histórico	European Garden Heritage Network/ Schloss Dyck Foundation	2010
Piranesi Prix de Rome	Accademia Adrianea di Architettura e Archeologia Onlus	2010
Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus	Ibermuseus	2010
Prémio Europeu Helena Vaz da Silva	Europa Nostra/ Centro Nacional de Cultura/ Clube Português de Imprensa	2013
Prémio Europeu de Intervenção no Património Arquitectónico AADIPA	COAC (Ordem dos Arquitectos da Catalunha)/ AADIPA (Associação de Arquitectos para a Defesa e Intervenção no Património Arquitectónico)	2015

VI. Lista de Prémios Nacionais no campo do Património Cultural

Prémios Nacionais	Entidade promotora	1º ano
Prémio João de Almada	Câmara Municipal do Porto	1989
Prémios Anim'Arte	Revista Anim'Arte	1992
Prémios APOM	Associação Portuguesa de Museologia (APOM)	1997
Prémio Geoconservação	ProGEO (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico)	2004
Prémio Vasco Vilalva	Fundação Calouste Gulbenkian	2007

Prémio Nuno Teotónio Pereira	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	2008
Prémios Construir - Melhor Projecto de Recuperação	Jornal Construir/ Revista Anteprojectos	2008
Prémios da Gala dos Eventos - Prémio Melhor Evento Cultural e Artístico e Espaços Sociais, Culturais e Históricos para Eventos	Expo Eventos	2008
Prémio Nacional Indústrias Criativas - TURISMO E PATRIMÓNIO	UNICER/ Fundação de Serralves	2009
Prémio SIL do Imobiliário - “Reabilitação Urbana – Turismo”	Associação Industrial Portuguesa Feiras Congressos e Eventos	2009
Prémios SOS Azulejo	Museu de Polícia Judiciária, com parceria de: Associação Nacional de Municípios Portugueses; Direção Geral do Património Cultural; Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Instituto Politécnico de Tomar; Universidade de Aveiro; Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.	2010
Prémio Nacional “Memória e Identidade”	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	2012
Prémio Nacional de Reabilitação Urbana	Vida Imobiliária / Promevi	2013
Prémio Internacionalização do Património	Spira / Junta de Castilla y León	2014
Prémios Acesso Cultura	Acesso Cultura	2014
Prémios Reabilitação na Construção	Jornal Construir / Revista Anteprojectos	2014
Prémio de Arqueologia Eduardo Cunha Serrão	Associação dos Arqueólogos Portugueses	2015
Prémio Reabilitar Madeira 2017	Governo Regional da Madeira	2017

B. APÊNDICE DE DADOS

O trabalho estatístico realizado neste Estudo exigiu a reunião e tratamento de um vasto conjunto de dados, nomeadamente, características do património classificado e dos municípios onde se encontra esse mesmo património. Um primeiro conjunto significativo de variáveis foi obtido directamente de bases de dados públicas de organismos estatísticos nacionais e europeus. Um segundo conjunto de indicadores foi calculado tendo por base os dados recolhidos. Por fim, um terceiro e último conjunto de dados foi recolhido através da organização de um Inquérito por meios telefónicos e electrónicos realizado junto das autarquias. De seguida, descrevemos a origem e o tratamento dos dados recolhidos.

I. Dados de Património

Os dados de património têm origem em duas fontes distintas. Utilizamos, por um lado, a base de dados completa do património imóvel classificado da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)¹, nomeadamente, os seguintes indicadores: a localização do imóvel, isto é, o município onde se encontra localizado; a propriedade (pública, privada ou da Igreja Católica); e a categoria de protecção. As várias protecções existentes foram agregadas em três níveis de protecção distintos: protecção elevada, intermédia e baixa, de acordo com a matriz abaixo apresentada. Esta ordenação de níveis de protecção teve por objectivo ultrapassar a grande diversidade e difícil consistência de um tão grande número de categorias, permitindo que os dados pudessem ser usados para identificar grandes associações entre níveis de protecção, sua distribuição no território, e sua associação com o número de visitantes.

¹ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/> Por uma questão de consistência, não foram incluídos na amostra do Estudo todos os pontos patrimoniais em vias de classificação à data de 2017 ou sem informação em alguma das variáveis consideradas na presente análise.

Nível de Protecção	Classificação	Nº de pontos
Elevada	Património Mundial	23
	Monumento Nacional	868
Média	Monumento de Interesse Público	515
	Imóvel de Interesse Público	2.359
	Conjunto de Interesse Público	61
	Conjunto Classificado de Interesse Público	2
	Conjunto Arquitectónico de Valor Regional	1
	Conjunto Protegido	1
	Sítio Classificado	1
	Sítio de Interesse Público	70
	Valor Regional	5
	Valor Cultural Regional	10
Baixa	Monumento de Interesse Municipal	92
	Interesse Municipal	581
	Imóvel de Interesse Municipal	15
	Conjunto de Interesse Municipal	16
	Sítio de Interesse Municipal	11
	Valor Local	52
	Valor Cultural Local	13

A outra fonte de classificação dos pontos patrimoniais foram os livros de História e Geografia adoptados no Segundo Ciclo do Ensino Básico, tal como referido no texto. Através destes livros de texto, procedemos à construção de 3 indicadores sumários: “Relevância Social Histórica” no caso do ponto patrimonial ser referenciado como local de um acontecimento histórico – Batalha, assinatura de Tratado, etc; “Relevância Social Cultural, Artística ou Estética” no caso do ponto patrimonial ser referenciado não pelo seu contributo para a História de Portugal, mas por uma razão de ordem cultural, artística ou estética; por fim, “Relevância Social por Imagem”, no caso de ao ponto patrimonial ser dado destaque através de uma ilustração ou fotografia. A tabela seguinte enumera todo o património classificado a que está associado cada um dos indicadores.

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Alcobaça	Mosteiro de Alcobaça / Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça	X	X	X
Arcos de Valdevez	Antas da Serra do Soajo			X
Baião	Anta da Aboboreira / Anta de Chã de Parada			X
Batalha	Mosteiro de Santa Maria da Vitória / Mosteiro da Batalha	X	X	X
Belmonte	Castelo de Belmonte	X		X
	Igreja de Santiago e Capela dos Cabrais / Igreja Paroquial de Belmonte / Igreja de São Tiago	X		X
Braga	Catedral de Braga / Sé de Braga	X		X
	Santuário de Santa Maria Madalena / Santuário da Falperra		X	X
Bragança	Câmara Municipal de Bragança / Domus Municipalis		X	X
	Pelourinho de Bragança			X
Cadaval	Real Fábrica de Gelo de Montejunto		X	X
Calheta	Capela de Nossa Senhora do Loreto		X	X
Caminha	Igreja Paroquial de Caminha / Igreja de Nossa Senhora da Assunção		X	X
Cascais	Palácio da Cidadela e Capela de Nossa Senhora da Vitória	X		X
Chaves	Ponte de Trajano		X	X
Coimbra	Alta de Coimbra / Universidade de Coimbra - Alta e Sofia	X		X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Coimbra	Catedral de Coimbra / Sé Velha de Coimbra / Igreja Paroquial da Sé Velha / Igreja de Nossa Senhora da Assunção			X
	Jardim Botânico da Universidade de Coimbra		X	X
	Mosteiro de Santa Cruz	X		X
	Paços da Universidade de Coimbra	X	X	X
Condeixa-a-Nova	Cidade romana de Conímbriga / Ruínas de Conímbriga		X	X
Elvas	Sistema fortificado da Praça de Elvas / Fortificações de Elvas	X		X
Évora	Cromeleque dos Almendres / Cromeleque na Herdade dos Almendres			X
	Forte de Santo António / Forte de Santo António da Piedade	X		X
	Templo Romano de Évora / Templo de Diana		X	X
Figueira de Castelo Rodrigo	Povoado do Colmeal / Ruínas da povoação do Colmeal	X		X
Grândola	Povoado romano de Tróia / Ruínas de Tróia			X
Guimarães	Castelo de Guimarães	X		X
	Padrão de D. João I / Padrão de São Lázaro / Padrão dos Pombais	X		X
Idanha-a-Nova	Catedral de Idanha-a-Velha		X	X
Lajes do Pico	Castelo de Santo António / Forte de Santa Catarina	X		X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Lisboa	Aqueduto das Águas Livres	X	X	X
	Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa	X		X
	Castelo de São Jorge e Cercas de Lisboa	X		X
	Catedral de Lisboa / Sé de Lisboa / Igreja Paroquial da Sé Patriarcal / Igreja de Santa Maria Maior	X	X	X
	Central Tejo / Museu da Electricidade		X	X
	Chafariz da Esperança		X	X
	Convento da Graça / Convento de Nossa Senhora da Graça / Igreja Paroquial da Graça / Igreja de Santo André e Santa Marinha	X		X
	Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco / Academia das Ciências de Lisboa	X	X	X
	Edifício na Praça D. Pedro IV, n. 21 - 27/ Tabacaria Mónaco / Livraria Diário de Notícias / Café Nicola		X	X
	Elevador do Carmo / Elevador de Santa Justa		X	X
	Estação Elevatória dos Barbadinhos / Museu da Água		X	X
	Fábrica dos Pentes / Edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, n.º 37 a 49	X		X
	Forte de Santa Apolónia / Baluarte de Santa Apolónia / Bateria do Manique			X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Lisboa	Igreja da Memória	X		X
	Igreja de Santa Engrácia / Panteão Nacional	X	X	X
	Igreja do Convento do Carmo / Museu Arqueológico do Carmo	X		X
	Igreja e Mosteiro de São Vicente de Fora / Igreja Paroquial de São Vicente de Fora / Igreja de São Vicente, São Tomé e Salvador / Paço Patriarcal de São Vicente	X		X
	Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos / Igreja Paroquial de Belém / Igreja de Santa Maria	X	X	X
	Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus / Basílica e Convento da Estrela / Igreja Paroquial da Lapa / Igreja de Nossa Senhora da Lapa	X		
	Palácio da Independência / Palácio dos Condes de Almada	X		X
	Palácio do Monteiro-Mor / Museu Nacional do Teatro e da Dança	X		X
	Parque da Quinta do Monteiro-Mor / Parque do Monteiro-Mor	X		X
	Picadeiro Real de Belém / Museu Nacional dos Coches	X		X
	Praça do Comércio / Terreiro do Paço	X		X
	Ribeira das Naus / Arsenal da Marinha e Capela de São Roque	X		X
	Teatro Nacional de D. Maria II / Teatro Nacional de Almeida Garrett	X		X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Lisboa	Torre de São Vicente / Torre de Belém	X	X	X
Loulé	Igreja Paroquial de Almancil / Igreja de São Lourenço de Almancil			X
Lourinhã	Padrão do Vimeiro	X		X
Machico	Igreja Paroquial de Machico / Igreja de Nossa Senhora da Conceição	X		X
Mafra	Convento e Basílica de Mafra / Real Edifício de Mafra / Palácio Nacional de Mafra	X	X	X
Mértola	Igreja Paroquial de Mértola / Igreja de Nossa Senhora da Assunção / Igreja de Nossa Senhora da Anunciação			X
Monção	Palácio da Brejoeira			X
Nelas	Casa Henriquina / Casa da Câmara da Aguieira	X		X
Odivelas	Mosteiro de Odivelas / Mosteiro de São Dinis e São Bernardo / Instituto de Odivelas	X		X
Oeiras	Jardins da Quinta do Marquês de Pombal	X		X
	Palácio do Marquês de Pombal / Palácio dos Condes de Oeiras	X		X
Oliveira do Hospital	Igreja Paroquial de Lourosa / Igreja de São Pedro			X
Paços de Ferreira	Citânia de Sanfins			X
Penedono	Castelo de Penedono / Castelo do Magriço		X	X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Peniche	Fortaleza de São Francisco e frente abaluartada da Praça de Peniche	X		X
Ponta Delgada	Igreja Paroquial de Ponta Delgada / Igreja de São Sebastião		X	X
Ponte da Barca	Mosteiro de Bravães / Igreja de Bravães / Igreja de São Salvador			X
Porto	Cemitério de Nossa Senhora da Lapa		X	X
	Convento de São Francisco / Igreja de São Francisco		X	X
	Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto		X	X
	Igreja de São Martinho da Cedofeita / Igreja Paroquial da Cedofeita / Igreja de São Martinho		X	X
	Igreja e Torre dos Clérigos		X	X
	Mercado de Ferreira Borges		X	X
	Praça da Ribeira e área envolvente		X	X
Porto de Mós	Campo Militar de Aljubarrota / Campo Militar de São Jorge de Aljubarrota	X		X
	Troço da Via Romana em Alqueidão da Serra			X
Porto Moniz	Floresta Laurissilva na Madeira / Parque Natural da Madeira			X
Póvoa de Varzim	Igreja de São Pedro de Rates / Igreja Paroquial de Rates / Igreja de São Pedro		X	X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Reguengos de Monsaraz	Menir da Abelhoa / Menir da Bulhoa			X
Santa Maria da Feira	Castelo da Feira / Castelo de Santa Maria / Castelo de Santa Maria da Feira			X
Santarém	Castelo de Alcanede	X		X
	Convento da Graça / Igreja de Santa Maria da Graça	X	X	X
São Pedro do Sul	Piscina de D. Afonso Henriques das Caldas de Lafões / Termas Romanas	X		X
São Roque do Pico	Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico			X
Setúbal	Palácio da Quinta da Bacalhoa em Vila Fresca de Azeitão		X	X
Sines	Castelo de Sines / Museu de História Natural	X		X
Sintra	Convento de São Jerónimo / Palácio Nacional da Pena	X	X	X
	Palácio de Seteais		X	X
	Palácio Nacional de Queluz	X		X
Soure	Castelo de Soure			X
Tomar	Castelo de Tomar			X
	Convento de Cristo / Mosteiro de Cristo	X	X	X
	Padrão de D. João I	X		X
Torres Vedras	Forte de São Vicente / Obra Grande de São Vicente	X		X X
Vila do Bispo	Fortaleza do Cabo de São Vicente / Convento do Corvo			X

Município	Património Classificado	Relevância Social Histórica	Relevância Social Cultural, Artística ou Estética	Relevância Social por Imagem
Vila do Bispo	/ Convento de São Vicente do Cabo / Farol de São Vicente			X
Vila Franca de Xira	Convento de Santo António da Castanheira / Quinta de Santo António	X		X
Vila Nova da Barquinha	Castelo de Almoural	X		X
Vila Nova de Famalicão	Casa-Museu de Camilo Castelo Branco		X	X
Vila Nova de Foz Côa	Conjunto dos núcleos de Arte Rupestre do Vale do Côa			X
Vila Real	Palácio de Mateus		X	X
Vila Verde	Citânia de São Julião de Caldelas			X
Viseu	Casa da Rua D. Duarte / Paço da Torre	X		X

II. Dados sociodemográficos

Os dados socio-demográficos usados ao longo deste Estudo provêm de diversas fontes. O ano tomado como referência é o de 2015. A tabela abaixo lista as variáveis socio-demográficas usadas no Estudo, a unidade em que são apresentadas, respectiva fonte e ano.

Variável	Unidade de Medição	Fonte	Ano de medição
População Total	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2015
População Jovem (0-14 anos)	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2015
População Jovem (15-24 anos)	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2015
População Adulta (25-64 anos)	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2015

População Idosa (>64 anos)	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2015
População com Ensino Básico completo	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2013
População com Ensino Secundário completo	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2013
População com Ensino Superior completo	Indivíduos	Markttest Sales Index, 2017	2013
Salário Médio	Euros	MTSSS	2014
Superfície	Km2	Pordata	-
Existência de Autoestrada	Variável binária (tem/não tem)	Audretsch, Dohse, dos Santos (2017).	2015
Museus	Nº de espaços museológicos	Pordata	2015
Despesas culturais	Euros	Pordata	2015
Emprego em Turismo	Nº de postos de trabalho	INE	2015
Dormidas em Unidade Hoteleira	Nº de dormidas	INE	2015

III. Dados de Visitantes

Uma parte significativa do trabalho consistiu em recolher os dados e empreender a análise estatística e econométrica para estimar o potencial de visitantes, emprego e receitas do património classificado em cada município de Portugal. Para concretizar tal objectivo, a análise econométrica usou uma amostra base de património classificado relativamente à qual conseguimos obter informação sobre o número de visitantes. A seguir, obtivemos estimativas dos coeficientes de associação de cada característica do ponto de património classificado e do município em que está integrado e o número de visitantes desse ponto patrimonial. Os coeficientes de associação resumem, de forma quantitativa, a associação entre cada característica e os visitantes do património, sugerindo se a associação é positiva ou negativa, bem como a sua magnitude. Por fim, a partir dos coeficientes de associação estimados para a amostra base, extrapolamos o número de visitantes para todo o património classificado, ou seja, o património para o

qual não temos número de visitantes – embora, claro, tenhamos registadas as suas características e contexto municipal. É a exploração da amostra base – que precisa de ser suficientemente extensa – e a extrapolação dos resultados obtidos para os milhares de pontos de património classificado que nos permite obter uma estimativa consistente do potencial de visitantes ao património.

Além dos dados anteriormente recolhidos pelo Observatório do Património e que aqui incorporámos, levámos a cabo um Inquérito através do qual contactámos todos e cada um dos municípios portugueses, por diversas vezes, de forma a obter dados sobre o número de visitantes de património classificado. A recolha da informação sobre o número de visitantes decorreu de acordo com o seguinte calendário e fazendo recurso às seguintes abordagens:

- 10 de maio de 2018: Foi enviado um email para os 308 municípios através do endereço disponibilizado nos websites de cada câmara municipal. Neste email, foi pedida a identificação e contacto do funcionário responsável para conduzirmos um inquérito telefónico. O conteúdo do email foi o seguinte:

Boa Tarde,

Estamos a desenvolver o Estudo “Património Cultural em Portugal: avaliação do valor económico e social” patrocinado pela Fundação Millennium bcp e conduzido pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e pela Spira - revitalização patrimonial.

Os resultados deste Estudo poderão constituir um importante instrumento para o bom aproveitamento económico e social do património local, com informação útil para eventual acesso a fundos europeus.

Gostaríamos de realizar um inquérito telefónico, de cerca de 10 min, com um responsável ou técnico da autarquia, para identificar o principal património cultural explorado neste momento: esta pessoa deve conhecer detalhadamente o património do seu município e estar preparada para responder a questões relacionadas com as características deste activo.

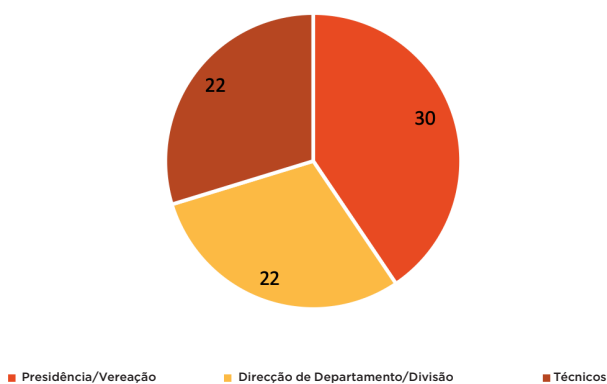
Gostaríamos, se possível, que nos referenciasse, na resposta a este email, a pessoa indicada junto de quem podemos recolher esta informação.

Estes técnicos / responsáveis municipais serão contactados nas próximas semanas.

Pode ver mais sobre o Estudo em causa [aqui](#) e a cobertura que a apresentação do mesmo teve junto dos media [aqui](#).

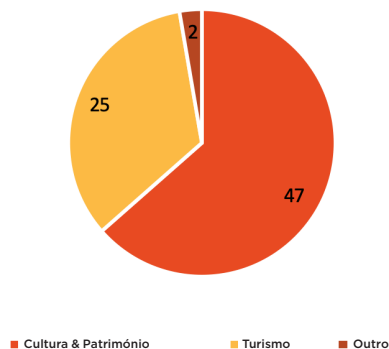
Agradecemos muitíssimo a sua colaboração.

Deste primeiro contacto, recebemos 74 respostas com a identificação da pessoa responsável a contactar, cargo e respectivo departamento. Os gráficos abaixo descrevem como se distribuíam as pessoas indicadas como responsáveis pelo património no município, quanto ao cargo e divisão. Verifica-se um equilíbrio entre responsáveis políticos, directores de departamento ou pessoal técnico. É de salientar que a maioria das pessoas identificadas como capazes de prover a informação eram apontadas como associadas à Cultura e Património, ao mesmo tempo que cerca de 1/3 estava associada ao Turismo.



Cargo do Contacto Identificado

10 de Maio de 2018



Departamento do Contacto Identificado

10 de Maio de 2018

- 24 de maio de 2018: Foi enviado novo email, reforçando a importância do projecto e pedindo de novo o contacto de um interlocutor para responder ao Inquérito Telefónico:

Exmos. Senhores,

No seguimento do nosso e-mail anterior, reforçamos o pedido de colaboração do Município de V. Ex.^a relativamente ao Estudo "Património Cultural em Portugal: avaliação do valor económico e social", conduzido pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e pela Spira - revitalização patrimonial, contando com o patrocínio da Fundação Millennium bcp.

Nesta última semana, já auscultámos mais de 50 municípios, recolhendo informação determinante para a aferição do valor económico e social do património cultural à escala municipal. Desta experiência, constatámos que técnicos ou responsáveis actuantes na área do turismo do município têm mais facilidade em responder de forma objectiva às nossas questões.

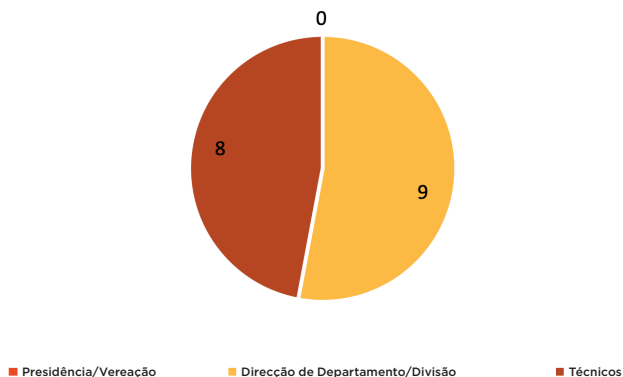
Deste modo, e porque a recolha dos dados do Município de Vossa Excelência é de facto fundamental, voltamos a pedir a indicação do nome, do contacto e do horário preferencial para abordar telefonicamente técnico ou responsável da área de turismo do Município e responder a um inquérito preparado para o efeito, com a duração aproximada de 15 minutos no total.

Por favor, para informação mais detalhada sobre o Estudo em causa, visite o site respectivo [aqui](#) e, para um melhor conhecimento da receptividade do mesmo junto dos media, consulte a respectiva cobertura mediática [aqui](#).

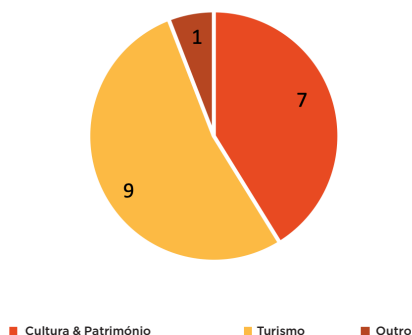
Relembramos que os resultados deste Estudo poderão constituir um importante instrumento para o bom aproveitamento económico e social do património local, com informação útil para eventual acesso a futuros fundos europeus.

Mais uma vez agradecemos a atenção de V. Exa.

A este email, recebemos 18 respostas adicionais possibilitando a identificação de novos interlocutores distribuídos da seguinte forma em termos de departamento e cargos:



Cargo do Contacto Identificado
24 de Maio de 2018



Departamento/Divisão do Contacto Identificado

24 de Maio de 2018

No seguimento destes dois emails, e fazendo uso dos contactos obtidos, conduzimos um Inquérito Telefónico que procurou obter informações detalhadas sobre o parque de património imóvel classificado de cada município, nomeadamente, sobre os visitantes, a sua origem, discriminando visitas de âmbito escolar; informações sobre o sistema de bilhética e descontos existentes; sobre os serviços e festividades directo ou indirectamente associados ao ponto patrimonial; sobre o emprego gerado pelo respectivo ponto; e, por fim, sobre os meios de divulgação do mesmo. Apesar da identificação de quase 100 interlocutores municipais, só foi possível a recolha de informações sobre 40 pontos patrimoniais, manifestamente insuficiente para apoiar a análise econométrica. Passado o período de Verão, retomámos o contacto, na tentativa de obter mais dados com um terceiro email, em Outubro de 2018, mais objectivo e sucinto nos dados que solicitávamos ao município.

- 26 de outubro de 2018: terceiro contacto com os municípios através do seguinte email:

Exmos. Senhores,

Escrevemos a V. Exas. como membros da equipa responsável pelo Estudo “Património Cultural em Portugal: avaliação do valor económico e social” conduzido pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e pela Spira - revitalização patrimonial, contando com o patrocínio da Fundação Millennium bcp.

No âmbito deste Estudo, temos entrado em contacto com os diferentes municípios, via e-mail ou telefone, procurando recolher informações determinantes e cujos resultados poderão constituir um importante instrumento para o bom aproveitamento económico e social do património local, com informação útil para eventual acesso a futuros fundos europeus.

Continuamos a recolha desta informação, pelo que esperamos poder contar com a Vossa participação na identificação do ponto patrimonial mais visitado do Vosso município e respectivo número de visitantes nos últimos 3 anos.

Pedimos ainda a colaboração de V. Exas. para que nos indique nome e contacto de um técnico ou responsável pelo turismo do Vosso município, para que possamos entrar em contacto directo e recolher informação mais detalhada sobre o Vosso município: a nossa equipa conduzirá um pequeno questionário telefónico com perguntas relativas aos monumentos, pontos patrimoniais ou museus existentes no Vosso território e números de respectivos visitantes.

Para informação mais detalhada sobre o Estudo em causa, visite o site respectivo aqui e, para um melhor conhecimento da receptividade do mesmo junto dos media, consulte a respectiva cobertura mediática aqui.

O Estudo terá brevemente um destaque importante na Bienal Ibérica de Património Cultural - onde serão apresentados os seus resultados preliminares, no dia 8 de Novembro, em Valladolid.

Mais uma vez agradecemos a atenção de V. Exa.

A partir deste novo email e caso a Divisão de Turismo ou Cultura não possuisse a informação ou não respondesse à chamada telefónica após pelo menos 3 insis-tências – situação recorrente –, optou-se por ligar directamente para o Posto de Turismo do respectivo concelho e falar com o Técnico ao serviço. Nos casos em que foi identificado somente um bem classificado com interesse para o Estudo, optou-se por ligar directamente para esse espaço, explicando-se o intuito do con-tacto e pedindo para dialogar com o interlocutor mais adequado. A informação requerida era o número de visitantes anual exacto, sendo que, sempre que não fosse possível reunir esta informação, solicitava-se uma estimativa. De uma forma geral, ao contacto telefónico estabelecido, seguiu-se o seguinte email sistemati-zador:

Cara/o [nome do interlocutor],

Agradecemos, desde já, a Vossa disponibilidade para participar neste Es-tudo: estamos a recolher informação em todos os municípios de Portugal, via e-mail ou telefone, para o bom aproveitamento económico e social do património local, com informação útil para eventual acesso a futuros fundos europeus. Esperamos poder contar com a Vossa participação.

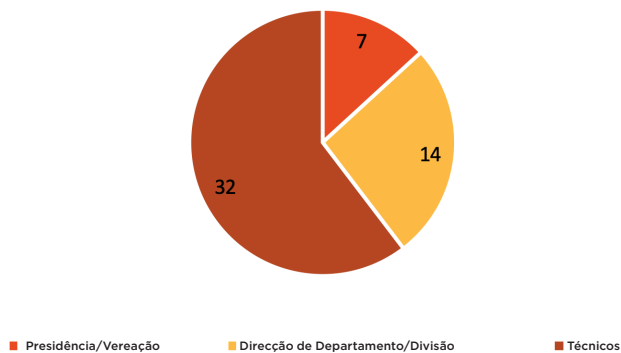
Neste momento procuramos saber, dos pontos patrimoniais classificados abaixo listados e existentes no Vosso concelho, quais têm entrada contro-lada e a respectiva estatística do número de visitantes nos anos de 2015, 2016 e 2017:

[lista dos pontos patrimoniais classificados do município]

Para informação mais detalhada sobre o Estudo em causa, visite o site res-pectivo [aqui](#) e, para um melhor conhecimento da receptividade do mesmo junto dos media, consulte a respectiva cobertura mediática [aqui](#).

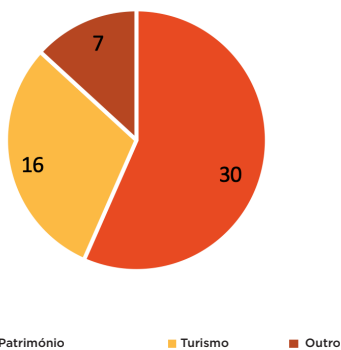
Mais uma vez, agradecemos sua atenção.

Nesta quarta fase, obtivemos 53 respostas adicionais, distribuídas da seguinte forma:



Cargo do Contacto Identificado

Janeiro/Fevereiro de 2019



Departamento/Divisão do Contacto Identificado

Janeiro/Fevereiro de 2019

No total, o Inquérito forneceu-nos 145 respostas de um total esperado de 308.

IV. Variáveis calculadas

Um outro conjunto de variáveis determinantes para o Estudo não era passível de ser encontrada nos dados compilados na base de dados da DGPC. O quadro seguinte mostra como estas variáveis foram então obtidas:

Variável	Unidade de Medição	Método de cálculo	Ano referente
Densidade Populacional	Habitantes por Km2	Rácio da População pela superfície	2015
Massa Salarial	Euros	O produto do salário médio e população adulta	2014-2015
Índices de Proximidade	Medido como habitantes divididos por quilómetro, quanto maior o seu valor, mais a população do continente está próxima do concelho em causa.	Para o concelho i: soma dos rácios entre a população dos municípios j (os outros municípios) e a distância entre o município j e i.	2013-2015

ABREVIATURAS

AGEMN	Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
APOM	Associação Portuguesa de Museologia
APSPCI	Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial
AR&PA	Bienal Ibérica do Património Cultural
ARU	Área de Reabilitação Urbana
BCP	Banco Comercial Português
BPI	Banco Português de Investimentos
CCB	Centro Cultural de Belém
CGE	Conta Geral do Estado
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CSC	Conta Satélite da Cultura
DGArtes	Direcção Geral das Artes
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direcção Geral do Património Cultural
DRC	Direcção Regional de Cultura
EBAHL	Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa
EEA Grants	Mecanismo Financeiro Plurianual do Espaço Económico Europeu
EGEAC	Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.
ESSnet-Culture	European Statistical System Network on Culture
Eurostat	Estatísticas europeias – Comissão Europeia
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
ICR	Instituto de Conservação e Restauro
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
IPM	Instituto Português de Museus

MC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PC	Portugal Continental
PGPI	Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PSML	Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PREMA	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
QP	Quadros de Pessoal
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REVIVE	Programa para a reabilitação e valorização de património público devoluto
RIAP	Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública
RNAAT	Registo Nacional de Agentes de Animação Turística
RTP	Radio Televisão Portuguesa
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SIPA	Sistema de Informação do Património Arquitectónico
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO	United Nations Educational and Cultural Organization
VAB	Valor Acrescentado Bruto

BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO I

Bibliografia impressa e digital

ANTERO FERREIRA, Carlos, “Prefácio”, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Volume I, IPPAR, Lisboa, 1993, pp. xiii-xxv.

BAPTISTA NETO, Maria João, *Memória, Propaganda e Poder - O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, FAUP Publicações, Série 1 – Ensaios, nº 10, Porto, 2001.

BARRANHA, Helena, *Património cultural - Conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST PRESS e ICOMOS Portugal, 2016.

BRITO HENRIQUES, Eduardo, *Cultura e território, das Políticas às Intervenções – Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*, Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003

CCDR LVT, POR Lisboa 2014-2020 *mapeamento do património cultural*, Lisboa, 2015.

CHOAY, Françoise, *L'Allégorie du Patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris, 1992.

CML, *Boletim Municipal (1º Suplemento)*, Ano XIX nº 993, Lisboa, 2013.

DGPC, *Relatório de Atividades 2013*, Lisboa, 2014.

DGPC, *Relatório de Atividades 2017*, Lisboa, 2018.

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, *PGPI - Relatório de 2012*, Lisboa, s.d..

DRC MADEIRA, *Listagem dos imóveis classificados*, Governo Regional da Madeira, s.d..

ESSnet-Culture, *European Statistical System Network on Culture - Final report*, Luxemburgo, 2012.

GEPAC (site), *Lista de entidades culturais beneficiárias da consignação de 0,5% do IRS*, Ministério da Cultura, Lisboa, 2019.

HIERRO, Juan Alonso e BUSTAMANTE, M. Sanz Martín de, *El Património Histórico de España desde de una perspectiva económica*, Fundación Caja Madrid, Madrid, 2001.

HIERRO, Juan Alonso e FERNÁNDEZ, Juan Martínez, *Preservación del Patrimonio Histórico de España: Análisis desde una Perspectiva Económica*, Fundación Caja Madrid, Madrid, 2004.

ICS/FLUP/CIES/GEPAC/SEC, *Mapear os recursos, Levantamento da legislação, Caracterização dos atores, Comparação internacional*, 2014.

INE, *Conta Satélite da Cultura 2010-2012*, Lisboa, 2015.

INE, *Estatísticas da Cultura 2008*, Lisboa, 2009.

INE, *Estatísticas da Cultura 2009*, Lisboa, 2010.

INE, *Estatísticas da Cultura 2010*, Lisboa, 2011.

INE, *Estatísticas da Cultura 2011*, Lisboa, 2012.

INE, *Estatísticas da Cultura 2012*, Lisboa, 2013.

INE, *Estatísticas da Cultura 2013*, Lisboa, 2014.

INE, *Estatísticas da Cultura 2014*, Lisboa, 2015.

INE, *Estatísticas da Cultura 2015*, Lisboa, 2016.

INE, *Estatísticas da Cultura 2016*, Lisboa, 2017.

INE, *Estatísticas da Cultura 2017*, Lisboa, 2018.

IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, 3 volumes, Lisboa, 1993.

JOKILETHO, Jukka, *A History of Architectural Conservation - The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*, PhD Thesis, University of York, England, York, 1986.

JOKILETHO, Jukka, "International charters on urban conservation: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine", *CECI City & Time* 3 (3): 2, pp. 23-42, 2007.

JORGE, Virgolino Ferreira, "Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa", *Anais da Universidade de Évora (separata)*, nº 3, Évora, 1993, pp. 27-36.

LOBO DE CARVALHO, José Maria, *Conservação do Património - Políticas de sustentabilidade económica*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2007.

MARQUES, José; BARROCA, Mário Jorge, *In Memoriam: Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Porto, 1996.

OBSERVATÓRIO DO PATRIMÓNIO, *Património em Números* 2016, 2017.

PINHO, Elsa Garrett, *Património Cultural da Nação*, IPM/IMC, 2011.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2016 - Relatório*, Lisboa, 2016.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2017 - Relatório*, Lisboa, 2018.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2018-19 - Programa Orçamental da Cultura*, Lisboa, 2018.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2018 - Relatório*, Lisboa, 2019.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2019-20 - Programa Orçamental da Cultura*, Lisboa, 2019.

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Orçamento do Estado 2019 - Relatório*, Lisboa, 2020.

RIBEIRO, Carla Maria Marques, *A tutela jurídico-administrativa do património cultural em especial, os museus*, Tese de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

RIVERA, Javier, 1997. "Restauración arquitectónica desde los orígenes hasta nuestros días. Conceptos, teoría e historia", AYMAT, Carlos e CLEMENTE, Carlos (Dir.), *Teoría e Historia de la Restauración*, Colección Master de Restauración y Rehabilitación del Patrimonio (Universidad de Alcalá), Volume 1, Editorial Munilla-Lería, Madrid, pp. 102-169.

TAVARES, José, *A Europa não é um país estrangeiro*, Coleção Política e Sociedade, N° 94, Ed. FFMS, Lisboa, 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS, *Auditoria - Execução do Programa de Gestão do património imobiliário do Estado, Processo nº 11/11, Relatório de Auditoria nº 34/11 - 2.º S*, Lisboa, 2011.

VAZ, Pedro, *Edificar no Património: pessoas e paradigmas na conservação e restauro*, Colecção Arte & Património, Edições 70, Lisboa, 2019.

WE CONSULTANTS, *Criação de Instrumentos Financeiros para Financiamento do Investimento na Cultura, Património e Indústrias Culturais e Criativas, Cultura 2020*, Ministério da Cultura - GEPAC, 2014.

Legislação e Convenções Internacionais

Decreto n.º 7038/1920, Diário do Governo, 1.ª série, N.º 209, de 17 de Outubro.

Decreto n.º 16791/1929, Diário do Governo, 1.ª série, N.º 97, de 30 de Abril.

Decreto-Lei n.º 193/1993, Diário da República, 1.ª série, N.º 193, de 18 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 117/1997, Diário da República, 1.ª série, N.º 111, de 14 de Maio.

Decreto-Lei n.º 120/1997, Diário da República, 1.ª série, N.º 113, de 16 de Maio.

Decreto-Lei n.º 63/1999, Diário da República, 1.ª série, N.º 63, de 16 de Março.

Estatuto do Mecenato, Decreto-Lei n.º 74/1999, de 16 de Março.

Lei n.º 107/2001, Diário da República, 1.ª série, N.º 209, de 8 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 15/2003 Diário da República n.º 25, de 30 de Janeiro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2004, Diário da República, 1.ª série B, N.º 75, de 29 de Março.

Decreto-Lei n.º 19/2006, Diário da República, 1.ª série, N.º 137, de 18 de Julho.

Lei n.º 23/2007, Diário da República, 1.ª série, n.º 127, de 4 de Julho.

Decreto do Presidente da República n.º 57/2007, Diário da República, 1.ª série, N.º 127, de 4 de Julho.

Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, Diário da República, 1.ª série, N.º 212, de 5 de Novembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, Diário da República, 1.ª série, N.º 207, de 24 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 140/2009, Diário da República, 1.ª série, N.º 113, de 15 de Junho.

Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda, Decreto-Lei n.º 309/2009, Diário da República, 1ª série, N.º 206, de 23 de outubro.

Decreto-Lei n.º 115/2012, Diário da República, 1ª série, N.º 102, de 25 de Maio.
Estatuto dos Benefícios Fiscais, Lei n.º 82-B/2014, Diário da República, 1ª série, N.º 252, de 31 de Dezembro.

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, Diário da República, 1ª série, N.º 24, de 4 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 102/2015, Diário da República, 1ª série, N.º 109, de 5 de Junho.

Portaria n.º 22/2017, Diário da República, 1ª série, N.º 9, de 12 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 103/2017, Diário da República N.º 163, de 24 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 78/2019, Diário da República, 1ª série, N.º 108, de 5 de Junho.

Decreto Regulamentar n.º 9/2018, Diário da República, 1ª série, N.º 175, de 11 de Setembro.

Carta de Florença sobre Jardins Históricos (1981), ICOMOS, Dezembro de 1982.

Carta de Washington sobre Cidades Históricas, ICOMOS, Outubro de 1987.

Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995.

Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Convenção de Faro), Conselho de Europa, Faro, 27 de Outubro de 2005.

Páginas web

COMPENDIUM of Cultural Policies & Trends [www.culturalpolicies.net, 26/06/2019].

DGPC [www.patrimoniocultural.gov.pt, 26/06/2019].

DGPC, Atlas do Património [www.geo.patrimoniocultural, 03/07/2019].

DGPC, MatrizNet [www.matriznet.dgpc.pt, 03/07/2019].

DGPC, MatrizPCI [www.matrizpci.dgpc.pt, 03/07/2019].

DGPC, MatrizPix [www.matrizpix.dgpc.pt, 03/07/2019].

DGPC, Portal do Arqueólogo [www.arqueologia.patrimoniocultural, 03/07/2019].

DRCN [www.culturanorte.pt, 02/07/2019].

EGEAC [www.egeac.pt, 26/06/2019].

IAC, Inventário do Património Imóvel dos Açores [www.iac-azores.org].

OBSERVATÓRIO DO PATRIMÓNIO [www.observatoriodopatrimonio.pt, 03/07/2019].

PSML [www.parquesdesintra.pt, 26/06/2019].

SEF [www.sef.pt, 04/07/2019].

SGEC, Programa de Gestão do património imobiliário do Estado [www.sec-general.mec.pt, 03/07/2019].

TURISMO DE PORTUGAL [www.revive.turismodeportugal.pt, 28/06/2019].

UNESCO - Comissão Nacional [www.unescoportugal.mne.pt, 24/06/2019].

CAPÍTULO II e CAPÍTULO V

Bibliografia impressa

AMIROU, Rachid, *Imaginaire du Tourisme Culturel*, Ed. PUF, 2000.

AUGEL, Johannes, *Sustentabilidad de la Revitalización – El Casco Antiguo de Salvador/Bahía, Brasil*, Working Paper, Universitat Bielefeld, Bielefeld, 1998.

BESSIERE, Jacynthe, “Valeurs rurales et imaginaire touristique”, AMIROU Richard et BACHIMON Philippe (Dir.), *Le tourisme local - une culture de l'exotisme*, L'Harmattan, Paris, 2000.

CASELLAS, Antònia e C. GALLEY, Catherine, “Globalism, Localism and Cultural Tourism”, *Le Tourisme Culturel – Actes du Forum International*, Hammamet, 23-25 Octobre 1997, Ed. Ministère de la Culture / UNESCO, 1997, pp.255-277.

DIAS, Ricardo Cunha e SEIXAS, Paulo Castro, “Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem?”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº

- 55, Ed. APDR, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2019, pp.48-60.
- Documentário *Cláudio Torres – a arqueologia de uma vida*, RTP 2, produção Clara Filmes, 2019.
- DOWER, Michael “Heritage: an asset for local development”, *Europa Nostra*, 2, 2000.
- GAMELIN, Alain, “Revitalisation: une question de styles”, *Continuité*, 27, 1985.
- GLEMZA, Jonas, “The revitalization of the Fórum of Vinius and its problems”, *ICOMOS Informations*, Nápoles, n°3, 1989.
- GONÇALVES, Catarina Valença, “A Pintura Mural no Concelho de Alvito”, 4ª Edição do Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, Ed. Fundação da Juventude, Porto, 2000.
- GONÇALVES, Catarina Valença, *A Pintura Mural no Concelho de Alvito - séculos XVI a XVIII*, Ed. Câmara Municipal de Alvito, Beja, 1999.
- GONZALÉS-VARAS, Ignacio, *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, Historia, Principios y Normas*, Ed. Cátedra, Madrid, 2000.
- GRAVARI-BARBAS, Maria, *Atelier de Réflexion Prospective: Nouveaux défis pour le patrimoine culturel – rapport final*, 2014.
- GREFFE, Xavier, *La Gestion du Patrimoine Culturel*, Ed. Anthropos, Paris, 1999.
- GREFFE, Xavier, *La Valeur Économique du Patrimoine - La Demande et l’Offre de Monuments*, Ed. Anthropos, Paris, 1990.
- GREFFE, Xavier, *La Valorisation Économique du Patrimoine*, Ed. Ministère de la Culture et de la Communication, Paris, 2003.
- HITCHCOCK, Michael, *Souvenirs, the material culture of Tourism*, Ed. Ashgate, Adershot, 2000.
- PALMA, Maria de Fátima e LOPES, Virgílio, “Campo Arqueológico e Museu de Mértola: experiências partilhadas”, *Al-madan*, 2ª série, n°22, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Charneca da Caparica, 2019, p.55.
- MACEDO, Sofia Costa, “Estruturas Associativas e Gestão do Património Cultural”, *Al-madan*, 2ª série, n°22, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Charneca da Caparica, 2019, pp.116-124.

MACHADO, Rosário Correia, "A Gestão do Património: o caso da Rota do Românico", *Al-madan*, 2ª série, nº22, ED. Centro de Arqueologia de Almada, Charneca da Caparica, 2019, pp. 88-94.

MARCEAU, Guillaume, METZGER, Thomas, AZOURY, Nehme, "Gestion territoriale et valorisation du patrimoine: vers un développement régional durable" in *La Revue Gestion et Organisation*, Holy Spirit University of Kaslik, 2015, pp.44-56.

PIRES, Ema Cláudia Ribeiro, "De Arrebalde a Destino Turístico – o Impacto Sociocultural do Turismo em Flor da Rosa, Crato", *4ª Edição do Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos*, Ed. Fundação da Juventude, Porto, 2000, pp.95-165.

RALLET, Alain, "Le Patrimoine et l'Économie", in *Pays d'Art et d'Histoire et Pôles d'Économie du Patrimoine – La Valorisation du Patrimoine dans le Développement Local*, Ed. La Documentation Française, Paris, 2001.

RAUTENBERG, Michel, "L'éthnologue: Le Patrimoine et le Développement Local", in *Pays d'Art et d'Histoire et Pôles d'Économie du Patrimoine – La Valorisation du Patrimoine dans le Développement Local*, Ed. La Documentation Française, Paris, 2001.

SÁ, Artur A. e SILVA, Elizabeth, "A Gestão Pública do Património Geológico e Paisagístico Português: o caso dos Geoparques Mundiais da UNESCO", *Al-madan*, 2ª série, nº22, ED. Centro de Arqueologia de Almada, Charneca da Caparica, 2019, pp.135-141.

SARLANGA, Emmanuelle, *Les Routes Touristiques – de la conception à l'animation*, Ed. ACFCI, Paris, Col. Thematour, 1997.

SOUSA, Catarina Valença Gonçalves Vilaça de, *As Pinturas de Marmelar: vestígios de um passado*, Ed. Fundação Carmona e Costa, Lisboa, 2004.

SOUSA, Catarina Valença Gonçalves Vilaça de, *La Route de la Fresque: proposition de méthodologie de revitalization du patrimoine en Alentejo*, Mémoire de DHERST, IREST – Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Paris, 2006 (policopiado).

SOUSA, Catarina Valença Gonçalves Vilaça de, *Roteiro Rota do Fresco*, Ed. AM-CAL, Beja, 2003.

TOBELEM, Jean-Michel, *La Gestion des Institutions Culturelles - musées, patrimoine, centres d'art*, Ed. Armand Colin, Paris, 2016.

Estudos e Relatórios

Augusto Mateus & Associados, *A Cultura e a Criatividade na Internacionalização da Economia Portuguesa*, Ed. GEPAC, Lisboa, 2013.

Augusto Mateus & Associados, *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, Ed. GEPAC, Lisboa, 2010.

Culture Heritage Counts for Europe, Ed. CHCfe Consortium, Cracóvia, 2015.

Eurobarómetro Especial "Os Europeus e o Património Cultural", Ed. Comissão Europeia, n. 466, Setembro-Outubro 2017.

FLEMING, Tom et al, *Estudo Macroeconómico de Desenvolvimento de um Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte*, Fundação Serralves, Porto, Julho de 2008.

Grupo de Projecto Museus no Futuro, *Relatório Final*, Ed. OPAC, 2020 (http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/docs/2020/07/15/relatoriomuseus-futuro7_7.pdf)

Grupo de Trabalho *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, Ministério de Educação, (https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf).

LAMAS, António, *Plano Estratégico Cultural da Área de Belém*, 2015.

National Trust, *National Trust Annual Report 2019/2020*, Swindon, 2020.

NEVES, José Soares (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Ana Paula Miranda, *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público – Primeiros Resultados*, Observatório Português das Actividades Culturais, CIES, ISCTE-IUL, Lisboa, 2020.

Plano Estratégico Douro, Douro 2015-2030, Ed. AEICE, Valladolid, 2015.

Porto Business School, *Impacto Económico da Fundação de Serralves*, Ed. Fundação de Serralves, Porto, 2013.

SAER, *O Hypercluster da Economia do Mar*, Ed. Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 2009.

Spi - Sociedade Portuguesa da Inovação, *Estudo sobre a Internacionalização do Sector Cultural e Criativo de Évora*, Ed. Turismo do Alentejo, ERT, Évora, 2017.

Universidade do Minho, *Impactos Económicos e Sociais de Guimarães Capital Europeia da Cultura*, Ed. Fundação Cidade de Guimarães, Guimarães, 2013.

Legislação e Convenções Internacionais

Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976.

Lei n.º13/1985, Diário da República, 1ª série, N.º 153, de 8 de Julho.

Lei n.º107/2001, Diário da República, 1ª série, N.º 209, de 8 de Setembro.

Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society (Convenção de Faro), Conselho de Europa, Faro, 27 de Outubro de 2005.

Despacho n.º2909/2015, Diário da República n.º57/2015, Série II de 23 de Março.

Decreto Lei n.º22/2019 de 30 de Janeiro 2019 - Transferência dos Museus afectos às DRC para os Municípios.

Decreto Lei n.º78/2019 de 5 de Junho 2019 - Novo regime jurídico de autonomia de gestão do Museus, Palácios e Monumentos.

Estratégias Nacionais e Internacionais

Agenda 2030 - Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável, Organização das Nações Unidas, 2015.

Catálogo Nacional Qualificações, Despacho n.º 13456/2008, de 14 de Maio.

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (2030), Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, Diário da República n.º 87/2018, Série I de 2018-05-07

Estratégia Nacional de Educação Ambiental, Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017 - Diário da República n.º 132/2017, Série I de 2017-07-11

Estratégia Nacional do Saber Fazer Português (2019-2024), Ministério da Cultura, 2019 (<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzMDE1AAAEsFGzBAAAAA%3d%3d>)

Estratégia Nacional para o Turismo 2027, Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, Diário da República n.º 187/2017, Série I de 2017-09-27

Estratégia Portugal 2030 - Futuro da Política de Coesão Elementos para reflexão (https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/futuro_pc_portugal2030_20170918_vf.pdf)

Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026 (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=plano-de-recuperacao-e-resiliencia-recuperar-portugal-2021-2026-plano-preliminar->)

Plano de Valorização do Interior, Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018 - Diário da República n.º 172/2018, Série I de 2018-09-06

Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05.

Plano Nacional das Artes – uma estratégia. um manifesto. 2019-2024. Ministério da Cultura, 2019.

Portugal 2020, Acordo de Parceria Portugal 2014-2020, Julho de 2014 (<https://lisboa.portugal2020.pt/np4/21.html>)

Programa Nacional de Reformas 2016-2022 (<https://www.portugal.gov.pt/upload/ficheiros/i007132.pdf>)

Programa Nacional para a Coesão Territorial, Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 - Diário da República n.º 226/2016, Série I de 2016-11-24

SILVA, António Costa (2020), *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*, República Portuguesa, 2020.

CAPÍTULO III

CAMPOS, António Gil, CATARINO, António Luís e FORTUNATO, Fátima, *Conecer Portugal - 5.º Ano*, Areal Editores, Porto, 2016.

COSTA, Fátima; RIBEIRO, Cláudia Pinto e MARQUES, António, *História e Geografia de Portugal - 6.º ano*, Porto Editora. 2015

PINE II, B. Joseph & GILMORE, James H., *The Experience Economy*, Harvard Business School Press, Boston, 1999.

TAVARES, José, "Do Novo no Património", *Revista Património*, n. 6, Nov., pp. 12-17, 2019.

TAVARES, José, *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Lisboa, 2014. Disponível em <http://www.gepac.gov.pt/gepac-seminarios/cultura2020/estudo-tavares-pdf.aspx>

THROSBY, David, *Economics and Culture*, Cambridge University Press, Boston, 2008.

Mecenas Exclusivo

FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

Um Projecto

